

MARIA ANGELA DE LIMA

**MÍDIA E ELEMENTOS CULTURAIS NA POLÍTICA
BRASILEIRA: O CASO DA EXPULSÃO DE
PARLAMENTARES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

**Universidade Federal De Mato Grosso - UFMT
Instituto de Linguagens - IL
Cuiabá
2006**

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

MARIA ANGELA DE LIMA

**MÍDIA E ELEMENTOS CULTURAIS NA POLÍTICA
BRASILEIRA: O CASO DA EXPULSÃO DE
PARLAMENTARES DO PARTIDO DOS TRABALHADORES**

Dissertação apresentada ao Instituto de Linguagens da
Universidade Federal de Mato Grosso como requisito parcial
para a obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagem.
Área de concentração: Estudos Literários e Culturais
Orientador: Prof. Dr. Roberto Boaventura da Silva Sá.

**Universidade Federal De Mato Grosso - UFMT
Instituto de Linguagens - IL
Cuiabá
2006**

MeEL



mestrado em estudos de linguagem

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO
INSTITUTO DE LINGUAGENS
COORDENAÇÃO DE PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE
LINGUAGEM - MESTRADO –MeEL

DISSERTAÇÃO APRESENTADA À COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM ESTUDOS DE LINGUAGEM

Profa. Dr. Alice Mitika Koshiyana
Examinadora Externa (USP)

Prof. Dr. Marcos Antônio Moura Vieira
Examinador Interno (UFMT)

Prof. Dr. Roberto Boaventura da Silva Sá
Orientador (UFMT)

Cuiabá, 25 de agosto de 2006.

AGRADECIMENTOS

Ao prof. Dr. Roberto Boaventura, que, para além da academia, contribuiu em minha formação para a vida. Um raro exemplo de honestidade, dedicação e consciência política. Eternamente grata.

Aos meus irmãos e sobrinhos, especialmente à Erivalda, minha mãe/irmã sempre presente.

Ao Marcio, que, sem perceber, me deu a força necessária nos momentos mais difíceis dessa trajetória.

Aos colegas Robson, Godoi, Najla e Carlos, companheiros na academia e na vida.

RESUMO

LIMA, M.A. *Mídia e elementos culturais na política brasileira: o caso da expulsão de parlamentares do partido dos trabalhadores.*

A cultura é inseparável de questões políticas e econômicas; invade todo o espaço social, não podendo ser separada da linguagem. Tendo esta asserção como norte, o objeto deste estudo baseia-se em uma análise crítica dos resgates culturais utilizados em discursos verbais e não-verbais, veiculados pela Folha de São Paulo (FSP) e Revista Veja (RV), por ocasião da expulsão de quatro parlamentares do Partido dos Trabalhadores em dezembro de 2003. Como delimitação cronológica, na FSP, as matérias selecionadas foram publicadas nos dias 13 de dezembro de 2003 (um dia antes da votação sobre a expulsão dos parlamentares), 14 (o dia da votação) e 15 (um dia após a votação que resultou na expulsão dos mesmos). Na RV, as quatro matérias selecionadas vieram a público nos dias 23 de outubro de 2002 (um ano antes); 10 (uma semana antes) e 24 de dezembro de 2003 (uma semana depois da expulsão dos parlamentares). Como objetivo central da pesquisa, busca-se verificar a utilização de elementos culturais presentes na política brasileira, a partir de análises críticas dos discursos da expulsão. Além disso, pretende-se analisar o posicionamento do governo, dos parlamentares e dos veículos (FSP e RV) sobre o evento da expulsão. Para alcançar tais objetivos, a pesquisa revisita conceitos, como o de *cultura, estudos culturais, mídia, ideologia, hegemonia, política e poder*, contando com um quadro teórico composto pela Análise do Discurso da linha francesa, Semiologia, Retórica, além de estudos políticos e midiáticos. Assim, partindo de contribuições de Maingueneau, Willians, Bakhtin, Barthes, Bourdieu e Hirschman, outros pesquisadores também contribuíram para este estudo. Ao analisar os elementos culturais presentes na política brasileira, tanto em enunciados verbais como em imagens e símbolos, conclui-se que a política mostra-se atravessada por dimensões econômicas, culturais, sociais, religiosas que se diluem no futebol, teatro, festa, riso, zombaria, mitos, provérbios, clichês etc. Todos os elementos culturais utilizados tiveram valor de função argumentativa; logo, tais recursos foram utilizados com vistas à persuasão, tendo, portanto, funções política e ideológica. Através desses elementos, pode-se identificar o lugar ocupado pelos enunciadorees em uma dada formação social e, logo, na sua relação com a ideologia, isto é, sua visão de mundo. Conclui-se que a ala governista do Partido dos Trabalhadores forjou seu posicionamento a respeito da expulsão sobre três eixos principais: ingratidão, intolerância e indisciplina. Já os parlamentares a serem expulsos, como eixo central dos seus argumentos contra a expulsão, abordaram a incoerência do Partido dos Trabalhadores com relação às suas bandeiras de luta, tendo a ditadura e tudo o que a envolveu como referência central. Quanto aos veículos de comunicação analisados, conclui-se que, de formas diferentes, mas com o mesmo objetivo, a FSP e a RV posicionaram-se favoravelmente à expulsão dos parlamentares. Conclui-se também que tanto os veículos de comunicação analisados quanto o campo majoritário do PT e os parlamentares expulsos souberam se valer dos elementos culturais para marcar suas posições políticas.

Palavras-chave: cultura - política - mídia.

ABSTRACT

LIMA, M.A. *Media and cultural elements in the Brazilian politics: the case of the expulsion parliamentarians of the Partido dos Trabalhadores.*

The culture is inseparable of economic and politics questions. It invades the whole social space, not being able to be separate of the language. Having this assertion as north, the object of this study is based on a critical analysis of the used cultural rescues in verbal and not-verbal speeches, propagated by the Newspaper: Folha de Sao Paulo (FSP) and Revista Veja (RV), for occasion of the expulsion of four parliamentarians of the Partido dos Trabalhadores in December of 2003. As chronological delimitation, in the FSP, the selected substances had been published on the days: first on the 13 of December of 2003 (one day before the voting on the expulsion of them parliamentarians), on the 14th (the day of the voting) and on the 15th (one day after the voting that resulted in the expulsion of the same ones). In the Magazine Veja, the four selected substances come to the public on the following days: 23rd of October of 2002 (one year before); 10th (one week before) and 24th of December of 2003 (one week after the expulsion of parliamentarians). As the main objective of this search, is the verification of the culture elements present in the Brazilian politics, from critical analyses of the speeches of the expulsion. Moreover, it is intended to analyze the positioning of the government, those parliamentarians and the vehicles (FSP and RV) on the event of the expulsion. To reach such objectives, the research revisits concepts, culture, studies, media, ideology, hegemony, politics and power, counting on a composed theoretical picture for the Analysis of the Speech of the French line, Semiologia, Rhetoric, beyond studies politicians and mediation. Thus, in the mat of Maingueneau, Willians, Bakhtin, Barthes, Bourdieu and Hirschman, other researchers had also contributed for this study. When analyzing the cultural elements presents in the Brazilian politics, as much in verbal statements as in images and symbols, are concluded that the politics reveals crosses the economic dimensions, cultural, social, religious that they are dissolved in the soccer, theater, party, laugh, jeering, myths, sayings, cliches etc. All the used cultural elements had value of argumentative function; soon, such resources had been used with sights to the persuasion, having, therefore, ideological and politics functions. Through these elements, can be identified the place occupied by the enunciators in one of those given social formation. Its relation with the ideology, and its vision of the world. It concludes that the governmentalist section of the Party of the Workers the PT, forged its positioning regarding the expulsion on three main axles: ungratefulness, intolerance and indiscipline. The expelled parliamentarians, as central axle of its arguments against the expulsion, had approached the incoherence of the Party of the Workers, the PT with relation to its flags of fight and the reference to the dictatorship and everything what it involves it. About the analyzed vehicles of communication, it concludes that, in different ways, but with the same objective, the FSP and the RV had located themselves favorably to the expulsion of them. It also concludes that the analyzed vehicles of communication and the majority field of the PT and the expulses parliamentarians had known to use themselves of the cultural elements to mark their political positions.

Key-words: culture – politics – media.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Configuração atual das correntes políticas no Partido dos Trabalhadores.	53
Figura 2: Pseudo-imparcialidade da FSP (Genoino x Heloisa Helena).	73
Figura 3: “Pela Expulsão” x “Contra a expulsão”.	76
Figura 4: Os quatro parlamentares fichados como “réus”.	79
Figura 5: O “tribunal petista” Metáfora campo jurídico.	91
Figura 6: Foto da matéria: “Protesto inclui foguetes e fumaça vermelha”.	94
Figura 7: Manifestação “carnavalesca”.	113
Figura 8: Tribunal da inquisição.	118
Figura 9: Deputado Babá e seu filho “radical”.	124
Figura 10: Os socialistas como “guardiões do inferno”.	129
Figura 11: Lula não consegue segurar os “radicais”.	133
Figura 12: João Pedro Stedile, líder do MST: figura demoníaca.	136
Figura 13: Guerrilheiros armados, amigos dos “radicais”.	137
Figura 14: Religião e protesto político: ação “espetacular”.	142
Figura 15: Heloisa Helena “reza” para não ser expulsa.	143
Figura 16: Lula sorri e Heloisa “faz as malas”.	155

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Produção de notícias da FSP sobre a expulsão dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores de 30 de novembro a 30 de dezembro de 2003	15
Quadro 2: Classificação das correntes do PT por Azevedo (1995)	52

SUMÁRIO

RESUMO _____	v
ABSTRACT _____	vi
LISTA DE FIGURAS _____	Vii
INTRODUÇÃO _____	10
I. A escolha dos meios e veículos de comunicação: “FSP” e “RV” _____	12
II. Do recorte cronológico _____	14
III. Dos procedimentos metodológicos _____	19
IV- Paradigma, Quadro Teórico _____	21
i. Teorização do não-verbal _____	35
CAPÍTULO I - A POLÍTICA E SEUS COMPONENTES NA CONTEMPORANEIDADE _____	37
1.1- Política e Mídia _____	40
1.1.1 - A visibilidade da política através da midiaticização _____	44
1.2- Cultura política: a distinção entre esquerda e direita _____	47
1.2.1 Cultura política: valores e símbolos do poder _____	47
1.2.2 Origem das noções antagônicas de direita e esquerda _____	48
1.3 - A conjuntura da expulsão: mudanças iniciais no Partido dos Trabalhadores _____	51
1.3.1 - O messianismo e o sebastianismo na política _____	55
1.3.2 - Das mudanças iniciais à expulsão dos parlamentares petistas em 2003 _____	63
1.4 - A mídia e os recursos discursivos _____	63
1.4.1 - A mídia e a manutenção do <i>status quo</i> _____	64
CAPÍTULO II - OS RESGATES CULTURAIS NA COBERTURA DA FSP _____	67
2.1 Opção ideológica da FSP _____	67
2.1.1 A religião como elemento cultural na FSP _____	83
2.1.2 O tribunal, a guerra e o futebol: descaracterizações ideológicas _____	85
2.2 A opinião do governo mostrada pela FSP _____	97
2.2.1 Elementos da cultura para forjar a posição da cúpula _____	99
2.3 Elementos culturais no discurso da resistência _____	107
2.3.1 O riso <i>versus</i> o autoritarismo _____	108

CAPÍTULO III - POSIÇÃO ENUNCIATIVA DA REVISTA VEJA	127
3.1 - A carta ao leitor - como locus premunitório da história	127
3.1.1 Os socialistas como guardiões do inferno	128
3.2 - O apoio à tônica da indisciplina	141
3.2.1 O teatro e a cultura religiosa na política: o artigo de opinião na RV	146
3.3 A comemoração da expulsão	154
Conclusão	158
Referências Bibliográficas	
ANEXOS	

INTRODUÇÃO

A presente dissertação tem como centralidade um episódio político que obteve grande repercussão na mídia brasileira no início da primeira década dos anos de 2000: a expulsão de quatro parlamentares - deputados João Fontes, João Batista de Araújo (Babá), Luciana Genro e a senadora Heloísa Helena - do Partido dos Trabalhadores, em dezembro de 2003. O fato, de pronto, gerou polêmica no cenário político brasileiro e chamou a atenção por ter sido proposta pelo partido governamental, evidenciando uma disputa política entre seus integrantes. Mais adiante, a expulsão propiciaria espaço político para a senadora citada concorrer à presidência da República nas eleições seguintes.

Além de certo ineditismo, outros fatores tiveram função motivadora para a escolha desse tema, com destaque à atuação da mídia como mediadora das experiências e memória coletiva por meio da produção e circulação das formas simbólicas. Como agente discursivo de maior relevância da sociedade atual, a mídia passou a ser decisiva na construção da imagem dos políticos e no processo pelo qual as pessoas constroem sentido do mundo da política.

Por isso, o objetivo deste estudo é analisar criticamente resgates culturais utilizados em discursos e imagens veiculados pelo jornal Folha de São Paulo e Revista Veja por ocasião da expulsão dos parlamentares. Dos detalhes das análises, pretende-se verificar os posicionamentos do governo, dos parlamentares envolvidos na expulsão, bem como da própria mídia, representada pelos veículos já referidos. Por conta dessa verificação, necessariamente, a pesquisa deve perpassar pelos conceitos de *cultura*, *estudos culturais*, *mídia*, *ideologia*, *hegemonia*, *política*, *poder*, dentre outros. De início, é importante marcar a relação do objeto aqui em análise com o chamado “Estudos Culturais”, que representa o modo de refletir sobre a cultura por meio de pesquisas consolidadas por teorias.

Dessas teorias, ressalta-se para este trabalho a importância do Centro de Estudos Culturais da Universidade de Birmingham, criado em 1964 por Richard Hoggart, tendo sua base inicial a publicação de três livros sobre cultura. O primeiro deles, escrito pelo próprio Hoggart, em 1957 (*The uses of Literacy*), o segundo, escrito por Raymond Williams, em 1958, (*Culture and Society, 1780-1950*) e o terceiro, por Edward P. Thompson, em 1963 (*Making of the English Working Class*); essas obras ressaltavam as questões da cultura, dando ênfase à importância da ação de grupos e classes na mudança social. A essência do conteúdo desses livros ocasionou o surgimento dos Estudos Culturais como disciplina acadêmica, no qual, o Centro de Birmingham é o suporte dos debates contemporâneos.

As características principais dos estudos desenvolvidos em Birmingham que vão ao encontro do objeto deste trabalho é o fato da cultura deixar de ser objeto de devoção ou de erudição, buscando contemplar a combinação de pesquisa e engajamento por meio de postura acadêmica interdisciplinar. É importante ressaltar ainda que o Centro de Birmingham, de acordo com Mattelart (2004), foi contra o modelo estímulo-resposta das escolas funcionalistas; por isso deu mais atenção às repercussões ideológicas da mídia. A cultura passou a ser questionada em seu relacionamento com o poder.

Dos três autores citados na origem dos estudos culturais, destaco para esta pesquisa as contribuições de Raymond Williams, pois sua forma de entender a cultura, tornou-se um outro fator de motivação para este trabalho. Para Williams (1992), a cultura é um “*modo de vida global*” distinto, dentro do qual se percebe um “*sistema de significações*” essencialmente envolvido em todas as formas de atividade social, incluindo nesse “*sistema de significações*” todas as “*práticas significativas*”, como o jornalismo e a publicidade. Sendo assim, a cultura é inseparável de questões políticas e econômicas; invade todo o espaço social, não podendo também ser separada da “*linguagem*”, uma vez que essa última, de acordo com estudos bakhtinianos, é uma prática social e o campo da interação social. O objetivo dos estudos culturais é dar ao leitor meios de aprender a estudar, analisar, interpretar e criticar os textos da cultura da mídia e avaliar seus efeitos.

Propor a análise de um discurso “*mediático*” é propor, antes de tudo, o estudo da linguagem, pois a mesma, de acordo com Fiorin (1998:06), é “*o instrumento de mediação entre os homens e a natureza, os homens e os outros homens*”. Para Bakhtin (1997:37), a palavra preenche qualquer função ideológica, pois ela é um signo ideológico, ressaltando ainda que “*o material privilegiado da comunicação na vida cotidiana é a palavra*”. Para esse autor, a palavra representa as diferentes formas em que a realidade, segundo o ponto de vista daqueles que a utilizam, significa. Partindo desse pressuposto, no quadro teórico em que esta pesquisa se situa, o objeto de estudo é a *linguagem*, como processo de interação entre sujeitos situados sócio-historicamente. Ao estudar a linguagem, portanto, é imprescindível refletir, além do seu nível lingüístico, também sobre suas relações sociais, abrangendo conceitos, como ideologia e discurso para, a partir dessas concepções, propor-se a analisar qualquer objeto de estudo.

Para que este estudo se justifique, acrescenta-se a expansão dos meios de comunicação ao fato de que a cultura invade todo o espaço social. A expansão da comunicação afetou todas as esferas sociais, modificando os modos de vida da sociedade e intervindo também na forma como os discursos políticos podem ser percebidos. Os discursos políticos são compreendidos

neste estudo como uma produção social, cultural, histórica e simbólica que funcionam como um “acontecimento simbólico” e disputam espaço entre os demais discursos sociais. Para isso, os discursos políticos lançam mão da mídia como propiciadora de maior visibilidade. No levantamento bibliográfico realizado, constata-se que ainda são pertinentes estudos que aprofundem uma reflexão sobre o inter-relacionamento entre mídia, cultura e política, afinal, ambos estão enredados nas práticas sociais.

Quanto à estrutura do trabalho, além desta parte introdutória, na qual se apresentam as considerações sobre as motivações para a pesquisa, as justificativas, os motivos pela opção da mídia impressa e dos veículos FSP e RV, os objetivos, os procedimentos metodológicos, as delimitações cronológicas e o quadro teórico, o estudo subdivide-se em outros dois capítulos.

No primeiro, intitulado “A política e seus componentes na contemporaneidade”, analisa-se a característica da política contemporânea formada pelo ideário político e hegemônico denominado Neoliberalismo e sua imbricação com as teorias contemporâneas ou pós-modernas. São feitas considerações sobre a origem, transformações e a forma como a política apresenta-se hoje, principalmente em sua relação direta com a mídia. Além disso, os termos cultura, “direita” e “esquerda”, cultura política também são abordados. Esse capítulo é finalizado com uma análise sobre as mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores desde 1991 que levaram-no à configuração atual além de apresentar um breve panorama da mídia, seus recursos discursivos e a sua participação na manutenção do *status quo*.

O segundo capítulo – “Os resgates culturais na cobertura da FSP” -, foca a cobertura da expulsão dos parlamentares petistas feita pelo veículo FSP. É dividido em três partes nas quais apresenta o posicionamento da FSP, do governo e dos parlamentares expulsos.

O terceiro capítulo – “A posição enunciativa da Revista Veja” - traz as análises de três edições da RV que evidenciam o percurso discursivo da revista ao longo do tempo e os elementos culturais que foram utilizados para marcar sua posição política.

Após a análise da cobertura do evento da expulsão nos dois veículos escolhidos, são feitas as considerações finais do trabalho com as aferições a respeito do tema e dos objetivos do estudo.

I. A escolha dos meios e veículos de comunicação: FSP e RV

A escolha para análise dos meios de comunicação - jornal e revista - deu-se pelo fato de que, desde sua origem até os dias de hoje, a comunicação está interligada com o poder. Nos anos 70, Althusser em *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*, afirmava que a

classe dominante, através do Estado, gerava mecanismos de perpetuação ou de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração para manter sua dominação. Com Aparelhos Repressores – ARE – (Governo, Exército, política, prisões etc.) e Aparelhos Ideológicos – AIE – (escola, família, política, religião, cultura, informação etc.), o Estado intervém pela repressão e ideologia. Os meios de comunicação fazem parte dos Aparelhos Ideológicos e, como tal, em sua forma de funcionamento prevalece a ideologia, embora, de forma secundária, funcione também pela repressão.

De acordo com Kucinski (1998a), a descoberta da mídia, como fonte de poder político no Brasil, data do apogeu da imprensa escrita a partir da metade do século XIX, quando os “barões da imprensa”, chamados assim pela sociologia da comunicação de massa, ficaram famosos. Desde os anos 30 e 60, Assis Chateaubriand, com todo o seu império de comunicação, já sabia utilizar muito bem o poder que a imprensa lhe proporcionava, intervindo em questões públicas. Chateaubriand construiu seu império, conforme relata Kucinski, “*usando estritamente o dinheiro dos outros, e os favores do Estado. Foi amigo de todos os presidentes*” (p.164).

O poder exercido pela mídia não é totalitário, pois temos outros sujeitos políticos e sociais envolvidos nesse processo, mas é, no mínimo, uma ingenuidade, ignorar ou dizer que a mídia não tem um grande poder de atuação. Basta verificar a concentração da propriedade dos meios de comunicação e sua ligação com o próprio Estado. Esse complexo composto por mídia, elite e governo/Estado constrói a representação do mundo social, tendo os veículos de comunicação como os grandes mediadores da sustentação do *status quo*, lançando mão, inclusive, de elementos culturais nesse processo.

Já a escolha dos veículos, FSP e RV, respectivamente, se dá pelos seguintes motivos: A FSP, conforme relata Kucinski (1998b), faz parte de um dos cinco jornais que são tomados, por sua natureza temática, como referência nacional e exercem papel crucial na definição da agenda nacional excludente que domina a mídia impressa. A circulação desses cinco grandes jornais está concentrada nas classes A e B; portanto, “*os leitores desses jornais são preponderantemente os próprios protagonistas das notícias, ou seja, elite dirigente*” (p.08). Além disso, esses jornais possuem outras características, como origem oligárquica, caráter documental e alta qualidade gráfica. Com todas essas peculiaridades, o principal papel desses jornais é definir a agenda de discussões temáticas do país.

Por sua vez, a RV foi escolhida, para além de ser a quarta revista em tiragem do mundo, pelo fato de possuir a maior inserção nacional da mídia impressa. Seus leitores fazem parte da classe média e são formadores de opinião. Portanto, sua atuação e o resultado da

mesma na construção da opinião do público leitor é explicitamente relevante, visto que, conforme o autor anteriormente citado, “*no panorama da mídia brasileira, as revistas semanais emergem como principais usinas ideológicas dos conceitos e preconceitos da classe média*” (op.cit.,p.09). A RV ainda é qualificada por Kucinski (1998b) através de três condições: alta circulação, durabilidade e sua relativa imunidade às pressões dos governos.

A correlação a ser estabelecida entre os dois veículos nesse estudo será por complementação, considerando a periodicidade de cada um, ou seja, como o jornal é diário e a revista é semanal, pode-se verificar como se deu a relação entre o conteúdo e a abordagem do evento entre um veículo e outro.

II. Do recorte cronológico

No levantamento prévio realizado na cobertura da FSP sobre a expulsão dos parlamentares do PT encontram-se 46 referências do episódio (incluindo notícias, artigos de opinião, cartas, painel, entre outros gêneros), entre o dia 30 de novembro e 30 de dezembro de 2003. Deste número expressivo, a maioria foi publicada entre os dias 13 e 15 de dezembro, totalizando 25 produções (vide anexo um quadro completo com a relação de toda a produção do período de 30 de novembro a 30 de dezembro de 2003 com referências ao tema na FSP). De todas as seções editoriais da FSP, foram selecionadas para este estudo notícias, como já foi dito, que se referiam à expulsão, publicadas durante três dias: antes da votação; no dia da mesma e um dia após a votação. Essa delimitação deu-se pelo fato de ter sido aquele período o ápice do processo de expulsão, bem como o período de maior produção do jornal sobre o fato.

Apesar do posicionamento de um veículo se efetuar pelo conjunto dos gêneros publicados no mesmo, além da forma e conteúdo dessas publicações, o *corpus* da presente análise será delimitado nos gêneros “notícia” e “artigos de opinião” produzidos por jornalistas tanto do jornal quanto da revista. Por seguir esse critério, apenas na RV haverá um artigo de opinião a ser analisado. No jornal FSP, dos vinte e cinco materiais publicados naqueles três dias, serão analisadas vinte produções referentes ao tema (sendo três publicadas no dia 13, nove no dia 14 e oito publicadas no dia 15 de dezembro de 2003). A seleção de tal *corpus*, que compreende, na FSP, em apenas três dias, quase cinquenta por cento da publicação de trinta dias sobre um mesmo tema, é suficientemente representativa para validar as análises do objeto. As matérias publicadas nesses três dias estão dispostas no quadro da página seguinte no qual as produções “sombreadas” não fazem parte da análise.

Quadro 1 - Produção de notícias da FSP sobre a expulsão dos parlamentares do Partido Trabalhadores de 30 de novembro a 30 de dezembro de 2003:

Nº	DATA	SEÇÃO	CHAPÉU	LINHA FINA	TÍTULO
01	sábado, 13 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	No Divã	Diretório Nacional do partido analisará hoje o primeiro ano do governo Lula e as perspectivas para o próximo	PT faz balanço e decide se expulsa radicais
02	sábado, 13 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	No Divã		Documento petista diz que rebeldes “uniram-se à oposição ao governo”
03	sábado, 13 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	No Divã		Deputado defende Helena e diz que PT é “genuíno”, não “transgênico”
	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	ARTIGOS/ PT NO DIVÃ		Tudo que é sólido se desmancha em... cargos (autor: FRANCISCO DE OLIVEIRA)
	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	ARTIGO		Carta a José Genoino (autor: JOSÉ ARTHUR GIANNOTTI)
04	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	Contra expulsão, Olívio Dutra troca reunião por Festa do Churrasco em Bagé	Genoino diz que seu coração dói por Babá e Luciana Genro
05	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ		Militantes pressionam PT contra expulsões
06	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	Esquerda do partido deve votar contra a expulsão, campo majoritário e centro são favoráveis à saída do (sic) parlamentares	PT espera que 66% do diretório vote (sic) contra os radicais
07	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil			Burocracia tira Suplicy de votação de senadora

Nº	DATA	SEÇÃO	CHAPÉU	LINHA FINA	TÍTULO
08	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil			No Rio, petistas históricos dizem que deixarão sigla
09	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ		Militantes históricos vão deixar sigla no Rio
10	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ		PT é coerente ao propor punições, afirma cientista
11	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	Senadora alagoana provoca em admiradores reações semelhantes às dos eleitores do presidente após a vitória	Helena atrai 'romaria' de críticos do governo
12	domingo, 14 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	Ministro da Casa Civil acusa dissidentes de "beirar a insanidade" e chama intelectuais de "pequeno-burgueses"	Radicais jogam PT para a direita, diz Dirceu
	segunda-feira, 15 de dezembro de 2003	FOLHA opinião Subseção: PAINEL DO LEITOR			PT e radicais
13	segunda-feira, 15 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	Diretório Nacional segue governo e desliga Helena, Luciana, Babá e Fontes	PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido
14	segunda-feira, 15 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ		Fora do encontro, Lula deu último aval à expulsão
15	segunda-feira, 15 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	'Não vim para me defender e sim para atacar', diz Babá; 'meu compromisso é com os de baixo', afirma Helena	Radicais usam reunião para último ataque
16	segunda-feira, 15 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	Para presidente do partido, expulsões cessam corrosão interna e reiteram fortalecimento em defesa do governo	Não há o que comemorar, afirma Genoio

Nº	DATA	SEÇÃO	CHAPÉU	LINHA FINA	TÍTULO
17	segunda-feira, 15 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	Manifestantes entoaram jingles para fustigar o PT e tentaram forçar sua entrada em hotel	Protesto inclui foguetes e fumaça vermelha
18	segunda-feira, 15 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ		A história nos julgará, diz Cristovam
19	segunda-feira, 15 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	PRÓ-GOVERNO	“Expulsão é ato de fortalecimento”
20	segunda-feira, 15 de dezembro de 2003	FOLHA brasil	PT NO DIVÃ	PRÓ-RADICAIS	“Medida sinaliza caminho suicida”

É importante registrar que, além das matérias jornalísticas, artigos e opiniões diversas sobre o fato, foram publicadas na seção “Folha Ilustrada” também algumas crônicas referentes ao tema da expulsão cujo autor é José Simão. Apesar desses textos não serem parte dos gêneros analisados, ou seja, a notícia e artigos de opinião, contribuem sobremaneira para identificar como a imagem dos parlamentares foi construída em outros “espaços” do jornal no período das publicações analisadas. Segue abaixo um quadro com algumas informações sobre o material da seção “Folha Ilustrada” da FSP:

DATA	SEÇÃO	Autor: José Simão
terça-feira, 09 de dezembro de 2003	Folha Ilustrada	(...) E atenção! Cartilha do Lula. Mais dois verbetes pro óbvio lulante. "Mala direta": companheira Heloísa Helena. (...)
sábado, 13 de dezembro de 2003	Folha Ilustrada	(...) Ecos do Quibetur. Do Circuito Habib's do Lula. É a charge do Zedassilva com o Lula andando no deserto quando viu a Heloísa Helena pulando com uma placa na mão: "Viva as Reformas". E o Lula: "Tá vendo, até a Heloísa Helena tá me apoiando". E a dona Marisa: "É miragem, seu bobo. Miragem!". Rarará! (...)
domingo, 14 de dezembro de 2003	Folha Ilustrada	(...) E as melhores do Quibetur, o Circuito Habib's do Lula. (...) sabe o que o Lula falou quando viu as pirâmides? "Só tem tijolo e defunto." E sabe por que o Lula não levou a Heloísa Helena? Pra não começar uma intifada! (...)

DATA	SEÇÃO	Autor: José Simão
terça-feira, 16 de dezembro de 2003	Folha Ilustrada	(...) E atenção! Cartilha do Lula. Mais dois verbetes pro óbvio lulante. " Contra-regra ": Heloísa Helena . (...)
quarta-feira, 17 de dezembro de 2003	Folha Ilustrada	(...) Buemba 2! Nesta semana tivemos dois assuntos bombásticos: um radical preso e uma radical livre. A Heloísa Helena. A companheira-bomba! E o meu único medo do socialismo é ter que dividir um beliche com a Heloísa Helena . E o que os radicais vão fazer agora? O Babá, clone do Pedro de Lara, vai fazer comercial de xampu. A Heloísa Helena vai virar patricinha, casar com o Suplicy e tocar CONTRAbaixo na banda do Supla. E a Luciana Genro vai virar garota-propaganda de chapinha, alisamento japonês. Aquilo é cabelo ou macarrão parafuso? Os radicais têm mais problemas estéticos que éticos! E uma amiga minha quer fazer na casa dela a mesma coisa que o PT fez: expulsar genro e babá. E a Marina Silva não compareceu ao ato de expulsão. Como ministra do Meio Ambiente ela resolveu ficar na moita. (...)
quinta-feira, 18 de dezembro de 2003	Folha Ilustrada	(...) E adorei também a charge do Amarildo com os REBAIXADOS DO BRASILEIRÃO: Saddam, Fortaleza, Bahia, Heloísa Helena, Babá e Luciana Genro . (...)

O articulista José Simão possui espaço diário para suas crônicas desde 1987 na FSP. Seus textos abordam, dentre outros temas, principalmente, a política. Apesar dos trechos das crônicas selecionadas anteriormente referirem-se ao fato da expulsão dos parlamentares, as mesmas não se incluem na análise deste estudo. A crônica e o humor acrescentado por José Simão podem ser gêneros de igual importância das notícias e artigos de opinião, mas representariam outros focos de análise do discurso. Esses trechos do quadro de José Simão ficam como sugestão para uma análise mais profunda sobre o gênero humorístico nos suportes jornal e revista, visto que a piada, longe de ser um texto neutro e ingênuo, também veicula discursos ideológicos.

Apesar disso, não se pode omitir ou deixar de perceber o foco dirigido aos parlamentares, principalmente à Heloísa Helena, que é a única parlamentar presente nos seis textos, dos quais, em quatro desses textos ela é a personagem principal sempre caracterizada como sendo “do contra”, violenta, destruidora (“companheira-bomba”) e radical. Além disso, nessas crônicas há a caracterização negativa do socialismo, a associação dos parlamentares ao ditador Saddam Hussein, a exposição e banalização dos mesmos fora do campo político, tendo suas características visuais ridicularizadas e o resultado da expulsão igualado ao

resultado do campeonato brasileiro de futebol, o “brasileirão”. Tudo isso publicado naquele período delimitado para este trabalho acadêmico.

Para analisar a RV foram selecionadas três edições que apresentam importância em sua ordem cronológica; a primeira edição (nº 1.774 de 23/10/2002) “antecipa” em doze meses o processo de expulsão dos parlamentares petistas. A segunda edição foi publicada na semana da expulsão (ed. nº 1.832 de 10/12/2003) e a última (ed. nº 1.834 de 24/12/2003), uma semana após a expulsão dos parlamentares.

III. Dos procedimentos metodológicos

Para analisar a RV foram selecionadas três matérias jornalísticas e um artigo de opinião de três edições escolhidas. O artigo de opinião foi escolhido por ser de autoria de um dos jornalistas que compõe o quadro da RV e tem, a cada duas edições, seu espaço reservado na última página para seu “ensaio”.

Através de signos verbais e não-verbais, com os quais são construídos os textos das três edições (ed. nº 1.774 de 23/10/2002, ed. nº 1.832 de 10/12/2003 e ed. nº 1.834 de 24/12/2003), procura-se evidenciar como a Veja posiciona seu discurso sobre a ala denominada pelos veículos de comunicação como “radical” do Partido dos Trabalhadores e quais os resgates culturais realizados nessas matérias. As três edições foram escolhidas por conterem, como ponto em comum, abordagens sobre a ala “radical” e a expulsão dos mesmos, demonstrando, por meio das matérias publicadas pela RV, um percurso discursivo da revista ao longo do tempo.

Visando facilitar a compreensão das análises das matérias publicadas na FSP e na RV, para as mesmas segue-se um esquema estrutural composto pela observação dos elementos icônicos (esquemas, desenhos, gravuras, fotos etc.) e paratextuais (prefácios, textos figurando na capa; título, assinatura, data, intertítulo etc.), que são diferentes no jornal e na revista, além de alguns fragmentos das matérias, de acordo com a importância de cada elemento para os fins da pesquisa. O *paratexto* representa o “conjunto de fragmentos verbais que acompanham o texto propriamente dito” Maingueneau (2004:81). Nesse conceito, entram na análise da FSP, então, elementos paratextuais como o “chapéu”, a “linha fina” e títulos (ou chamadas).

O “chapéu” é um recurso lingüístico utilizado pelos jornais, localizado antes do título (ou chamada) para ganhar a atenção do leitor do jornal. É utilizado como referência e organizador da leitura, indicando que todas as matérias com aquele “chapéu” fazem parte do

mesmo assunto. Nas matérias selecionadas, publicadas nos três dias escolhidos para análise (13, 14 e 15/12/2003), o chapéu na FSP é sempre o mesmo: “PT no divã”.

Já a “linha fina”, termo utilizado na linguagem jornalística, é o recurso que tem a função de chamar a atenção para outro ponto da matéria também relevante, além daquele destacado no título. Esta “linha fina” pode vir antes ou depois do título, mas na FSP, vem sempre em itálico, após o chapéu e antes do título. A chamada ou título é a frase chave da matéria capaz de sintetizar o que está sendo dito ao longo do texto.

Quanto aos elementos icônicos que compõem as matérias, é comum vê-los associados aos signos verbais. Conforme relata Pinto (2002), *“a mídia impressa, em especial nas capas de revistas e na primeira página dos jornais, utiliza diversas técnicas de tratamento de imagens e diagramas para definirem posições enunciativas”* (p.38). Há uma preocupação dos veículos em seus textos, como os que foram escolhidos para análise, com a escolha da foto, recorte, escolha das bordas coloridas, colocação de textos, legendas com determinadas características tipográficas.

É importante ressaltar que, ao analisar a FSP, percebe-se que em todas as matérias tem-se o relato do jornal acerca das opiniões oficiais e da oposição (esta última em menor quantidade), além da posição do próprio jornal, que se faz presente na interpretação, na seleção e no modo como mostra essas opiniões. Sendo assim, há a presença de três “vozes” a serem analisadas, que, apesar de serem feitas nesse estudo algumas análises dos discursos dessas “vozes”, ressalta-se que o foco é o destaque dos elementos culturais presentes no discurso político, bem como a relação desses elementos com a dinâmica política. Portanto, não se pretende esgotar pela Análise do Discurso, o conteúdo das matérias. De qualquer forma, em termos didáticos, a análise das matérias do Jornal FSP será dividida em três partes.

Na primeira parte, mostrar-se-á o posicionamento da FSP, destacando que a forma como as opiniões são relatadas caracteriza sua adesão ideológica. Na segunda parte, será analisada a opinião do governo mostrada pelo jornal, bem como a presença de elementos culturais e sua manipulação pelos mesmos para forjar sua posição a respeito da expulsão. Finalmente, no terceiro ponto da análise sobre as matérias da FSP, serão analisados o discurso e os elementos culturais da opinião, mediada pelo jornal, dos manifestantes contra a expulsão e dos parlamentares expulsos.

Na RV, o assunto da expulsão não teve uma seção específica ou um nome específico, como o “chapéu” criado pela FSP. O assunto aparece em editoriais diferentes nas edições analisadas, quais sejam: “eleições 2002”; “Brasil” e “A semana”. E a característica principal é

a associação de fotos, quadros e charges ao conteúdo das matérias. Não possui “linha fina”, sendo esta substituída por um subtítulo, que ocupa a função de reforçar o título.

Como já dito, não se pretende esgotar, pela Análise do Discurso, o conteúdo das matérias selecionadas. Opta-se por fazer uma leitura ampla (de como as matérias se apresentam numa leitura conjunta) e selecionar signos verbais e não-verbais para que se possa, por meio da Análise de Discurso, perceber elementos culturais que é o foco central do trabalho.

IV. Paradigma e Quadro Teórico

Para auxiliar nas análises desenvolvidas, algumas teorias são tomadas como pressupostos gerais, contando para isso com um certo aprofundamento de alguns conceitos e noções operatórias. Sobre o quadro teórico utilizado, é importante lembrar que, assim como os estudos culturais de Birmingham, este estudo compreende o objeto cultural em uma problemática de poder. Sendo assim, um conjunto de interrogações teóricas e de conceitos se faz necessário. Desses, destacam-se a ideologia, a hegemonia e a “resistência” para a presente pesquisa.

O conceito de ideologia, utilizado pelo Centro de Estudos Culturais de Birmingham, baseia-se no legado marxista, no qual:

Pensar os conteúdos ideológicos de uma cultura nada mais é que perceber, em um contexto dado, em que os sistemas de valores, as representações que eles encerram levam a estimular processos de resistência ou de aceitação do *status quo*, em que discursos e símbolos dão aos grupos populares uma consciência de sua identidade e de sua força, ou participam do registro “alienante” da aquiescência às idéias dominantes (MATTELART, 2004:73).

Pensar a ideologia conduz também ao pensamento da hegemonia. Além do pensamento de que “as idéias dominantes são as idéias da classe dominante”, Gramsci (apud Mattelart, op. cit.) questiona também as mediações pelas quais a autoridade da classe dominante e a hierarquia funcionam. Para isso, esse teórico “*integra o papel das idéias e das crenças como suportes de alianças entre grupos sociais*” e descreve a hegemonia como sendo “*a construção do poder pela aquiescência dos dominados aos valores da ordem social, pela produção de uma ‘vontade geral’ consensual*” (p.74). Por esse motivo, a noção gramsciana dispensa uma atenção especial à mídia, sendo, portanto, muito útil a este estudo.

Como terceiro conceito importante, Mattelart (Id.) aponta para o termo “resistência” que é freqüentemente empregado nos Estudos Culturais, questionando-se a especificidade do poder cultural que pode ser exercido pelas classes populares. Essa noção, por ser “fluida”, conforme relata o autor, sugere mais um espaço de debate; longe de serem consumidoras passivas, as classes populares mobilizam um repertório de obstáculos à dominação.

A idéia de resistência à ordem cultural, produzida em escala industrial, caracteriza os estudos culturais de uma forma que se refere “à *convicção de que é impossível abstrair a ‘cultura’ das relações de poder e das estratégias de mudança social*” (op. cit.; p.45). Sendo assim, Raymond Williams considera os estudos culturais, “*como uma prática, localizada em um determinado campo de forças (sic) social*” (apud CEVASCO, 2003:99). A questão teórica central para esse autor era a busca da interligação entre cultura e vida social. Williams afirma que, apesar das práticas culturais estarem sujeitas às determinações econômicas e sociais, elas também produzem significados e valores que entram ativamente na vida social e moldam seus rumos. Sob esta perspectiva, este autor desenvolveu um projeto denominado “materialismo cultural” que alia o trabalho intelectual com militância política, fazendo uma reelaboração de uma teoria marxista de cultura. De acordo com Matellart (2004), Williams “*pensa a cultura como universo de sentido, mas também como submetida a processos de produção e circulação, como capaz de exercer efeitos nas relações de força sociais*” (p.91). Os empréstimos teóricos feitos pelo materialismo cultural passaram, conforme descreve Matellart (Id.), por releituras de Marx feitas por Althusser com sua teoria sobre os “aparelhos ideológicos”. Esses empréstimos abrangem também a escola de Frankfurt (principalmente Walter Benjamin), Mikhail Bakhtin e teóricos marxistas da literatura, como Lucien Goldmann e György Lukács, além de Gramsci, com sua noção de hegemonia e suas reflexões sobre o papel dos intelectuais e suas relações com as classes populares.

O materialismo cultural, de acordo com Cevasco (2003), concebe os bens culturais como resultado de meios materiais de produção envolvendo instituições, convenções e formas concretizadas nas complexas relações sociais. Foi estabelecido por Raymond Williams como um instrumento teórico para ir além dos pensamentos tradicionais que transformavam a cultura em algo abstrato, posição essa adotada por outro modelo que norteia os estudos culturais: o “estruturalismo”. O materialismo cultural de Williams, conforme relata Cevasco (op. cit.), vê a cultura como o ponto central para a mudança, pois é por meio de suas práticas e instituições que se exerce a hegemonia; portanto, é esse o lugar em que deve se dar a luta para suplantar a hegemonia vigente. Para auxiliar nas análises do objeto deste estudo, ou seja, na identificação dos resgates culturais presentes na política brasileira, uma das ferramentas

utilizadas será a Análise do Discurso de linha Francesa, que tem como base a interdisciplinaridade, apoiando-se em conceitos e métodos da Lingüística, além de considerar, conforme Brandão (1994), outras dimensões, como o quadro de instituições em que o discurso é produzido, os embates históricos, sociais e outros que se cristalizam no discurso e o espaço próprio que cada discurso configura para si mesmo no interior de um interdiscurso. Retomando as considerações centrais feitas por Bakhtin em “*Marxismo e Filosofia da linguagem*”, Brandão (1994), considera que entre a língua (nível lingüístico) e a fala (extralingüístico) reside a linguagem como discurso.

Para Bakhtin (1997), a palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. Não pronunciamos ou escutamos palavras, mas sim verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. Daí a importância desse conceito para se trabalhar o que é veiculado pela mídia, pois a linguagem como discurso está carregada de valores, opiniões e intenções. É nesse cenário que se dá a manifestação da ideologia. Além da articulação da ideologia e discurso, são colocados os conceitos de Formação Ideológica (FI) e o de Formação Discursiva (FD), que ocupam lugar central na Análise do Discurso (AD). Este estudo adota o conceito de Ideologia, que na elaboração de Fiorin (1998), trata do conjunto de idéias, “*representações que servem para justificar e explicar a ordem social, as condições de vida do homem e as relações que ele mantém com os outros homens*” (p.29). Em suma, para esse autor, a ideologia consiste em uma dada “*visão de mundo, ou seja, o ponto de vista de uma classe social a respeito da realidade, a maneira como uma classe ordena, justifica e explica a ordem social*” (Id.).

A AD é ferramenta fundamental no estudo da mídia e para essas leituras, Maingueneau (2004) contribui sobremaneira com alguns conceitos, como, por exemplo, estereótipo, intertexto e interdiscurso. Cunha (2002), a partir da teoria formulada por Bakhtin, conclui que a produção de sentidos de um discurso envolve um complexo conjunto de semiologias, incluindo os elementos verbais (enunciados), os não-verbais (imagens, gestos, entoação da fala, estrutura visual do gênero e os elementos paratextuais – título, subtítulo, autor, gênero, suporte etc) e “*não-ditos*”, ou seja, “*porções de texto que serão inferidas, em função dos conhecimentos partilhados entre os interlocutores*” (p.167).

Sobre os estudos midiáticos destacam-se neste estudo os trabalhos de Halimi, Kucinski, Ciro Marcondes Filho e Rubim. Como já foi dito, é impossível ignorar ou até duvidar do poder exercido pela mídia em plena era da comunicação. Para Rubim (1994), além

de aparato tecnológico, a mídia institui uma nova dimensão de sociabilidade contemporânea, tornando-se espaço sócio-econômico e cultural. Daí, a seguinte afirmação desse autor:

a comunicação mediática aparece como um dos elementos cruciais de configuração da sociabilidade contemporânea ao alterar em profundidade o modo de estar, sentir, perceber e pensar o mundo. Eis mais uma das modalizações silenciadas de poder na mídia (p.39).

As relações de poder, constitutivas das relações sociais, estabelecem-se, de acordo com Rubim, de duas formas gerais entre as pessoas: através de violência/coerção (força material) ou através de convencimento/coesão (força simbólica, intelectual, emocional e/ou moral). A mídia, para Rubim (1994) atua nessa segunda força ao monopolizar a publicização, configurar uma dimensão pública governada por regras específicas e alterar os parâmetros da representação social. O espaço virtual da mídia, ainda de acordo com esse autor, transforma-se, na sociedade contemporânea, em uma das arenas essenciais da luta política. Sendo assim, para o embate midiático, as estratégias elaboradas tornam-se imprescindíveis uma vez que a mídia *“detém de modo crescente o poder de conferir ou negar existência social, publicizando ou silenciando acontecimentos e atores”* (Rubim,1997:10).

Para Kucinski (1998), a mídia, pode usurpar a verdade de diferentes maneiras, seja com calúnias, injúrias, abordagem superficial ou tendenciosa, falseando e até suprimindo informações. Ao analisar, com um mínimo de visão crítica, fatos publicados e veiculados na mídia, em todos, encontraremos o caráter de manipulação e a atuação do poder em seus quadros.

Já para tratar da questão política e seus componentes, a distinção dos campos “esquerda” e “direita” e a relação de política, cultura e mídia, este estudo conta, principalmente, com as contribuições de Bobbio (2001), Sader (1995a; 1995b), Rubim (1994; 1995; 2000; 2004) e Ianni (1983).

No que diz respeito à retórica utilizada nos discursos analisados, Albert Hirschman (1992) também contribui como base teórica no desenvolvimento deste trabalho. Para esse autor, três teses – da perversidade, da futilidade, da ameaça - resumem os principais meios de criticar, atacar e ridicularizar através da argumentação retórica. Em seu estudo, Hirschman examina discursos, argumentos e retórica, considerados histórica e analiticamente, enfatizando a forma como foram dirigidos de maneira infalível contra três medidas “revolucionárias”, “progressistas” ou “reformistas”, quais sejam: a Revolução Francesa, o Sufrágio Universal e a Ascensão do Welfare State. O autor também compara a influência política dessas teses.

Hirschman, para comprovar a presença da *tese da perversidade*, ou tese do efeito perverso, apontará que o discurso conservador do capital dirá que “*qualquer ação proposital para melhorar um aspecto da ordem econômica, social ou política só serve para exacerbar a situação que se deseja remediar*” (op. cit; p.15). Para não lançar um ataque aberto contra as propostas de mudança sugeridas, perversamente, os argumentos utilizados conduzem à opinião de que determinada ação “*produzirá, por meio de uma cadeia de conseqüências não intencionais, o exato oposto do objetivo proclamado e perseguido*” (p.18). Em suma, ao invés de dizer que a meta de determinado movimento ou política não será alcançada, ou terá custos inesperados ou, ainda, efeitos colaterais negativos, esses argumentos afirmam que a sociedade se moverá, mas na direção contrária à desejada. Tal argumento, o da *perversidade*, tem sido bastante utilizado por gerações de “reacionários” e têm se mostrado eficaz diante da opinião pública.

Já no arcabouço da *tese da futilidade*, Hirschman identificou que os argumentos utilizados sustentam “*que as tentativas de transformação social serão infrutíferas, que simplesmente não conseguirão ‘deixar uma marca’*” (p.15). Ao contrário da tese da *perversidade*, nessa forma de raciocínio, deixa-se explícito que a mudança nunca ocorrerá, e que, apesar das tentativas, não terão nenhum efeito. Geralmente, são ditos engenhosos que buscam a ridicularização ou a negação dos esforços e da possibilidade de mudanças. Apesar desse tipo de argumento parecer mais moderado que a *tese da perversidade*, de acordo com o mesmo autor, o raciocínio da *futilidade* é mais *insultuoso* aos “agentes da mudança”, pois “*a demonstração ou descoberta de que tal ação é incapaz de fazer qualquer diferença deixa os promotores da mudança humilhados, desmoralizados, em dúvida sobre o sentido e o verdadeiro motivo de seus esforços*” (op. cit; p.45).

Por fim, na *tese da ameaça*, argumenta-se que “*o custo da reforma ou mudança proposta é alto demais, pois coloca em perigo outra preciosa realização*” (p.16). Nas teses anteriores, *perversidade* e *futilidade*, de acordo com o autor, os argumentos são simples e explícitos, ou seja, nenhuma mudança ocorrerá ou a ação proposta terá resultados opostos aos desejados. Essa terceira forma de argumentar contra uma mudança - a *ameaça* - assevera que a proposta, ainda que talvez desejável em si, acarretará custos ou conseqüências inaceitáveis de um ou outro tipo. Para isso, esse raciocínio “*implica um argumento mais complexo e historicamente fundado que os outros dois*” (p.76). Esse raciocínio requer um cenário e uma consciência histórica específica como pano de fundo. Nesse tipo de argumentação, diz Hirschman:

O reacionário veste-se mais uma vez com a roupagem do progressista e argumenta como se tanto o progresso antigo quanto o novo fossem desejáveis, e então, de modo típico, mostra de que maneira uma nova reforma, se levada a cabo, poria em *perigo* mortal outra mais antiga e muito apreciada, que poderia ter sido posta em prática recentemente (op. cit; 1992:75).

As teses da *perversidade, futilidade e ameaça*, apesar de se constituírem em raciocínios típicos dos ataques conservadores a políticas realmente progressistas, de acordo com o autor, não são propriedade exclusiva dos “reacionários”, dado que tais argumentos “*podem ser invocados por qualquer grupo que se oponha ou tenha críticas a alguma nova política, proposta ou recentemente colocada em vigor*” (p.16). Por esse motivo, as teses elaboradas por Hirschman tornam-se importantes para este estudo, posto que também poderão ser identificadas nos discursos analisados e ajudar a responder a noção da Formação Discursiva capitalista como um todo em oposição a outro eventual sistema.

A investigação de textos midiáticos não deve prescindir, ainda, de alguns fundamentos, como *domínio discursivo, suporte e gênero discursivo*. De acordo com Marcuschi (2002), chama-se *domínio discursivo* “*a esfera ou instância de produção discursiva ou de atividade humana*” (p.23). Esses *domínios* proporcionam o surgimento de discursos bastante específicos. O discurso jornalístico é um exemplo de *domínio discursivo*, posto originar vários gêneros discursivos, como o artigo de opinião e a notícia jornalística, gêneros que serão analisados neste estudo.

Ao modo de existência material de um “texto”, seja oral, manuscrito, impresso, decodificado por aparelhos ou “estocados” (memória de computador), denomina-se *suporte*. A forma material como o texto é transmitido imprime, de acordo Maingueneau (2004), um aspecto específico ao texto e organiza os usos que podemos fazer dele. Portanto, rádio, jornal, televisão, revista, fala, dentre outros, não podem ser vistos meramente como “transportadores” da mensagem, visto que mudanças no suporte material modificam o gênero do discurso. Um debate político pela televisão é diferente de um debate voltado apenas para os presentes em uma determinada sala.

Completando essa análise, Maingueneau (op. cit.) acrescenta ainda que o texto, qualquer que seja ele, pertence a uma categoria de discurso, chamada de gênero de discurso:

Entendemos por gênero de discurso dispositivos de comunicação que só podem aparecer quando certas condições sócio-históricas estão presentes. (...) Os gêneros de discurso pertencem a diversos tipos de discurso associados a vastos setores da atividade social ex: o talk show é um gênero de discurso no interior do tipo de discurso “televisivo” que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais vasto, o tipo de discurso “midiático” (p.61).

Para Bakhtin (2000), os integrantes das diversas esferas da atividade humana utilizam a língua em forma de enunciados e cada esfera de utilização da língua elabora seus gêneros. Utilizamos sempre dos gêneros do discurso para falar, ou seja, temos sempre uma forma padrão e relativamente estável de estruturação da fala. A escolha do gênero do discurso, conforme relata Bakhtin (op. cit.), é determinada pela especificidade de um certo campo da comunicação verbal:

Os gêneros do discurso organizam nossa fala da mesma maneira que a organizam as formas gramaticais (sintáticas). Aprendemos a moldar nossa fala às formas do gênero e, ao ouvir a fala do outro, sabemos de imediato, bem nas primeiras palavras, pressentir-lhe o gênero, adivinhar-lhe o volume (a extensão aproximada do todo discursivo), a dada estrutura composicional, prever-lhe o fim, ou seja, desde o início, somos sensíveis ao todo discursivo que, em seguida, no processo da fala, evidenciará suas diferenciações. Se não existissem os gêneros do discurso e se não os dominássemos, se tivéssemos de criá-los pela primeira vez no processo da fala, se tivéssemos de construir cada um de nossos enunciados, a comunicação verbal seria quase impossível (Bakhtin, 2000:302).

Sendo assim, ao se considerar esses conceitos de *domínio discursivo*, *suporte* e *gênero do discurso*, é importante diferenciar os suportes - jornal e revista (objetos de estudo) - e os gêneros discursivos a serem analisados.

Um gênero de discurso, como sendo uma atividade social, está submetido a um conjunto de condições de êxito descritos por Maingueneau (2004). Dentre essas condições, existe “*uma finalidade reconhecida: (...) A determinação correta dessa finalidade é indispensável para que o destinatário possa ter um comportamento adequado ao gênero de discurso utilizado*” (p.66). O jornal e revista semanal têm como finalidade principal a divulgação periódica de notícias.

Para se ter êxito, o gênero precisa também ter um estatuto de parceiros legítimos, ou seja, que papel assumem o enunciatador e o co-enunciatador? Cada gênero determina de quem parte e a quem se dirige a fala. A mediação, conforme descreve Ribeiro (1994) “*é uma complexa sintonia, pela qual o receptor reconhece no veículo autoridade de interpretar os fatos, com proximidade e distanciamento*” (p.13). Tanto o jornal quanto a revista, como imprensa, possuem o papel de mediador que representa para o leitor a possibilidade de atuar na vida social a partir das informações obtidas na leitura.

Continuando as condições de êxito do gênero, descritas por Maingueneau (2004), é preciso dizer que é constitutivo de todo gênero de discurso ter um lugar e o momento legítimos. Quanto à temporalidade de um gênero do discurso, o autor descreve alguns eixos em que esta se dá: a periodicidade; uma duração de encadeamento; continuidade e validade.

A periodicidade do jornal e da revista é diferente; e isso influencia no gênero discursivo. O registro do cotidiano é uma das caracterizações centrais do jornal, que, por ser diário, trabalha com matéria-prima fugaz do dia anterior, enfatizando a imediaticidade conjugada com um certo grau de reflexão. Por sua vez, a revista, neste caso, a RV, é semanal e se diferencia na medida em que, através de suas matérias pode-se fazer uma “análise” global de todos os fatos ocorridos na semana anterior. Assim como para o jornal, com o cotidiano, nem tudo o que acontece na semana anterior, no mundo, é passível de ir para a revista na semana seguinte; isso inclui uma dose de subjetividade no recorte e na seleção dessas notícias. A revista tem a possibilidade de fazer uma análise com mais profundidade por poder selecionar os acontecimentos de um mesmo fato durante uma semana, tomando, inclusive, as matérias dos jornais como referência.

A “duração de encadeamento”, a “continuidade” e a “validade” dos gêneros estão correlacionadas na medida em que, por exemplo, um jornal e uma revista podem ser lidos através de duas durações de leitura: apenas pelo levantamento dos elementos em destaque na matéria e seguido de uma eventual leitura completa do texto. A continuidade do encadeamento e a duração de validade diferenciam-se entre esses veículos por que a leitura de um jornal diário pode ser interrompida várias vezes ao longo do dia e sua duração, em geral, é de apenas 24 horas. Já o conteúdo da revista é considerado válido pelo período de, pelo menos, uma semana; por isso, sua leitura pode ser interrompida e retomada várias vezes durante os dias da semana.

Maingueneau (op. cit.) descreve ainda que para um gênero ser caracterizado é preciso recorrer aos conceitos de “contrato”, “jogo” e “papel”; ou seja, um gênero é regido por normas que *“exigem daqueles que dele participam a aceitação de um certo número de regras mutuamente conhecidas e as sanções previstas para quem as transgredir”* (p.69). O jornalista, tanto do suporte jornal quanto de revista, deve assumir um contrato implicado no gênero do texto de que participa (notícia, artigo de opinião, editorial etc.). Além disso, a própria direção de redação do veículo possui em seus “manuais” as regras para que uma matéria seja publicada ou não (mesmo para as matérias assinadas). Isso ocorre porque, apesar do responsável jurídico, em casos de processo judicial contra o que foi publicado, ser o autor do texto, as responsabilidades jornalística e política pelas publicações são do veículo.

O autor da notícia ou do artigo, de acordo com BARROS (2002), também tem um contrato com o leitor por seguir normas quanto ao assunto, à forma de discuti-los e aos códigos que envolvem princípios, como verdade, clareza, pertinência, informação necessária e regras de polidez. A noção de “jogo” envolve as regras preestabelecidas e mutuamente

conhecidas que devem ser respeitadas e, a noção de “papel”, presume que “*cada gênero de discurso implica os parceiros sob a ótica de uma condição determinada*” (Maingueneau, 2004:70).

O artigo de opinião e a notícia jornalística, presentes tanto no suporte “jornal” quanto no suporte “revista”, constituem gêneros textuais do discurso jornalístico que, por sua vez, faz parte de um conjunto mais vasto, o discurso midiático. Ao diferenciar a notícia e o artigo de opinião, Barros (2002) descreve que a “notícia” caracteriza-se pelo registro dos fatos de maneira objetiva, imparcial e descomprometida, permitindo, assim, que o leitor tire suas próprias conclusões. Mas, de acordo com a autora, isso, na prática, não ocorre, pois o comprometimento do jornalista com o fato fica evidente já na escolha do ângulo do relato. Para ampliar esta conclusão da autora é preciso registrar que a opção por determinado ângulo, geralmente está ligada ao posicionamento político da empresa onde o jornalista trabalha. Já os artigos de opinião têm como característica principal a interpretação ou opinião do autor, que tem uma maior aproximação com o seu texto ao utilizar avaliações, modalizações e recursos retóricos que marcam sua visão de mundo. Ainda de acordo com essa autora:

(...) questões controversas, que despertem polêmica em determinados círculos sociais, constituem a razão de ser dos textos de opinião. Para isso, o autor deve antecipar as posições do interlocutor para poder refutá-las, uma vez que a compreensão responsiva ativa é prevista na atividade de produção (Barros, op. cit.:p.212).

A principal diferença entre os gêneros “notícia” e “artigos de opinião” é o que objetiva cada um deles. De acordo com Broucker (Apud Cunha, 2002), “*o texto de informação visa a fazer saber, como é o caso da notícia, enquanto o de comentário procura fazer valer uma convicção, um julgamento, um sentimento, como nos artigos de opinião*” (p.170). A notícia, para Van Dijk (apud Cunha, op. cit.), é um gênero que organiza de maneiras diferentes a estrutura do texto, que obedece a uma ordem indicativa da importância da informação. Os tópicos mais importantes ficam em primeiro lugar. Na notícia, há o relato do acontecimento atual, de interesse público geral ou de determinado segmento da sociedade. Já o artigo de opinião utiliza um texto claramente argumentativo, no qual é exposto o ponto de vista de um jornalista ou de um colaborador do jornal, utilizando dêiticos e presente do indicativo. Cunha (op. cit.) diferencia esses dois gêneros da seguinte forma:

A notícia é uma espécie de relato, constituída de fragmentos de discursos, de modo que se suprimíssemos as falas alheias, não restaria quase nada. Essa estratégia de tornar presente a fala de outro pode servir para marcar uma posição discursiva ou para tornar a informação mais verdadeira. (...) O artigo de opinião é constituído de outros discursos sobre os fatos comentados e de antecipações das objeções do leitor, para fazer aderir ao seu ponto de vista e para criticar os outros com os quais mantém uma relação de conflito. (Cunha, 2002:179).

Para o desenvolvimento das análises deste trabalho, recorreu-se também à classificação de “discursos”, elaborada por Marcuschi (1995). Ao realizar uma pesquisa sobre a reprodução das opiniões de alguém pelos jornais brasileiros, o autor considerou dois tipos de discursos que, pela afinidade dos temas, serão utilizados neste estudo também; são eles: o *discurso do poder* e o *discurso de populares*. Para Marcuschi, “discurso do poder” é uma categoria que envolve a produção discursiva em três níveis distintos: o *discurso oficial*, o *pára-oficial* e o *discurso da oposição*.

O *discurso oficial* compreende o discurso governamental através das opiniões dos membros do governo. O *discurso pára-oficial* corresponde às opiniões oficiais, mas sem as fontes do governo, apesar de estarem ligadas ou serem identificadas com o mesmo, como o clero, setores da indústria, universidades. Já o *discurso da oposição* corresponde às opiniões dos partidos políticos da oposição ao governo, além de incluir parte do clero e todas as instituições contrárias ao governo.

O relato feito dos discursos oficiais e pára-oficiais são diferentes do tratamento que é dado ao discurso da oposição. A diferença entre os dois está no fato de que:

Os discursos oficial e pára-oficial são relatados sancionadamente, sendo essas opiniões muitas vezes tratadas como fatos. São em geral declarações, ameaças, recomendações etc. O discurso da oposição é relatado de forma mais cautelosa, cai na responsabilidade de quem o produziu, geralmente não recebe endosso nem é transformado em fato (MARCUSCHI, 1995:99).

Já o *discurso de populares* é aquele produzido por pessoas anônimas que aparecem nos noticiários e em “entrevistas” em delegacias. O relato desse tipo de discurso é feito com um número pequeno de verbos introdutórios e geralmente são estigmatizados.

Para analisar o evento da expulsão dos parlamentares, estabelece-se, ainda, um diálogo indispensável com o conceito de *discurso do poder*, adotando a noção de discurso oficial para denominar o discurso da cúpula petista, líderes do governo Lula, incluindo o Presidente, que decidiram pela expulsão e propuseram a votação sumária no Partido. Para o *discurso da oposição*, verificam-se as opiniões dos parlamentares que seriam expulsos, pois apesar de fazerem parte do partido do governo, a expulsão se deu pelo fato dos mesmos terem divergências políticas com a cúpula do governo e manterem posições contrárias a esse. O discurso de populares é caracterizado pelo discurso das pessoas “anônimas”, participantes dos atos pró ou contrários à expulsão dos quatro parlamentares do PT.

Ainda com o auxílio desse autor, será utilizado nas análises desse estudo a noção de verbos introdutórios de opinião. De acordo com Marcuschi (op. cit.;) existem diversas formas de relatar a opinião de alguém; uma delas é por meio dos verbos que introduzem opiniões que

têm como função primeira sintetizar em uma só palavra o sentido do discurso a ser relatado. Essa palavra escolhida caracteriza ideologicamente o enunciador do texto. Mas, alerta o autor, “*a semântica dos verbos introdutores de opinião não pode ser feita à margem dos contextos de enunciação e fora das condições de produção do discurso como tal*” (p.96).

Ao associar a noção de verbos introdutores com os tipos de discursos descritos anteriormente, Marcuschi (id.) afirma que “*exceto algumas construções adverbiais comuns a ambos [discurso do governo e da oposição], os verbos mais fortes (...) estão com o relato do discurso do governo. É uma maneira de endossar a opinião tida como oficial, deixando a outra a cargo de quem a proferiu*” (p.111). Ainda para esse autor, sabendo-se que as palavras são instrumentos de ação, é difícil isentar-se da manipulação no ato de informar. A opinião informada é sempre apresentada como um discurso interpretado, sendo impossível, para esse autor, que seja informada neutramente. O jornalista, por ser receptor e emissor ao mesmo tempo, ao relatar as opiniões de alguém, torna-se um filtro, ou seja, ao exercer esse papel, implica em uma tomada de posição.

Os verbos introdutores de opinião estão diretamente ligados a outro conceito importante para este estudo: o *discurso citado* que, por sua vez, nos leva a considerar outros conceitos-chave, como a *polifonia*, *dialogismo*, *interdiscurso* e *intertexto*.

O *discurso citado*, de acordo com Maingueneau & Charaudeau (2004), refere-se aos diversos modos de se representar, no discurso, as falas atribuídas a outros que não o locutor. As três formas clássicas do discurso citado são: os discursos direto, indireto e indireto livre. As *aspas*, o *itálico*, a *modalização* e as *alusões* também são procedimentos utilizados para a citação de um discurso que o locutor utiliza de acordo com seu propósito.

O *Discurso Direto* (DD) caracteriza-se, de acordo com Maingueneau (2004), em eximir o enunciador de qualquer responsabilidade, além de simular a restituição das falas citadas, dissociando claramente o discurso citante do discurso citado. A citação em Discurso Direto indica ser exata a reprodução das próprias palavras do enunciador citado. Apesar disso, Maingueneau (2004) descreve que o DD não pode ser objetivo, pois “*por mais que seja fiel, o discurso direto é sempre apenas um fragmento de texto submetido ao enunciador do discurso citante, que dispõe de múltiplos meios para lhe dar um enfoque pessoal*” (p.141).

Para o mesmo autor, a escolha por esse procedimento como forma de citar outro discurso está ligada, geralmente, ao gênero do discurso em questão ou aos objetivos do texto, uma vez que o locutor pode objetivar a criação de autenticidade (mostrando que as palavras “realmente” foram proferidas), de distanciamento (por adesão ou não ao discurso citado. Quando não adere, o DD serve para não “misturar” o dito com o que o locutor efetivamente

assume. Quando o locutor adere ao dito, o DD explicita, através da citação, sua adesão respeitosa ao dito) e, finalmente, quando o locutor objetiva se mostrar sério, objetivo.

Já o discurso indireto (DI) caracteriza-se, também de acordo com Maingueneau (op. cit.), pela tradução das falas citadas, dado que as palavras exatas não são relatadas, mas sim o *conteúdo do pensamento*. Nesse procedimento, assim como no discurso direto descrito anteriormente, a escolha do verbo introdutor do discurso é muito importante, pois “*condiciona a interpretação, dando um certo direcionamento ao discurso citado*” (p.150). Nessa forma de citação de discurso, há ainda uma forma híbrida denominada de *ilha textual* ou *ilha enunciativa*, muito utilizada no jornalismo. Por esse procedimento, o enunciador citante utiliza o DI associado a algumas palavras atribuídas a enunciadores citados. Nesse caso, apenas a tipografia permite verificar que uma parte do texto não é assumida pelo relator (usam-se as aspas ou o itálico).

A última forma clássica do discurso citado, o Discurso Indireto Livre (DIL), caracteriza-se por ser uma forma híbrida de citação que combina recursos do DD e do DI. Ele não tem marcas próprias e, fora do contexto, não pode ser identificado como tal. Há, de acordo com Maingueneau (id.), “*uma mistura perfeita entre duas vozes*” (p.153). Não se pode afirmar exatamente, em um fragmento que se utiliza do DIL, que palavras pertencem ao enunciador citado e quais pertencem ao enunciador citante; é pouco utilizado na imprensa.

Finalizando as considerações sobre o discurso citado é importante frisar que Maingueneau & Charaudeau (2004) descrevem três grandes direções para as quais se deve atentar em matéria de discurso citado: (1) *A posição de quem cita e do destinatário: quem cita o quê para quem?* (2) *As diferentes maneiras de citar: existem múltiplas formas de discurso citado (...)*. (3) *A maneira pela qual quem cita avalia o enunciado para integrá-lo*. Bakhtin (2000) ressalta a importância da entonação dada ao discurso do outro na inter-relação estabelecida entre os dois discursos (o outro introduzido no discurso pessoal):

A expressão do locutor se infiltra através dessas fronteiras e se difunde no discurso do outro que poderá ser transmitido num tom irônico, indignado, simpático, admirativo (essa expressão é transmitida por uma entonação expressiva, e no discurso escrito nós a adivinhamos e a percebemos graças ao contexto que envolve o discurso do outro, ou graças à situação transversal que sugere a expressão apropriada). Desse modo, o discurso do outro possui uma expressão dupla: a sua própria, ou seja, a do outro, e a do enunciado que o acolhe (Bakhtin, p.318).

A *entonação expressiva*, referida por Bakhtin (op. cit.), é outro conceito importante que contribui sobremaneira nas análises dos objetos, pois se trata da *expressividade* do locutor que existe em todo enunciado, ou seja, “*um enunciado absolutamente neutro é impossível. A relação valorativa com o objeto do discurso (seja qual for esse objeto) também determina a*

escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado” (id.). Para esse autor, a emoção, o juízo de valor e a expressão só estão presentes na medida em que as palavras são utilizadas em determinada situação e com determinada intenção discursiva. A expressividade nasce quando a palavra entra em contato com a “*realidade efetiva através do enunciado individual*” (op. cit; p.313). Nesse caso, analisar as matérias jornalísticas, tanto da FSP quanto da RV, para além de analisar o léxico, a gramática e a composição dos textos, envolve analisar também o “tom” que é dado ao discurso através do contexto e de sua expressividade.

Como dito anteriormente, o conceito de discurso citado leva a outros, como a *polifonia, dialogismo, interdiscurso e intertexto*. Bakhtin, em 1929, acrescentou à noção de *polifonia* um valor e um sentido que a caracterizou como sendo os vários pontos de vista diferentes que um texto veicula. De acordo com Brandão (1994) essas vozes identificadas por Bakhtin e que caracterizam a *polifonia* “*representam várias vozes a falarem simultaneamente sem que uma dentre elas seja preponderante e julgue as outras*” (p.52). Maingueneau & Charaudeau (2004) afirmam que os protagonistas da enunciação possuem marcas no enunciado, ou seja, “*outros pontos de vista além dos do emissor e do receptor podem ser veiculados através do enunciado*” (p.385). Para esses autores, em Análise do Discurso, essa noção freqüentemente intervém para tratar de problemas associados às várias formas de discurso citado. A *polifonia*, sendo “*marcada por diversos meios lingüísticos (lexicais, sintáticos etc.), manifesta na interpretação do discurso. (...) Falaremos de “polifonia” se no texto se estabelece um jogo entre várias vozes*” (id.).

Já o conceito de *dialogismo*, conforme descrevem Maingueneau & Charaudeau, “*se refere às relações que todo enunciado mantém com os enunciados produzidos anteriormente, bem como com os enunciados futuros que poderão os destinatários produzirem*” (p.160). Esses autores utilizam o conceito elaborado por Bakhtin, para quem, todo enunciado tem uma orientação dialógica, visto que o discurso estabelece uma interação viva e intensa com o discurso de outrem:

Toda comunicação humana, de qualquer tipo de que seja e toda enunciação, por mais significante e completa que ela seja por si mesma, constitui apenas uma fração de uma corrente de comunicação verbal ininterrupta (...). No entanto, essa comunicação verbal ininterrupta constitui, por sua vez, apenas um elemento da *evolução* ininterrupta de um grupo social dado. (Bakhtin e Volochinov, apud Maingueneau & Charaudeau, 2004:161).

Falar sobre *dialogismo*, por sua vez, remete aos conceitos de *interdiscurso* e *intertexto*, pois, conforme descreve Brandão (1994), “*esses ‘fios dialógicos vivos’ são os ‘outros*

discursos' ou o discurso do outro que, intertextualmente, colocados como constitutivos do tecido de todo discurso, têm lugar não ao lado mas no interior do discurso” (p.53). O discurso, de acordo com Maingueneau (2004), só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos. Essa característica é denominada de *interdiscursividade*.

Sendo assim, ao interpretar um enunciado, o mesmo deve ser relacionado a outros que podem ser comentados, parodiados ou até citados. O interdiscurso, para Maingueneau & Charaudeau (2004), também é classificado como o conjunto das unidades discursivas que se relacionam implícita ou explicitamente com um *discurso particular*; é, também, “*um espaço discursivo, um conjunto de discursos (de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos) que mantêm relações de delimitação recíproca uns com os outros*” (p.286).

A diferenciação de *interdiscurso* e *intertexto* dá-se na medida em que, esse último, caracteriza-se, de acordo com Maingueneau & Charaudeau (Id.), em uma retomada de textos configurados e ligeiramente transformados, como na paródia: “*Intertexto é o conjunto de fragmentos convocados (citações, alusões, paráfrase) em um corpus dado (...). O uso tem a tendência de empregar intertexto quando se trata de relações com textos fonte precisos (citação, paródia...)*” (p.289). Todo texto é um intertexto na medida em que outros textos estão presentes nele, em níveis variados e sob formas reconhecíveis ou não. O intertexto está subjacente à intertextualidade que, conforme descrições de Maingueneau & Charaudeau (2004), compreende “*o sistema de regras implícitas que subjaz a esse intertexto, o modo de citação que é julgado legítimo pela formação discursiva, o tipo ou o gênero de discurso do qual esse corpus provém*” (p.289). Além disso, esses autores ainda distinguem dois tipos de intertextualidade: “*interna*” que se refere a um discurso e sua relação com aqueles do mesmo campo discursivo e a “*externa*” que diz respeito à intertextualidade entre discursos de campos discursivos diferentes.

Finalmente, como contribuição à análise, é preciso evidenciar o conceito denominado de *acabamento*, elaborado também por Bakhtin:

O *acabamento* do enunciado é de certo modo a alternância dos sujeitos falantes vista do interior; essa alternância ocorre precisamente porque o locutor disse (ou escreveu) *tudo* o que queria dizer num preciso momento e em condições precisas. Ao ouvir ou ler, sentimos claramente o fim de um enunciado, como se ouvíssemos o “*dixi*” conclusivo do locutor (Bakhtin, 2000:299).

Para Bakhtin, o *acabamento* possibilita uma reação ao enunciado, através de uma resposta, ou seja, uma “*atitude responsiva ativa*” para com ele. Por exemplo, concordar ou discordar do que foi enunciado, cumprir o que foi ordenado etc. Há três fatores que, de acordo com esse autor, estão indissociavelmente ligados ao todo do enunciado e que determinam a

possibilidade de resposta gerada pelo acabamento do enunciado, sendo eles: “1) o tratamento exaustivo do objeto do sentido; 2) o intuito, o querer-dizer do locutor; 3) as formas típicas de estruturação do gênero do acabamento” (p.299).

Sobre o primeiro fator, Bakhtin (2000) ressalta que, teoricamente, todo objeto é inesgotável, mas, em condições determinadas, pode receber um acabamento relativo que o coloque dentro dos limites dos objetivos do autor, ou seja, do querer-dizer do locutor, o que nos leva ao segundo fator determinante da atitude responsiva ativa. Em qualquer enunciado podemos captar o *intuito discursivo* do locutor que determinará o todo do enunciado. Podemos perceber o que o locutor *quer* dizer e, é em comparação a esse intuito discursivo que se mede o acabamento do enunciado. E, como terceiro fator, temos a escolha do gênero de discurso que é determinado pelo intuito discursivo do locutor. Essa escolha, de acordo com Bakhtin (Id.) é determinada por fatores como a especificidade de uma dada esfera da comunicação verbal, da temática, dos parceiros etc.

Pelo fato de a mídia impressa não se constituir apenas por palavras, mas também por imagens, faz-se necessário para as análises do objeto deste estudo, recorrer também às contribuições teóricas sobre o não-verbal.

i. Teorização do não-verbal

A ferramenta fundamental sobre as teorias do não-verbal será fornecida por Roland Barthes com seu estudo sobre a semiologia e a retórica da imagem. Em um estudo de 1979, Barthes diz que a semiologia tem por objeto qualquer sistema de signos, independentemente de sua substância ou limites, como exemplo, as imagens, gestos, sons, objetos e os complexos dessas substâncias que se encontram nos ritos, protocolos ou espetáculos.

Em 1985, o mesmo autor amplia o conceito de linguagem, discurso e fala, dizendo:

Entender-se-á, portanto, daqui para diante, por linguagem, discurso, fala etc., toda a unidade ou toda a síntese significativa, quer seja verbal ou visual: uma fotografia será, por nós, considerada fala exatamente como um artigo de jornal; os próprios objetos poderão transformar-se em fala se significarem alguma coisa (p.133).

A imagem, para esse autor, é composta de signos linguísticos, icônicos e plásticos que constroem juntos uma significação global e implícita. Essa significação funciona, em termos de retórica, por dois modos: a) persuasão/argumentação; b) em termos de figuras. Para ele, uma imagem pretende sempre dizer algo diferente do que representa no primeiro grau, isto é, no nível da denotação. Essa segunda leitura, ou interpretação, dá-se por meio da ideologia. Por isso, afirma que “*a fotografia é subversiva, não quando aterroriza, perturba ou mesmo estigmatiza, mas quando é pensativa*” Barthes, 1984:62.

Jacques Durand, nos anos 70, em *Retórica da imagem publicitária*, estudou as figuras de retórica e suas funções de significação relacionadas às imagens publicitárias. Com o auxílio dos estudos de Barthes, Durand encontrou todas as figuras clássicas da retórica na imagem publicitária. Esse estudo, junto com os estudos de Barthes e Jakobson, permitiu a ampliação da retórica da linguagem verbal para uma retórica geral, aplicável a todos os tipos de linguagens. Sendo assim, os estudos de Barthes são tomados como base das diretrizes norteadoras das análises sobre as imagens publicadas junto às matérias recortadas para o presente trabalho.

Dentre as informações desta parte introdutória, apresentou-se as teorias tomadas como pressupostos gerais para as análises do objeto. No capítulo seguinte, parte-se para as análises da política e seus elementos na contemporaneidade.

CAPITULO I

A POLÍTICA E SEUS COMPONENTES NA CONTEMPORANEIDADE

As transformações econômicas, sociais e políticas que vêm se desenvolvendo no mundo acarretaram e continuam acarretando tensões e conflitos nas relações entre sociabilidade, cultura e poder. Analisar o significado dessas transformações com um pensamento crítico que enfrente essas tensões é primordial e antecede, portanto, o debate acerca da política e seus componentes na contemporaneidade.

Começamos então pelo ideário político e hegemônico denominado de Neoliberalismo, implantado nos anos 70 a partir do ideário liberal, mas já planejado desde 1944 com o texto “*O caminho da Servidão*”, de Friedrich Hayek. De acordo com Anderson (1995), esse texto era um ataque contra as limitações dos mecanismos de mercado implantados pelo Estado. Esta limitação era denunciada por Hayek como “*uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política*” (p.09).

Enquanto o capitalismo estava no auge (anos 50 e 60), com o crescimento mais rápido de sua história, os argumentos neoliberais sobre os perigos que a regulação de mercado apresentavam não tinham tanta força. Mas, com a crise em 1973, caracterizada por uma longa recessão, as idéias neoliberais ganharam a força que precisavam e, a partir da sua implantação na Inglaterra com o governo Thatcher, se irradiaram pelo mundo todo.

Para Sader (1995a) o neoliberalismo é “*uma forma de dominação de classe adequada às relações econômicas, sociais e ideológicas contemporâneas*” (p.146). Caracterizado por sustentar que não existe solução fora do modelo que propõe, o modelo neoliberal, apresenta-se como pensamento único e inquestionável, além de promover a desigualdade social, o individualismo e o egoísmo que, conforme descreve Arce (2000), induzem à passividade, à indiferença às questões políticas e ao conseqüente enfraquecimento do tecido social. Ainda caracterizando o neoliberalismo, Sader (1995a) afirma que o mesmo:

Reinterpreta o processo histórico de cada país: os vilões do atraso econômico passam a ser os sindicatos, e junto com eles, as conquistas sociais e tudo o que tenha a ver com a igualdade, com a equidade e com a justiça social. Ao mesmo tempo, a direita, os conservadores, se reconvertem à modernidade na sua versão neoliberal, via privatizações e um modelo de *Estado Mínimo* (p.147).

Contemporâneo a este ideário político, econômico e social, surge então as teorias pós-modernas, caracterizadas pelo individualismo, pela permuta da objetividade pela

subjetividade, pelas alteridades e irracionalismo. Para Eagleton, pós-moderno significa aproximadamente:

o movimento de pensamento contemporâneo que rejeita totalidades, valores universais, grandes narrativas históricas, sólidos fundamentos para a existência humana e a possibilidade de conhecimento objetivo. O pós-modernismo é cético a respeito da verdade, unidade e progresso, opõe-se ao que vê como elitismo na cultura, tende ao relativismo cultural e celebra o pluralismo, a descontinuidade e a heterogeneidade. (2005:27).

O discurso sobre o pós-moderno teve início por volta de 1960 no campo da cultura, conforme descreve Kellner (2001), se alastrando pela arquitetura até o surgimento de concepções mais amplas de uma *“nova era de pós-modernidade, de uma ruptura com a modernidade, nas teorias de Baudrillard, Lyotard e outros”* (p.71). Nos anos 80 e 90 houve uma grande proliferação desses discursos.

As teorias pós-modernas desfazem o pensamento crítico, negam a continuidade temporal, a história e a universalidade. Nas palavras de Arce (2000), *“mergulhado em si mesmo, o indivíduo torna-se incapaz de perceber o conjunto de medidas e idéias que regem o cotidiano (...) o pós-modernismo acaba por reforçar o individualismo cego e exacerbado apregoado pelas políticas neoliberais”* (p.48). Propagam “novos paradigmas” ao mesmo tempo em que referendam que a realidade é fragmentada, portanto, impossível de ser apreendida na totalidade. Neste cotidiano fragmentado, os indivíduos trocam as grandes lutas da humanidade por pequenas lutas, ou seja, interesses particulares em detrimento de interesses da sociedade.

Tendo em vista essas colocações a respeito das teorias pós-modernas, é possível associá-las e afirmar, como o faz Duarte (2000), que o pós-modernismo é útil à classe dominante do capitalismo contemporâneo e ao neoliberalismo. Como essa teoria, de acordo com Eagleton (2005), deposita sua confiança no pluralismo, em uma ordem social diversificada, passa-se de um único conjunto de regras para um estoque disparatado de subculturas, cada uma delas em divergência com as outras. Nessa visão, o capitalismo, na maior parte do tempo, está ansioso para juntar o maior número possível de culturas diferentes a fim de poder vender seus produtos para todas elas. Enfim, não existe sistema que seja mais amante da transformação, do híbrido e do plural que o capitalismo contemporâneo:

um tipo de capitalismo mais esperto, consumista, nos persuade a sermos indulgentes com nossos sentidos e a nos gratificar tão despudoradamente quanto possível. Dessa maneira, não apenas consumiremos mais bens; também identificaremos nossa própria satisfação com a sobrevivência do sistema (Eagleton, 2005:19).

Associando ainda os pós-modernistas com os neoliberais, Eagleton afirma que tanto

um quanto o outro “*suspeitam de normas públicas, valores intrínsecos, hierarquias dadas, padrões de autoridade, códigos consensuais e práticas tradicionais*”. A diferença para esse autor é que os neoliberais rejeitam tudo isso em nome do mercado e o admitem. Já os pós-modernistas, “*ao contrário, combinam essas aversões com a cautela um tanto estúpida do comercialismo*” (p.50).

É importante ressaltar ainda a leitura que esse autor faz interligando a complexa relação entre cultura, capitalismo e pós-modernismo:

Se a cultura começou a ser mais crucial para o capitalismo na década de 1960, tornou-se totalmente indistinguível dele por volta dos anos 90. É isso, realmente, parte do que queremos dizer com pós-modernismo. Num mundo de presidentes atores de cinema, mercadorias eroticamente enfeitiçantes, espetáculos políticos e uma indústria cultural expressa em multimilhões de dólares, cultura, produção econômica, hegemonia política e propaganda ideológica pareciam haver se fundido num único e indistinto todo. Cultura sempre tinha sido a respeito de signos e representações; mas agora tínhamos uma sociedade inteira que permanentemente desempenhava papéis diante do espelho, amarrando tudo que fazia num vasto megatexto, moldando, a todo momento, um fantasmagórico espelhamento de seu mundo, duplicando-o ponto por ponto (Eagleton, 2005:78).

As teorias pós-modernas e o pensamento único neoliberal não se sustentariam sem mecanismos poderosos para sua disseminação. Esse objetivo é alcançado através de aparatos como a educação e a mídia. Nas escolas, temos, portanto, o *Construtivismo*. Um programa político-pedagógico que se caracteriza por não aceitar a existência do conhecimento objetivo e universal, além de afirmar que o conhecimento é uma construção individual, ou seja, essa prática pedagógica é absorvida pelo universo pós-moderno e neoliberal. Neste cenário, a educação construtivista torna-se uma ferramenta poderosa para disseminar, justificar e desenvolver a capacidade adaptativa dos indivíduos para a sobrevivência imposta pelo neoliberalismo.

Quanto à função dos meios de comunicação, Halimi (1998) afirma que uma das formas de manifestação da ideologia na mídia é o seu serviço ao mercado e sua aceitação e apoio ao “pensamento único” difundido pelos interesses do capital internacional. Através dos mecanismos midiáticos, o Neoliberalismo consegue impor suas “ilusões práticas” de que tudo depende do indivíduo, de seu empenho e de sua “sorte”. Tudo isso é repetido por milhares de instituições nacionais e internacionais, organismos e comissões, assim como em novelas, filmes, salas de aula, empresas etc...até que se torne verdade coletiva.

A exemplo de como a mídia inverte valores para apoiar este pensamento único, Halimi (op. cit. :) descreve o fato de um apresentador de jornal televisivo da Rede Francesa *TF1* que, recebendo o ministro Dominique Strauss-Kahn para uma entrevista, faz a seguinte pergunta: “*Reduzir o tempo de trabalho é uma coisa. Mas será necessário que os trabalhadores aceitem*

reduzir seus salários. Como o senhor espera persuadi-los disso?” (p.69). O telespectador, modelado pelo pensamento neoliberal, era levado a pensar que a pergunta era coerente e de bom senso. Halimi sugere uma modificação na parte final da pergunta do repórter: *“Mas será necessário que os detentores do capital aceitem diminuir seus rendimentos que, segundo é demonstrado por todos os estudos, aumentou enormemente nos últimos quinze anos. Como o senhor espera persuadi-los disso?”* (Id:). Feita esta última opção, o ministro teria sido desbancado, o debate ganharia pluralismo e a rede *TF1* teria deixado de se submeter ao reino do dinheiro.

Com estas reflexões, infere-se que vivemos em uma sociedade neoliberal, pós-moderna e “midiatizada” tendo sido alterado, portanto, as dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade contemporânea. Destarte, falemos especificamente sobre a política, suas mudanças, seus componentes e de que forma a percepção da mesma foi atingida pelas transformações na sociedade.

1.1 Política e mídia

As mudanças apontadas pela conjuntura já abordada leva essa pesquisa a estudar também os pormenores que formam a política atual. Para isso, será necessário investiga-la desde suas origens, suas transformações e a forma como se apresenta atualmente, principalmente, em sua relação direta com a mídia.

Este estudo toma como ponto de partida a constituição da política como um campo discursivo dotado de práticas, ritos, papéis e valores particulares associados à noção de espetáculo, que será trabalhada em um subitem posterior. Para entendermos a ligação entre comunicação, política, poder político e espetáculo, Rubim (2000) retoma a história da política tendo seu nascimento datado por volta do século V antes de Cristo. Derivada da palavra *politikós*, originada de polis, a política, de acordo com Rubim (op. cit.), se consolidou com a obra Aristotélica intitulada de *Política*. Junto com essa nova noção, nasce também a prática política e a retórica que, por sua vez, surgiu *“como uma técnica de convencimento pelo acionamento de procedimentos discursivos”* (p.18). A ligação da comunicação com a política, através da retórica, tem então origem grega e já nessa época a comunicação era tida como instrumento para o campo político, amplificando opiniões e idéias políticas.

Rubim (Id:) cita três aspectos essenciais na identificação da política na modernidade que, ao mesmo tempo, a diferencia da noção de política da sua fase anterior, são eles: o caráter formalmente não excludente da política moderna, a amplitude da dimensão pública da

mesma e seu caráter representativo. Ao dizer que a política moderna tem caráter “formalmente” não excludente, Rubim refere-se ao fato da “conquista” de uma idéia de cidadania que, nas palavras do autor, “*pelo menos formalmente, deve incluir a totalidade dos membros de uma sociedade*” (p.47). Na Grécia clássica, berço da política, o poder político era limitado aos homens livres nascidos na Cidade-Estado, ou seja, escravos, estrangeiros e mulheres eram excluídos, não eram considerados cidadãos.

Sobre a diferença entre o período político atual e a Grécia clássica, o autor ressalta que “*agora, também os subalternos têm direito adquirido à participação política*” (p.47). E que essa mudança no modo de pensar o poder político não é gratuita, mas sim “*expressa uma longa e tenaz luta dos trabalhadores, das mulheres, enfim, de amplos e diversificados setores da sociedade em torno da conquista da cidadania*” (p.48). É importante ressaltar que, a respeito da cidadania, esta idéia de que há uma participação integral do indivíduo na comunidade política nada mais é do que a concepção liberal elaborada por T. H. Marshall, amplamente debatido por diversos autores, dentre eles, Saes (2000).

O direito adquirido à participação política, como cita Rubim (2000), não passa de uma “ilusão prática”, a mesma que faz com que todos pensem que “são iguais” diante dos direitos civis. É claro que, se comparados com os camponeses feudais e escravos, os direitos civis (ir e vir, condições institucionais para o mercado de trabalho, salário em massa) dão liberdade aos “excluídos”, mas, simplesmente, para que esses “direitos” se transformem em condições materiais e ideológicas para a estrutura capitalista. Apenas os direitos essenciais à reprodução do capitalismo são “concedidos”, já os direitos políticos e sociais só são instaurados, de acordo com Saes (op. cit.), através das lutas populares.

Rubim (2000) afirma como questão essencial “*a transformação necessária desta inclusão formal em participação real de todos, em níveis certamente diferenciados, no universo da política*”. De acordo com Saes (2000), a idéia de participação integral e igualdade política é uma “ilusão prática” visto que se percebe que no próprio sistema em que vivemos, o capitalismo, há uma distribuição desigual dos recursos políticos (advindos dos rendimentos que as propriedades geram) entre as classes sociais, que não permite uma igualdade política. Sendo assim, para Saes (Id.), a participação integral implica na superação do modelo capitalista de sociedade.

O segundo aspecto essencial na identificação da política na modernidade apontado por Rubim (2000) se constitui na dimensão pública extensiva que transforma as localizações do sigiloso e o público na política moderna. Essa mudança é consequência da emergência do campo mídia que, conforme relata Rubim (1994) “*não só instaura uma nova dimensão*

pública de sociabilidade, mas, indo adiante, transforma parâmetros de configuração do social forjados pela/modernidade” (p.39). A emergência deste espaço público, de acordo com Claude Lefort (Apud Rubim, op. cit.), significa uma grande revolução cultural uma vez que *“torna visível as decisões que eram privativas das esferas de poder, permite imaginar uma atividade pública, possibilita prever a ação dos outros, além de afirmar a importância da opinião pública na formação das deliberações políticas”* (p.48). Ainda sobre essa relação entre política, dimensão pública e a comunicação mediática, Rubim, em outra obra, acrescenta:

A política já não controla de modo pleno a sua própria realização como atividade necessariamente pública. A complexidade da sociabilidade atual e o desenvolvimento da comunicação mediática, portadora do virtual monopólio da construção da dimensão pública da atualidade, subtraem da política o controle e o poder de se realizar como coisa pública. (Rubim, 1995:131).

A política na modernidade se torna mais visível, adquirindo uma nova dimensão pública ao mesmo tempo em que é modificada por essa publicização.

O último aspecto que identifica a política moderna é o caráter representativo que se transformou em um dos princípios de legitimidade fundamentais da política. De acordo com Rubim (Id.), a eleição é o rito central da forma de atribuição e escolha dos representantes. É preciso considerar que não se pode falar sobre representação sem falar também sobre a ideologia e sua função neste aspecto. Chauí (2001) demonstra que é na representação que se exerce a função da ideologia da classe dominante, ou seja, o ponto de vista desta classe aparece para todos os sujeitos sociais e políticos como universal e não como interesse particular da mesma. De acordo com Chauí, *“esse corpo de representações e de normas é o campo da ideologia no qual os sujeitos sociais e políticos explicam a origem da sociedade e do poder político; explicam as formas de suas relações sociais, econômicas e políticas”* (p.19).

Falar sobre política, então, é falar principalmente sobre ideologia, considerando que, conforme descreve Chauí (Id.), *“através da ideologia são montados um imaginário e uma lógica da identificação social com a função precisa de escamotear o conflito, dissimular a dominação e ocultar a presença do particular (...) dando-lhe aparência do universal”* (p.21). Não há objetos sem ideários, pois a partir do momento que este adquire sentido há por trás uma ideologia.

Feita a observação sobre o caráter ideológico da representação, retomemos a composição das práticas políticas apontadas por Rubim (op. cit.). Os três aspectos que determinam a política moderna e contemporânea (a participação de “todos” na política, a

dimensão pública adquirida e a representatividade como princípio de legitimidade), ocorreram em consequência da mudança também da sociedade. Todas as “modalidades de encenação” da política estão circunscritas em uma nova concepção de sociedade diferente daquela da Grécia antiga.

Estudar a política, portanto, é investigar não só seus discursos, debates e argumentações racionais. Dessa forma, conforme apontado anteriormente, é preciso ir além, recorrendo a outros elementos de produção de sentidos, dentre eles, a encenação. Rubim (2000), afirma que não se pode pensar uma política que não comporte encenação e questiona:

Como não conceber a política como uma conjunção díspar e tensa de argumentações, performances, discursos, produções múltiplas de sentidos, simpatias, sensibilizações, emoções; como atos, ritos, encenações, espetáculos, enfim? Todos eles, desde há muito tempo, aparecem e comparecem como legítimos e inerentes à política (p. 69).

Consoante as considerações feitas até então desse conjunto que conforma a política (argumentos racionais e sua dimensão estética) e todas as mudanças ocorridas nesse campo, é importante demonstrar que o fato da política passar a ser exercida como atividade pública a coloca em correlação com a mídia que, por sua vez, efetiva sua publicização. O poder da mídia reside, de acordo com Rubim (1994), no poder de agendar temas relevantes do momento político, na construção de imagens sociais de agentes/atores/personagens da política e cenários políticos em um campo de forças que envolve configurações de diversos campos sociais, especialmente do político. Para Rubim (op. cit.), a comunicação é incorporada à política como indispensável à realização desta última, devido as mudanças da sociedade contemporânea com seu atual caráter midiático. Assim, a publicização passa a ser parte constitutiva do fato político e a comunicação deixa de ser exterior ou agregada à política.

A relação desses campos (mídia e política) abrange também uma questão política importante sobre a responsabilidade que a mídia tem ao agendar os temas, construir as imagens sociais e os cenários políticos. No Brasil temos uma grande população com baixo poder aquisitivo aliado a uma alta taxa de analfabetismo e baixa qualidade no ensino ao mesmo tempo em que temos uma grande audiência dos veículos audiovisuais como Rádio e Tv. Neste cenário, grande parte da percepção dessa população sobre política e sociedade passa a vir da mídia. Conforme descreve Kucinski (1998a), “*os meios de comunicação de massa substituíram as praças públicas na definição do espaço coletivo da política no mundo contemporâneo*” (p. 16). Os comícios foram amplificados através do uso da televisão, as manifestações de rua precisam ser veiculadas pela mídia para que a sociedade tome

conhecimento, as eleições, as opiniões públicas, enfim, como afirma Castells, “*a política cada vez mais se encerra no espaço dos meios*” (apud Rubim, op. cit; p. 50).

A mídia mudou as formas de abordagem e interação realizadas com o público até então, dando, assim, um poder nunca antes imaginado aos políticos que compõem a classe dominante, pois, tendo seus donos pertencendo a esta classe, os veículos de comunicação não têm interesse em dar voz a uma classe que não a sua e isso, através da midiaticização, afeta o processo pelo qual as pessoas constroem sentido do mundo da política.

1.1.1 A visibilidade da política através da midiaticização

A relação mídia e política constitui-se tema polêmico e complexo a partir do momento que, ao analisa-la, a mesma é comumente associada à noção de espetáculo, termo que adquiriu conotações negativas com o passar do tempo. Guy Debord em 1967 cunhou o termo “sociedade do espetáculo” que foi assimilado à nossa sociedade contemporânea. Este estudo apreende o espetáculo como uma prática cultural com sua produção de simbologias e sentidos. Utilizando o conceito de Rubim (op. cit), temos a seguinte definição para o termo espetáculo:

Spetaculum, raiz semântica (latina) de espetáculo, tem como significado tudo que atrai e prende o olhar e a atenção. Recorrendo ao dicionário, três outras acepções de sentido podem ser numeradas: representação teatral; exibição esportiva, artística etc e cena ridícula ou escândalo. (p.07)

Entende-se “*espetáculo*”, portanto, como momentos e movimentos inseparáveis da vida em sociedade, “*de maneira similar às encenações, ritos, rituais, imaginários, representações, papéis, máscaras sociais etc.* (Id; p.01). Como a política engendra “*dimensões emocionais, cognitivas e valorativas, estéticas e argumentativas*” (Rubim, Id.; 06), as tradições, liturgias, encenações, ritos, simbologias, mitos e espetáculos passam a ser componentes inerentes à política. De acordo com este autor, “*a Ágora grega, o senado romano, a coroação do rei, o parlamento moderno, a posse de presidente, as manifestações de rua, as eleições, enfim, toda e qualquer manifestação da política*”(p.06) são exemplos de encenações, de papéis sociais especializados, ritos e rituais definidos sem os quais não há realização da política.

Com a criação da política, de acordo com Rubim (2000), a busca do poder político e sua manutenção passou a ser realizada através do convencimento, da sensibilização e argumentação ao invés da violência ou coerção. Sendo assim, os espetáculos também

passaram a ser produzidos na situação atual “*como modo de sensibilização, visando a disputa do poder, e como construtor de legitimidade política*” (p.05), não sendo necessariamente algo despolitizador ou silenciador de conteúdos. Ao analisar o discurso político, Citelli (2005) considera que a palavra, sob certas circunstâncias, atua como espetáculo, ou seja, “*o encanto retórico com frases, expressões, termos, pode ou superpor-se ao compromisso entre o dizer e o fazer ou se constituir em jargões, figuras (...) com capacidade para emocionar, comover, aproximar, impressionar, sensibilizar*” (p.91). A partir dessas contribuições pode-se entender que a gênese do “espetáculo” está na atuação dos oradores no discurso clássico como exercitado na Grécia:

(...) praticando um certo conceito de democracia, e tendo de expor publicamente suas idéias, ao tribuno grego cabia manejar com habilidade as estratégias argumentativas com a finalidade de lograr a persuasão dos auditórios. Daí a larga tradição dos sofistas, dos retores, dos tribunos, aqueles que iam às praças públicas, aos foros, intentando inflamar multidões, alterar pontos de vista, mudar conceitos pré-formados (Citelli, 2005:07).

Atenas, centro intelectual e artístico da Grécia, era uma sociedade que enaltecia os atletas posto que valorizavam a beleza física, admirava a eloquência e era conduzida por oradores:

Numa democracia como a ateniense, cujos destinos dependiam em grande parte da atuação de oradores, a arte de persuasão por meio da palavra manipulada com o brilho e a eficácia dos recursos retóricos era fator imprescindível para o desempenho de um papel relevante na cidade-estado (Aristóteles, 1999:05).

Sendo assim, para fins de análise do objeto, este estudo toma o termo “espetáculo” como uma das formas de dar visibilidade a uma ação, de chamar a atenção, de prender o olhar, independentemente de qual meio/veículo se utiliza para isso. Atualmente, com a expansão da mídia, essas formas “espetaculares” de visibilidade passaram a ser mediadas pela mesma.

Em sua relação com a mídia, uma “ação espetacular” para ter “efeito de mídia”, possui como características básicas o senso de oportunidade e a “surpresa” da ação e certa organização, conforme descreve Rubim (1997) ao relatar o caso dos neo-zapatistas. Esse conceito é importante para analisar como se deu a exposição da política na mídia com a divulgação das notícias sobre a expulsão dos parlamentares.

A “surpresa” da ação está ligada à dimensão extraordinária que também caracteriza o espetáculo e, na política, conforme relata Rubim (2000), há momentos extraordinários que podem ser previsíveis (eleições, cerimônias, convenções, congressos partidários, etc.) ou não (golpes, revoluções, manifestações, etc.) e todos podem adquirir a forma de espetáculo, tendo

os momentos previsíveis maior facilidade para tal. No caso da expulsão dos parlamentares do PT, que é o tema em questão, pode-se classificá-lo como um momento previsível, pois existia uma data para votação, 15 de dezembro de 2003, e todo o “desenrolar” da trama com seus discursos argumentativos e simbólicos se deram até tal data. Existem, de acordo com Rubim (2000), quatro possibilidades de construção do espetáculo político, compartilhados entre o próprio campo político e midiático:

1. eventos não espetacularizados nem pelos políticos, nem pela mídia; 2. eventos espetacularizados pelo próprio campo político e apenas midiaticizados, isto é, divulgados pela mídia; 3. eventos não espetacularizados pelos políticos e transformados em espetáculo pelo campo midiático e, por fim, eventos espetacularizados pelos campos político e midiático (p.19).

O evento da expulsão dos parlamentares pode, assumindo-se a noção de espetáculo não despolitizador¹, ser caracterizado como um evento duplamente espetacularizado (pelo campo político e pela mídia), dado que as divergências, desde o início, sempre foram expostas tanto pelos envolvidos quanto pela mídia, que acompanhou o dia-a-dia do processo de expulsão até dias após a realização da mesma.

A ruptura com o dia-a-dia, que é a condição primeira do espetáculo, atrai a atenção, seduz os sentidos e o público. Esse efeito se amplia se somado à instantaneidade da publicização do fato possibilitada pela mídia moderna. Rubim (1997) afirma que nos “atos espetaculares” presume-se que estão inscritos mais facilmente os “efeitos de mídia”:

Os atos não adquirem sentido apenas por seus efeitos políticos imediatos no espaço circunscrito de um lugar de convivências, mas intencionalmente calculam e tentam agregar a este sentido primeiro um outro produzido pelo acesso e trânsito buscados do ato, traduzido em linguagem, na mídia. O sentido global deste ato resulta, por conseguinte, da síntese entre efeito primário e efeito de mídia. Tal procedimento, cada dia mais presente, ainda que muitas vezes efetivado de modo intuitivo, poderia ser nomeado como “mídiatização de política”.

A dramaticidade da trama, do enredo, dos apelos, a plasticidade visual, “*os movimentos, os gestos, os corpos, as expressões corporais e faciais, o vestuário, os cenários, a sonoridade, as palavras, as pronúncias, as performances*”; enfim, há um conjunto de elementos que compõem o espetáculo que o instala “*em uma pertença nitidamente cultural*” (p.08). Dessa forma, ao analisar os componentes da política contemporânea defronta-se com os vários conceitos indicados anteriormente nesse estudo, principalmente, a cultura.

Os grupos, as classes, os movimentos sociais, os partidos políticos, os governantes, para Ianni (1983) têm sua fisionomia e atividades configuradas a partir de idéias, formas de

¹ Não despolitizador porque se trata de estratégias de disputas políticas entre os parlamentares e o PT (governo) com posições divergentes sobre assuntos econômicos, sociais e políticos, tendo, como consequência, a expulsão dos parlamentares. Tudo isso sendo veiculado pela mídia.

pensamento, cultura. Assim, “*as idéias adquirem a conotação de forças materiais, entram no jogo do poder, das relações de dominação política e apropriação econômica*” (Id.; p.128). Podemos afirmar, então, consoante as contribuições teóricas dadas até então, que as dimensões que a política engendra são fenômenos culturais e ainda, que as mudanças nos aspectos culturais de uma sociedade ocasionam também modificações na política. Desse modo, pode-se entender que a cultura é inseparável das questões políticas uma vez que ocupa todos os espaços sociais, se envolvendo em todas as formas de atividade social e suas práticas. E, é com esse outro olhar sobre a política que a expulsão dos parlamentares do Partido dos Trabalhadores será analisada, sob uma ótica cultural.

1.2 Cultura política: a distinção entre esquerda e direita

Para olhar a política sob uma ótica cultural, como dito, sente-se a necessidade de fazer algumas considerações antes de se dar início às análises sobre as matérias veiculadas na FSP e RV; são elas: a cultura política e a distinção entre os sentidos dos termos “esquerda” e “direita” utilizados tanto na política quanto pela mídia.

O primeiro ponto será importante para se definir quais são os elementos culturais próprios do campo político. O segundo ponto, sobre a distinção entre esquerda e direita, ao ser colocado como objeto, já se pressupõe que este estudo a considera “válida”, visto que alguns autores, conforme relata Bobbio (2001), negam a existência desta distinção nos dias atuais. Ao considerar que as imagens, os discursos e as ações políticas são utilizados de formas diferentes entre um partido identificado como de “direita” e outro como de “esquerda”, esta análise será pertinente, pois o partido a ser analisado trata-se de um partido “tido” como de esquerda, mas que, dentro do mesmo, há grupos com diferentes posições no espectro político.

1.2.1 cultura política: valores e símbolos do poder

O conceito de cultura política constitui-se por uma pluralidade complexa de fenômenos. Para alguns pesquisadores, o conceito está relacionado com os conhecimentos, valores, crenças, sentimentos, predisposições e atitudes dos indivíduos diante da política e dos assuntos a ela ligados. Para outros estudiosos (lingüistas, semiólogos, antropólogos), cultura política envolve a simbologia do poder (emblemas, hinos, escudos, bandeiras, cores), os discursos, artifícios retóricos ou teatrais, a partir dos quais se constroem ou se legitima a autoridade política, os rituais e cerimônias, renovando-se os vínculos políticos em uma sociedade. Para Viola e Mainwaring (apud Tótor, 2004), “*a cultura política define-se por*

valores expressos tanto nas práticas sociais e políticas como nos discursos políticos, historicamente formados” (p. 462).

A construção da cultura política implica, portanto, interações entre partidos políticos, igreja, meios de comunicação, forças armadas, escolas, família, intelectuais, entre outros, e tem, como elemento orientador, as ideologias.

1.2.2 Origem das noções antagônicas de *direita* e *esquerda*

A partir da Revolução Francesa, a distinção entre direita e esquerda, de acordo com Bobbio (2001), dividiu o universo político em duas partes opostas. Na opinião desse autor, ao contrário do que tem sido repetido e afirmado nos últimos anos, “*a distinção não está morta e sepultada, mas mais viva do que nunca*” (p. 15). Essa dupla “tradicional”, de acordo com o autor, tem sido evitada e declarada como inexistente porque há uma recusa de se considerar de direita por ser esta palavra “mal-afamada”. Para Emir Sader (1995b), dizer que *direita* e *esquerda* não existem mais faz parte do pensamento de direita, assim, ela desqualifica suas divergências com a *esquerda*. O não uso ou enfraquecimento da distinção foi atribuído, de acordo com Bobbio (op. cit.), primeiramente à queda do muro de Berlim e, em seguida, à globalização. Sobre a origem da distinção Bobbio ressalta que:

“Direita” e “esquerda” são termos antitéticos que há mais de dois séculos têm sido habitualmente empregados para designar o contraste entre as ideologias e entre os movimentos em que se divide o universo, eminentemente conflitual, do pensamento e das ações políticas (p. 49).

Os dois termos têm um significado descritivo e um valorativo, de acordo com Bobbio (Id.). Valorativamente, a antítese caracteriza que o sentido positivo de um determina automaticamente o sentido negativo do outro. Sendo assim, o significado valorativo das palavras “direita” e “esquerda”, na política e em outras linguagens, dependerá de quem as utiliza. Bobbio cita como exemplo a linguagem religiosa, na qual, “direita” tem sempre uma conotação positiva e “esquerda” sempre é usada negativamente, como exemplo, na linguagem religiosa, “*os bons se sentam à direita, os maus à esquerda do Pai*” (p.92). Apesar do significado da oposição terminológica direita-esquerda, na política, depender da parte que evoca o juízo de valor, o autor descreve que, originalmente, o significado tinha uma única interpretação, na qual *direita* sempre conotou algo positivo e, *esquerda*, sempre negativo. E esta conotação foi mantida na maior parte dos usos metafóricos dos termos.

Também buscando a origem da distinção entre os dois termos, Sader (1995b) descreve que o termo *direita* deriva do latim, *directu*; e *esquerda* deriva do vanconço, *ezquer*. Ambos

significam localizações geográficas opostas entre si. É originário da França o significado político dos dois termos. Mais especificamente, na Assembléia Constituinte de 1789, na Revolução Francesa. Nessa Assembléia, os partidários do antigo regime se sentavam à direita, enquanto os defensores da nova ordem ficavam à esquerda. Sendo assim, atualmente a *direita* é composta por conservadores, com interesses na reprodução e manutenção do capitalismo; e a *esquerda* se compõe dos que desejam vencer tal sistema. Após analisar a conjuntura neoliberal e pós-moderna na qual vivemos, Sader (1995b) define os termos *direita* e *esquerda* da seguinte forma:

Os que acreditam que o mercado supostamente livre define o destino de cada um são a direita. Os que acreditam, ao contrário, na justiça social e norteiam suas crenças, sua palavra e sua ação nesse sentido são a esquerda (Sader, op. cit.; p.16).

Mas, afinal, o que caracteriza um partido ser “de direita” ou ser “de esquerda”? Ser de *esquerda*, para Sader (1995b), significa contrapor-se ao Neoliberalismo. O autor mexicano Jorge Castañeda (1994) traça um panorama sobre a esquerda latino-americana até o ano de 1994 em seu livro “Utopia Desarmada: Intrigas, dilemas e promessas da esquerda Latino-americana”. Para ele, a distinção entre *direita* e *esquerda* origina-se nas posturas que ambos adotam sobre questões políticas importantes. Estudando a esquerda latino-americana, esse autor afirma que:

Pertencem à esquerda partidos, grupos, movimentos ou líderes políticos que, desde a Revolução Cubana, privilegiaram a transformação, e não a continuidade; a democracia e os direitos humanos, e não a segurança nacional; e a identidade e a soberania nacionais, e não a integração econômica. (Castañeda, op. cit.; p. 31)

A esquerda, de acordo com Castañeda (op. cit.), diferencia-se da direita ao priorizar nas áreas econômicas e social, a justiça social ao invés de desempenho econômico, a distribuição de renda ao invés do bom funcionamento do mercado, a redução das desigualdades em contraposição à competitividade. E, a esquerda e a direita, vão se definir nas posturas que assumem nesses lados opostos.

Na linguagem midiática, o resgate semântico dos termos *direita* e *esquerda* é feito de forma a esvaziar e desqualificar os signos de *esquerda* visto que a *direita* está, historicamente, identificada com o capitalismo, com a manutenção do *status quo* e com a elite, dona da mídia. A *direita*, de acordo com Sader (1995b), com sua propaganda impressionista, sempre associou a *esquerda* com comunismo que, por sua vez, era associado com ditadura e totalitarismo. Ao atribuir uma carga semântica negativa a esses termos e disseminá-la através de jornais, revistas, histórias em quadrinhos, novelas, filmes, salas de aula, igreja, empresas, entre outros meios/veículos, não há dúvidas da marca que estes significados deixaram na *esquerda*.

No cenário das eleições Brasileiras de 1989, marcada historicamente como a primeira eleição direta à presidência da República, Sá (2002), identificou algumas estratégias utilizadas pela RV para descaracterizar tudo o que se opunha ao capitalismo. Dentre suas análises, o autor trata do resgate semântico que a RV, assim como toda a mídia burguesa, fez dos termos *direita* e *esquerda*. Conforme relata SÁ (Id; p.49), a RV não se preocupou com limites para tratar dos conceitos de direita e esquerda. O veículo apresentou, em um *box* intitulado “Dicionário da Sucessão”, os verbetes *direita* e *esquerda*, com as seguintes definições:

Direita – o que é certo, honesto. Entre o eleitorado iniciado no espiritismo, pessoa de linha direita é aquela ligada à umbanda, ritual que é destinado apenas a praticar o bem. Quem é de linha esquerda é o adepto da quimbanda, destinada a prejudicar os outros (Ed. 1089:36).

O tratamento que a mídia dispensa aos integrantes de grupos de esquerda será amplamente abordado durante as análises das matérias veiculadas na FSP e na RV sobre a expulsão dos quatro parlamentares do PT. Anderson (apud Bobbio, 2001) afirma ser difícil dizer por quanto tempo o vocabulário de Direita e Esquerda irá persistir em um sistema completamente capitalista, livre de qualquer resistência ao mercado, dado que nos Estados Unidos, por exemplo, os termos *Direita* e *Esquerda* estão cada vez mais limitados à literatura acadêmica, sem valor nos debates públicos e populares. Não há mais uma linha de princípio que separe dois pólos. Anderson (Id.) afirma que a Europa, por ter criado a *díade* direita-esquerda, acredita que ela se tornou universal, mas, à medida que em países com capitalismo avançado, como Estados Unidos e Japão, não se pode classificar o governo atual e a oposição como de direita e de esquerda, o autor adverte para o fato de que a Europa também pode se mover para essa direção. A esquerda, de acordo com Anderson (apud Bobbio, 2001), terá de lutar com toda sua energia para ser uma alternativa autêntica e sobreviver como força significativa em um mundo dominado pela direita, que por sua vez, tenta esvaziar os signos que lhes são adversos.

Sobre esse tema, Nogueira (1998) em seu texto “*Gramsci, a crise da política e a esquerda em crise*”, afirma que se manter à esquerda, hoje, é o maior desafio da esquerda. O autor expõe seus argumentos em forma de questionamentos relacionando o desafio da esquerda diante do mundo contemporâneo:

Como ser de esquerda, radical e democrata – se se quiser: comunista – num mundo que isola e fragmenta, esvazia de sentido a política, confunde identidades e dissolve organizações duramente construídas? (...) num momento histórico que hipostasia o presente imediato, cancela o futuro, promove a expansão da exclusão e da desigualdade em nome da “modernidade” e de uma vida com menos trabalho? Como, em suma, ser de esquerda quando os sinais “direita” e “esquerda” já não são claros para muitas pessoas e inúmeros socialistas tendem a se deixar atrair por formas confusas de política de poder, pelo “pragmatismo” ou mesmo pela mudança de campo? (Nogueira, 1998:89).

O autor afirma ainda que a “crise da esquerda” atingiu “*um ponto de inegável consistência*” e adverte:

A rigor, já não temos mais a diferenciação clara de um campo ideológico de esquerda, capaz de se pôr na vanguarda política e cultural e de oferecer, aos cidadãos em geral, mas, sobretudo aos inconformados, aos discriminados, aos explorados, alguns sonhos materializáveis e o desenho de um novo futuro. Claro, o pensamento crítico ainda pulsa em muitas cabeças, mas não consegue colar-se à política e nem mesmo difundir-se entre os intelectuais. Vive-se, em muitos ambientes, sob o império do “pensamento único” e da “morte” dos temas clássicos da esquerda: partidos, militância, coerência de princípios, ligações com os “de baixo”, projetos de futuro. (Nogueira, 1998:89).

No Brasil, um dos ícones da esquerda durante quase vinte anos foi o Partido dos Trabalhadores. Fundado em 1980, basicamente por operários e intelectuais, teve em sua trajetória o apoio da Igreja (responsável pela entrada do PT no campo). Sua formação como partido político representou, para Tótorá (2004), uma novidade histórica, pois, em sua maioria, os partidos brasileiros tinham um baixo “enraizamento” popular. Criado após as greves de 78 e 79, “*o PT nasceu das lutas populares, carregando sua diversidade e se constituindo em mais um canal de participação política*” (p. 446). A partir de disputas e lutas intrapartidárias, o partido sofreu grandes mudanças desde sua fundação, que serão descritas a seguir.

1.3 A conjuntura da expulsão: mudanças iniciais no Partido dos Trabalhadores

Até 1995, conforme descreve Azevedo (1995), “*aconteceram, de 1991 para 1995, três mudanças principais que levaram o partido à configuração atual*” (p.152). A primeira mudança apontada por esse autor foi a expulsão do partido da tendência ou corrente política intitulada “Convergência Socialista”, grupo trotskista da extrema-esquerda que, ao sair do PT, fundou o PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado). A segunda mudança foi a criação da “Democracia Radical”, facção partidária que começou a se formar em 1991, sendo composta por ex-participantes do grupo “Articulação” e ex-militantes de facções do bloco minoritário que compunha, junto com o bloco majoritário, a divisão do PT até 1991. A

Democracia Radical era vista como o grupo da “direita do PT”. Nela, destacava-se, de acordo com Azevedo (Id.), a participação de José Genoíno.

A terceira mudança ocorrida no Partido foi a separação da Articulação (que formava o antigo bloco majoritário) em “Articulação de Esquerda” e “Direita da Articulação” ou “Unidade na Luta”, como ficou conhecida. Essa última é identificada como o grupo do qual o atual presidente da República, Luis Ignácio da Silva, pertence, uma vez que *“fazem parte os petistas que lhe são mais próximos”* (Id.:154). O Partido dos Trabalhadores, a partir de 1995, então, constitui-se de quatro grandes subconjuntos que se posicionam em diferentes setores no espectro ideológico representados no quadro ilustrado por Azevedo (1995:155). Confira o quadro.

Quadro II - Classificação das correntes do PT por Azevedo (1995):

“Extrema Esquerda”		“Esquerda”	“Centro”	“Direita”
Na Luta PT	Outros	Opção de Esquerda	Unidade na Luta	Democracia Radical
Força Socialista	Vertente Socialista	Hora da Verdade (Esquerda da Articulação)	Advertência (Direita da Articulação)	Militantes da Nova Esquerda (extinta)
Movimento por uma Tendência Marxista	Grupo do Rio	Democracia Socialista		Ex-militantes da Vertente Socialista
O Trabalho				Ex-militantes da Articulação
				PT Vivo

II. 01

Desde 1995, algumas tendências mudaram de nome, mas não de posição ideológica. Confira agora o quadro que a FSP publicou, no dia 14 de dezembro de 2003, pág. A6, (um dia antes da votação pela expulsão), com a divisão atual do diretório petista. A matéria trouxe como título: *“PT espera que 66% do diretório vote contra os radicais”* (cf. fig.01 na página seguinte).



Fig.01: Configuração atual das correntes políticas no Partido dos Trabalhadores

Esse quadro, que tem como fonte a Secretaria de Organização do PT, traz na formação da extrema esquerda apenas a corrente O Trabalho. Na tendência “Esquerda”, traz as correntes: Articulação de esquerda, Democracia Socialista, Força Socialista e outras regionais; Na tendência “Centro”, traz as correntes: movimento PT, PT de luta e de massa e Socialismo Democrático. Já no campo majoritário, estão as correntes das quais fazem parte Lula, José Dirceu e José Genoíno (a cúpula): Articulação, Democracia Radical e independentes.

Nesta matéria, o quadro apresentado localiza os parlamentares a serem expulsos entre a Esquerda (30%) e a Extrema-Esquerda (2%). A FSP mostra em seu gráfico também que Lula, Dirceu e Genoíno fazem parte do campo majoritário que corresponde a 52% do PT. O jornal também explica como cada uma destas tendências irão votar sobre a expulsão, somando 32% para quem é contra e 68% para quem é a favor da expulsão. Como a corrente Socialismo Democrático, que soma 2% do diretório, ainda não havia se decidido sobre a expulsão, a FSP soma 66% de intenções de voto a favor da expulsão dos parlamentares.

Comparando o quadro de 1995, elaborado por Azevedo (Id.º) com o quadro divulgado pela FSP em 2003, percebe-se com relação aos nomes, que as únicas correntes políticas que permanecem no quadro são: a Articulação, Articulação de Esquerda, Força Socialista, Democracia Radical, Democracia Socialista e O Trabalho. Sobre as demais, não se sabe se foram absorvidas por estas correntes que permaneceram, se foram extintas ou apenas renomeadas.

É importante observar ainda que, no quadro das tendências providenciado pela Secretaria de Organização do PT para a FSP, o termo *direita* é ocultado, diferente do quadro produzido por Azevedo (1995). No quadro elaborado pela Secretaria do Partido, a corrente que ocupa o espaço do que deveria ser chamado de *direita*, dado que há a “extrema esquerda”, a “esquerda” e o centro, é denominada “*campo majoritário*”. Desta, faz parte toda a cúpula do Partido que decidiu pela expulsão dos parlamentares. Usar um nome ao invés de outro, não é uma escolha aleatória, banal. É um modo de dissimulação que Thompson (1995) irá definir como um dos modos gerais através do qual a ideologia pode operar. Para esse autor,

Relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pelo fato de serem ocultadas, negadas ou obscurecidas, ou pelo fato de serem representadas de uma maneira que desvia nossa atenção, ou passa por cima de relações e processos existentes (p.80).

O modo de “*dissimulação*”, de acordo com Thompson (op. cit.), pode estar ligado com algumas estratégias de construção simbólica como o deslocamento, a eufemização e o Trope (sinédoque, metonímia e metáfora). Diferentes estratégias podem expressar a ideologia como dissimulação em formas simbólicas e uma delas é a eufemização. Conforme relata Thompson (1995:84) a eufemização facilita a dissimulação das relações sociais a partir do momento em que a mesma se constitui em ações, instituições ou relações sociais descritas ou redescritas de uma maneira que desperte uma valoração positiva. Alguns exemplos de eufemização dados: a troca de supressão violenta do protesto por “restauração da ordem”, a prisão ou campo de concentração descritos como “centro de reabilitação”.

Quando a cúpula petista troca o termo *direita* por *campo majoritário*, estão buscando, na verdade, amenizar um fato que se tornou “pesado” demais para um partido tido como de “esquerda”: esse grupo não quer admitir ser, na verdade, de “direita” e, assim, assumir toda a carga semântica que isso representa. É uma estratégia de amenização e de tentativa de fuga da realidade. Já o termo *campo majoritário* vem carregado de significados positivos, pois afirma, com imponência, que possuem a maioria do Partido, portanto, são eles que “mandam”. Essa estratégia ideológica está diretamente ligada a uma das preocupações do discurso persuasivo, que, de acordo com Citelli (2005:34) “é o de provocar reações emocionais no receptor”. Ou seja, ao se deslocar a palavra “contaminada” (*direita*), para a palavra “não-contaminada” e valorada positivamente (*campo majoritário*), o discurso da cúpula petista recontextualiza o

signo², passando a transmitir novas idéias, valores e o sentido de que não estarão mais associados à negatividade do termo *direita*.

Ao analisar a expulsão dos quatro parlamentares do Partido dos Trabalhadores, a distinção entre as bandeiras políticas ou entre “direita” e “esquerda” deve ser levada em conta, visto que o PT, conforme relata Azevedo (1995), “*compõe-se de forças sociais e políticas diversas e heterogêneas, em permanente processo de disputa ideológica*” (p.08). Os parlamentares e a cúpula petista ocupavam espaços divergentes no espectro político. Os primeiros fazem parte da “esquerda do PT” e os últimos, da chamada “direita do PT”. De acordo com Dias (2004), as mudanças ocorridas no Partido dos Trabalhadores, a partir de 1995, significaram o abandono de suas bandeiras políticas de até então, consolidando sua mutação, sua virada para a “direita” na eleição de 2002. Além disso, para vencer nas eleições daquele ano, o partido utilizou-se de alguns mecanismos que evidenciavam sua “mutação”, como será analisado no próximo subitem.

1.3.1 O messianismo e o sebastianismo na política

Sobre os mecanismos utilizados para convencer a elite da manutenção do *status quo* já não é novidade a busca em expor, academicamente, as mudanças ocorridas no discurso e na imagem de Luis Inácio Lula da Silva, desde sua primeira disputa ao cargo de Presidente do Brasil, em 1989, até sua eleição, em 2002. São diversos artigos, monografias e dissertações a respeito do tema que, comumente, chegam à conclusão de que se mudou a fala, as roupas, as práticas políticas, enfim, com o toque de um “marketeiro” político, o “produto” Lula foi devidamente moldado para subir a rampa do Planalto. Para vencer o estereótipo de líder radical de esquerda, sem nível superior, organizador de greves e inexperiente em governar, a campanha mostrou um personagem conciliador, elegante, cercado por uma equipe de governo formada por estudiosos competentes, além de ter se comprometido a cumprir contratos (com o FMI, principalmente) e a manter a linha política econômica então estabelecida.

Dentre essas “mutações” ocorridas ao longo dos anos, mais evidenciadas no marco temporal de 2002, o caráter messiânico e carismático “vestido” no candidato é um traço evidente e importante a ser destacado nesse estudo, pois tem cunho religioso e contribui para explicar muitas atitudes, gestos e discursos do ex-candidato, hoje, Presidente da República.

² O termo signo é utilizado aqui na concepção de Mikhail Bakhtin (1997) para quem, a compreensão dos valores e idéias contidas nos discursos está ligada com o reconhecimento dos signos que os constroem. Tudo que é ideológico, para Bakhtin, é um signo, pois sem ele não existe ideologia.

Ao estudar as estratégias que levaram à vitória de Fernando Collor (o incansável “caçador de marajás”) à Presidência da República, em 1989, Gilberto Velho (1994) faz uma relação com a história política do Brasil e outros Presidentes. De acordo com esse autor, é comum encontrarmos personagens que se passaram por *heróis* e/ou *salvadores*, dentre eles, Vargas, Carlos Lacerda e Jânio Quadros num passado não tão distante. Esses personagens, conforme relata o autor, são “*tocados por carisma, que mobilizaram, cada qual em circunstâncias específicas, a paixão e admiração de vastos setores da sociedade nacional*” (p.71). Os meios de comunicação, através de interesses específicos, teriam, na opinião de Velho (Id.), o papel de reforçar as tradições, “*maquilando e elaborando a figura do herói salvador*” (p.73). Em uma análise cultural e simbólica, esses personagens políticos reuniam em suas pessoas crenças e valores associados ao messianismo, que, de acordo com relatos bíblicos, seria representado pelo “messias”, aquele que viria e sanaria as injustiças. Dessas asserções do autor, acrescento a esses *salvadores*, o atual presidente, Lula (com o discurso da “esperança”).

Na antiga religião Judaica, conforme relata Wallis (apud Queiroz, 1976:25), o conceito messiânico ocorre pela primeira vez no primeiro livro de Samuel no qual o messias era retratado como “*o ungido do Senhor e que seu papel era político*”. Sobre o conceito de messias, Weber (apud QUEIROZ, 1976) o define como aquele que trará a vitória do bem sobre o mal, sendo enviado por uma divindade. Weber ainda acrescenta que o Messias é um líder essencialmente carismático, ao se colocar “*fora ou acima da hierarquia eclesiástica ou civil existente, desautorizando-a ou subvertendo a ruptura de ordem estabelecida*”. A política já estava, desde então, interligada com o campo discursivo religioso. Sobre essa associação, Queiroz (1976) destaca uma definição de Max Weber:

O messias (...) é o profeta com um destino político a cumprir, segundo o sentido do termo no seu nascedouro, isto é, na religião do povo judeu. Significando “Salvador”, foi o título outorgado a princípio aos líderes que vinham livrar o povo judeu da desgraça política (p.28).

Utilizando-se desses conceitos a respeito do messianismo, pode-se verificar claramente estes traços na estratégia traçada por Lula e sua equipe em 2002. A metáfora religiosa, conforme descreve Dias (2004), é uma constante em seu discurso, tanto como candidato quanto como Presidente. Como candidato, utilizou constantemente sua vitória sobre a fome e a miséria, através da sua fuga do sertão em um “pau-de-arara”, a superação das adversidades impostas pelo sistema econômico e o trajeto político que percorreu como um “sinal”, atribuindo a si uma “missão”. Como Presidente, Lula coloca-se várias vezes acima das leis quando afirma, de acordo com Dias (op. cit;52), “*que nada o impediria de realizar*

sua missão, nem as fúrias da natureza, nem as forças políticas”. Em seu primeiro discurso após a vitória, um dia após a eleição, a marca do messianismo é facilmente identificável, como por exemplo, ao falar sobre a fome: “*Se ao final do meu mandato cada brasileiro puder se alimentar três vezes ao dia, terei realizado a missão de minha vida*”³. Em outro trecho do discurso, refere-se aos amigos partidários que morreram antes de poderem vê-lo eleito:

Saibam que a obra de vocês segue conosco, como se vivos estivessem, e é fonte de inspiração para nós que seguimos travando o bom combate. O combate em favor dos excluídos e dos discriminados. O combate em favor dos desamparados, dos humilhados e dos ofendidos (Id.; grifo nosso).

Do excerto, grifei o enunciado “o bom combate” para destacar mais um resgate da cultura bíblica feita no discurso de Lula. Trata-se da referência do trecho de uma das cartas ou epístolas que o apóstolo Paulo de Tarso ou São Paulo escreveu a seu discípulo Timóteo. Essas epístolas foram publicadas na Bíblia. Nelas, Paulo de Tarso transmite ordens, conselhos e ensinamentos a Timóteo que se resumem no combate aos falsos mestres, ao gnosticismo, às falsas doutrinas, conselhos para que o mesmo observe o modelo de virtude de Paulo e que ele próprio sirva como modelo de virtude para outros e que conserve a doutrina de Jesus Cristo ao defender a fé contra os adversários. Assim, Paulo de Tarso faz uma analogia entre a função de evangelizador e a função de um soldado no campo da guerra:

O exemplo de São Paulo. Combater como bom soldado. – Tu, pois, meu filho, fortifica-te na graça que está em Jesus Cristo; e o que ouviste de mim diante de muitas testemunhas, confia-o a homens fiéis, que sejam capazes de instruir também a outros. Suporta os trabalhos como um bom soldado de Jesus Cristo. Ninguém, que se alistou na milícia de Deus, se embarça com negócios do século, a fim de agradar àquele que alistou. Efetivamente, também o que combate nos jogos públicos não é coroado, senão depois que combateu segundo as regras (Bíblia Sagrada, IItm 2,5 - grifo nosso).

Nesse trecho transcrito de uma das cartas de Paulo a Timóteo, vê-se claramente as palavras retiradas do campo semântico da guerra como: soldado, combate, alistou e milícia. Ao fazer esta comparação, Paulo de Tarso sintetiza as tarefas de um evangelizador no termo “bom combate”, como pode ser verificado em outro trecho bíblico:

Tu, porém, vigia sobre todas as coisas, suporta os trabalhos, faz a obra de um evangelista, cumpre o teu ministério. Sê sóbrio. Quanto a mim, estou já para ser oferecido em libação e o tempo da minha dissolução avizinha-se. Combati o bom combate, acabei a minha carreira, guardei a fé. De resto me está reservada a coroa da justiça que o Senhor, justo Juiz, me dará naquele dia; porém não só a mim, mas também àqueles que desejam a sua vinda (IItm 4,5-8, grifo nosso).

³ Trecho transcrito do discurso de posse, publicado no site: http://www.fpabramo.org.br/sala_leitura/pronunciamento_lula.htm. Acesso em 10/04/2005

Ao utilizar em seu discurso uma referência bíblica, para um público que teve a Igreja católica como elemento fundamental em sua formação social, política e cultural, o presidente Lula lança mão de uma referência básica da memória deste público, nesse caso, a religiosa, com o objetivo de legitimar seu discurso, captando a seu favor os sentidos positivos que o termo “o bom combate” obteve social e culturalmente e que permanece na memória discursiva da sociedade. À esses enunciados estabilizados historicamente, a AD denomina de discursos fundadores:

Enunciados, como os dos discursos fundadores, aqueles que vão nos inventando um passado inequívoco e empurrando um futuro pela frente e que nos dão a sensação de estarmos dentro da história de um mundo conhecido: diga ao povo que fico, quem for brasileiro siga-me, *libertas quae sera tamen*, independência ou morte, em se plantando tudo dá etc. (Orlandi, 2003:12).

A historicidade é o que definirá um discurso fundador, sendo que, de acordo com Orlandi (op. cit;), o mesmo pode ser observado em materiais discursivos de diferentes naturezas e dimensões: enunciados, mitos, lendas, ordens de discurso, obras literárias, mecanismos de funcionamento discursivo etc.

É importante ainda ressaltar sobre o “bom combate” que, no discurso, Lula acrescenta que esse será “*o combate em favor dos excluídos e dos discriminados. O combate em favor dos desamparados, dos humilhados e dos ofendidos*”. Nesse trecho, várias palavras também estão presentes em nossa memória discursiva uma vez que são as mesmas utilizadas em sermões na Igreja católica; tais como desamparados, humilhados, ofendidos, excluídos e discriminados. Nenhuma delas foi escolhida “aleatoriamente”, todas têm a religião como pano de fundo.

Além disso, assim como outros personagens da política brasileira e mundial, ao se colocar como um combatente incansável, Lula se assemelha ao fervor sebastianista. A crença de que um indivíduo excepcional está destinado a redimir e salvar o povo dos abusos de opressores e da injustiça é definida no mundo luso-brasileiro como *sebastianismo*, relata Velho (1994). D. Sebastião, conforme descreve o autor, foi o rei de Portugal que desapareceu em combate contra os mouros em 1578 em Alcácer Quibir. Com o domínio Espanhol e não tendo sido encontrado o corpo do rei, “*elaboraram-se lendas, histórias e versões sobre a sua prometida e desejada volta*”. Desde então, foi atribuído a D. Sebastião “*o papel de redentor que redimiria os pobres e oprimidos*”, além de poderes de santidade, ou seja, sobre-humanos.

Ressalta-se ainda que o marco do nacionalismo lusitano e da exaltação ao Rei D. Sebastião foi a obra “*Os Lusíadas*”, publicada em 1572 na qual *Luís Vaz de Camões*, o único poeta português nacionalista da renascença usou a poesia para mostrar as glórias e os feitos

portugueses. *Os Lusíadas* tem como foco a viagem de Vasco da Gama às Índias e comemora, através desta, não apenas a glória do homem lusitano, desbravadores e navegadores em nome do rei de Portugal, mas também a glória de Deus, posto que esses levavam, às terras desbravadas, a fé através do catolicismo. Após o desaparecimento do rei D. Sebastião, a glória exaltada do passado ficou mais forte e o retorno do rei seria também o retorno à história grandiosa de Portugal.

Ainda sobre o sebastianismo, Azevedo (1947) relaciona esta crença com o patriotismo e a nacionalidade:

A crença messiânica em um salvador, que há de remir a pátria e exaltá-la ao domínio universal (...) avigora-se em cada uma das crises de nacionalidade. O patriotismo sagrado é a origem dela. (p.07)

Para o sebastianista, de acordo com Azevedo (op. cit;30), “*tudo nele influi o sentir de predestinado*”. Deriva, então, dessas crenças messiânicas, os apelos religiosos utilizados por políticos, como George W. Bush em sua “cruzada” contra o “terrorismo”. Assim, justifica-se as intervenções políticas e militares estadunidense sobre outros países, acentuadamente após o ataque, em 2001, ao World Trade Center. Em seu discurso na 59ª Assembléia Geral da ONU, em Nova York, em 2004, Bush prega a paz através do combate ao “terror”, conforme descreve Camargo (2004):

Cada país que busca a paz tem a obrigação de ajudar a construir este mundo. Não há isolamento a salvo das redes terroristas ou dos Estados falidos que as abrigam, ou dos regimes criminosos que possuem armas de destruição de massa. (Revista *Isto É*, pág. 78 - ed.1825 de 29/09/2004).

George Bush também buscou parecer uma liderança “carismática”, utilizando em sua primeira campanha a presidente dos Estados Unidos, estratégias para amenizar sua imagem. Conhecido como republicano “linha dura”, Bush aparentava durante a campanha sempre um tom conciliador, uma personalidade acolhedora, com sorrisos e abraços de sobra, até para os oponentes.

Sobre a construção da imagem messiânica e a aposta no carisma de Lula, Trein (2003), em seu artigo intitulado “A vitória da retórica no último *spot* político de Lula, no segundo turno das eleições, em 2002”, conclui que, além de melhorar o carisma do candidato, suas propagandas construíram um Lula messiânico, quase um mito.

Antes de dar continuidade à análise desse autor, é importante diferenciarmos o termo *propaganda* do termo *publicidade*. O termo *Publicidade* deriva da expressão latina *publicus*, e é traduzida como “a qualidade daquilo que é público, ou seja, conhecido ou entendido por

todos” (Sepac, 2003:15). Já o termo propaganda deriva de *propagare*, termo em latim utilizado na agricultura para classificar o plantio do broto de uma planta no solo. Assumiu outro sentido quando foi fundada, pelo Papa Clemente VII, em 1597, a Congregação da Propaganda, com o objetivo de aumentar a propaganda da fé católica pelo mundo. A partir de então, propaganda passou a ser definida como a propagação de princípios e teorias, o ato de propagar qualquer idéia, religiosa, política ou filosófica.

Considerações feitas sobre essa divisão clássica entre propaganda e publicidade, retomo as conclusões de Trein (2003) sobre a construção do Lula messiânico através das propagandas eleitorais de 2002. Para chegar às conclusões já ditas, Trein (op. cit;) utiliza, como objeto de análise, o último programa eleitoral de Lula, que foi ao ar em 25 de outubro de 2002. Nos últimos trinta segundos do programa, portanto, última oportunidade para persuadir o eleitor, Lula não apareceu e nem seu nome foi mencionado diretamente na locução, sendo citado somente em um dos versos no BG (música de fundo do comercial). O comercial é assim descrito por Trein (2003:03):

Na primeira parte, o *spot* iniciou mostrando um auditório de programa de televisão, composto por diversos integrantes ilustres do Partido dos Trabalhadores, em primeiro plano, e demais figurantes, num segundo plano. Todas estas pessoas estavam em pé, acenando lenços brancos e cantando a “Valsa do Adeus”, música que se tornou conhecida por ser cantada nos estádios de futebol, quando a partida vai chegando ao seu final e a torcida já começa a comemorar a vitória, antes mesmo do jogo terminar. Na segunda parte do *spot*, a música continuou sendo cantada pelo coro. Porém, o cenário agora era uma tela totalmente preta, sobre a qual, de baixo para cima, surgiu um texto de letras brancas. O texto permaneceu na íntegra no vídeo. Na medida em que o texto foi surgindo, uma locução em *off* acompanhou a mensagem. Texto: *Dia 27 de outubro de 2002. Se Deus quiser esse dia entrará para a história do nosso país como o dia em que a esperança venceu.* No canto inferior da tela, junto ao final da frase, entrou em cena a estrela-símbolo do Partido dos Trabalhadores, em vermelho, com o número 13, inserido em branco no meio da estrela.

Utilizando autores, como Thompson, Perelman, Farina, Sperber e Chevalier, o artigo de Trein (op. cit; 06) identifica a forma como foi construída a imagem pessoal, além da “*construção do ambiente de congregação em torno do candidato, a percepção estética, a associação de símbolos na campanha e a identificação do indivíduo com o coletivo*”. De acordo com a análise de Trein, a “Valsa do Adeus”, como música de fundo, foi escolhida para criar uma atmosfera emocional. A platéia, que não era composta apenas por pessoas comuns, tinha na linha de frente pessoas de “peso”, selecionadas e qualificadas, “*formada, basicamente, por líderes partidários, deputados, governadores e prefeitos do Partido dos Trabalhadores*” (op. cit; 04). Essa equipe tinha o objetivo de contagiar o público e, conforme Bordieu (apud Trein, 2003), era um “*porta-voz autorizado*”.

Os lenços brancos acenados remetiam à paz, à imagem conciliadora que Lula queria transmitir ao público, o oposto da postura “agressiva” de eleições anteriores. A disposição para “*negociar com todos os setores da sociedade*” também fica evidente nesse gesto, que simboliza as alianças feitas pelo PT com outros partidos, com o empresariado, com as classes médias, com movimentos sociais e entidades sindicais. Quando as pessoas desaparecem do vídeo e a tela fica escura, o texto em letras brancas surge da parte inferior para a parte superior do vídeo fazendo alusão a crescimento. Além disso, na análise de Trein, o branco iluminando o preto simboliza também a “esperança” de mudança que é citada no texto verbal. O texto em cor branca sobre o fundo preto transmite os valores positivos da mensagem do candidato superiores aos valores negativos que seria o continuísmo no País, além de remeter à uma noção de que Lula seria a “luz” para um país em “trevas”.

A cor branca também “*representa as nuvens, o lugar das divindades*”. Essa referência à divindade é a parte mais importante do vt (videotape) dado que demonstra, no último dia de campanha, na última oportunidade de pedir votos, o traço do messianismo que marcou toda a campanha de primeiro e segundo turnos, além de ser uma característica do seu governo. Dentre as técnicas de argumentação retórica utilizadas, encontra-se, em primeiro lugar, a substituição do nome de Lula pela palavra esperança: “...*esse dia entrará para a história do nosso país como o dia em que a **esperança** venceu*”. Em segundo lugar, de acordo com Trein, o candidato foi projetado como:

Uma espécie de semi-Deus, alguém que poderia ser comparado a um mito e dotado de uma capacidade e quase que de um poder supremo. A intenção não era apenas mostrar que o país teria um novo Presidente, mas um Salvador. Na cena onde (sic) aparecia uma platéia acenando lenços brancos, é possível dizer que estes personagens ocupavam o papel dos apóstolos, justamente aqueles que antecedem a chegada desse Lula messiânico (p.05).

Ao inserir no texto a expressão “*Se Deus quiser...*”, o candidato buscou apoio em uma entidade superior. Nas palavras de Trein (p.05), “*se o mais Supremo dos seres assim o desejar, qual ser inferior seria capaz de contrapor-se a esta idéia?*”. Referir-se a “Deus” teve, assim como na alusão ao “bom combate” analisado anteriormente, o objetivo de convencer, de agregar os conservadores ligados à Igreja, de deixar claro que Lula acredita em Deus, extirpando definitivamente qualquer sentimento “*anticomunista*” a ele imputado em seu passado político.

Para construir um clima de unanimidade, de acordo com Trein, foi utilizada a frase “...*esse dia entrará para a história do nosso país...*”. Como já acreditava na vitória, baseando-se em pesquisas do segundo turno, o candidato já falava em nome do país. Para encerrar a mensagem com forte poder persuasivo, surge, no canto inferior do vídeo, no final

do enunciado, a estrela vermelha do partido significando que “*na escuridão do preto, a estrela é o caminho de luz e de esperança*” (p. 06). É importante acrescentar a esta parte da análise de Trein que a estrela também é um ícone religioso presente no imaginário popular como aquela que mostrou o caminho da manjedoura de Cristo aos três reis magos. Se, de acordo com Trein, a platéia acenando lenços brancos ocupavam o papel dos apóstolos, a estrela do Partido dos Trabalhadores surge no final do comercial para mostrar o caminho “de luz” para o eleitor, os rumos de um mundo melhor, de salvação, assim como simbolizou o nascimento de Jesus Cristo.

Essa propaganda não deixa dúvidas quanto ao caráter messiânico adotado para a imagem de Lula. Nas palavras de Trein (2003):

Reforçado por figuras retóricas verbais, visuais e sonoras, Lula passou de simples candidato a mito. De candidato derrotado em três eleições a símbolo de esperança. De candidato sem a credibilidade suficiente a Salvador. De candidato do discurso agressivo a líder carismático. De perdedor a Presidente da República (p.07).

É característica também do messianismo um porvir, ou seja, uma situação de crise fomenta a insatisfação e “*podem levar à concepção de um reino ideal que um enviado divino instalará no mundo*” (Queiroz, 1976:36). No contexto da eleição de 2002, havia a insatisfação do governo FHC causada pela crise econômica, a desvalorização do real, a seca no nordeste, além do racionamento de energia, do alto índice de desemprego e de miséria da população. O candidato mais forte para concorrer com Lula era José Serra, do PSDB, que representava a continuidade do governo FHC; portanto, os eleitores não viam em Serra o “*candidato da mudança*”, como ele próprio enfatizava em seus programas eleitorais.

No senso comum, naquele contexto, se alguém poderia mudar o país, esse seria Lula. Isso para aqueles que não perceberam as mudanças internas ocorridas no PT que, de acordo com Dias (2004), tiveram início por volta de 1995, consolidando-se em 2002 com seu discurso continuísta. Na propaganda analisada por Trein (2003), a estrela do PT anunciava um mundo melhor, no qual Lula seria a mudança, a luz, o caminho. Para Queiroz (1976), “*o reino messiânico é em geral um reino futuro, espera-se por ele. Tanto poderá ser algo de inteiramente novo, como poderá reproduzir uma Idade de Ouro que já tenha existido no passado, mas em ambos os casos os mesmos caracteres de santidade e perfeição*” (p.30). De acordo com Velho (1994), o universo de herói salvador encontra terreno fértil em períodos de crise, ou seja “*em época de seca, escassez, fome, dificuldades em geral, ressurgem ciclicamente a esperança de uma terra prometida, abençoada onde ‘correrão o leite e o mel’ e a justiça será instaurada*” (p.73). E é com esse sentimento de “predestinado”, de herói salvador, que

Lula começa a governar, tendo como primeira medida, uma guerra declarada à fome com um programa assistencialista, denominado “Fome Zero”, e outros, como “bolsa escola” e “bolsa família”, por exemplo.

1.3.2 Das mudanças iniciais à expulsão dos parlamentares petistas em 2003

Como vimos nas considerações anteriores, Lula utiliza-se da crença messiânica e do sebastianismo como “armas”, prometendo que nada o atrapalharia em sua “missão”. É exatamente nesse ponto que a expulsão dos parlamentares do PT, por não concordarem com as decisões governamentais que evidenciavam cada vez mais o giro à direita do partido, toma parte deste enredo. Essa polêmica da expulsão se arrastou durante todo o ano após a posse de Lula porque quatro parlamentares do Partido dos Trabalhadores contrariaram as orientações do partido nas votações do Congresso Nacional.

A expulsão foi concretizada no dia 14 de dezembro de 2003, sendo as votações contrárias às reformas da Previdência e Tributárias o estopim que gerou a expulsão dos deputados João Fontes (SE), João Batista de Araújo (PA), Luciana Genro (RS) e a senadora Heloísa Helena (AL).

1.4 A mídia e os recursos discursivos

Para analisar um meio de comunicação é preciso tecer algumas considerações sobre a mídia como um todo. Os impérios de comunicação sempre foram poucos, fortes e poderosos e, de acordo com Landim (1998), *“no Brasil, os grupos que detêm o controle da informação podem ser contados nos dedos das mãos. A história de formação deles não é muito diferente: um pai que conseguiu uma rádio, depois fundou um jornal e uma emissora de televisão”* (p.58). Apesar do decreto de 1967, que limitava em cinco o número de estações de TV de um mesmo grupo, a associação com emissoras afiliadas e retransmissoras e as concessões de canais que foram compradas e registradas em nome de outras empresas de um mesmo grupo, de familiares e até de amigos, permitiram o monopólio dos meios de comunicação. Como exemplo, Landim cita a Igreja Universal que, desde 1989, quando adquiriu a Rede Record, já comprou mais de dez emissoras de televisão, registrando as mesmas em nome de membros da Igreja e executivos da Record.

O grau de concentração dos meios de comunicação, adquiridas por meios anti-democráticos por pequenos grupos familiares dominando todo um império de comunicação, aliado ao fato de que os donos destes veículos são a elite brasileira têm como consequência a afinidade político-ideológica dos veículos de comunicação do País. Não existe uma pluralidade de idéias e/ou posicionamentos. Esta constatação nos leva ao conceito de “produção do consenso”, elaborado por Kucinski a partir de um estudo de Chomsky sobre a mídia americana. É através da inclusão ou exclusão de determinados assuntos na agenda do país, ou dos enfoques dados a estes, que se inicia a construção do consenso. Comparando as notícias/conteúdo entre os meios de comunicação verifica-se a falta de conteúdo diverso:

Esses meios aparentam variedade e concorrência, mas num exame mais detalhado parecem concorrer mais em termos de variações sobre alguns temas padronizados do que em questões de repercussão. A liberdade de levantar problemas parece limitar-se, cada vez mais, aos poucos representantes de interesses que dispõem de acesso pronto e permanente aos meios de comunicação. (MILLS, 1981:369)

Esse “consenso” entre os veículos de comunicação está diretamente ligado aos interesses da elite do poder. Mills (op. cit.:334) afirma haver uma “*consciência de classe*” entre a elite, pois, por mais forte que sejam os constantes conflitos e choques de ambições pessoais dentro dos altos círculos do poder, há também uma disciplina interna e uma “*comunhão de interesses*” quando se trata de ameaças ao *status quo*. Ainda em suas palavras, “*as questões que determinam atualmente o destino do homem não são apresentadas ao grande público nem por este debatidas*” (p.352), ou seja, quando há ameaças de ruptura, o consenso é produzido pela elite como parte de uma decisão de estado-maior e retransmitido ao grande público através da mídia. De acordo com o exemplo dado por Halimi (p.39), essas questões determinantes podem, ainda, ser apresentadas como convém a esse grupo. O número de pessoas que expressam opiniões é muito menor que o número de pessoas para recebê-las e o tipo de comunicação dominante é o veículo formal, transformando o público em simples mercados desses veículos.

1.4.1 Mídia e manutenção do *status quo*

A descoberta da mídia como fonte de poder no Brasil de acordo com Kucinski (1998a), como já dito na introdução deste estudo, data do apogeu da imprensa escrita a partir da metade do século XIX com os então denominados “barões da imprensa”. A explosão das tiragens dos jornais culminou na concentração da propriedade jornalística e na formação de

grandes cadeias de jornais, possível “à medida que os mais fortes engoliam os mais fracos, os mais espertos tapeavam os ingênuos” (Id.:164).

Kucinski (Id;) considera que as empresas jornalísticas reproduzem no País a configuração oligárquica das propriedades da terra, isto é, “em cada macroregião, poder e prestígio são disputados por duas famílias já envoltas numa cultura de rivalidades e vendetas” (p.25). No cenário nacional, os veículos *Folha de São Paulo*, da família Frias, *O Estado de S. Paulo*, da família Mesquita, rivalizam-se em São Paulo, e o *Jornal do Brasil*, fundado por Rodolfo Dantas e Joaquim Nabuco, e *O GLOBO*, da família Marinho, rivalizam-se no Rio de Janeiro.

Os cinco maiores jornais impressos do Brasil representam a opinião e os interesses de grupos familiares e são produzidos no eixo Rio-São Paulo: *Folha de S. Paulo*, *O Estado de São Paulo*, *Extra*, *O Globo* e *O Dia* e, conforme levantamento de Giannotti (2004), totalizam 1.581.315 exemplares circulando diariamente. No cenário regional, nos pequenos e médios municípios, de acordo com Kucinski (op. cit.) “os jornais são totalmente dependentes da elite local dominante e da máquina do Estado” (p.25) e, em geral, estes jornais representam um político local. Esse autor afirma ainda que a imprensa tem caráter auto-referente pois a elite é, ao mesmo tempo, a fonte, a protagonista e a leitora das notícias.

Os quatro grandes jornais do Brasil, ainda conforme Kucinski, definem a agenda de discussões políticas do País; ou seja, *O Globo*, *Jornal do Brasil*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* freqüentemente são parecidos na temática abordada, nas manchetes e até nos *layouts*. São lidos todas as manhãs por locutores de rádio, servindo de pauta para as coberturas de TV e também para as revistas semanais e ainda são recortados por assessorias de imprensa de políticos e empresas. Gramsci (apud Dias, 2000), já em 1916 afirmava o caráter classista do jornal que se transforma em arma da burguesia e alertava os operários que compravam com inocência tal jornal:

Deve recordar-se sempre que (...) o jornal burguês (qualquer que seja sua linha) é um instrumento de luta movido por idéias e sentimentos em contraposição com os seus. Tudo o que se publica é conscientemente influenciado por uma idéia: servir à classe dominante; que se traduz inelutavelmente em um fato: combater a classe trabalhadora. (op. cit.:71)

Ao estudar a notícia jornalística, Marcondes Filho (1989) busca explicar, através de um quadro teórico, os caracteres político, econômico e ideológico da notícia na sociedade de classes, situando-a como, além de uma mercadoria e um veículo ideológico, também como um agente político. Para esse autor, o jornalismo, ou melhor, o conglomerado jornalístico não fala sozinho, pois atua junto com grandes forças econômicas e sociais. Marcondes Filho

afirma ainda que um conglomerado jornalístico “*é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem dar às suas opiniões subjetivas e particularistas o foro de objetividade*” (Id.,p.11). Sobre o papel que desempenha o jornalismo na sociedade, revela que:

Criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente suas opiniões e informações. É uma maneira de se dar eco às posições pessoais, de classe ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como “a verdade”.

A construção da notícia que envolve o processo de definição, o ângulo que se quer priorizar, a manchete, a posição na página ou até a decisão de não transmiti-la, é, de acordo com Marcondes Filho, uma decisão consciente dos que trabalham na imprensa, pois “*jornalismo é uma opção ideológica, ou seja, definir o que vai sair, como, com que destaque e com que favorecimento, corresponde a um ato de seleção e de exclusão*” (Id.,p.12).

Corroborando com a idéia de seleção da notícia feita pelos veículos formais de comunicação, Miguel (2002) afirma, a respeito da recepção do telespectador, ouvinte ou leitor dos veículos de comunicação, que apesar do público não absorver passivamente a visão de mundo que recebe da mídia, como pensam alguns, ele também não exerce um papel totalmente ativo de consumidor da informação como querem fazer crer outros. Isso porque o receptor reelabora informações ou mensagens a partir daquelas disponibilizadas pelos meios de comunicação, ou seja, ter que trabalhar com estas e não com outras mensagens direciona e limita sua interpretação e, além disso, “*os códigos culturais que manipula são produzidos num ambiente social em que a presença da mídia é significativa*” (p.22).

Até aqui foi feita uma análise sobre a política, seus componentes e sua atuação imbricada com a cultura, apresentado os resgates culturais bíblicos feitos pelo PT em 2002, como o messianismo e o sebastianismo são utilizados na política, além de ter analisado brevemente a conjuntura política que culminou na expulsão dos parlamentares que se opuseram às decisões do governo Lula. Nos capítulos seguintes serão analisados os objetos selecionados: matérias publicadas no jornal FSP e RV entre os dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2003.

CAPÍTULO II

OS RESGATES CULTURAIS NA COBERTURA DA FSP

Como dito na introdução deste trabalho, temos nas matérias veiculadas na FSP, nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2003 a presença de três “vozes” a serem analisadas e, para facilitar o estudo, a análise das mesmas será dividida em três partes, sendo elas; (1) a posição do jornal acerca da expulsão; (2) a opinião do governo mostrada pelo jornal e, finalmente, (3) o discurso dos parlamentares expulsos e dos manifestantes contra a expulsão. Sendo assim, as partes (2) e (3) se compõem da retomada das matérias da parte (1), visto que as matérias são as mesmas, mas com o foco voltado para a análise de outra “voz” identificada nas mesmas matérias, ou seja, a opinião do governo (2) e o discurso dos parlamentares (3). Ressalto ainda que o foco é o resgate dos elementos culturais presentes no discurso político, bem como a relação desses elementos com a política e as intenções no uso desses elementos da cultura.

2.1 Opção ideológica da FSP

Para manter uma ilusão de imparcialidade, de objetividade, a FSP, de um modo geral, expõe a opinião dos dois lados no caso sobre a expulsão dos parlamentares do PT. Apesar disso, é importante analisar como essas opiniões a respeito da expulsão são colocadas. Em diversos títulos, trechos, citações e imagens publicadas na FSP a respeito da votação sobre a expulsão dos parlamentares, o veículo deixa evidenciar sua posição. A primeira matéria publicada no dia 13 de dezembro (p.A15) sobre o evento da expulsão, traz como título “*PT faz balanço e decide se expulsa radicais*” e, como “linha fina” o seguinte texto “*Diretório Nacional do partido analisará hoje o primeiro ano do governo Lula e as perspectivas para o próximo*”. Nessa primeira matéria o jornal afirma já no primeiro parágrafo que a expulsão é “praticamente certa”:

“O Diretório Nacional do PT se reúne neste fim de semana em Brasília para fazer um balanço do primeiro ano de governo Lula, traçar os rumos para o próximo ano, discutir as alianças para as eleições de 2004 e decidir sobre a praticamente certa expulsão da senadora Heloísa Helena (AL) e dos deputados Babá (PA), João Fontes (SE) e Luciana Genro (RS)”. (Folha de São Paulo, São Paulo, p. A15, 13 dez/ 2003)

O uso da expressão “praticamente certa” introduz uma opinião que deixa claro para o leitor que os parlamentares serão realmente expulsos. Tudo é só questão de tempo. O termo, assim, é escolhido e colocado no sentido de que há um consenso sobre o tema, ou seja, um consenso de que os parlamentares realmente serão expulsos, ou, que devem ser. Após essa introdução, é informado como será o encontro no qual o PT fará uma avaliação sobre o primeiro ano do governo Lula e ressalta que o momento mais tenso será no dia seguinte, dia da votação pela expulsão dos parlamentares. Informa ainda que a cúpula está “*fechada pela expulsão*”:

“A hipótese de não haver expulsão é zero. Só se a maioria for derrotada”, afirmou o secretário de Organização do PT, Silvio Pereira. As manifestações pró-radicais e o choro de Helena não o sensibilizaram. “Não tem “vítima” nessa história. Esse é um partido que tem direção e estatuto”, disse. (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003).

Através do discurso citado Heloísa Helena é qualificada, por uma adjetivação negativa, como “falsa” pois é acusada de se fazer de “vítima”. A matéria informa ainda que a tendência da qual Heloísa Helena faz parte no partido, a Democracia Socialista, propôs uma suspensão de um ano, como resposta, o jornal acrescenta uma citação de José Genoíno⁴ afirmando que a reforma da Previdência, no senado, foi aprovada em segundo turno “*com apenas dois votos de vantagem. Ela [Heloísa Helena] poderia ter dado um sinal, mas não o fez*”. A matéria é finalizada com os detalhes do processo da expulsão. Não há espaço para uma citação dos parlamentares, nem para a opinião dos mesmos, sendo assim, na síntese dessa matéria fica claro o posicionamento em dar a fala apenas à cúpula petista e o porquê que “*a praticamente certa*” expulsão dos parlamentares irá ocorrer.

De acordo com Van Dijk (apud Guimarães, 2002), a opinião sempre tem a função avaliativa e isso “*implica entender que algo/alguém é bom ou mau; para tanto, é necessário que haja um juízo de valor a respeito de algo/alguém*” (p.67). Para demonstrar uma falsa imparcialidade, o jornal sempre busca trazer as duas opiniões, mas, os parlamentares a serem expulsos sempre têm um espaço menor e, quando aparecem em destaque, são sempre mostrados em “protestos”, “manifestações” e sempre estereotipados através de adjetivações negativas como “inflexíveis”, “radicais”, “rebeldes” ou de qualquer outra forma linguística

⁴ Importante ressaltar aqui a situação atual (2006) da cúpula petista que decidiu pela expulsão dos parlamentares “radicais”. José Genoíno deixou a presidência do PT em 10 de julho de 2005 após denúncias de seu envolvimento no escândalo do “mensalão” (suposto pagamento de mesada a parlamentares da base aliada em troca de apoio ao governo). As denúncias do “mensalão” foram feitas pelo deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ), no dia 06 de junho de 2005. Jefferson apontou o publicitário Marcos Valério como operador do pagamento, tendo Delúbio Soares e José Dirceu como coordenadores do “esquema”. O estopim da saída de José Genoíno da presidência do Partido foi a detenção de José Adalberto Vieira da Silva, assessor do deputado estadual José Nobre Guimarães (PT-CE), irmão de Genoíno, com R\$ 437 mil em notas. (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil>, acesso em 13/02/2006).

que os diminua. Como exemplo, quando o jornal dá ênfase no choro de Heloísa Helena em sete matérias publicadas em dias diferentes. Encontra-se também nesses trechos outros mecanismos de desqualificação:

“A hipótese de não haver expulsão é zero. Só se a maioria for derrotada”, afirmou o secretário de Organização do PT, Silvio Pereira. As manifestações pró-radicais e o choro de Helena não o sensibilizaram. “Não tem “vítima” nessa história. Esse é um partido que tem direção e estatuto”, disse. (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003). **(Adjetivação negativa: Heloísa Helena é qualificada como “falsa” pois é acusada de se fazer de “vítima”).**

...os atritos começaram quando Salvatti chamou a senadora de “senatriz” por ter chorado em um discurso contra o governo e a reforma da previdência. (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003). **(Adjetivação negativa: Heloísa Helena também é qualificada como “falsa”, sendo chamada de “senatriz”, que, no contexto dado e pela “entonação discursiva”, remete ao sentido de “fingimento”, “encenação”. No sentido original, ambas são “senatrizes”, pois é a palavra utilizada para designar o gênero feminino de “senador”).**

Não ficarei chorando abraçada às bandeiras do PT. (SENADORA HELOÍSA HELENA – AL). (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003). **(Discurso citado: a própria Heloísa Helena afirma nas entrelinhas do discurso que “vai parar de chorar” com uma tonalidade que leva ao efeito de sentido que não vale a pena chorar pelo PT.)**

Em pé, sobre um caixote de madeira, a senadora Heloísa Helena (AL) “voltou a chorar ontem” ao discursar em uma manifestação contra a sua expulsão do PT. (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003). **(A tonalidade discursiva dada ao enunciado marca a opinião do jornalista de que Heloísa “chora demais”. Além disso, o verbo de ação “voltou” indica que isso já se repetiu antes).**

Já chorei demais, já sofri demais por um partido ao qual dediquei os melhores anos da minha vida e que hoje me expulsa enquanto acarinha delinquentes da política brasileira”, disse Helena, depois de ser expulsa. (FSP, p. A4, 15 de Dez/2003). **(Discurso citado: novamente a fala de Heloísa leva ao efeito de sentido de que não vale a pena chorar pelo PT).**

Helena foi a única a chorar durante o encontro, de acordo com relato dos presentes. (FSP, p. A4, 15 de Dez/2003). **(Marca de opinião do jornalista com uma tonalidade discursiva que a expõe como “única” a chorar - enumeração).**

Ela voltou a chorar. (FSP, p. A5, 15 de Dez/2003). **(Marca de opinião do jornalista, com uma tonalidade que enfatiza o choro constante de Heloísa Helena, num tom de “repetição” marcada pelo verbo de ação).**

Sabemos que em nossa cultura aquele que chora é uma pessoa fraca, sensível ou é um chantagista, pessoa falsa que se faz de vítima para conseguir algo em proveito próprio ou, ainda, uma pessoa desagradável. Há também a possibilidade de se aferir ao choro uma característica daquele que é humano, bondoso, atribuindo simpatia àquele que chora. Apesar de amplas possibilidades, o sentido dado pela equipe do governo ao referirem-se ao choro constante da senadora, é de uma Heloísa Helena falsa (“senatriz”) e que se faz de vítima

utilizando o choro como “arma” para “sensibilizar” o governo e a opinião pública (... “*Não tem vítima nessa história*”).

Pode-se dizer ainda que, ao menos dois motivos indicam que o jornal FSP assume a mesma opinião do governo. Primeiro, ao se considerar o fato de que ele teve opção em colocar essa ou aquela citação, fazer essa ou aquela interpretação. E em segundo lugar, a repetida referência ao choro de Heloísa Helena indica que se quer reforçar o fato e que, aliado à entonação expressiva dada às demais referências à Heloísa Helena e aos parlamentares, nessa e em outras matérias, não direcionam o “choro constante” para os sentidos de “fraqueza”, “simpatia”, de ser “sensível” ou de “humanização”, ao contrário, na mídia como um todo, incluindo a FSP, os parlamentares, como já dito, são caracterizados frequentemente como rebeldes, intransigentes e inflexíveis e não como sendo fracos, sensíveis, simpáticos ou “humanos”.

Quando o jornal publica os trechos já citados enfatizando a opinião da equipe do governo sobre o fato de Heloísa Helena chorar “muito”, ele está fazendo, de acordo com Marcuschi (1995), a “interpretação” da opinião. Algumas vezes utiliza interpretações explícitas (“*em que há um comentário feito pelo redator da notícia*”):

“A hipótese de não haver expulsão é zero. Só se a maioria for derrotada”, afirmou o secretário de Organização do PT, Silvio Pereira. As manifestações pró-radicais e o choro de Helena não o sensibilizaram. “Não tem vítima nessa história. Esse é um partido que tem direção e estatuto”, disse. (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003).

Em pé, sobre um caixote de madeira, a senadora Heloísa Helena (AL) voltou a chorar ontem ao discursar em uma manifestação contra a sua expulsão do PT. (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003).

Helena foi a única a chorar durante o encontro, de acordo com relato dos presentes. (FSP, p. A4, 15 de Dez/2003).

Ela voltou a chorar. (FSP, p. A5, 15 de Dez/2003).

E outras vezes, o jornal faz interpretação pela seleção do que é informado. Para Marcuschi (1995), “*o fato de se prestar uma e não outra parte das opiniões de alguém já é uma forma de interpretar o discurso através da omissão. A simples seleção é, pois, um tipo especial de interpretação pelo interesse*” (p.97):

...os atritos começaram quando Salvatti chamou a senadora de “senatriz” por ter chorado em um discurso contra o governo e a reforma da previdência. (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003).

Não ficarei chorando abraçada às bandeiras do PT. (SENADORA HELOÍSA HELENA – AL). (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003).

“Já chorei demais, já sofri demais por um partido ao qual dediquei os melhores anos da minha vida e que hoje me expulsa enquanto acarinha delinquentes da política brasileira”, disse Helena, depois de ser expulsa. (FSP, p. A4, 15 de Dez/2003).

Em todas as referências ao choro da senadora, a FSP dá força especial às opiniões das fontes do poder (Governo). Quando se publica todos os dias, em várias matérias: *“ela voltou a chorar”*, pode se ler implicitamente que isso é uma rotina, se repete freqüentemente. E assim, através de adjetivações negativas, o jornal vai construindo a opinião de quem está lendo o jornal diariamente e o leva a um posicionamento a respeito do assunto. Afinal, consoante Bakhtin (1997), toda palavra possui um acento apreciativo, ou seja, todo conteúdo, dito ou escrito, é sempre acompanhado por um acento de valor ou apreciativo determinado. Sem isso, não há palavra.

Para demonstrar que os quatro parlamentares indicados para a expulsão são realmente inflexíveis, o jornal traz um comentário do Sr. Jose Genoino, até então, Presidente do partido, antes de seu nome surgir envolto à corrupção que fez com que o PT perdesse a ética e a honestidade, valores que compunham seu referencial histórico. No comentário, Genoino afirma que se “desdobrou” para tentar mudar a situação, *“mas que não houve nenhum gesto dos quatro para ficar na legenda”* (FSP, p. A4, 14 de Dez/2003).

As palavras, de acordo com Marcuschi (1995) *“são instrumentos de ação e não apenas de comunicação”* (p.118). Os parlamentares são denominados com freqüência pelo discurso oficial como “rebeldes”, termo reforçado pelo jornal visto que o utiliza até em títulos como: *“Documento petista diz que rebeldes ‘uniram-se à oposição ao governo’”* (FSP, p. A15, 13 de Dez/2003). A palavra rebelde, como sabemos, é usada para definir aquele que não acata ordem ou disciplina, que é insubordinado. Além de rebelde, a denominação mais utilizada é a de “radical”. É importante lembrar que no Brasil seu significado é sinônimo de discordante (Dias, 2004:50). Todos aqueles que não se adequam são rotulados como “radicais”, sendo estereotipados como mau-humorados, rebeldes, incômodos, intratáveis, inflexíveis.

A noção de estereótipo, de acordo com Maingueneau & Charaudeau (2004), foi estudada por muitas disciplinas e estas lhe deram diversos sentidos. Utilizo, nesse estudo, a noção do termo elaborada pela *Análise do Discurso* para a qual, estereótipo é:

Uma representação coletiva cristalizada, é uma construção de leitura, uma vez que ele emerge somente no momento em que um alocutário [destinatário] recupera, no discurso, elementos espalhados e freqüentemente lacunares, para reconstruí-los em função de um modelo cultural preexistente (Amossy, apud Maingueneau & Charaudeau ,op. cit.:215).

O estereótipo, então, depende do conhecimento acumulado pelo destinatário através de sua cultura, ou seja, *“um conjunto de crenças e opiniões partilhadas que fundamentam a comunicação e autorizam a interação verbal”* (p.215). De acordo com Maingueneau & Charaudeau (2004), o estereótipo constitui-se no saber de senso comum que aparece através da ideologia e varia de acordo com a época e a cultura. Para Angenot (apud Maingueneau & Charaudeau, op. cit.) a estereotipia *“aparece como aquilo que permite naturalizar o discurso, esconder o cultural sob o evidente, isto é, o natural”* (p.216). Normalmente está incrustada nos discursos aparentemente “inocentes”. O locutor, para a análise do discurso, só se comunica com seus destinatários, e age sobre os mesmos, se apoiando em estereótipos, nas representações coletivas familiares e nas crenças que são partilhadas.

A FSP evidencia seu posicionamento a respeito do assunto, após o resultado da votação que culminou na expulsão dos parlamentares:

A decisão de ontem – a primeira desde 1992, quando foi expulsa do PT a tendência interna Convergência Socialista, que gerou o PSTU – vinha sendo adiada pela direção, que decidiu marcá-la, finalmente, para a última reunião do diretório este ano, iniciada sábado e encerrada ontem.

O advérbio de tempo, “finalmente”, é um recurso avaliativo utilizado pela FSP que marca o registro da ansiedade do jornal na expulsão dos mesmos, ao interpretar, explicitamente, seu comentário a respeito.

Na análise dos três dias de publicação, em todas as matérias sobre a expulsão dos parlamentares, o “chapéu” da matéria é a frase: “PT no divã”. Quando o jornal FSP diz que o PT está no divã, pode-se fazer a leitura que o mesmo passa por problemas mentais e emocionais e necessita de tratamento. O jornal, por sua vez, através de suas “análises”, faz o papel de psicanalista. Assim, a FSP busca construir sua opinião na mente do leitor, considerando que, inicialmente, há uma representação mental dos parlamentares que, ao ser interpretada avaliativamente, produz uma idéia sobre os mesmos.

Como dito no início deste capítulo, o foco desse estudo é a análise dos elementos culturais presentes no discurso político e a relação destes elementos com a política e as intenções nesse resgate. Nas matérias veiculadas pela FSP é possível fazer alguns resgates da nossa cultura que nos permitem realizar uma leitura linear a respeito de como estas matérias foram publicadas para construir a opinião pública a respeito do evento. No conjunto das matérias, percebe-se que o jornal “narrou” a votação e sua decisão de algumas formas pré-definidas: ora como um tribunal, ora como um jogo (com direito a torcidas organizadas) e ora como uma guerra, ou um ringue.

Nas três formas de mostrar o evento havia dois lados, duas posições e, em todas as matérias, o jornal esforçava-se para trazer as duas opiniões (de forma tendenciosa). A escolha desta forma de mostrar o evento está relacionada com a própria constituição da política e ao próprio discurso social do gênero “notícia” analisado. No campo político, como já demonstrado anteriormente nesse estudo, o conflito entre dois lados, o contraste entre pensamento e ações políticas é inerente. O jornal fomentou a animosidade diariamente através de matérias que trazem, no campo jurídico, a metáfora com o tribunal e no campo esportivo, a metáfora com a rixa entre dois times. Assim, ao utilizar um determinado sistema metafórico, desencadeia-se associações que facilitam o direcionamento do texto.

Sempre como se estivesse debatendo sobre um jogo ou ouvindo torcidas adversárias, a FSP utiliza a retórica Aristotélica e, matéria após matéria, constrói o *pathos* no leitor, ou seja, suscita emoções, interesses e sentimentos para convencê-lo, seduzi-lo. Conforme relata Perelman (1996), toda argumentação compreende a ação de alguém (locutor) sobre outra pessoa (destinatário), com o objetivo de provocar a adesão às suas idéias.

As outras duas matérias publicadas no dia 13 de dezembro (dispostas lado a lado) representam, em sentido metafórico, um tribunal, onde há sempre uma acusação e uma defesa. Em cada matéria há uma tabela. De um lado, temos a matéria e o título da acusação - “Documento petista diz que rebeldes ‘uniram-se à oposição ao governo’” - do outro lado, temos a matéria e o título da defesa: “Deputado defende Helena e diz que PT é ‘genuíno’, não ‘transgênico’” (cf. fig. 02):



Fig. 02: Pseudo-imparcialidade da FSP (Genoino x Heloisa Helena)

Nas duas matérias, há duas fotos. Barthes (1985), como dito no quadro teórico deste estudo, considera a fotografia como fala pois a mesma significa alguma coisa. Sendo assim,

podemos fazer leituras possíveis sobre as fotos publicadas pelo jornal. A matéria que representa a “acusação” traz a foto de José Genoïno, com semblante arrogante e olhar de desprezo, tendo como fundo uma sombra com o braço erguido com o punho cerrado e, logo acima da sombra, a estrela do PT. Essa imagem de fundo pode ser analisada como remetendo à propaganda dos partidos comunistas que foram associados na imprensa com “linha dura”, punição, agressividade e autoritarismo. Nesse caso, um efeito de sentido seria usado para reforçar a idéia de que o campo majoritário do Partido mantém essa linha na expulsão dos parlamentares, pois junto com essa imagem de fundo e a foto de Genoïno, está a estrela do PT, logo acima. Na legenda da foto, lê-se: “*José Genoïno em ato a favor da expulsão dos radicais do partido*”.

Em contraposição a essa matéria, ao lado, representando a “defesa” dos parlamentares, a foto publicada é a de Heloïsa Helena com uma planta na mão e, como fundo, várias árvores. Na legenda desta foto lê-se: “*A senadora Heloïsa Helena participa de manifestação no Rio*”. E como título: “*Deputado defende Helena e diz que PT é ‘genuïno’, não ‘transgênico’*”. É importante observar que o título da matéria anterior tem um tom sério, já este, tem um tom jocoso. Na foto Heloïsa está pensativa, em um mundo de devaneio, tomada por heras principalmente sobre a cabeça. Diferente da imagem de Genoïno, Heloïsa Helena, através da imagem publicada, é apresentada fora do palco político e até “fora do campo da razão”, se resgarmos a opinião do governo emitida por José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, quando afirma que a oposição interna do PT “*beira a insanidade*” (FSP, 14/12/2003, pág. A11).

É importante observar ainda a carga semântica que as palavras “ato” e “manifestação”, publicadas na legenda, adquirem. José Genoïno participa de ato a favor da expulsão, enquanto Heloïsa Helena participa de manifestação contra a expulsão. Os dois grupos fizeram um manifesto, mas, para o jornal e para a mídia em geral, quem faz manifestação “bom sujeito não é”. Portanto, apenas os “radicais” aparecem participando de manifestações. Mesmo que o campo majoritário do PT tenha divulgado um “*manifesto a favor da ‘unidade de ação’ e do ‘respeito às decisões do partido’*” como foi publicado no corpo da matéria da “acusação”, o título da mesma substituiu a palavra “manifesto” por “documento”. Portanto, para positivar o discurso oficial, o governo participa apenas de “atos” e não escreve “manifestos”, e sim “documentos”.

Fazendo um resgate da história dos discursos e práticas políticas, as palavras “manifestação” e “manifesto” podem ter adquirido, culturalmente, uma carga semântica negativa por estar, principalmente nesse caso, relacionada com a famosa publicação de Karl

Marx e Frederic Engels, intitulada “*Manifesto Comunista*”. O sentido negativo foi dado pelo grupo hegemônico composto por empresários, mídia, elite, igreja; entre outros a quem não interessa nenhuma forma de “manifestação” contrária à sua visão de mundo, sendo assim, do sentido de divulgar ou de se expressar publicamente, a palavra “manifestar” passou a ter sentido pejorativo, usada para desqualificar uma ou várias pessoas.

Sem pretender fazer uma análise completa das matérias publicadas na FSP, como já dito na introdução desse trabalho, é importante destacar alguns trechos ou elementos que evidenciem se houve um posicionamento do jornal FSP, em havendo, qual foi esse posicionamento. Apesar de ambas as matérias ocuparem a mesma distribuição espacial e terem dimensões idênticas, numa tentativa da FSP de mostrar sua imparcialidade, numa leitura das mesmas, percebe-se objetivos diferentes na redação. Na primeira matéria: “*Documento petista diz que rebeldes ‘uniram-se à oposição ao governo’*” o foco são os motivos da expulsão. Temos então uma construção que se inicia com a informação de que o campo majoritário do PT divulgou um manifesto “*a favor da ‘unidade de ação’ e do ‘respeito às decisões do partido’*”. Em seguida, o segundo parágrafo é todo composto por um trecho do manifesto:

“Esses parlamentares atacaram e desqualificaram o PT, acusaram com as mais torpes qualificações outros companheiros do partido, promoveram encontros com dirigentes de outros partidos para atacar as propostas [reformas] e, no final, uniram-se à oposição ao governo Lula, liderada pelo PFL e pelo PSDB, para derrotar politicamente o nosso governo”, diz o documento, que foi intitulado “Sem respeitar o PT, ficar porquê?”.

Em seguida a esta citação, para qualificar a importância do documento, a matéria quantifica as assinaturas: “*o manifesto foi assinado por 33 filiados ao PT-DF e endossado por 24 presidentes de diretórios regionais*”. Registra ainda os atritos entre Heloísa Helena e Ideli Salvatti (publicando que esta última chamou Heloísa de “Senatriz”) e finaliza com outra citação que classifica os parlamentares a serem expulsos como “individualistas”:

“Esse momento é duro e difícil, como nossa caminhada até aqui. Não podemos admitir que o individualismo de alguns coloque nosso projeto em risco” afirmou o deputado Luiz Sérgio.

Já a matéria de “defesa” dos parlamentares, intitulada: “*Deputado defende Helena e diz que PT é ‘genuíno’, não ‘transgênico’*” é iniciada com o choro de Heloísa Helena ao discursar sobre um caixote de madeira. No segundo parágrafo registra que naquele dia (13/12) começava a reunião que iria decidir sobre a expulsão. No terceiro parágrafo, já considerando certa a expulsão, a matéria informa sobre a atitude a ser tomada pelos parlamentares após a reunião:

De acordo com o deputado federal Chico Alencar (RJ), caso os chamados radicais sejam expulsos, um recurso será apresentado à cúpula partidária. Alencar chamou a senadora de “invencível”.

Ao contrário da matéria anterior (da “acusação”), esta não dispõe os motivos pelos quais os parlamentares e seus amigos acreditem que não se deve haver expulsão, o que deveria ocorrer para se configurar a imparcialidade do jornal. Ao contrário disso, a matéria foca o que ocorrerá quando os parlamentares forem expulsos, como exposto no quarto parágrafo:

A senadora Heloísa Helena disse que irá à reunião de “cabeça erguida”, mas que será “um sacrifício” retirar de seu gabinete as duas bandeiras do partido e todas as estrelas, camisas e fotografias que ela juntou durante sua “vida de luta”. Afirmou, no entanto, que não ficará “chorando abraçada às bandeiras do PT”.

A matéria continua então a informar sobre a manifestação contra a expulsão (cuja legenda da foto informa): “a senadora recebeu beijos, abraços, flores e deu autógrafos a vários das cerca de 150 pessoas presentes”. A matéria, então, é encerrada com uma ameaça feita pelo deputado Chico Alencar a Jorge Bittar, então pré-candidato à prefeitura do Rio: “(...) Segundo ele [Alencar], caso Bittar vote a favor da expulsão dos radicais, ele poderá perder apoio para sua candidatura”. Em síntese, esta matéria começa realçando o choro de Heloísa Helena, ressalta que os parlamentares e seus apoiadores não aceitarão a expulsão e entrarão com recursos, não apresenta motivos/argumentos pelos quais não se deve haver a expulsão e ainda finaliza mostrando que há ameaças a quem votar pela expulsão.

Além desse conteúdo das matérias, há ainda um quadro que expõe frases retiradas das mesmas. Estes quadros são colocados abaixo das fotos, conforme figura 02 (exposta anteriormente). Na primeira, o quadro recebe o título “pela expulsão”, na segunda matéria é intitulado de “contra a expulsão” (cf. fig.03):

PELA EXPULSÃO	CONTRA A EXPULSÃO
<p><i>Não dá para transformar críticas em oposição ao governo. Isso eu não aceito. Sou governo. Com autonomia, mas sou governo</i> JOSE GENOINO</p> <p><i>Esses parlamentares atacaram e desqualificaram o PT, acusaram com as mais torpes qualificações outros companheiros do partido, promoveram encontros com dirigentes de outros partidos para atacar as propostas e, no final, uniram-se à oposição ao governo Lula [...] para derrotar politicamente o nosso governo</i> TRECHO DO MANIFESTO</p>	<p><i>Este é um PT genuíno, com u [numa referência irônica a José Genoíno]. Não é um PT transgênico</i> DEPUTADO CHICO ALENCAR (RJ)</p> <p><i>Não ficarei chorando abraçada às bandeiras do PT</i> SENADORA HELOÍSA HELENA (AL)</p> <p><i>Também existe vida fora do PT</i> SENADORA HELOÍSA HELENA (AL)</p> <p><i>Coerência PT. Expulsar para quê?</i> DIZERES DE UMA BANDEIRA USADA NO ATO</p>

Fig. 03: “Pela Expulsão” x “Contra a expulsão”

O primeiro quadro apresenta apenas duas opiniões, mas essas de grande peso (José Genoíno e um trecho do manifesto elaborado pelo campo majoritário do PT). É preciso ressaltar que a “autoridade citada” é um recurso que, conforme descreve Maingueneau & Charaudeau (2004), “*funciona como apoio do discurso proferido por um locutor L₁ para legitimar, em presença de um locutor L₂, um dizer ou uma maneira de fazer, referindo-os a uma fonte considerada legitimadora*” (p.87). Nesse caso, o locutor L₁ é o jornal FSP que lança mão de uma voz autorizada (L₂), ou seja, José Genoíno, como legitimador do discurso à favor da expulsão.

No segundo quadro, quatro frases são destacadas. Apesar da diferença de quantidade de citações, é interessante observar a qualidade do enfoque das mesmas e suas diferenças. No primeiro quadro, além da opinião do presidente do partido, há ainda argumentos claros e racionais sobre o motivo pelos quais o grupo é a favor da expulsão. Importante ainda destacar que no trecho do manifesto, colocado em destaque, há a omissão dos nomes dos partidos de oposição na citação: PFL e PSDB, que no corpo da matéria são colocados.

Já o segundo quadro, apesar de ter mais opiniões, se prende a argumentos vagos, opiniões particulares, emocionais e ironias que, para muitos, “fogem” do lado “sério” da política. Ressalta-se ainda, através de uma das frases, o choro de Heloísa Helena. Além disso, a segunda citação do quadro “pela expulsão” responde claramente à última frase do quadro “contra a expulsão”, que se constitui em uma pergunta: “*Coerência PT. Expulsar para quê?*”. Sendo assim, há um diálogo tanto entre as duas matérias, quanto entre as opiniões selecionadas pelo jornal e colocadas em destaque evidenciando, assim, o conceito de acabamento já desenvolvido anteriormente (p.34). O acabamento, de acordo com Bakhtin (2000), é o que possibilita a reação ao enunciado, através de uma “*atitude responsiva ativa*”, como na matéria analisada, na qual um texto responde ao outro.

A partir dessa análise percebe-se inicialmente que a tentativa de imparcialidade da FSP se constitui em uma pseudo-imparcialidade, pois a partir de recursos como seleção de imagens, seleção, interpretação e disposição de opiniões e discursos, prevalece um posicionamento implícito de favorecimento à opinião do governo sobre a expulsão dos parlamentares.

O fato de ambas as matérias ocuparem a mesma distribuição espacial e terem dimensões idênticas, como dito, teve o objetivo de mostrar uma possível imparcialidade da FSP. Mesmo quando se proclama imparcial, afirma Ribeiro (1994), o jornalismo constrói a realidade e não apenas reproduz os acontecimentos. Apesar da objetividade necessária para sua credibilidade, esse autor ressalta que a intervenção da subjetividade é necessária na

composição do fato. Sendo assim, “*o juízo ético, a ideologia, a opinião são pré-condições da abordagem dos fenômenos*” (p.10). O jornalista, portanto, não é uma testemunha isenta, pois precisa oferecer o assunto devidamente ambientado e, com isso, “*através da codificação e decodificação dos fatos apresentados, a subjetividade das equipes, da direção e dos leitores participa de forma até conflituada na construção da notícia*” (p.10).

Essa tentativa de imparcialidade da Folha também é identificada com pluralismo e apartidarismo e faz parte da história da FSP conforme relata, em 1990, Carlos Eduardo Lins da Silva (apud Ribeiro, 1994), ex-secretário de redação, produção e então diretor de planejamento da FSP:

A partir da lógica do mercado, o jornal adotou a ideologia do apartidarismo e do pluralismo, explicitada no documento “A Folha depois da Campanha Diretas-já”. Uma vez que “o público que consome o jornal é composto por pessoas com diferentes visões de mundo, e como o jornal não pode prescindir de nenhum grupo, deve representar cada um deles no noticiário” (p.91).

Para Taschner (apud Ribeiro, 1994) “*as folhas são um empreendimento ‘pleno de ambigüidades’, que ‘nunca tiveram um projeto editorial claro’, ora espelhando as opiniões dos donos, ora preocupadas em atender ao mercado* (p.57). Contradizendo a posição de “imparcial”, o próprio Otávio Frias Filho (apud Ribeiro, op. cit;) relata em 25/10/1990, a relação e influência do dono do jornal, seu pai (Otávio Frias):

meu pai faz um acompanhamento e controle; ele é consultado acerca das opções editoriais mais importantes e de maior peso político e econômico. Essas decisões cabem a ele. (...) Quanto aos editoriais, não passam por mim; os editorialistas os discutem diretamente com ele (p.116).

Tendo em vista as empresas de notícias estudadas por Ribeiro (1994), jornal *O Estado de São Paulo* e *Folha de São Paulo*, esse autor afirma então, que o poder ainda está na mão do dono do jornal, reproduzindo o padrão da identidade cultural dos jornais brasileiros. Diaféria (apud Ribeiro, op. cit.) afirma que o jornal é mais que uma simples empresa:

o próprio dono do jornal fica com a empresa na mão durante décadas porque o jornal é mais do que uma simples empresa. Por que os Mesquita, que são cafeicultores, e o Frias, que é granjeiro, são donos de jornal? Até ganham mais dinheiro com a outra atividade; o jornal é algo mais – é o poder (p.108).

Por mais que a FSP insista em dizer que a partir da lógica do mercado, adotou o apartidarismo e o pluralismo, sempre haverá uma posição política a ser defendida, principalmente porque, ao se voltar para o mercado, a FSP estará preservando ou defendendo os direitos da classe média, seu grande público consumidor/leitor.

Sobre a relação da FSP com seu público leitor, Boris Casoy (apud Ribeiro, id.), que já foi editor-responsável pelo jornal na década de 70, relata que “*a Folha é o grande jornal da*

classe média brasileira. A classe média se identifica com ele; a Folha fala pela classe média, defende seus direitos. Procura transmitir a visão do cidadão” (p.117). O “cidadão”, ao qual Boris Casoy se refere, é identificado na pesquisa realizada pelo DataFolha, sintetizada por Lins da Silva (apud Ribeiro, op. cit.):

Um sujeito entre 32-42 anos, executivo ou profissional liberal; cosmopolita, que viaja com alguma frequência ao exterior; com um padrão de consumo invejável para o Brasil, com todos os aparelhos eletroeletrônicos, que mora nos lugares melhores da cidade; tem bom nível intelectual e sua participação política é de centro-esquerda; muito identificado com os EUA e não voltado para a Europa (p.90).

Continuando com as análises, verifica-se que nas matérias publicadas no dia 14 de dezembro, continua a metáfora com o tribunal e a ênfase positiva no *discurso oficial* (governo). Na página A4, na matéria destaque, que ocupa a página inteira, lê-se:

Linha fina: *Contra expulsão, Olívio Dutra troca reunião por Festa do Churrasco em Bagé.*

Título: *Genoino diz que seu coração dói por Babá e Luciana Genro.*

O destaque dado na linha fina sugere que nem aqueles que são contra a expulsão se importam com a mesma, visto que a reunião da votação foi trocada por uma “Festa do Churrasco”. Em um pequeno quadro, abaixo da foto principal (que mostra a entrega para Genoino de assinaturas contra a expulsão dos radicais), publica-se uma pequena matéria com a opinião da oposição sob o título: *Militantes pressionam PT contra expulsões*. Na matéria maior, com a opinião do governo, o jornal traz ainda em seu final, um quadro intitulado: “*Hay que endurecer...*” com uma foto de Heloísa Helena, João Batista (Babá), João Fontes e Luciana Genro e uma “ficha” de cada um constando: nome, cargo, Partido e estado que representa, idade e a tendência em que é filiado no PT. Ao fundo, há um quadro de Che Guevara, pois a foto foi tirada no gabinete de Heloísa Helena. Cada parlamentar é “fichado” como um réu e, ao lado da foto, constam todos os “crimes” cometidos pelos mesmos, ou seja, todas as decisões ou votações nas quais eles foram contra a posição do governo (Cf. fig. 04).

HAY QUE ENDURECER...

1 COLIGAÇÃO COM O PL
 ■ Em 28 de junho de 2002, a direção nacional do PT aprovou uma coligação nacional com o PL, que indicou o senador José Alencar (MG) para vice de Lula. Para fechar o acordo, o PL exigiu que a coligação fosse reproduzida nas seções regionais

■ Três diretórios (AL, RN e SC) resistiram à aliança. Em Alagoas, Heloísa Helena renunciou à candidatura ao governo estadual depois que a direção nacional impôs a coligação com o PL. Heloísa nem participou da campanha. Lula perdeu em Alagoas

■ Os grupos mais à esquerda do PT aceitaram a linha moderada adotada pelo partido durante a campanha. No dia 29 de outubro, após a eleição, os deputados radicais se reuniram no Rio e defenderam o rompimento do acordo firmado com o FMI

2 INDICAÇÃO DE MEIRELLES
 ■ Em 12 de dezembro, Lula anunciou a indicação do banqueiro Henrique Meirelles para o BC. A escolha foi criticada por Heloísa Helena e pelos deputados Ivan Valente (SP) e Luciana

3 REFORMA DA PREVIDÊNCIA
 ■ No dia 11 de maio, o presidente do PT ameaçou expulsar quem votasse contra a reforma da Previdência. No dia 12, a Executiva abriu processo

4 SUSPENSÕES E AFASTAMENTOS
 ■ No dia 18 de junho, o PT afastou os deputados Ivan Valente (SP) e Doutor Rosinha (PR) da comissão especial que analisava a reforma da Previdência. Os dois

Os quatro parlamentares ameaçados de expulsão no gabinete de Heloísa Helena

Heloísa Helena
 Senadora (PT-AL)
 ■ Idade: 41
 ■ Tendência: Democracia Socialista

Babá
 Deputado federal (PT-PA)
 ■ Idade: 59
 ■ Tendência: Movimento Esquerda Socialista

João Fontes
 Deputado federal (PT-SE)
 ■ Idade: 45
 ■ Tendência: nenhuma

Luciana Genro
 Deputada federal (PT-RS)
 ■ Idade: 32
 ■ Tendência: Movimento Esquerda Socialista

Fig. 04: Os quatro parlamentares fichados como “réus”

O título, em harmonia com a foto, remete, através de um intertexto, à nossa cultura política apropriando-se de uma famosa frase do revolucionário Che Guevara: *“Hay que endurecer, sin perder la ternura, jamás”*. A omissão do final da frase deixa implícito que os parlamentares perderam a ternura, corroborando com a análise da matéria anterior sobre os sentidos dados ao choro de Heloísa Helena pela FSP. Para além do “endurecimento” e da perda da “ternura”, o que significa utilizar a imagem e uma frase de Che Guevara? O jornal FSP, assim como toda a mídia, de acordo com Kucinski (1998), em sua função ideológica, capta, reprocessa e realimenta os temores das classes médias e altas, veiculando nos seus discursos os conceitos e preconceitos da classe dominante da qual são porta-vozes.

A elite político-econômica tem medo de que as idéias dos “radicais” e de todos os que pensam como estes se propaguem; portanto, é preciso ampliar ao máximo o medo e aversão do leitor em relação aos “radicais”, identificando e associando-os com a “esquerda” que, como já dito, cultural e historicamente, foi-nos colocada como ruim, como ameaçadora. Che Guevara, apesar da descaracterização ideológica ocorrida com a difusão e o consumo de sua imagem no sistema capitalista, ainda é uma referência de “esquerda”, principalmente para o perfil do leitor do jornal FSP, com a idade e o nível intelectual já descritos anteriormente. E estar associado à esquerda, é, para o capitalismo, e como consequência, para a grande mídia, uma ameaça. Apesar de Guevara não estar mais “ligado” à luta armada, a RV, “oportunamente”, busca referências mais atuais para associar aos “radicais”:

O leque de organizações esquerdistas apoiadas pelo PT xiita é vasto. Em 1999, o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues, promoveu na cidade um encontro que reuniu mais de 1500 militantes das Farc [Colômbia], compareceram desde mexicanos do Exército Zapatista de Libertação Nacional até americanos do grupo Panteras Negras. (Veja, ed. 1774, 23/10/2002, pág. 44).

Associar os parlamentares aos símbolos da “esquerda” e até da luta armada, é identificá-los com todas as descaracterizações ideológicas que, de acordo com Sá (2002), foram atribuídas à esquerda pela mídia. Em suas análises, o autor demonstra a esquerda identificada pela mídia burguesa, principalmente pela RV, como sinônimo de greve, confusões, violência, guerrilhas, radicalismo, ignorância, arcaísmo, entre outras. Na cultura brasileira, a ordem, de acordo com Dias (2000), é um elemento político glorificado e ideologicamente “naturalizado”. Através dessa ordem burguesa, *“se é levado a pensar o diferente, o diverso, como violência, caos, artificialidade, enfim, como perigo”* (op. cit.:55). Identificar os parlamentares com Che Guevara ou grupos da esquerda armada é o mesmo que dizer que os parlamentares são adeptos da luta armada e da revolução, termos abominados

pela elite, portanto, é preciso semear o medo e buscar que pessoas com esse tipo de idéias e ideais sejam afastados o quanto antes do governo.

A divergência entre governo e parlamentares se mostra conveniente para a classe dominante. Percebemos claramente a *tese da ameaça* elaborada por Hirschman. A foto e seus sentidos resumem o medo e a ameaça que a elite, leitora do jornal, deve sentir dos parlamentares “radicais”. Digo a foto, porque, até o ângulo em que a mesma foi tirada demonstra o direcionamento à ameaça uma vez que os parlamentares são fotografados de baixo para cima, dando a impressão de que são maiores do que realmente são, colocando-os numa posição de imponência para quem vê a foto.

Existe sempre um objetivo para cada forma com a qual se “enquadra” o objeto ou pessoa numa fotografia. A técnica utilizada na fotografia dos parlamentares é chamada de “altura da câmera”. De acordo com Gage (1991), essa técnica pode ser utilizada de três formas: a) ângulo alto (de cima para baixo); ângulo plano (horizontal) e ângulo baixo (de baixo para cima). O ângulo plano é o menos interessante por representar resultados estáticos. Já o “ângulo alto”, conforme relata Gage (op. cit.), enquadra o objeto ou a pessoa visto de cima, reduzindo sua altura. “*É utilizado para diminuir a força e enfatizar a inferioridade tornando a imagem “mais frágil e vulnerável”*” (p.87). Ao contrário, a estratégia utilizada na foto dos parlamentares, ou seja, o “ângulo baixo”, conforme descreve o autor, “*aumenta a estatura física de uma pessoa e a coloca em posição de superioridade ou dominância*” (p.87). Gage (1991) afirma ainda que a reação diante de uma cena (nesse caso, a fotografia) é facilmente influenciada pelo tipo de ângulo que se escolhe.

Ainda analisando matérias publicadas no dia 14 de dezembro, percebe-se também que as mesmas serviram como um “manual didático” por meio do qual o jornal FSP explica, detalhadamente, com ênfase na aprovação da expulsão, o porquê está sendo feita a votação. Na pág. A6, numa matéria intitulada “*PT espera que 66% do diretório vote (sic) contra os radicais*”, comentada anteriormente, o jornal refaz o histórico de crises do PT e traz ainda a divisão do Partido em suas “tendências”, localizando os parlamentares entre a Esquerda (30%) e a Extrema-Esquerda (2%). A FSP mostra também em seu gráfico que Lula, José Dirceu e José Genoíno fazem parte do campo majoritário, que corresponde a 52% do partido. O jornal explica ainda como cada uma destas tendências votarão sobre a expulsão, somando 32% para quem é contra e 68% para quem é a favor da expulsão.

Ao relatar o que ocorreria na reunião daquele dia 14, o jornal afirma que a partir das nove horas seria dado espaço para a “acusação versus defesa”. Nessa matéria, publica uma foto com uma manifestação contra a expulsão de Heloísa Helena. Com todos estes elementos

lingüísticos e visuais, o veículo de comunicação suscita no leitor a sensação de disputa e que um dos grupos é muito mais forte e sairá vencedor, e o outro, muito mais fraco, será o perdedor, já fazendo uma previsão do resultado a favor da expulsão; essa previsão serve também como antecipadora, formadora de uma opinião que lhe seja favorável.

O jornal traz ainda outra matéria, cujo título é: *“PT é coerente ao propor punições, afirma cientista”* (p. A9, 14 dez/2003). Nessa matéria, o jornal recorre a um “discurso competente” ou “argumento de autoridade” através do recurso ao discurso citado de três cientistas políticos para falar sobre o assunto. Ao primeiro cientista citado na matéria, Carlos Ranulfo, da UFMG, é dada a responsabilidade da fala publicada no título sobre a coerência do PT ao propor punições. Mas, o título omite o final da frase, que é publicada no primeiro parágrafo da matéria, através de discurso citado com o uso do discurso indireto: *“Ao punir os radicais, o PT é coerente ao que apresentou à sociedade na campanha de 2002”* (FSP, p. A9, 14 dez/2003). Com a frase completa, pode se perceber que o cientista fez uma avaliação específica da campanha de 2002 e apresenta a expulsão como resultado coerente com relação ao que foi apresentado na mesma pelo PT. Ao se ler apenas o título, o mesmo expõe a afirmação sob um outro ângulo, sem o enfoque dado originalmente, dando um outro sentido à mensagem original. É como se o cientista tivesse avaliado “todo” o processo da expulsão, não apenas focado na campanha, e, em sua opinião, a decisão fosse coerente. Além disso, no segundo parágrafo a FSP utiliza a avaliação do cientista como argumento de contraposição aos parlamentares:

Com a análise, o cientista político da UFMG, Carlos Ranulfo rebate o principal argumento dos parlamentares ameaçados de expulsão: o de que estariam sendo coerentes às posições históricas do PT e, principalmente, seguindo as diretrizes da (sic) último encontro nacional, em 2001. “Vale mais um compromisso público do que um documento interno”, defende. (FSP, p. A9, 14 dez/2003)

Através da paráfrase da fala citada, os jornalistas (a matéria é assinada com as iniciais FM e VA), interpretam o que foi dito e reproduzem a opinião com suas palavras, com esse recurso, um novo direcionamento pode ser dado ao discurso citado (nesse caso, do cientista). Digo apenas que “pode” ter sido dado um novo direcionamento visto que não se tem acesso ao original relatado. Os verbos que destaco no trecho da matéria (“rebater” e “defender”) servem para introduzir uma opinião importante, de uma autoridade, dando, ao argumento citado, uma dimensão de força.

Outros dois cientistas políticos são citados na mesma matéria: Benedito Tadeu César, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e a cientista política, Rachel Meneguello, da Unicamp. Tadeu César analisa a redistribuição de poderes, que levou o PT mais ao centro e

apenas uma citação de Rachel Meneguello é publicada: “*A pressão de interesses é bem maior, e passa agora diretamente pela dinâmica do congresso*”.

O filósofo Perelman (1996) afirma que o uso do “discurso competente” ou “argumento de autoridade” caracteriza-se por utilizar atos ou juízos de uma pessoa ou de um grupo como meio de prova a favor de uma tese. O argumento de autoridade, na maioria das vezes em que é utilizado, não é a única prova, mas completa uma rica argumentação. De acordo com esse autor, várias são as autoridades invocadas nesse tipo de argumento:

Ora será ‘o parecer unânime’ ou ‘a opinião comum’, ora certas categorias de homens, ‘os cientistas’, ‘os filósofos’, ‘os padres da Igreja’, ‘os profetas’; por vezes a autoridade será impessoal: ‘a física’, ‘a doutrina’, ‘a religião’, ‘a Bíblia’; por vezes se tratará de autoridades designadas pelo nome (p. 350).

Recorre-se ao argumento de autoridade quando, conforme descreve Perelman (op. cit. ;) o acordo a que se expressa é sujeito a questionamentos. Por trás desse tipo de estratégia, há o objetivo claro de reforçar a posição do jornal a respeito da expulsão e de dar credibilidade à decisão junto aos leitores, afinal, é a voz de três especialistas. E um deles afirmando que a expulsão é coerente.

2.1.1 A religião como elemento cultural na FSP

Como última matéria sobre o assunto no dia 14, o jornal traz:

linha fina: “*Senadora alagoana provoca em admiradores reações semelhantes às dos eleitores do presidente após a vitória*”.

Título: “*Helena atrai ‘romaria’ de críticos do governo*”.

Nessa matéria, temos a religião como elemento cultural evidenciado. Numa referência ao campo discursivo religioso, a palavra “romaria” é utilizada como resgate cultural interdiscursivo para identificar o público que simpatiza com Heloísa Helena. A romaria, como se sabe, é uma das manifestações religiosas que expressa a cultura e a influência do catolicismo no Brasil. São caminhadas ou viagens feitas por longos trechos, geralmente realizadas para lugares considerados santos ou em devoção a alguma entidade vista como santa.

Dentro da matéria são publicadas opiniões do *discurso de populares*, nas quais várias pessoas “do povo” como Bernardino Furtado de 59 anos, Rosmair da Silva de 45 e até jornalistas solidarizavam e desejavam boa sorte a Helena. Pessoas capazes de viajar dias para manifestar seu apoio, chamadas pelo jornal de “admiradores da senadora”. Apesar de se

mostrar “aparentemente” favorável a Heloísa Helena, numa leitura mais atenta, a comparação feita na *linha fina*: “*Senadora alagoana provoca em admiradores reações semelhantes às dos eleitores do presidente após a vitória*” soa como um alerta para o fato de que Heloísa Helena estivesse adquirindo o mesmo “carisma” que contribuiu na condução de Lula à presidência. Outros trechos da matéria, também corroboram com essa hipótese:

Ameaçada de expulsão do PT, havia uma estranha semelhança entre essa Heloísa Helena e o Luiz Inácio Lula da Silva de 2002 no tipo de reação que provocavam: vieram estudantes de Rondônia, assistentes sociais de Alagoas, servidores de Brasília, vereadores do interior de SP para a “romaria” ao Senado. (...) A exemplo do que acontecia com Lula na campanha, algumas pessoas choram ao encontra-la.

O grifo que fiz no excerto tem o objetivo de chamar a atenção para o fato do jornal qualificar como “estranha” a semelhança entre Heloísa e Lula (de 2002) ao identificar a semelhança entre o “carisma” de ambos. Mais uma vez é utilizada uma adjetivação negativa, desta vez, emitida pelo próprio jornal e não em uma citação como de costume. Talvez seja “estranho” ou, anormal, ao jornalista porque uma “radical” tenha admiradores como o sr. Bernardino Furtado que “*viajou três dias de ônibus, desde Apuí, no Amazonas, antes de chegar ao gabinete da senadora alagoana em Brasília*”, conforme descreve o início da matéria. Os “radicais”, como já dito, são mostrados sempre como inflexíveis, intransigentes, atrasados, discordantes, baderneiros; enfim, são uma ameaça. O efeito de sentido que se é dado ao termo “estranha semelhança” é que, a pessoas assim, não seria “natural” se ter simpatia e admiração. Por isso, a preocupação quando há inúmeras pessoas saindo de lugares distantes para apoiar Heloísa Helena em Brasília. As adjetivações negativas deveriam contribuir para que os mesmos fossem reprovados e não amados.

Em 2002, de acordo com a RV (ed. 1774), a votação de Lula no primeiro turno das eleições cresceu “extraordinariamente” em relação às eleições anteriores, pois “*o petista teve cerca de 17 milhões de votos em 1994, passou para 21 milhões em 1998 e praticamente dobrou essa cifra, chegando aos mais de 39 milhões atuais*” (p. 47). Como visto anteriormente que o jornal FSP representa as idéias e defende os “direitos” da classe média, ao comparar Heloísa a esse “fenômeno” eleitoral, o sentido dado à informação pode representar o receio dos representantes da elite de que a senadora viesse a se transformar em um outro Lula e que, quiçá desta vez, dada à característica sempre repetida de “inflexibilidade” dos “radicais”, não se consiga uma cooptação. O alerta para uma quase “santificação” de Heloísa Helena soa como uma *ameaça* e um alerta sobre os riscos desse “carisma”. Ao mesmo tempo, esse enunciado reforça a teoria do “Lula messiânico”, nesse caso, na interpretação da mídia.

2.1.2 O tribunal e o futebol: descaracterizações ideológicas

No dia 15 de dezembro, um dia após a votação que expulsou os parlamentares, as matérias publicadas no mesmo jornal foram basicamente de cobertura sobre o evento com números, opiniões e o relato do que ocorreu na reunião petista. Das oito matérias publicadas nesse dia, destaca-se a forma de mostrar o conflito entre os dois lados políticos, através de metáforas com um tribunal (campo jurídico) e com o campo esportivo (a rixa entre dois times). Na página A4, em uma matéria que ocupa quatro das seis de suas colunas, lê-se:

Linha fina: *“Diretório Nacional segue o governo e desliga Helena, Luciana, Babá e Fontes”.*

Título: *“PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido”.*

Na foto da página, traz a imagem de um “tribunal de inquisição” simulado pelos manifestantes contra a expulsão dos parlamentares. Uma faixa caracteriza o “tribunal” como *“Gran Circus Inquisitorium”* e apresenta, ao lado do mesmo, um boneco personalizando Heloísa Helena (sobre esses elementos culturais e o posicionamento desse grupo, ver item 2.3 deste capítulo na página 107). Caracterizando a votação como um tribunal, o jornal publica, no centro da matéria, um quadro intitulado *“O tribunal petista”*, contendo os argumentos da acusação e da defesa. Dessa vez, traz também o resultado da disputa representado por um desenho como se fosse o de um carimbo com a palavra “expulso”, ao lado dos nomes dos parlamentares. Publica ainda, antes dos argumentos da acusação e da defesa, o “placar” final da votação, ou seja, quantos votaram *“pró-expulsão”* e quantos votaram *“contra a expulsão”*.

A foto publicada traz explicitamente a opinião dos apoiadores dos parlamentares (denominados na legenda da foto de “manifestantes”), ou seja, a opinião de que a reunião para decidir sobre a expulsão era um tribunal da “inquisição”. A publicação dessa foto casa-se com o título da matéria: *“PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido”*. A partir desse enunciado e sua associação à foto publicada (com determinada intenção) é possível a leitura no sentido de que nenhum dos argumentos ou acusações dos apoiadores e dos parlamentares (autoritarismo, inquisição, “palhaçada”, etc.) adiantou para mudar a opinião do Partido, todos foram ignorados e expulsos.

Apesar de publicar a foto que apresentava a visão dos “manifestantes” sobre o evento da expulsão, o conteúdo do jornal FSP, principalmente tomando-se como exemplo o quadro “O tribunal petista” descrito anteriormente, não compartilha com a idéia de uma inquisição,

visto que o tribunal retratado nesse quadro dá lugar à “defesa”, fato que não ocorre em um tribunal inquisitório, no qual os acusados sempre eram castigados, independente do que alegassem.⁵ Dentre os elementos dessa matéria que se assemelham ao tribunal jurídico dos moldes atuais em nossa sociedade, temos:

1. Dois lados opostos classificados como “acusação” e “defesa”; “Acusadores” e “defensores”.
2. Denominação dos acusados como “caso” João Fontes (Se); “Caso” Heloísa Helena (AL), Babá (PA), Luciana Genro (RS);
3. A palavra “processo”: “...*encerrando um processo que se arrastava desde as primeiras semanas do governo*”.
4. “...*Alvo de processo sumário, o deputado João Fontes (SE) havia sido expulso horas antes por 55 votos a 26, com uma abstenção*”.
5. A palavra “recurso”: “...*O deputado Walter Pinheiro (BA) entrou com recurso para que a direção do partido reveja a decisão...*”
6. A palavra “apelos” constante no título: “*PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido*”. Apesar de usada como substantivo, é derivada do verbo “apelar”, remete também à “apelação”, dois termos correntes no cotidiano do campo jurídico que correspondem a “recorrer” judicialmente com recursos.

Soma-se a essas marcas lingüísticas que buscaram a identificação com o tribunal jurídico atual, os efeitos de sentido das matérias veiculadas que construíram no dia-a-dia uma imagem de “acusação” *versus* “defesa”, júri *versus* réu, culpado *versus* inocente; etc. Todo tribunal, lugar onde se julga algo, é composto por um presidente e jurados. Ser “júri” significa avaliar pessoas e/ou coisas. Podemos dizer que o presidente do “tribunal petista” era Lula, apesar do mesmo não estar presente no ato da votação, e que os jurados (cidadãos que formam o tribunal do júri), eram todos os participantes da reunião do Diretório Nacional do PT. No campo jurídico, o júri é a comissão responsável por avaliar o que está em julgamento e o mesmo é sorteado entre os jurados. Nesse caso, não houve sorteio, pois o júri foi formado pelos membros da comissão de ética do Partido, instaurada para fazer um relatório a favor da expulsão, ou seja, responsáveis por julgar os “crimes” cometidos pelos parlamentares.

Ao recorrer a uma determinada forma de apresentar os acontecimentos, a mídia como um todo, nesse caso o jornal FSP, visa atribuir ao destinatário uma identidade, agir sobre o mesmo e modificar suas convicções. Isso é possível pela “construção de cenários” os quais, de acordo com Rubim (1995), “*contextualizam, trançam fronteiras e limites, dispõem peças e personagens, prefiguram regras de atuação, definem conteúdos e formas de sua apresentação; preveem percursos e, enfim, projetam possibilidades*” (p.134). Esses cenários

⁵ O tribunal da inquisição é descrito com mais detalhes na análise sobre o discurso dos parlamentares apresentado pela mídia durante o evento da expulsão, na página 118.

interferem na cena política de maneira relevante. Esse autor declara ainda que “*a luta pelo predomínio de uma determinada visão interpretativa do real ocupa um espaço cada vez maior na política contemporânea*” (p.134). Esse conflito, para Rubim (op. cit.), ganhou mais importância nos dias atuais tendo a (oni) presença da mídia como um dos motivos para tal. E, na mídia, o “jornalismo” foi modelado para ocupar o espaço por excelência para o exercício interpretativo acerca da realidade e “*ao fazê-lo, assume seu papel e comprometimento inerentes à política no seu desempenho contemporâneo*” (p.135). O jornalismo é, portanto, o lugar de exercício do conflito para se prevalecer determinada interpretação da realidade.

Tendo como base essa “construção de cenários”, ao construir a metáfora de um tribunal (ou de jogo e futebol como será observado posteriormente) em todas as suas matérias, dia após dia, o jornal descaracteriza os princípios ideológicos envolvidos no processo político e reduz o evento a um julgamento, os parlamentares a réus e o leitor a jurado, tudo garantido pela “ilusão” do “estado de direito”. Como espaço para o exercício interpretativo acerca da realidade, nas “possibilidades” projetadas pela FSP, buscou-se diariamente construir essa convicção no leitor. Ser réu é ser acusado de ato criminoso ou de ação contra o interesse geral. É ainda, aquele indivíduo que não tem boa índole.

Outro elemento cultural que é preciso destacar nessa matéria analisada é a qualificação de “novela” feita pelo jornal FSP ao processo de expulsão dos parlamentares. Essa palavra é utilizada no meio da matéria como um subtítulo. A novela é um elemento cultural que ocupa lugar de destaque na televisão brasileira, principalmente na Rede Globo, que tem cinco novelas diárias. Pelo fato de se apresentar como uma narração longa de uma história por capítulos (seja transmitida pelo rádio ou televisão), o fim da novela, que é o que todos esperam, costuma ser demorado, pois todas as tramas da história devem ser desfeitas para chegar ao usual “final feliz”.

Sendo assim, o jornal classifica a expulsão dos parlamentares como uma “novela”, porque a mesma, de acordo com o jornal, “*vinha sendo adiada pela direção, que decidiu marcá-la, finalmente, para a última reunião do diretório este ano*” (pág. A4). Além disso, a decisão sobre a expulsão, assim como toda novela, possuía em seu enredo uma trama composta por intrigas, conspirações, procedimentos ardilosos, conluios. A expulsão dos parlamentares, apesar de toda a trama, encerrou “*um processo que se arrastava desde as primeiras semanas do governo Lula*” (Id.;) e, para o jornal FSP, ao inferir o uso do termo “finalmente”, a “novela da expulsão” teve o desenlace feliz que todos esperavam, característico das novelas brasileiras.

É importante ressaltar ainda que as novelas, como programas de entretenimento, exercem uma função importante na difusão de informações, valores e categorias para a apreensão da realidade, principalmente no Brasil, que, além de produzir e exportar esses programas, conta com uma alta audiência. Como exemplo, em um dos capítulos da novela *Senhora do Destino*, levado ao ar em dezembro de 2004, pela rede Globo, foi feita uma alusão à senadora Heloísa Helena quando uma das personagens, *Gisela*, parte da elite da sociedade, interpretada pela atriz Angela Vieira, repreende sua filha, *Maria Eduarda*, interpretada pela atriz Débora Falabella, por se vestir de maneira simples (jeans e camiseta). Na fala do personagem, a mãe critica a filha por se vestir como uma “*senadora radical*”. A crítica e a desvalorização, veiculadas em um dos horários de maior audiência, denominado horário “nobre”, apesar de não citar nomes, atinge diretamente a senadora Heloísa Helena pois todos sabem ser ela a única senadora do Brasil que costumeiramente se veste de calça jeans e camiseta durante o trabalho no Senado.

Em suma, novelas como *O rei do gado*, *Vale Tudo*, *Que rei sou eu?* *O Salvador da pátria* e a recente *Senhora do Destino*, entre outras, fazem parte da programação de entretenimento que se entrelaça com assuntos atuais e contribuem para a inclusão de certos temas na agenda pública, além de contribuírem nas descaracterizações ideológicas, na condução de candidatos da elite ao governo e para disseminar o “pensamento único” do projeto Neoliberal.

Ainda nessa matéria, ao se observar a construção do texto, percebe-se que, novamente, a tentativa da “imparcialidade” da FSP não se sustenta. A matéria começa no primeiro parágrafo (lead) respondendo às perguntas básicas do gênero jornalístico (o quê, quem, quando, onde, como e por quê):

O Diretório Nacional do PT expulsou ontem os quatro congressistas acusados de desobedecer orientações partidárias e criticar ostensivamente o governo federal, encerrando um processo que se arrastava desde as primeiras semanas do governo Lula. (FSP, segunda-feira, 15/12/2003, p. A4).

A parte grifada, por esse estudo, tem o objetivo de destacar a exposição inicial no texto de uma das causas da expulsão dos parlamentares. Além disso, frisar a avaliação do jornal sobre as críticas “ostensivas” ao governo. Nos três próximos parágrafos, relata-se como foi a reunião do dia anterior. Quantifica os votos para acusação e quantos para a defesa. No quinto parágrafo, publica-se uma citação de Heloísa Helena:

“Já chorei demais, já sofri demais por um partido ao qual dediquei os melhores anos da minha vida e que hoje me expulsa enquanto acarinha delinquentes da política brasileira”, disse Helena, depois de ser expulsa.

O jornal FSP, até então, não havia exposto uma citação de Heloísa criticando tão duramente o governo. Agora que ela já foi expulsa o jornal já pode fazer isso, voltando-se contra o governo. No sexto parágrafo, contrapondo e respondendo ao parágrafo anterior (citação da Heloísa), o jornal traz uma citação de Genoíno explicando que houve tentativa de acordo, mas essa não foi aceita por parte dos quatro congressistas, como o jornal (jornalista) faz questão de destacar na citação:

“Foi uma ruptura unilateral [por parte dos quatro congressistas]. A expulsão se deu após um debate democrático, sem tensão. Fizemos de tudo para não chegar a este ponto. Tentamos até a última hora a repactuação”, afirmou o presidente do PT, Jose Genoíno.

Com essa citação de Genoíno, o jornal FSP desqualifica a citação de Heloísa Helena exposta no parágrafo anterior, que passa a não ser justificável visto que, de acordo com o presidente do partido, ela só foi expulsa porque não aceitou uma “repactuação”. A ruptura, de acordo com esse parágrafo do jornal, foi feita pelos parlamentares, a expulsão é apresentada então, como legítima.

O sétimo parágrafo relata que o deputado Walter Pinheiro entrou com recurso para revisão da decisão de expulsão de Heloísa. O reforço às causas pelas quais Heloísa e os demais foram expulsos é a tônica do oitavo parágrafo: “*os quatro congressistas se destacaram desde o início do ano por criticar o governo, da área econômica à agenda das reformas*”. Após esse parágrafo, há o subtítulo “Novela” comentado anteriormente, constituindo-se no nono parágrafo do texto. Nos dois parágrafos seguintes constam como foi o primeiro dia da reunião e os motivos de Lula não ter comparecido, respectivamente.

Para não restar dúvidas ainda sobre o porquê dos parlamentares terem sido expulsos, o décimo segundo parágrafo traz novamente os argumentos para tal decisão, que ocupa todo o parágrafo. Dessa vez, o jornal FSP busca os motivos no relatório do Conselho de Ética do partido, ou seja, no *discurso oficial*, que, como exposto no início desse estudo (p.29), tem suas opiniões na maioria das vezes tratadas como fatos, sendo relatados sancionadamente. Eis o texto do 12º parágrafo:

As acusações que constam do relatório do Conselho de Ética do partido, aprovado ontem, sustentam que Helena, Babá e Luciana, entre outros pontos, não cumpriram deliberações da bancada, encabeçaram atos públicos contra a política do governo, atacaram ministros do PT e votaram contra projetos de interesse do partido, como a reforma da Previdência, aprovada na semana passada em segundo turno no Senado.

Importante ressaltar a colocação do verbo introdutório na expressão: “*as acusações (...) sustentam que...*”. Dizer que o relatório “sustenta” é diferente de dizer que ele “relata”, “afirma” ou “diz”. A força semântica do verbo “sustentar” não deixa dúvidas quanto ao

conteúdo das acusações. Além disso, um trecho maior desse relatório foi colocado em destaque no quadro colocado no centro dessa matéria, a ser analisado posteriormente.

Mas a matéria não termina aí. O 13º parágrafo relata a expulsão de João Fontes (SE). Já no 14º parágrafo, retoma-se o choro de Heloísa Helena na reunião e relata que “*a sua defesa mais veemente foi feita pelo senador Eduardo Suplicy (SP)*”. Aqui caberia, caso houvesse a imparcialidade, os argumentos utilizados por Suplicy para defender Heloísa Helena e os parlamentares. Mas, já se está no penúltimo parágrafo do texto, não há mais “espaço”. O texto é finalizado no 15º parágrafo informando que Roberto Robaina (RS), defensor de João Fontes (como exposto no quadro central – “a defesa”), “*pediu seu desligamento do partido*”.

Em uma síntese da estrutura dessa matéria “*PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido*” tem-se a informação sobre a ocorrência da expulsão; detalhes e números do resultado da votação e da reunião; relatos completos, através de documento oficial, das causas da expulsão; informação da tentativa de acordo, por parte do governo, e da ruptura unilateral, por parte dos parlamentares; a informação da saída de mais um militante; enfim, em uma matéria de 15 parágrafos, só não houve espaço para os argumentos dos parlamentares sobre o porquê não deveriam ser expulsos. Como já dito, o silêncio também é significativo. Os dados são apresentados como incontestáveis, pois são fatos que realmente ocorreram, ou seja, a efetivação da expulsão, o número de votos, as causas apontadas pelo campo majoritário. No entanto, novamente, não são considerados os motivos do posicionamento contrário dos parlamentares, nem as razões principais da expulsão, ou seja, as “bandeiras” abandonadas, o continuísmo das políticas de FHC e etc.

Toda essa construção dos argumentos feita pelo jornal faz com que o texto apresente um caráter de irrefutabilidade e de credibilidade, além de reforçar que a decisão correta mesmo era a expulsão. Para Tavares (2003) isso ocorre porque, os locutores, nesse caso os jornalistas que assinam a matéria representando a FSP, se posicionam social e historicamente ao produzir seu discurso, e assim assumem e falam a partir de uma *formação ideológica*. Portanto, “*ao se posicionar ideologicamente, o locutor é forçado a limitar e direcionar seu discurso para que não ocorram conflitos e contradições, o que poderia dificultar e impedir a adesão dos interlocutores*” (p.194). Com isso, o locutor é levado a deixar de fora do discurso “*elementos que possam trazer à tona outras formações ideológicas, estabelecendo-se, assim, uma ‘seleção’ de crenças, valores e formas lingüísticas, que chamaremos de formação discursiva e que pode ser definida como ‘o que pode e deve ser dito’*” (p.194). Uma formação discursiva, portanto, é definida por sua relação com uma determinada formação ideológica.

Os argumentos da defesa só aparecem no quadro que traz o resultado da votação, junto com os argumentos da acusação e o resultado da votação (cf. fig. 05):



Fig. 05: O “tribunal petista” Metáfora campo jurídico.

Olhando rapidamente, podemos dizer que houve também uma tentativa de “imparcialidade” uma vez que, conforme matérias analisadas anteriormente, ocupam a mesma distribuição espacial e têm dimensões idênticas. Mas, ao analisar o conteúdo, o enfoque dado e a forma como isso é feito, percebe-se, do lado da “acusação”, um relato sem verbo

introdutor de opinião, o que significa que retira-se a responsabilidade de alguém sobre o dito e o afirma não como a opinião de alguém sobre o assunto, mas como um fato dado. Conforme já relatado sobre o *discurso oficial*, estes são tratados como verdades, adquirem maior credibilidade.

Já no que diz respeito aos argumentos da “defesa”, expostos no quadro, estes têm os verbos introdutores de opinião que fazem com que a opinião seja deixada por conta de quem a emitiu, sendo nesse caso, os parlamentares Fontes, Heloísa, Luciana e Babá. Os verbos usados foram “disse”, “afirmou” e “acusou”. Os dois primeiros se caracterizam por introduzir a opinião de forma subjetiva e, na maioria das vezes, conforme Marcuschi (1995), agem para o enfraquecimento da opinião. O terceiro verbo utilizado, “acusar”, resume em uma só palavra o sentido geral do discurso do parlamentar, ou seja, reforça a “intransigência”. Na categoria de *discurso da oposição*, como exposto anteriormente, Marcuschi (1995) afirma que esse não é transformado em fato, além de ser apresentado com cautela, responsabilizando quem o produziu.

Assim, ao apresentar os argumentos da “acusação” como fatos e os argumentos da “defesa” como opiniões dos próprios parlamentares, o jornal FSP já está sobrepondo o primeiro ao segundo. Além disso, para a “defesa” o jornal expõe as “falas” dos próprios parlamentares, individualmente; para a “acusação”, os argumentos são retirados de um documento oficial oriundo de uma comissão de um grupo de pessoas envolvidas no Conselho de Ética do partido, ou seja, não é um indivíduo quem fala, e sim, uma instituição maior, portanto, o peso de suas considerações é maior, além de serem tomados como verdades.

Sobre o posicionamento do jornal FSP, há ainda duas matérias a serem analisadas. Em uma delas, publicada no dia 15 de dezembro na página A5, o “clima” da matéria foi de guerra. Cenografia essa já outorgada pelos próprios realizadores da votação e, pelos próprios parlamentares acusados. Assim, na matéria veiculada, lê-se:

Linha fina: *‘Não vim para me defender e sim para atacar’, diz Babá; ‘meu compromisso é com os de baixo’, afirma Helena.*

Título: *“Radicais usam reunião para último ataque”.*

A matéria traz duas fotos. Na primeira, João Fontes, Babá e Luciana Genro estão juntos, chegando à reunião com apoiadores. Na outra, Babá está com seu filho no colo. Destaque dado para as inscrições no boné e na camiseta da criança: *“Papai é radical”*, na camiseta vermelha, e *“radical”* no boné. Uma frase dita por Babá também é destacada, ao lado da foto com seu filho: *“A forma como o PT nos expulsou aqui, no templo da burguesia, mostra claramente a cara que o PT assumiu. Expulsa os trabalhadores e fica com Flamarion*

Portela” - governador de Roraima, que, naquela época, estava sendo investigado pelo denominado “escândalo dos gafanhotos”⁶.

Na última matéria analisada a respeito do posicionamento do jornal FSP e os elementos culturais que o mesmo resgatou nas matérias sobre a expulsão dos parlamentares, têm-se o seguinte:

Linha fina: “*Para presidente do partido, expulsões cessam corrosão interna e reiteram fortalecimento em defesa do governo*”.

Título: “*Não há o que comemorar, afirma Genoio*”
(FSP, p. A6, 15 de Dez/2003)

A matéria principal é uma entrevista com José Genoio, na qual, o então presidente do PT teve todo o espaço para explicar os motivos da expulsão, defendê-la. O gênero “entrevista” é marcado por uma estrutura (perguntas e respostas) diferenciada da matéria jornalística, com destaque à diferenciação dos dois papéis (entrevistador e entrevistado). Além disso, a entrevista jornalística tem o propósito claro de suscitar informações ou opiniões de figuras públicas, autoridades, especialistas, etc. sobre algum evento em destaque nas notícias, podendo o entrevistado estar envolvido ou não. Dentre todas as matérias analisadas, esta é a única entrevista dentre as 26 publicadas nos três dias que foram o foco dessa análise. Traz em cinco perguntas toda a análise do evento na visão do então presidente do PT, Jose Genuíno, como já visto em análises anteriores, usa-se o recurso à “voz autorizada”. No fim da matéria é publicada a foto de José Genoio, sorridente, no momento da entrevista, fazendo um gesto com a mão, que, pode ser interpretado como um “tapa” nos parlamentares ou uma forma de apresentação dos resultados finais do processo de expulsão. Foto que contrasta com a outra imagem colocada na matéria, ao lado da entrevista de Genoio, que traz Heloisa Helena em meio à um tumulto na entrada do hotel em que estava acontecendo a reunião.

Essa página inteira do jornal (pág. A6), publicada um dia após a votação que expulsou os parlamentares, é dedicada ao evento, trazendo cinco matérias. Dessas, quatro favoreciam a expulsão, que são:

1. *Não há o que comemorar, afirma Genoio* (entrevista – avaliação e opinião do presidente do partido, que é favorável à expulsão);
2. *Protesto inclui foguetes e fumaça vermelha* (apresentação dos “manifestantes” como baderneiros – a ser analisada a seguir);

⁶ Flamarion Portela, então governador de Roraima e recém filiado ao PT, perdeu seu mandato por estar envolvido no "escândalo dos gafanhotos" - contratação de servidores públicos ilegalmente - Os funcionários fantasmas eram chamados de "gafanhotos" porque "comiam" a folha de pagamento. (<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil>, acesso em 13/02/2006)

3. *A história nos julgará, diz Cristovam* (Avaliação e opinião de Cristovam Buarque, Aloizio Mercadante e Professor Luizinho, defensores da expulsão);
4. *“Expulsão é ato de fortalecimento”* (comemoração da ala governista do partido);
5. *“Medida sinaliza caminho suicida”*. (matéria que traz a opinião dos *“integrantes do PT insatisfeitos com a decisão (...) de expulsar os parlamentares radicais”*).

A única que trazia a opinião de quem era contra a expulsão foi disposta como a última matéria e no “pé” da página, com o título: *“Medida sinaliza caminho suicida”*. Essa disposição das matérias, seu conteúdo e suas imagens é significativo para se entender o enfoque dado ao evento, ou seja, a exposição maior e mais “contundente” aos argumentos em favor da expulsão. A matéria, no ato da leitura, poderia passar despercebida pelo leitor, envolvido pela seqüência das demais notícias e, ao final da leitura da página, não reter o tempo suficiente para lê-la ou até percebê-la.

A segunda matéria enumerada anteriormente é publicada em um quadro, ao lado da entrevista de Genoino. Heloísa Helena aparece, em meio a um tumulto, ao lado dos “manifestantes” (cf. fig. 06). Como chamada lê-se:

Título: *“Protesto inclui foguetes e fumaça vermelha”;*

Linha fina: *“Manifestantes entoaram jingles para fustigar o PT e tentaram forçar sua entrada em hotel”.*



Fig. 06: Foto da matéria: *“Protesto inclui foguetes e fumaça vermelha”*

Quando tentou entrar no hotel, na tentativa de evitar a entrada dos manifestantes, a cancela da portaria atingiu o nariz de Heloísa Helena. A foto, intencionalmente, apresenta

Heloísa Helena no meio do tumulto e o título, mais uma vez, identifica a atuação dos “rebeldes”. Além disso, acima da foto, há a frase: “*Porteira fechada*”, a partir da qual se pode deduzir que, além de radicais, para o jornal, os apoiadores dos parlamentares e os próprios, são também animais, posto que “porteira” também significa o portão com o qual se fecha propriedades rurais para que gados e cavalos não fujam.

A FSP, nessa matéria, mudou o cenário de tribunal para o campo discursivo do futebol. Apresenta os apoiadores de Heloísa Helena e dos demais parlamentares como pessoas descontroladas e provocadoras de tumultos, como uma torcida organizada de futebol, daquelas que não são bem vistas pela população, pois, a cada partida futebolística, incitam a violência nos estádios. Sendo assim, o estímulo ao medo da classe média, continua. Vejamos o texto inicial da matéria:

Com a ajuda de dois carros de som, um grupo de no máximo 50 militantes garantiu o ritmo da torcida pró-radicalis. Diante do hotel no qual foi votada a expulsão dos quatro parlamentares petistas, a torcida estourou foguetes e bombas de fumaça vermelha, entouu jingles com temas incômodos ao PT e, de quebra, protagonizou um tumulto com a segurança do evento. (FSP, p. A6, 15 de Dez/2003).

Mais uma vez a *tese da ameaça* de Hirschman (op. cit. :) pode ser resgatada nessa argumentação retórica do jornal, que unificou em uma matéria, palavras que remetem, ou lhes foram imputadas ao longo da história, ao campo semântico futebolístico (torcida, jingles, tumulto), ao campo semântico sindical (protesto, carros de som, militantes, jingles com temas incômodos, tumulto, a cor vermelha da fumaça) e ao campo de guerra (foguetes, bombas, militantes); com esses “ingredientes”, a matéria da FSP reforça no seu leitor, que faz parte da elite brasileira, o medo e aversão ao grupo que denominou de *torcida pró-radicalis*. A matéria desqualifica os participantes retratando-os como pessoas más, perigosas e ameaçadoras, além de aterrorizar o leitor e, de certa forma, convencendo-o de que o certo é realmente a expulsão desse grupo, não só do PT, mas quiçá, da política brasileira.

No enunciado transcrito anteriormente grifou-se o trecho “*no máximo 50 militantes*” para registrar que este enunciado reduz a importância do número de pessoas em defesa dos parlamentares, ou seja, cinquenta militantes, para o jornal, é um número pequeno de adesões pró-parlamentares. Sobre a relação do movimento com o futebol, é importante ressaltar que o mesmo é uma marca absorvida pela cultura brasileira; portanto, ao ler a classificação dada pelo jornal aos manifestantes de “torcida pró-radicalis”, ao ver a foto publicada e ler os elementos que foram elencados na matéria, como foguetes, bombas de fumaça vermelha, cantos incômodos, tumultos, violência (“*Saindo do hotel, foi alvejado na cabeça por um cone sinalizador de trânsito, atirado por um militante*”), o leitor do jornal FSP facilmente

estabelecerá a relação entre a manifestação com atos de violência de uma torcida organizada de futebol.

Essa identificação traz consigo todos os significados negativos que uma torcida desse tipo possui, inclusive, a morte de pessoas da torcida adversária. Está completa a cenografia para ampliar a aversão do leitor aos “radicais” e seus apoiadores. Na metáfora do futebol, são dois times, duas torcidas. Por um lado, os “governistas”; por outro, os “esquerdistas”. Os “pró-governo” *versus* os “pró-radicais”. Uma, comportada; outra, baderneira. Uma “aberta” a negociações; outra inflexível. A ordem *versus* a desordem. O respeito *versus* o desrespeito às regras do jogo...capitalista. Valores da ideologia burguesa que mais uma vez mostram aos “jogadores” e aos “torcedores” que a inadequação e inconformismo às regras não mudam o jogo, apenas levam à exclusão.

O jornal FSP, por mais que tenha tentado mostrar-se “neutro” na “partida”, não teve êxito. Assumiu seu posicionamento e construiu seu discurso de uma maneira que fizesse que o leitor assumisse com a FSP seu lado na “disputa”. Dia após dia, o jornal foi construindo no leitor um senso de participação, de querer estar ativo naquele debate, estimulando-o a escolher um lado.

Mas, para além do que é dito, é bom lembrar que nos discursos o silêncio pode ter profundo sentido. Por isso, o jornal omite os verdadeiros motivos pelos quais os parlamentares estão sendo expulsos. Em nenhum momento fala sobre as bandeiras abandonadas pelo PT, nem que o Governo só chegou ao governo sacrificando essas bandeiras através de acordos e alianças com empresários, FMI etc. Não é dito que Lula e seus “companheiros” de cúpula já vinham, há tempos, fazendo que o PT virasse à direita do espectro político e, com isso, a luta não era entre um Partido de esquerda com divergências e sim, mas entre dois grupos: um que carregava as bandeiras da direita e outro as da esquerda.

Conforme relata Citelli (2005), existem raciocínios discursivos com gradações persuasivas. As matérias jornalísticas sobre a expulsão dos parlamentares do PT, veiculadas pela FSP utilizam-se, em sua maioria, de um raciocínio dialético que, na classificação de Citelli, caracteriza-se por apontar “*para mais de uma conclusão possível. No entanto, o modo de formular as hipóteses acaba por indicar a conclusão mais aceitável*” (p.19). Nesse caso, as matérias, ao trazer as duas opiniões (“pró-governo” e “pró-radicais”) apontam para uma polifonia, ou seja, as várias “vozes” que são expostas sem chegar a um acordo, mas o efeito de sentido é monofônico visto que prevalece uma das vozes, a que é favorável à expulsão. O discurso da FSP é dialógico, como todo enunciado, conforme já desenvolvido em outra parte desse trabalho, mas monofônico. Através do raciocínio dialético as matérias buscam fazer

parecer que há uma abertura em seu discurso, mas na verdade não há, pois o leitor é enredado a construir uma imagem negativa dos parlamentares e, em consequência, tomarem uma posição favorável à expulsão.

Sobre a opinião jornalística e sua participação na construção da opinião pública há diversos estudos. A esse respeito Guimarães (2002) conclui um de seus artigos com a seguinte afirmação:

O discurso jornalístico constrói a opinião pública, na medida em que: o marco de cognições sociais é construído, desconstruído e reconstruído no dia-a-dia, com intensidade, consistência ou coerência interna; e a avaliação opinativa do poder do jornal-empresa é difundida, no que se refere a crenças factuais ou a crenças avaliativas (p.74).

O sistema capitalista não se mantém apenas através das relações de produção, da atividade material, mas também é sustentado através de seus valores, idéias e conhecimentos produzidos e veiculados. Tendo a propriedade privada como um de seus elementos fundamentais, a geração de interesses conflitantes neste sistema é inerente e o conflito entre classes, portanto, inevitável. Sendo assim, um dos campos nos quais estes conflitos se manifestam é no campo das idéias.

Desta forma, por um lado, vivemos diante de grupos dominantes com idéias políticas que buscam conservar as condições existentes, ou seja, manter a sociedade da forma então estabelecida pelo capitalismo. Por outro lado, temos grupos com idéias políticas que buscam o oposto, ou seja, a transformação das práticas da sociedade atual sendo necessário, para isto, romper com o atual modelo econômico. Está claro que em todos os níveis em que se configura este conflito os interesses predominantes são os interesses da classe dominante, mas o fato de existir um pensamento oposto configura-se uma ameaça ao *status quo*, pois se o mesmo ecoar por entre todos aqueles que são submetidos à exclusão social, a possibilidade de transformação se torna viável. Essa era a questão central na expulsão dos parlamentares do PT.

2.2 A opinião do governo mostrada pela FSP

Sintetizando as matérias veiculadas nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2003 a respeito do posicionamento do governo PT sobre a expulsão dos seus parlamentares, verifica-se que o argumento principal utilizado pelo governo para explicar a expulsão dos parlamentares foi a disciplina partidária ou a falta da mesma pelos filiados.

Através da auto-atribuição do governo Lula como uma missão, como relatado no primeiro capítulo deste estudo, percebe-se uma relação dos argumentos que explicavam a expulsão com valores religiosos como o perdão e o castigo. Lula se colocou “*acima da sociedade, do bem e do mal*” DIAS, 2004:52 e, ao fazer isso, dividiu a sociedade em bons e maus. Os que se opõem às decisões do “*Salvador*”, é claro, são maus, estão errados e fora do campo da razão. Comprovando isso, José Dirceu⁷, então ministro-chefe da Casa Civil, diz que a oposição interna do PT “*beira a insanidade*” (FSP, 14/12/2003, pág. A11).

Mas, assim como na religião católica o arrependimento ocupa espaço importante, o governo, amparado ainda em sua estratégica messiânica, também tem compaixão e oferece essa chance aos “pecadores”. O “perdão” dependeria de uma mudança de atitude (leia-se alinhamento às decisões do Partido do Governo) e do comprometimento público dos parlamentares com as políticas do governo. A exigência fica clara quando se analisa o discurso da cúpula do PT: No dia 13 de dezembro, José Genoíno, diz à FSP, sobre Heloísa Helena, que a reforma da Previdência, no senado, foi aprovada em segundo turno “*com apenas dois votos de vantagem. Ela poderia ter dado um sinal, mas não o fez*”. Em outra matéria publicada pelo mesmo jornal, no dia seguinte, Genoíno “*diz ter se desdobrado nos últimos 15 dias para tentar mudar a situação, mas que não houve um gesto de nenhum dos quatro para ficar na legenda*” (FSP, 14/12/2003, pág. A4). Em outra entrevista, Genoíno ressalta “*Fizemos de tudo para não chegar a este ponto. Tentamos até a última hora a repactuação*” (15/12/2003, pág. A4). E ainda, em outra matéria, o então presidente do partido deixa claro que o arrependimento público era esperado: “*se eles reavaliassem publicamente a maneira de se relacionar com o PT, poderiam ter ficado*”.

O sinal que José Genoíno pedia era um sinal de aprovação (da política como um todo). Como os parlamentares não “reavaliaram” suas decisões, não fizeram, de acordo com Dias (2004), o “*ato de contrição*”, precisaram ser expurgados, “*daí a necessidade obsessiva de se expulsar os réprobos*” (Id.; p.52). Como Lula já havia dito, nada o impediria de realizar sua “missão”, nada poderia atrapalhar e a expulsão dos parlamentares representou o exercício dessa postura.

⁷ No dia 01 de dezembro de 2005, O plenário da Câmara dos Deputados cassou, por quebra de decoro parlamentar, o mandato do deputado José Dirceu (PT-SP), ex-ministro da Casa Civil e um dos principais responsáveis pela campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 2002. Como dito na nota nº 04, sua cassação também tem origem nas denúncias do deputado cassado Roberto Jefferson, que o acusou de ser um dos mentores do “mensalão”. (fonte: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u74283.shtml>, publicada em 30/11/2005, com acesso em 13/02/2006).

2.2.1 Elementos da cultura para forjar a posição da cúpula

O governo apresenta, num primeiro momento, uma cenografia de um funcionário público, colocando-se no lugar daquele que pode perdoar; já os parlamentares são os culpados pecadores. A sociedade é a testemunha do fato. Se eles reavaliassem publicamente (sabendo previamente o governo que isto não ocorreria), teriam o perdão que era a continuidade no governo como parlamentares petistas. Como o pedido de perdão não ocorreu, a sociedade foi testemunha de que o governo “tentou de todas as formas”, mas os parlamentares, “inflexíveis”, não aceitaram as regras. Sendo assim, foram expulsos.

Nas entrevistas do governo concedidas ao jornal FSP foram identificados, nas matérias publicadas, três enunciados que culturalmente são repetidos e cujos significados são populares e consensualmente aceitos. A partir do significado⁸ desses enunciados, nota-se que os mesmos representaram o eixo dos argumentos do poder oficial durante todo o processo de expulsão e constituíram a síntese dos argumentos. Seguem os excertos:

- a) “Não cuspo na gamela em que comi, então que eles vão cuspir em outra freguesia porque aqui está muito bom”, disse Salvatti, que tem protagonizado um bate-boca com Helena no senado. (FSP, São Paulo, p. A15, 13 Dez, 2003)
- b) “A Constituição diz que as pessoas aderem a partidos porque querem e podem formar novas agremiações se quiserem. Eles estão no PT porque querem”, disse o deputado Paulo Delgado (MG), durante a acusação aos radicais. (FSP, São Paulo, p. A5, 15 Dez, 2003)
- c) “A convivência se tornou impossível, eles viviam afirmando que nós abandonamos nossos princípios. Com tanta divergência, quem teria que ir embora: o PT ou eles?”, afirmou o deputado Professor Luizinho⁹ (SP). (FSP, São Paulo, p. A6, 15 Dez, 2003).
- d) “O PT não irá tolerar indisciplina nem oposição ao governo Lula. Quem quer ser oposição tem que procurar outro caminho” (FSP, São Paulo, p. A6, 15 Dez, 2003).
- e) “Caso contrário, vira uma casa da mãe Joana”. (Marco Aurélio Garcia, assessor para assuntos internacionais da Presidência da República sobre a sua posição a favor da expulsão. FSP, São Paulo, p. A6, 15 Dez, 2003)

⁸ A concepção utilizada de significado está ligada ao termo “signo” já abordado. O significado e o significante são aspectos constitutivos do signo. De acordo com Citelli (2005), “o significado é o aspecto imaterial, conceitual e que nos remete a determinada representação mental evocada pelo significante” (p.24).

⁹ Após admitir, no dia 28 de julho de 2005, o saque de R\$20 mil adquirido do “valerioduto” (esquema de corrupção organizado pelo publicitário Marcos Valério), o deputado Professor Luizinho (PT-SP) tem seu mandato cassado por quebra de decoro no dia 26 de janeiro de 2006). Luizinho foi o primeiro deputado do PT a ser julgado após a cassação de José Dirceu (PT-SP).

Ao dizer que os parlamentares estão no PT porque querem e que podem formar outras agremiações se quiserem e, ainda, ao perguntar “*Com tanta divergência, quem teria que ir embora: o PT ou eles?*”, podemos dizer que nos itens (b), (c) e (d), através da “interdiscursividade”, ou seja, quando o discurso só adquire sentido no interior de um universo de outros discursos, o discurso do governo se relaciona implicitamente com um enunciado veiculado com maior ênfase em nossa cultura pela força da oralidade, popularmente conhecido como: “os incomodados que se mudem (ou se retirem)”.

Então, temos três enunciados conhecidos, indistintamente repetidos e consensualmente aceitos, a partir dos quais o governo Lula se coloca como coerente na decisão de expulsão dos parlamentares: a) “não cuspir no prato que comeu”; b) “os incomodados que se mudem” e c) “casa da mãe Joana”. Esses três enunciados¹⁰ fazem parte do nosso folclore lingüístico, que, de acordo com Weitzel (1995), através dele, uma longa experiência de contínuas gerações se desenvolveu e perpetuou socialmente. Carneiro (1957) divide os gêneros folclóricos em 10 grupos, sendo eles:

1. A ciência do folclore;
2. Literatura oral;
3. Folclore Infantil;
4. Crendices e superstições;
5. Lúdica;
6. Artes e técnicas;
7. Música;
8. Usos e costumes;
9. Linguagem popular;
10. Pesquisa e registro;

Cada um desses grupos, conforme descrição do autor, subdividem-se em outros. O que nos interessa neste estudo é a categoria de Literatura Oral da qual faz parte, de acordo com Carneiro (op. cit.) a *Paremiologia*. Para Weitzel (1995), a Paremiologia é o conjunto de locuções populares, como os provérbios, adágios, ditados, anexins, brocardos, refrões, rifões, axiomas, aforismos, apotegma, máximas e sentenças:

Eles nos chegam da mais remota antiguidade, emanados de pensamentos ou sentenças de pensamentos ou sentenças de utilidade prática, ou de frases popularizadas da história, da literatura, das artes e das ciências (Weitzel, 1995:118).

¹⁰ Sendo os dois primeiros: provérbios. O terceiro, um clichê.

Para Weitzel (Id.), é muito difícil e quase que inútil, buscar a distinção entre provérbios, adágios, ditados, anexins, brocardos, refrões, rifões, axiomas, aforismos, apotegmas, máximas e sentenças visto que, para este autor, “*todos não passam de uma frase curta, profunda, conceituosa*” (p.118). Em sua obra *Folclore Literário e Lingüístico*, este autor apresenta algumas concepções e controvérsias de outros autores ao tentarem definir e distinguir estas locuções, encerrando Weitzel (1995) com uma síntese:

Provérbio, ditado ou refrão, seja qual for o título que lhe dermos, representa sempre a sabedoria do povo a respeito das pessoas, animais e coisas, uma sabedoria que se acumulou através de idades e gerações, tão velho quanto o mundo e ao mesmo tempo tão novo quanto os acontecimentos de nossos dias (p.119).

Ressalto que uma classificação rígida das locuções selecionadas no discurso oficial: “não cuspir no prato em que comeu”, “os incomodados que se mudem” e “casa da mãe Joana”, para os objetivos finais deste estudo, se mostra desnecessária uma vez que o objetivo é fazer um resgate dos elementos culturais na política brasileira e o mesmo já foi conseguido ao se reconhecer a paremiologia como tal, não tendo a necessidade, a meu ver, de uma classificação rígida das mesmas. Mas, para fins didáticos, mesmo ciente da dificuldade até mesmo nos meios acadêmicos da distinção entre um provérbio de outras proposições de uso comum e breves como uma frase feita, uma máxima, aforismos e clichês, analiso os dois primeiros enunciados como um provérbio e o terceiro, como um clichê e busco esclarecer teoricamente o porquê de minha classificação.

a) “Não cuspa no prato em que comeu” – (Ingratidão)

Os provérbios, de acordo com Jolles (1976) existem por toda parte tanto hoje como na Antiguidade, tanto no Ocidente como no Oriente. Para esse autor, uma das “formas simples” chamada de Locução, atualiza-se em provérbios ou ditados, em máximas, adágios, apotegma, aforismos, entre outros. Sobre os provérbios, esse autor, na mesma obra, afirma: “*aquilo a que chamamos provérbio ou ditado existe, ao que parece, em todas as camadas de um povo, em todas as suas classes, em todos os seus meios: nos mais altos, nos mais baixos, nas camadas intermédias, entre os camponeses, artesãos, letrados e sábios*” (p. 131).

Weitzel (1995), ao buscar as características dos provérbios, listou nove particularidades, quais sejam: o laconismo, notoriedade, universalidade, densidade, evidência, generalização, especificação, dogmatismo e forma. De acordo com Weitzel (op. cit.), os provérbios são “*amplamente divulgados, são conhecidos e aceitos de todos, dando-nos a*

impressão de, ao ouvi-los pela primeira vez, já termos com eles convivido desde a infância (p.120). Além disso, sendo conhecidos por povos de línguas diferentes, têm uma lição de vida através de experiências, não necessitam que suas afirmações tenham sua veracidade provada, podem ser aplicados em diferentes circunstâncias e atendem a situações específicas graças à sua praticidade.

Nas palavras desse autor, os provérbios “*estabelecem normas de conduta, definem princípios e procedimento tão sábios e seguros, que mal podemos discuti-los, quanto mais negá-los*” (p.121). Mas nem sempre os provérbios estabelecem tais normas de conduta. De acordo com Weitzel (Id.), “*Às vezes, apenas enunciam um fato, apresentam uma verdade experimental*” (p.122). E, quanto à forma, os provérbios podem ter uma forma ritmada, rimada ou binomial. Esta última não é constante em todos os provérbios.

De acordo com Luyten (1988), preconceitos, estereótipos e mitos constituem a formação dos provérbios. Retratam o comportamento e opiniões arraigadas na cultura popular refletindo os usos e costumes, incorporando-se ao folclore nacional. Considerado fora do discurso, possui valor de uma verdade geral. E, se os provérbios, de acordo com Weitzel (1995), têm como particularidade o dogmatismo, estabelecendo normas de conduta que não podem ser discutidas, então, pode ser utilizado como forma de persuasão, conduzindo determinada situação para os objetivos explícitos ou implícitos do enunciador.

O provérbio “não cuspa no prato em que comeu” é culturalmente conhecido como uma advertência ou um conselho dado a alguém para que este não seja ingrato, mal-agrado. Esse enunciado tem algumas variações como “sujar a água que bebe” ou “cuspir no copo em que bebeu”, mas preserva sempre o mesmo sentido. Exemplo disso é o uso de uma variação dita pela senadora Ideli Salvatti: “não cuspo na gamela em que comi”. Salvatti apóia sua fala sobre a fala de um outro que, nesse caso, é o enunciado de senso comum. Ela lança mão de um provérbio para se colocar como agradecida ao PT e, ao mesmo tempo, identificar os parlamentares a serem expulsos como mal-agrados, como ingratos. Nesse caso, o que se ouve, por intermédio da voz de Salvatti, é uma outra voz, a da “sabedoria popular”, que acrescenta autoridade e credibilidade à elocução da senadora, dado que a mesma se identifica com a sabedoria, crenças e com os preconceitos tradicionais da sociedade.

Conforme relata Maingueneau (2004), a responsabilidade pela enunciação de um provérbio é a “sabedoria popular”. O enunciador do mesmo, nesse caso Salvatti, é em certo sentido, co-responsável pela afirmação, pois “*a ‘sabedoria popular’ é, na realidade, a própria comunidade dos locutores de uma língua*” (p.170) e, sendo assim, a senadora, como locutora, é indiretamente membro dessa instância. Mas “*essa filiação, contudo, só pode ser*

indireta, pois a sabedoria popular transcende os locutores reais, provém dos mais remotos tempos, de uma experiência imemorial” (Id.).

Com o uso do provérbio, Salvatti busca persuadir a sociedade, através de um recurso argumentativo de carga moral, de que os parlamentares, ao não aceitarem as decisões do Partido dos Trabalhadores como governo, são ingratos e que os mesmos deveriam se envergonhar desse fato. A senadora, na condição de enunciadora, desaparece diante da opinião consensual geral de que “não se deve cuspir no prato em que se come”, ou seja, esta é uma norma conhecida por todos há muito tempo, popularmente é uma “verdade geral”. As duas “vozes” no enunciado (Salvatti e provérbio) oferecem um sentido monofônico, reforçando a opinião da senadora.

Os sentidos pré-concebidos dos provérbios pela sociedade possuem autoridade e emprestam sua força aos argumentos da Senadora Salvatti, que adquire o direito de advertir os parlamentares através do uso da sabedoria tradicional, usando a “voz da verdade” proveniente do passado cultural. É dessa forma que a senadora, que representa a voz do grupo do governo que apóia a expulsão dos parlamentares, atua persuadindo a sociedade em direção a seus argumentos. E é desta forma que o sentimento de ingratidão é escolhido como um dos eixos de justificativa para a expulsão dos parlamentares.

b) “Os incomodados que se mudem” – (Intolerância)

Apesar dessa locução estar presente na obra “Adagiário Brasileiro”, de Leonardo Mota, identificada como um provérbio, utilizo a mesma classificação, mas partindo do conceito de *Ditado popular* elaborado por Weitzel (1995:118):

É uma frase sentenciosa, concisa, de verdade comprovada, porque baseada na secular experiência do povo, exposta em forma poética e contendo uma norma de conduta ou qualquer outro ensinamento.

O enunciado “*os incomodados que se mudem*”, embora não siga à risca a nona característica de um provérbio, listada por Weitzel (op. cit.), ou seja, não é uma forma ritmada, rimada ou binomial, também não contraria outras oito particularidades proferidas pelo autor sobre provérbios: laconismo, notoriedade, universalidade, densidade, evidência, generalização, especificação e dogmatismo. Além disso, o próprio autor cita exemplos de provérbios que não seguem nenhuma das três formas sugeridas (ritmo, rima e binômio):

“Santo, quando vê muita esmola, desconfia”.
 “O uso do cachimbo põe a boca torta”.
 “Macaco velho não mete a mão em cumbuca”.
 (WEITZEL, 1995:122)

Antes de analisar esse enunciado como tendo sido implicitamente utilizado pelo governo Lula para apoiar a decisão de expulsão dos parlamentares, quero resgatar um outro momento da política brasileira em que esse provérbio também foi implicitamente utilizado. Através do interdiscurso, o enunciado “os incomodados que se mudem/retirem” pode ser identificado no slogan “Brasil, ame-o ou deixe-o”, amplamente divulgado pelas propagandas patrióticas do governo do general Emílio Garrastazu Médici (1969 a 1974). Amparado pelo Ato Institucional Nº 05, decretado em 1968, Médici comandou os anos de chumbo, o mais duro período da ditadura. A luta armada e a repressão policial-militar foram acrescidas de severa censura à intelectuais, jornais, espetáculos, livros, músicas, enfim, todos os setores da vida intelectual e artística do Brasil censurados.

De acordo com Pinto (2003), “*a entrada maciça de capitais estrangeiros, através de empréstimos e aplicações em indústrias, gerou até a década de 70 uma rápida expansão do mercado de trabalho*” (p.69). Com isso, formou-se um mercado consumidor, que era objetivo das multinacionais, e criou-se uma falsa euforia chamada de “milagre econômico” ou “milagre brasileiro”, provocando uma “*miragem das classes sociais e as decorrentes distorções da visão de mundo da sociedade brasileira*” (p.69), estimulada paralelamente pela propaganda e pelos meios de comunicação que “*conduziam à alienação ou à satisfação pessoal*” (p. 69).

As propagandas do governo Médici, assim como as propagandas governamentais dos dias atuais, eram financiadas com o intuito de tirar o foco da realidade, implantando um senso de otimismo e patriotismo, através da linguagem persuasiva, própria, embora não exclusiva, da propaganda. Conforme descreve Pinto (op. cit.), o mito do “milagre brasileiro” e a euforia causada pela conquista da Copa do Mundo de Futebol foi muito bem explorado pelo “*eficiente serviço de propaganda do Estado autoritário (...) através de slogans como: ‘Ninguém segura este país’, ‘Este é um país que vai pra frente’ e ‘Brasil, ame-o ou deixe-o’ – sendo este último bem significativo da intolerância dominante*”.

Como outro exemplo dessa estratégia do governo Médici, temos o *slogan* “Pra frente Brasil, salve a seleção”. Já o *slogan* “Ame-o ou Deixe-o” buscava mostrar à sociedade que aqueles que eram contra o governo Médici (a ditadura), não gostavam do país, mesmo ele se “desenvolvendo” rapidamente com o “milagre econômico”. Sendo assim, aqueles que não gostavam do País deviam deixá-lo, justificando assim os exílios. É claro que o “deixar” o país era uma forma eufêmica de dizer que eles estavam sendo expulsos, sendo expatriados. Intelectuais, artistas, políticos e outros não tinham escolha para se retirar ou não. Se não se retirassem, a polícia cuidaria (como cuidaram) deles.

Retomando a expulsão dos parlamentares petistas, a locução “*os incomodados que se mudem*”, foi utilizada implicitamente pelo governo Lula e é visivelmente um outro eixo em que se apóia a decisão de expulsão dos parlamentares uma vez que esta expressão é muito conhecida e aceita na sociedade. Diferente do provérbio analisado anteriormente, esse utiliza um recurso argumentativo de carga moral, mas com argumento de autoridade e não de conselho. Esse é usado como auxílio a quem já não tem mais argumentos. É uma sentença que enuncia um fato, apresenta uma verdade experimental, ou seja, se os parlamentares estão incomodados com as novas políticas do partido dos trabalhadores, eles devem “se mudar”.

Por isso, os parlamentares são sempre apresentados como aqueles que estão sempre reclamando, sendo incômodos e se manifestando. Assim como no governo Médici, os parlamentares também não tiveram escolha. Se os mesmos não saíssem, estariam quebrando uma regra imposta pela própria sociedade, na qual, culturalmente é repetido e é popular e consensualmente aceito que aqueles que estão incomodados devem se retirar. Como os mesmos não tomaram a iniciativa, a decisão de expulsão atua de forma autoritária para que o provérbio seja obedecido e os interesses do grupo “oficial” sejam garantidos.

Com a autoridade e credibilidade conferida a uma locução popular, o governo tenta interferir na opinião da sociedade a respeito da expulsão. Busca, através do apoio a uma verdade geral, que todos concordem com esse argumento, além de tentar envergonhar os parlamentares diante da sociedade e até estimulá-los a pedirem para sair do Partido, antes de serem expulsos.

c) Casa da mãe Joana – (Indisciplina)

Considero o terceiro enunciado analisado - “casa da mãe Joana” - como um clichê, que são caracterizados como enunciados que “*circulam entre distintas camadas sociais, atravessam gerações, sendo repetidos pelos indivíduos e reforçando cada vez mais uma verdadeira injunção de dizer, a qual leva a uma certa homogeneização do discurso*” (FERREIRA, 2003:70). Comumente considerados como de propriedade comum, e que todos têm acesso dado que não são exclusivos, os clichês produzem sentidos “*que se sedimentam, se cristalizam e se propagam pela sociedade*” (Id.; p.71). Além de se tornarem enunciados estereotipados por serem sempre iguais, fixos, inalteráveis, Ferreira observa que os termos *clichê* e *estereótipo* estão relacionados no mesmo campo semântico de forma harmoniosa, com nítidos pontos de interseção. Pertencem a um estoque de enunciados conhecidos pelos falantes de uma língua.

A expressão “casa da mãe Joana” encontra-se registrada na obra “locuções tradicionais no Brasil” de Cascudo (1977) e é definida como sendo o local “*onde todos têm vontade, domínio, liberdade. Podem entrar, dispor, mandar. Confusão, balbúrdia, desorganização*” (p.69). No senso comum, “casa da mãe Joana” é o lugar desorganizado, onde todos mandam e se pode fazer o que quiser. Sendo assim, o eixo da indisciplina, que apoiou os argumentos de expulsão dos parlamentares, encontrou reforço neste clichê.

A origem desse enunciado, de acordo com Cascudo (op. cit.), está na Itália, quando a então rainha de Nápoles e condessa de Provença, Joana, liberou os bordéis em Avignon, onde estava refugiada (1346). No ano seguinte, ao regulamentar os bordéis, Joana aprovou um estatuto que dizia em um de seus artigos: “*tenha uma porta por onde todos entrarão*” (Id.; p. 69). Em cada região, a expressão teve suas variações: em Portugal, ficou sendo “*Paço da mãe Joana*” e no Brasil, “*Casa da mãe Joana*”. Braga (apud Cascudo, 1977) descreve: “*Paço da Mãe- Joana com que se designa a casa que está aberta para toda a gente. Nos Açores é muito usual para dizer que uma porta está escancarada – É como o paço da Mãe-Joana!*” (p.69).

De acordo com Ferreira (op. cit.), os enunciados estereotipados são eficientes fórmulas comunicativas e representam uma “economia de linguagem”. Ao serem constantemente repetidos e reiterados, reforçam o senso comum. Possuem um papel aglutinador e catalisador, produzindo “*um efeito de aproximação de épocas, de identificação de costumes, crenças e comportamentos, compartilhados por todos*” (Id.; p.72). Os clichês desencadeiam automatismos que envolvem:

Mecanismos sociais, históricos e culturais presentes nos modos de sustentação do *status quo* que se realizam pela reiteração de enunciados que expressam o saber comum. O efeito de impregnação de tais automatismos funciona como a possibilidade de institucionalização dos sentidos, fazendo-os corresponder, ética e moralmente, às expectativas construídas pela sociedade (FERREIRA, 2003:72).

Os clichês, ao se propagarem, produzem sentidos que se sedimentam e se cristalizam na sociedade. Ao afirmar que o Partido dos Trabalhadores não é a “casa da mãe Joana”, automaticamente afirma-se que não é qualquer um que pode mandar e que o mesmo não é desorganizado ou que aceite confusões trazendo a disciplina como um dos motivos pelo qual se explicava as expulsões dos parlamentares e também, como uma forma de ameaça aos outros militantes que continuariam no Partido (principalmente os de esquerda), como

ressaltou Sílvio Pereira¹¹, à época, secretário de Organização do PT: “*O PT não irá tolerar indisciplina nem oposição ao governo Lula. Quem quer ser oposição tem que procurar outro caminho*” (FSP, São Paulo, p. A6, 15 Dez, 2003). Em outro trecho da entrevista, Pereira dá outro recado aos que ficaram no partido: “*É preocupante ver que há gente que ainda pensa como eles na bancada. Podem divergir na opinião, mas sempre terão de votar de acordo com a orientação do partido*” (Id.).

Sobre a questão da disciplina, como já abordado em capítulos anteriores deste estudo, os parlamentares não contrariaram as decisões do Partido dos Trabalhadores, pois seus votos referentes às reformas previdenciária e tributária foram coerentes às decisões tomadas pelo Partido no seu Encontro Nacional de 2001. Decisões que foram modificadas através de uma “carta ao povo”, veiculada pela cúpula do governo durante a campanha de 2002, contrariando as primeiras decisões do Partido.

Para finalizar esse subitem do capítulo, no qual analiso a opinião do governo mostrada pelo jornal FSP, concluo que a ala governista do Partido dos Trabalhadores denominou de “unidade de ação” a decisão de expulsar aqueles que se opusessem às decisões da cúpula e forjou sua posição sobre três eixos principais: ingratidão, intolerância e indisciplina. Para isso, utilizou-se de todas as armas para convencer todos que assistiam ao processo de expulsão dos parlamentares que os mesmos só estavam sendo expulsos por serem ingratos, intolerantes e indisciplinados; portanto, não podiam continuar no Partido. Como parte de seus argumentos persuasivos, utilizaram-se de uma forma simples e clara para se comunicar com o povo, utilizando, implícita e explicitamente, enunciados muito repetidos culturalmente, com significados populares e aceitos: “não cuspa no prato em que comeu”; “Os incomodados que se retirem” e “casa da mãe Joana”.

2.3 Elementos culturais no discurso da resistência

Começo agora, a analisar a terceira “voz” presente nas matérias publicadas pelo jornal FSP entre os dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2003. Retomando todas as matérias já analisadas, mas agora com o foco no resgate dos elementos culturais presentes no *discurso da oposição* e o *discurso de populares*, tendo já analisado no item anterior o *discurso oficial*.

¹¹ Sílvio Pereira, que ocupava o cargo de Secretário-geral do Partido, no dia 20 de junho, foi apontado por Roberto Jefferson como o gerente de um esquema de corrupção nas estatais para abastecer a base aliada por meio de caixa dois. Renunciou, junto com Delúbio Soares, que ocupava o cargo de tesoureiro do PT.

Como já dito, o *discurso da oposição* corresponde às opiniões dos partidos políticos de oposição ao governo, além de incluir parte do clero e todas as instituições contrárias ao governo. Classifico as opiniões dos parlamentares que seriam expulsos também desta forma, pois a expulsão se deu pelo fato dos mesmos terem divergências políticas com a cúpula do governo e manterem posições contrárias a esse. O *discurso de populares* será caracterizado pelo discurso das pessoas “anônimas”, participantes dos atos contra a expulsão.

O discurso dos parlamentares expulsos e daqueles que eram contrários à expulsão foi o mais rico em utilização de elementos culturais, presentes desde a caracterização de seus manifestos públicos até as palavras utilizadas pelos próprios, como veremos nas análises a seguir. Como é constitutivo do jornal, o material a ser analisado passou pelo filtro do editor, isso implica que faremos uma análise a partir da interpretação, seleção e no modo como o jornal FSP mostrou as opiniões e as manifestações que, como já vimos nesse estudo, de acordo com a forma como relatou o evento da expulsão dos parlamentares, posicionou-se a favor da expulsão. Apesar disso, os elementos culturais presentes nas falas e nas manifestações não foram sacrificados como um todo; pode ter havido muito mais, mas o que foi mostrado já é suficiente para o objetivo desse estudo.

Das vinte matérias a serem analisadas nos dias 13, 14 e 15 de dezembro, quatorze ficaram de fora dessa parte do estudo por não contribuírem para com o objetivo, ou seja, não trouxeram a opinião dos parlamentares expulsos; portanto, não seria possível analisar os elementos culturais. Nas demais sete matérias, os parlamentares expulsos aparecem (mesmo que indiretamente, por meio de suas fotos, sem suas falas) e com eles, suas manifestações a respeito do assunto. Essa já é uma informação importante que deixa entrever o posicionamento do jornal e o seu favorecimento à expulsão. Mais uma vez, o silêncio “fala”.

2.3.1 O riso *versus* o autoritarismo

Começamos com o trocadilho feito pelo Deputado Chico Alencar (RJ) para defender os parlamentares a serem expulsos: “*Este é um PT genuíno, com u. Não é um PT transgênico*” (*Folha de São Paulo, São Paulo, p. A15, 13 Dez, 2003*). De acordo com PROPP (1992) a língua constitui um arsenal muito rico de instrumentos de comicidade e de zombaria, do qual fazem parte os trocadilhos (ou calembures):

O calembur, ou jogo de palavras, ocorre quando um interlocutor compreende a palavra em seu sentido amplo ou geral e o outro substitui esse significado por aquele mais restrito ou literal; com isso ele suscita o riso, na medida em que anula o argumento do interlocutor e mostra sua inconsistência. Do ponto de vista de nossa teoria do cômico, a comicidade do jogo de palavras se diferencia, em princípio, de todos os outros aspectos da comicidade, mas dela constitui apenas um caso particular. (...) no calembur o riso é despertado quando em nossa consciência o significado mais geral da palavra passa a ser substituído pelo significado exterior, “literal”. (...) O calembur pode ocorrer involuntariamente, mas pode também ser criado de propósito (Propp, 1992:121).

Propp (1992) afirma que *“o emprego do jogo de palavras ou a compreensão literal do significado das palavras para finalidades satíricas encontra-se freqüentemente no folclore”* (p.124). Para esse autor, o trocadilho, além de brincadeira inocente e bem-humorada, pode tornar-se uma arma de sátira afiada, precisa e extremamente eficiente que busca aniquilar, demolir o argumento do interlocutor.

O deputado Chico Alencar (RJ) satiriza o presidente do PT, José Genoino, trocando o fonema “o” de seu sobrenome pelo “u” e através de um intertexto com o campo da agricultura que, desde 2002, estava aguardando uma decisão do governo a respeito da aprovação de um polêmico projeto de lei que regulamentaria o plantio, comercialização e pesquisas com sementes transgênicas, o que ocorreu em outubro de 2004. Intertexto, como já visto nesse estudo, é a presença em um texto dado de fragmentos de outros textos, de formas mais ou menos reconhecíveis. Nesse caso analisado, “transgênico” é o organismo que possui em seu genoma um ou mais genes oriundos de outra espécie, inseridos por processo natural ou, principalmente, por métodos da engenharia genética. É aquilo que não tem mistura, nem alteração, é considerado algo genuíno, puro, autêntico e natural.

Ao elaborar o enunciado, o deputado Chico Alencar, que conhece o significado do termo “transgênico”, satiricamente, afirma que o Partido dos Trabalhadores não é propriedade do então presidente Genoino e sugere que o mesmo seja um “corpo estranho” ao Partido dos Trabalhadores alterando sua constituição primeira que seria “pura” e “genuína”. A sátira, conforme descreve Jolles (1976) *“é uma zombaria dirigida ao objeto que se repreende ou se reprovava e que nos é estranho. Recusamo-nos a ter algo em comum com o objeto dessa reprovção; opomo-nos a ele rudemente e, por conseguinte, desfazemo-lo sem simpatia nem compaixão”* (p.211). Chico Alencar lança mão de um tema atual na pauta política do país (o transgênico) e, tendo este uma avaliação negativa por muitos, desqualifica o então presidente do PT, José Genoino através de uma sátira.

A forma como o enunciado foi construído, com sua espontaneidade humorística através do trocadilho e da analogia, assemelha-se às advertências populares citadas por

Weitzel (1995) que afirma que a “*advertência é um aviso, uma admoestação que se faz a alguém, à vista de seu comportamento geralmente reprovável*” (p.201). Digo que apenas se assemelha, pois as advertências populares, em sua maioria, são fórmulas proverbiais ou frases feitas consagradas pelo uso. Nesse caso, o jogo de palavras ocasiona o chiste, principalmente, por se tratar de um assunto tido como “sério”, que é a política e a situação dos quatro parlamentares. Tudo foi resumido por meio de um enunciado, cujo desenlace tinha a marca da espirituosidade, graças ao imprevisto.

Os parlamentares e a cúpula petista ocupavam espaços divergentes no panorama político. Os primeiros faziam parte da “esquerda do PT” e os últimos, fazem parte da chamada “direita do PT”. Existem várias formas de um grupo denominado de esquerda realizar suas manifestações em lutas políticas e sociais, podendo surgir todo um conjunto de elementos ritualísticos, sendo todas essas formas presentes na cultura política desse grupo como bandeiras, cartazes, canções e, “abaixo-assinado”, ou seja, listas com assinaturas de várias pessoas que apóiam ou são contrários à determinada decisão. O objetivo desse último é colher o máximo de assinaturas possível para pressionar e persuadir o governo ou outra instituição a acatar a decisão tomada por aqueles que assinaram tal documento. Em sua maioria, estes abaixo-assinados mostram o poder de mobilização de um grupo, mas nem sempre são garantias de que conseguirão êxito em seus objetivos.

Contra a expulsão dos parlamentares do PT, militantes do Partido também lançaram mão dessa forma de manifestação, reunindo vinte e duas mil assinaturas de apoio aos parlamentares e entregando-as, dentro de um carrinho de mão, na reunião do Diretório Nacional: “*coletamos na rua, na rodoviária e no site assinaturas do mundo inteiro*” (Oraida Campos, FSP, São Paulo, p. A4, 14 Dez, 2003).

No primeiro capítulo desse estudo, afirmei que as mudanças nos aspectos culturais de uma sociedade ocasionam também modificações na política. Da mesma forma que a comunicação, principalmente através da televisão, ocasionou mudanças na política, amplificando os comícios e a forma como o político aparecia para o público, agora temos também a internet como um outro meio de comunicação sendo utilizado para fins políticos, fazendo com que um email percorra o mundo em segundos com objetivos de persuadir uma comunidade virtual.

É uma outra realidade da política. O site a que se refere a militante Oraida Campos, na citação anterior, é o “www.amigosdaheloisahelena.com.br”, que foi criado à época para se solidarizar com os quatro parlamentares (dos quais, a figura principal era Heloísa Helena), e utilizado também para colher as assinaturas e defender os parlamentares das acusações sobre a

expulsão. A internet configura-se, dentre as “novas mídias” através da qual a política tem se realizado, não só através de sites de partidos em momentos políticos eleitorais ou não, mas também para mobilizar e realizar consultas à uma “opinião pública”, nacional e/ou internacional.

Ao investigar o movimento dos neo-zapatistas mexicanos e suas estratégias político-midiáticas, Manuel Castells (apud Rubim, 2000) denominou-os de “*a primeira guerrilha informacional*” devido aos vários recursos utilizados, como comunicados à imprensa nacional e internacional, vídeos, atos políticos com “efeitos de mídia”, rádios, entrevistas e “*o recurso à rede mundial de computadores para a implementação criativa de consultas abertas acerca de deliberações que o movimento deve tomar*” (Castells, apud Rubim, 2000:89).

Voltando à análise da entrega das vinte e duas mil assinaturas de apoio aos parlamentares na reunião do Diretório Nacional, visto que nosso foco são os elementos culturais presentes nesse caso, é preciso fazer uma breve análise do que representa as mesmas serem entregues dentro de um carrinho de mão. As listas poderiam ter sido colocadas dentro de caixas, sacolas etc. Mas um carrinho de mão, além de dar visibilidade ao volume de papéis, é um dos artefatos que simboliza trabalho e também foi utilizado para compor o espetáculo do evento. Como vimos no primeiro capítulo, os espetáculos são inerentes à política e passaram a ser produzidos como um modo de sensibilização através de uma ruptura com o dia-a-dia, que é a condição primeira do espetáculo, atraindo a atenção, seduzindo os sentidos e o público. Entrar na reunião do Diretório Nacional, em um hotel cinco estrelas, onde seria realizada a votação sobre a expulsão dos parlamentares, empurrando um carrinho de mão cheio de papéis assinados contra a expulsão seguiu toda a dramaticidade do enredo que compõe um espetáculo.

Outra forma de manifestação que faz parte da cultura política da esquerda é a elaboração de faixas e cartazes com frases curtas e incisivas que podem ser denominadas de slogans. O slogan criado em defesa dos parlamentares foi “Coerência PT, expulsar por quê?”. Conforme descreve o jornal FSP, o deputado Chico Alencar (PT-RJ) levou uma faixa assinada por pessoas que participaram de protesto anteontem no Rio, com a inscrição “Coerência PT, expulsar por quê?” (p. A4, 14 Dez, 2003). Em resposta a esse slogan, os que defendiam a expulsão criaram e divulgaram um manifesto intitulado “Sem respeitar o PT, ficar por quê?” (FSP, p. A15, 13 Dez, 2003). Estabelece-se assim, o “acabamento” no diálogo interdiscursivo que faz com que a “resposta” do campo majoritário adquira sentido em sua relação implícita com o discurso dos parlamentares.

O slogan, publicitário ou político, conforme descreve Reboul (apud Maingueneau & Charaudeau, 2004) “*condensa o discurso em um núcleo temático, uma fórmula reunida, ritmada, para fins mnemônicos e pragmáticos, visando mobilizar e conduzir à ação*” (p.453). Assim, os parlamentares e seus apoiadores, através de uma frase-chave, afirmam que a decisão de expulsão é incoerente e o governo, por sua vez, afirma em uma construção lingüística que segue a mesma forma, que a expulsão se dá pelo fato dos parlamentares não respeitarem o Partido. O slogan, para Maingueneau (2004), é semelhante ao provérbio devido à “*fórmula curta, destinada a ser repetida por um número ilimitado de locutores, que joga também com rimas, simetrias silábicas, sintáticas ou lexicais*” (p. 171). Uma das diferenças significativas entre *provérbio* e *slogan* é o fato deste último estar ancorado, na maioria das vezes, na situação da enunciação. Além disso, o slogan, diferente do provérbio, transforma-se junto com a mídia, pois a mesma o influencia diretamente.

Em uma das matérias publicadas, cujo título era “*Militantes pressionam PT contra expulsões*”, um dos parlamentares a ser expulso, João Fontes (SE), faz um resgate da história política brasileira, afirmando que: “*Hoje é aniversário de 35 anos do AI-5, mas está parecendo mais AI-13*” (FSP, São Paulo, p. A4, 14 Dez, 2003).

No primeiro capítulo utilizei uma definição de cultura política utilizada por Viola e Mainwaring (apud Tótor, 2004), afirmando que a cultura política é definida não só por valores expressos em suas práticas sociais e políticas, mas também pelos discursos políticos que são historicamente formados. Ao fazer o resgate do AI-5, através de um trocadilho, o deputado busca na memória política do país e a associa a fatos atuais. No entanto, para entender o que este resgate significa, o destinatário deve conhecer o contexto referenciado, ou seja, deve saber que o Ato Institucional Nº5, decretado em dezembro de 1968, é marcado por restrições às liberdades democráticas, autoritarismo, supressão dos direitos constitucionais, perseguições policial e militar aos movimentos estudantis, sindicais e de outras organizações civis, prisão e tortura dos opositores e pela censura prévia aos meios de comunicação e ao universo da cultura brasileira. O AI-5 transformou-se em símbolo da ditadura.

Um texto ou um gênero, para Maingueneau (2004), são portadores de um capital de autoridade e são avaliados positiva ou negativamente a partir do momento em que são inscritos na memória. Maingueneau (op. cit.;) descreve duas estratégias opostas através das quais o enunciador tem a possibilidade de utilizar um texto ou gênero fonte (interdiscurso): a captação e a subversão de valores:

A captação consiste em transferir para o discurso reinvestidor a autoridade relacionada ao texto ou ao gênero fonte (...) contrariamente, na subversão, a imitação permite desqualificar a autoridade do texto ou gênero fonte (p.94).

Através do interdiscurso e de uma troca entre os números 05 e 13, o deputado João Fontes utiliza a captação ao transferir para o discurso reinvestidor (AI-13) a autoridade relacionada ao texto fonte (AI-5), ou seja, ele capta todos os valores negativos do Ato Institucional nº 5 e transfere para o ato da expulsão dos parlamentares, o que formaria uma nova expressão “Ato Institucional nº 13” com todas as características negativas do AI-5 (autoritarismo, censura, perseguição e falta de liberdade).

O carrinho de mão, assim como outros artefatos simbólicos, não faltaram ao discurso dos parlamentares e dos “anônimos” contra a expulsão. Basta observar a foto publicada em uma outra matéria publicada também no dia 14 de dezembro, com a seguinte legenda: “Manifestantes levam boneco da senadora Heloísa Helena para ato contra a expulsão dela do PT” (p. A6, 14 Dez, 2003), cf. fig. 07:



Fig. 07: Manifestação “carnavalesca”

A foto mostra uma manifestação em apoio à Heloísa Helena e aos parlamentares. Traz como signos visuais várias bandeiras do PT sendo agitadas por populares, a maioria com trajés simples (bermuda, chinelos e camisetas cavadas). Um boneco de Heloísa Helena foi produzido e alguns dos manifestantes estão com buzinas (uma delas feita com garrafa pet de refrigerante). Além disso, um dos manifestantes está com um chapéu com chifres.

De uma maneira geral, a foto nos remete a uma festa, mais precisamente uma festa de carnaval. A temática da festa conforme relata Palacios (1997), esteve presente no pensamento sociológico desde seus primórdios e voltou a ocupar um lugar de importância nos estudos da cultura contemporânea. De acordo com esse autor, “as formas da apropriação dos elementos do cotidiano, as técnicas de resistência no dia-a-dia, as estratégias que vão do uso das máscaras, ao fazer corpo mole, já foram tratadas por vários autores contemporâneos”

(p.27). Palacios (Id.) refere-se aos textos de Bakhtin e Maffesoli como as matrizes discursivas mais conhecidas e utilizadas com relação à discussão do lúdico no contemporâneo. Sendo assim, sobre esse tema, utilizo principalmente os conceitos de Bakhtin (1993) e algumas contribuições de outras obras mais recentes.

Para analisarmos sobre os elementos culturais presentes na referida foto publicada no jornal FSP, e a relação destes elementos com a política, temos que resgatar seus ecos longínquos que se encontram na cultura cômica popular, na qual a expressão do riso opunha-se ao tom sério da cultura oficial. Para isso, Bakhtin (1993) é quem nos auxilia. No início de sua obra, diz:

Dentro da sua diversidade, essas formas e manifestações – as festas públicas carnavalescas, os ritos e cultos cômicos especiais, os bufões e tolos, gigantes, anões e monstros, palhaços de diversos estilos e categorias, a literatura paródica, vasta e multiforme, etc. – possuem uma unidade de estilo e constituem partes e parcelas da cultura cômica popular, principalmente da cultura carnavalesca, una e indivisível. (p.04)

O autor, ao analisar as obras de François Rabelais, afirma que o carnaval é “*o símbolo e a encarnação da verdadeira festa popular e pública, totalmente independente da Igreja e do Estado*” (p.191). E utiliza o adjetivo “carnavalesco” para designar não só as formas do carnaval, mas também com sentido ampliado, “*toda a vida rica e variada da festa popular no decurso dos séculos durante a Renascença, através dos seus caracteres específicos representados pelo carnaval nos séculos seguintes, quando a maior parte das outras formas ou havia desaparecido ou degenerado* (Id.: 189).

A cultura cômica, que é ao que nos remete a foto da manifestação dos apoiadores dos parlamentares, apesar de ter tido amplitude e importância na Idade Média e no Renascimento, conforme relata Bakhtin (1993), não teve seu lugar reconhecido, a não ser nas obras de François Rabelais. Esse autor mostra-se importante para esse estudo por ter considerado o humor do povo na praça pública um objeto digno de estudo em todas as suas ricas manifestações. A cultura cômica popular é dividida em três categorias inter-relacionadas e que se combinam de diferentes maneiras:

1. *As formas dos ritos e espetáculos* (festejos carnavalescos, obras cômicas representadas nas praças públicas, etc.);
2. *Obras cômicas verbais* (inclusive as paródicas) de diversa natureza: orais e escritas, em latim ou em língua vulgar;
3. *Diversas formas e gêneros do vocabulário familiar e grosseiro* (insultos, juramentos, *blasões* populares, etc.). (Id. p.04)

O elemento mais importante dessa cultura cômica popular para este estudo são as formas dos ritos e espetáculos, particularmente os festejos de carnaval, que, para Rabelais,

ocupavam um lugar muito importante na vida do homem medieval com seus atos e ritos cômicos, com seus gigantes, anões, monstros, e animais “sábios”. Sobre o riso *festivo* carnavalesco, estudado por Rabelais, Bakhtin descreve:

O riso carnavalesco é em primeiro lugar patrimônio *do povo* (esse caráter popular, como dissemos, é inerente à própria natureza do carnaval); *todos* riem, o riso é “geral”; em segundo lugar, é *universal*, atinge a todas as coisas e pessoas (inclusive as que participam no carnaval), o mundo inteiro parece cômico e é percebido e considerado no seu aspecto jocoso, no seu alegre relativismo; por último, esse riso é *ambivalente*: alegre e cheio de alvoroço, mas ao mesmo tempo burlador e sarcástico, nega e afirma, amortalha e ressuscita simultaneamente. (1993:10)

Às imagens da cultura cômica popular denominou-se convencionalmente de “realismo grotesco”, conforme descreve Bakhtin (op. cit:). A construção dessas imagens é procedente da mitologia e da arte arcaica de todos os povos, além da arte pré-clássica dos gregos e romanos. Apesar de excluídos da arte oficial, continua sobrevivendo e desenvolvendo-se. Dentre essas imagens estão as miniaturas, as máscaras cômicas, estatuetas populares, figuras de sócias cômicos, cenas de comédia, além de estar presente na literatura cômica. O realismo grotesco é configurado, de acordo com Ianni (1983), pelo maravilhoso, fantástico, paródico e carnavalizado. Considerando esse conceito, podemos encontrar a origem da produção do boneco personificando Heloísa Helena no folclore dos povos primitivos, no qual, de acordo com Bakhtin (1993):

Encontra-se, paralelamente aos cultos sérios (por sua organização e seu tom), a existência de cultos cômicos, que convertiam as divindades em objetos de burla e blasfêmia (“riso ritual”); paralelamente aos mitos sérios, mitos cômicos e injuriosos; paralelamente aos heróis, seus sócias paródicos (p. 05).

Embora os bonecos sejam mais presentes na forma satírica, o boneco sócia de Heloísa Helena é uma forma de elogio, de homenagem à senadora, uma vez que a mesma é tida pelos manifestantes como uma heroína, o sujeito que, dentre os quatro parlamentares, sintetiza o pensamento de todos. Tendo visto também o fato de Heloísa Helena ter sido “eleita”, pela imprensa, a líder dos chamados “radicais”, como já dito. Talvez isso tenha contribuído para que o grupo pró-parlamentares tenha escolhido Heloísa para ser representada nas defesas. Talvez porque ela tenha sido a mais atacada pela mídia.

A produção de um boneco para elogiar ou para escarnecer alguém faz parte do sistema de imagens da festa popular, representados no carnaval. De acordo com Romeiro (2001) “*na tradição carnavalesca européia, o funeral (simbólico) contava com um boneco feito de palha, vestido com roupas que caracterizavam o pretense morto, usando, muitas vezes, uma máscara para reforçar a identificação*” (p. 303). Sobre a prática de fazer bonecos no Brasil, é interessante ressaltar que essa é uma das tradições Nordestinas. Temos “os bonecos gigantes

de Olinda” utilizados nos desfiles do carnaval e ainda os bonecos feitos para elogiar personalidades, predominando as figuras de políticos em eleições ou datas próximas dessas.

A explicação da existência do boneco personificador nas manifestações é complementada por Blass (2004) que acrescenta: “*nas lutas sociais observa-se muitas vezes a apropriação simbólica de artefatos e de práticas sociais reconhecidas como atividades de lazer ou de tempo livre*” (p.277). Temos assim o folclore e as brincadeiras de carnaval (com suas buzinas improvisadas, fantasias e roupas leves) sendo apropriadas em uma manifestação política.

O riso popular ambivalente (alegre e sarcástico) expressa, de acordo com Bakhtin, uma opinião sobre o mundo do qual fazem parte aqueles que riem. No carnaval, ao contrário das festas oficiais, triunfava uma liberação temporária da verdade dominante e do regime vigente, ocorria uma suspensão provisória das regras, tabus, privilégios e principalmente, das relações hierárquicas. Utilizo o termo “suspensão” provisória das regras ao invés de “abolição” (utilizado por Bakhtin) por acreditar que não haja uma extinção das regras, visto que as mesmas continuam a existir. Baseado no riso, o carnaval tornou-se a segunda vida do povo, uma vida *festiva*.

A festa, de acordo com esse autor, “*é a propriedade fundamental de todas as formas de ritos e espetáculos cômicos da Idade Média*” (Bakhtin,1993:07). Qualquer que seja seu tipo, as festividades são uma forma primordial e marcante da civilização humana e “*tiveram sempre um conteúdo essencial, um sentido profundo, exprimiram sempre uma concepção do mundo*” (p. 07). Esse autor faz uma análise das obras de Huizinga e Henri Lefebvre. Figueiredo (2001) escreveu o artigo intitulado “a revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na América Portuguesa”, buscando discutir a natureza política dos protestos e sua aproximação com as festas. De acordo com esse autor, as festas (ocasiões de júbilo coletivo) e os momentos de protesto são fenômenos vizinhos que estabeleceram trocas significativas na história do Ocidente: “*em diversas ocasiões viveu-se no Brasil colonial a passagem da festa à revolta – assim como da revolta à festa*” (p. 276). Figueiredo (op. cit.) debate os empréstimos e trocas culturais que as revoltas faziam da linguagem das festas, ampliando, assim, as perspectivas de reflexão das práticas políticas no universo cultural da América portuguesa.

As práticas rituais amotinadoras cumpriam-se, de acordo com Figueiredo (Id.), nas vilas e cidades, que eram o espaço preferencial para as emoções coletivas e onde a população se reunia em dias de protesto, ou seja, a vila “*constituiu o lugar por excelência capaz de tornar realidade uma das exigências básicas dos protestos: a mobilização popular, que constituiu recurso imprescindível da prática amotinadora a fim de garantir poder de pressão*

às suas exigências” (p.267). A mobilização geral, dentre outras funções, servia como poder ameaçador nos instantes mais decisivos de negociação.

No caso analisado, o grupo que era contra as expulsões dos parlamentares reuniu-se em protesto no dia da votação em frente ao hotel onde seria realizado o evento. Aquele era o local em que estavam as autoridades que deveriam ser persuadidas pelo movimento.

A revolta, conforme relata Figueiredo (2001), era uma festa às avessas, ou seja, os mesmos sentimentos que reunia grupos variados (diferentes camadas sociais) em torno das festas repetia-se nas revoltas: o compromisso da defesa do bem comum. Festas e protestos são movimentos cuja característica primeira é a reunião da coletividade. Além disso, de acordo com Figueiredo (op. cit.), o aglutinamento no protesto, através de seus ritos, é um momento de sociabilidade que reafirma um sentimento de pertencimento e de coesão, momentaneamente se suspendendo as diferenças e oposições.

Na página A11, também do dia 14 de dezembro, a FSP traz a seguinte matéria:

Linha fina: “*Senadora alagoana provoca em admiradores reações semelhantes às dos eleitores do presidente após a vitória*”

Título: “*Helena atrai ‘romaria’ de críticos do governo*”.

Sobre a religião como elemento cultural evidenciado nesta matéria já comentamos na primeira parte deste capítulo, mas o que me traz a falar sobre a mesma, novamente, é a publicação de uma das poucas opiniões de populares, como o sr. Rosmair da Silva, de 45 anos, funcionário do Senado, que também traz a religião como elemento principal de sua fala: “*Para mim, é Nossa Senhora no céu e a sra. aqui na terra*”, diz o funcionário ao ver Heloísa Helena no corredor.

Considerarei o enunciado “*Para mim, é Nossa Senhora no céu e a sra. aqui na terra*”, como um clichê, posto já ter dito anteriormente, que os mesmos são comumente considerados como de propriedade comum, que todos têm acesso, dado que não são exclusivos e produzem sentidos “*que se sedimentam, se cristalizam e se propagam pela sociedade*” (Ferreira, 2003:71). Além disso, os clichês atravessam gerações sendo repetidos por distintas camadas sociais. Há uma outra variação para a expressão popular dita pelo senhor Rosmair: “*É Deus no céu e ‘fulano’ na terra*”, a qual, apesar de não tê-la encontrado em nenhuma bibliografia, indica, popularmente, que o grau de importância, admiração e respeito por determinada pessoa no plano terrestre só se iguala aos mesmos sentimentos tidos por Deus ou Nossa Senhora no céu. A utilização do enunciado, além de representar a força da influência da

religião católica na formação cultural do Brasil, também indica como a política é atravessada por outras dimensões (culturais, sociais, religiosas, econômicas etc).

No dia 15 de dezembro, nas matérias publicadas sobre o assunto no jornal FSP, todas basicamente cobriram o ato de expulsão (cf. fig. 08). Na página A4, lê-se:

Linha fina: “*Diretório Nacional segue o governo e desliga Helena, Luciana, Babá e Fontes*”.

Título: “*PT ignora apelos e expulsa quarteto radical do partido*”.



Fig. 08: Tribunal da inquisição

A imagem de um “tribunal de inquisição” foi simulada pelos manifestantes contra a expulsão dos parlamentares. Uma faixa caracteriza o “tribunal” como “*Gran Circus Inquisitorium*” e traz, ao lado do mesmo, o boneco personalizado de Heloísa Helena. Vários elementos culturais estão presentes na montagem deste cenário: a inquisição, o uso do latim, a influência da igreja, o circo, os balões e o boneco.

A influência da igreja é o principal elemento, pois a mesma abarca a questão do tribunal da inquisição e do uso do latim. Começamos, então, por esses elementos. Como visto na foto, os apoiadores dos parlamentares, assim como a FSP, também utilizaram a cenografia de um tribunal, mas este se refere ao tribunal do santo ofício que, de acordo com Atiço Mota (1981), foi organizado pela igreja católica como meio de sufocar as correntes opositoras à Igreja no século XII. Junto à inquisição, a doutrina oficial criou também as novas ordens

monásticas para deter os “hereges”, bruxos e feiticeiros: representantes do mal. Diferente do processo penal em uso até então, o processo da *inquisição* que “*deriva do verbo latino ‘inquirere’ (inquirir)*” (p.18), constava de um inquérito aberto por um juiz que era, ao mesmo tempo, o acusador dado que o mesmo discutia opondo-se ao processado. O processo inquisitorial compreendia:

A visita ou inspeção do inquisidor, sermão a tempo de graça, inquérito com denúncia e citação dos suspeitos, interrogatório dos acusados, audiência das testemunhas, defesa do advogado, vexação, tortura, auto-de-fé e exame do apelo ao papa. Ao chegar à cidade, o inquisidor fazia um sermão em que convidava os culpados a apresentarem-se em determinado lugar (no espaço de 15 dias a um mês), que, por isso mesmo, era denominado de “tempo de graça”. Aqueles que utilizavam esse “tempo de graça” para se apresentar recebiam castigos mais leves. Os heréticos e suspeitos que não se apresentavam dentro desse prazo eram citados uma vez, verbalmente ou por escrito, através do vigário local. A não apresentação era seguida de prisão. (MOTA, 1981:18).

Do julgamento, participava um tribunal composto por pessoas da cidade que tinham o crédito do inquisidor. Após a sentença, convocava-se uma sessão pública chamada, conforme descreve Mota (op. cit.), de “auto-de-fé”, que se caracterizava por ser o último momento em que os condenados poderiam e deveriam renunciar à heresia (e não negá-la). Nessa sessão, realizada sempre aos domingos, com início pela manhã, era decidido o destino dos acusados, com a participação do maior número de pessoas num sentido pedagógico de acatamento à ordem estabelecida.

Ao comparar a votação sobre a expulsão dos parlamentares com um tribunal de inquisição, é produzida uma intertextualidade externa, utilizando dois campos discursivos: o político e o religioso. Na escolha dos termos utilizados dentro de cada um dos campos, o grupo pró-parlamentares encaminha seu discurso a um juízo de valor, transferindo para a cerimônia de votação sobre a expulsão dos parlamentares tudo o que representasse um ato inquisitório do santo ofício.

O juiz e acusador eram representados pelo governo do PT (a cúpula do Partido) e os acusados, os parlamentares que passaram pelo processo de expulsão. O boneco de Heloísa Helena, posicionado frente ao “tribunal da inquisição”, representa os quatro parlamentares. Os princípios comuns entre a votação sobre a expulsão e a inquisição encontram-se: a) na opção dada aos “hereges” de renunciar aos seus “pecados”, b) na realização da sessão em um domingo pela manhã (14 de dezembro de 2003), c) o “tempo de graça” concedido aos parlamentares para eles reconsiderarem em suas decisões de votação contra o governo em troca de castigos mais leves, conforme relata a FSP: “*Genoino diz ter se desdobrado nos últimos 15 dias para tentar mudar a situação, mas que não houve um gesto de nenhum dos*

quatro para ficar na legenda” (FSP, 14/12/2003, pág. A4); e d) o “auto-de-fé”, realizado na própria sessão de votação, na qual os parlamentares tiveram o tempo para se defenderem.

Essa metáfora também pode ser relacionada com o carnaval da praça pública da obra de Bakhtin (1993), pois utilizou as fórmulas e os símbolos do mesmo, como a paródia do culto religioso. Esta também era uma prática dos ritos do carnaval, ou seja, descrever a ideologia oficial da igreja do ponto de vista satírico, principalmente quando escreve a frase: “*Gran Circus Inquisitorium*”. O latim é resgatado para aludir ao fato que esta era a língua utilizada pela igreja na época da inquisição, além de corroborar com os objetivos do grupo de não deixar dúvidas que “aquele” evento era um tribunal da inquisição.

Dando continuidade ao cômico, o “tribunal” montado pelo grupo utiliza ainda o termo “*Gran Circus*”. A remetência ao circo é reforçada pelo desenho de um palhaço e por balões que aludem à festa, além da tentativa de imitar um palco de teatro (ou a porta do hotel cinco estrelas em que seria votada a expulsão). Esses elementos cumprem a função de inverter o tom da “festa oficial”, caracterizada pela seriedade comparando o evento da decisão de votação contra a expulsão dos parlamentares com um circo. O circo da inquisição.

Sendo o primeiro veículo de diversão de massa do mundo moderno, de acordo com Tinhorão (2001), o circo caracteriza-se por sua popularidade. Para esse autor, “*o circo ambulante constituiu desde o seu surgimento na Inglaterra e na França, na segunda metade do século XVIII, a mais surpreendente ‘summa’ de todas as artes dirigidas ao gosto popular desde a antiguidade*” (p.55). O autor destaca ainda o surgimento da figura do palhaço que herdou a graça dos mimos medievais (o mesmo que bufo, ou seja, ator ou personagem de comédia encarregado de fazer rir o público) e transformou-se no palhaço-ator conhecido no Brasil por suas caricaturas de situações da vida real.

Enfim, através dessa foto, percebe-se que o grupo pró-parlamentares conseguiu resumir com clareza e com uma força característica dos símbolos, em poucos signos visuais, tudo o que pensavam a respeito da decisão de expulsão dos parlamentares e daquela situação: que os parlamentares estavam sendo punidos por “crimes” contra o poder instituído que, nesse caso, deixa de ser a igreja e passa a ser o governo do próprio Partido dos parlamentares e que esta decisão de expulsão se assemelha em alguns pontos ao processo inquisitório do santo ofício do século XII, visto que o mesmo não admitia oposição à sua doutrina. Além disso, retratam o evento ainda como uma “palhaçada”, utilizando mais uma vez o riso ambivalente, ou seja, alegre, mas sarcástico, burlesco exprimindo a opinião daquele grupo sobre o mundo do qual também faz parte.

Como última matéria publicada pela FSP, no dia 15 de dezembro, na página A6, volto a analisá-la, mas, desta vez, com o foco na posição do grupo que apoiava os parlamentares. Retomo, para isso, a figura n. 06, já mostrada anteriormente nesse estudo:



Fig. 06

Demonstrar descontrole era uma encenação imprescindível nas práticas rituais dos movimentos sociais, de acordo com Figueiredo (2001): “vozes, sinos, tropel, toda a sorte de agressões, desafios e inversões hierárquicas, destruições de bens seguiam após a mobilização original” (p. 268). As distâncias sociais, oriundas das hierarquias, eram quebradas através de palavras ofensivas e empurrões dirigidos aos representantes reais. Nesse caso, os “representantes reais” eram aqueles que formavam a cúpula do governo e, dentre eles, nessa matéria, José Genoíno, José Dirceu, o deputado Luizinho (SP) e Flamarion Portela foram os escolhidos. O deputado Luizinho, de acordo com a FSP “foi alvejado na cabeça por um cone sinalizador de trânsito, atirado por um militante”. Já os outros ganharam músicas parodiadas ou não para demonstrar a insatisfação dos apoiadores dos parlamentares. Músicas essas que foram publicadas no corpo da matéria jornalística:

à espera da senadora Heloísa Helena, os militantes aqueceram a garganta com um jingle destinado ao presidente do PT, José Genoíno: “Genoíno é um bom companheiro, ninguém pode negar, ninguém pode negar, senão ele manda expulsar”. Depois foi a vez do ministro da Casa Civil, José Dirceu. “Stalin não morreu. Ele encarnou no Zé Dirceu”, cantavam, referindo-se ao ditador comunista Josef Stalin (1879-1953), que perseguia e assassinava inimigos políticos. A investigação sobre o governador de Roraima, Flamarion Portela, por conta do “escândalo dos gafanhotos” no Estado, também foi lembrada: “Flamarion, cara-de-pau, gafanhoto é seu cabo eleitoral”. Ele está afastado do PT há três dias. (jornal FSP, 15/12/2003, pág. A6)

Mais uma vez verifica-se o uso do riso, característica da cultura cômica popular, numa cena da política brasileira e podemos, novamente, associar essa manifestação ao uso das formas e símbolos da linguagem carnavalesca que, de acordo com Bakhtin (1993), “*caracteriza-se, principalmente pela lógica original das coisas ‘ao avesso’, ‘ao contrário’*”

(...) e pelas diversas formas de paródias, travestis, degradações, profanações, coroamentos e destronamentos bufões” (p.10). Outra vez o protesto identifica-se com uma festa, na qual se utilizam elementos, como foguetes, fumaça, músicas, paródia e a exploração do espaço urbano. Tudo isso pertence tanto ao motim quanto a uma festa. Através das músicas, transformam-se os integrantes da cúpula do governo (que representam o poder constituído) em objetos de zombaria em praça pública.

As músicas fazem parte dos ritos dos protestos e manifestações. Geralmente, são compostas de refrões ou versos fáceis de memorizar, com poucas palavras e tendo a forma rimada na identidade de sons, ao final de cada verso. Podem ser identificadas também com as Alusões que “são fórmulas infantis, de finalidades geralmente agressivas, onde (sic) se faz referência a qualquer defeito ou ponto criticável de outra pessoa” (Weitzel, 1995:191). As origens dessas canções estão mesmo nas veias do folclore poético, a partir do qual o brasileiro tem contato desde seus primeiros dias de vida quando sua mãe o faz dormir com as cantigas entoadas; depois, com os versos das parlendas, das mnemonias e “*diverte-se na ingênua beleza das rondas infantis e espicaça a sua criatividade nas rimas espirituosas e inesperadas das réplicas e alusões*” (p. 70). Quando adulto, o brasileiro:

Desfia um rosário interminável de trovas; entoa um caudal de cantigas de todo tipo: cerimoniais, rituais, dramáticas, ergológicas; exercita sua veia poética nos versos improvisados dos desafios e emboladas; transmite suas lições de sabedoria nos ritmos ou recorrências sônicas dos provérbios. E, como se não bastara tudo isso, ‘morre ouvindo as ladainhas e orações conforme a nossa tradição mística’ (WEITZEL, op. cit.:70).

Sobre o folclore, Carneiro (op. cit. ;) afirma que, apesar de haver nele muito de inocente e acomodatório, há também muito de reivindicação social, pois “*uma diversão popular, por mais ingênua que pareça, sempre indica que o folclore, como concepção da sociedade, constitui uma forma de influir sobre o organismo social*” (p. 11). Com a capacidade de aproximar e dar coesão ao povo, para esse autor, o folclore também serve de tribuna para os comícios populares. É através dele que o povo se faz ouvir pelas classes superiores.

Não se pode deixar de observar algumas características das que foram criadas para satirizar Genoino, Dirceu e Flamarion, tais como: a criatividade popular, o resgate da cultura política e a contextualização ao momento atual do país. A música feita para o José Genoino é uma paródia de uma música popularmente conhecida, comum em empresas para “homenagear” o chefe. Nesse caso, trocou-se o sujeito “chefe” por “Genoino”. Parecida com

as pequenas marchas de carnaval, sua paródia já foi utilizada até em comercial de cerveja no Brasil.

Sobre as canções de carnaval, Luyten (op. cit.;) afirma que: “*a maior festa popular brasileira apresenta todos os anos uma série de canções específicas, muitas das quais são extremamente satíricas e expressam a opinião pública diante de leis antipáticas e comportamentos condenáveis de políticos*” (p.20). Na sátira feita ao Genoino, ao parodiar a música do âmbito trabalhista (patrão/empregado), o grupo pró-parlamentares expõe o eixo principal de sua contestação à decisão de expulsão dos parlamentares do PT que é a intolerância e intransigência do governo em não aceitar opiniões divergentes. Com isso, denunciam atitudes de Genoino (presidente do PT àquela época), que “manda expulsar” quem se lhe opõe. Além disso, com a permuta entre *chefe* e *Genoino*, a paródia evidencia que, como presidente do Partido, Genoino se via como o “chefe” que manda e desmanda.

Na segunda música, referindo-se a José Dirceu, o grupo pró-parlamentares resgata uma personalidade da política mundial: Josef Stalin, que ficou conhecido historicamente por seus atos ditatoriais e por perseguições e assassinatos de inimigos. A frase “*Stalin não morreu. Ele encarnou no Zé Dirceu*” afirma, metaforicamente, que José Dirceu é Josef Stalin, ou seja, um ditador que persegue seus inimigos, podendo até matá-los.

No raciocínio metafórico, Perelman (op. cit.;;), no livro *tratado da argumentação*, chama de “tema” os termos sobre os quais repousa a conclusão e chama de “foro” os termos que servem de base do raciocínio. Na música, o foro é Josef Stalin e o tema, José Dirceu. Para aproximar o tema e o foro, o princípio comum entre eles, ou seja, a essência da qual tema e foro seriam manifestações, neste caso, é a supressão de liberdades por decisões ditatoriais. Através desta metáfora José Dirceu absorve todas as características de quem foi Stalin. Mas, entender esta metáfora e seu significado político obriga que o ouvinte saiba quem foi o ditador, senão a relação estabelecida entre foro e tema poderia ficar prejudicada visto que a função do foro (Stalin) é esclarecer ou estabelecer valor à estrutura do tema (Dirceu). Os destinatários da canção eram os integrantes da cúpula do governo que decidiram pela expulsão dos parlamentares, especialmente, José Dirceu, que conhecem ou ao menos deveriam conhecer Josef Stalin, sendo assim, não seria necessário explanar sobre o foro.

Além dessas considerações, a música feita para José Dirceu também utiliza outro elemento cultural ao utilizar o tema “encarnação”, termos utilizados pelo espiritismo, doutrina que tem a encarnação como preceito, ou seja, acredita-se que o espírito (alma) de uma pessoa morta possa incorporar-se a um outro indivíduo vivo.

Na terceira música, o marco é a contextualização do momento atual do país. De forma satírica, a canção condena o comportamento político do governador de Roraima, Flamarion Portela, envolvido em compras de voto em um escândalo nacional que ficou conhecido como o “escândalo dos gafanhotos” e, em consequência, condena também o apoio que a cúpula do PT deu ao governador. Para se compreender o significado político da música criada, o conhecimento sobre o que estava acontecendo ao País fazia-se necessário, o que, é claro, a cúpula do governo petista conhecia muito bem.

Ainda nessa matéria, intitulada “*Protesto inclui foguetes e fumaça vermelha*”, publicada em 15 de dezembro de 2003, como resgate de elementos culturais, selecionei um trecho da matéria, na qual o jornal FSP relata como chegaram os primeiros deputados (Babá e Luciana Genro) ao hotel para a votação:

Sorridentes, os deputados Babá (PA) e Luciana Genro (RS) foram os primeiros a chegar. O paraense levou o filho mais novo, Thiago, 3. O garoto usava um boné com a inscrição “Radical” e uma camiseta vermelha na qual estava escrito “Papai é radical”. (p. A6).

No início da análise, verificando o posicionamento do jornal FSP, abordei sobre as denominações de “rebeldes” e “radicais” dadas aos parlamentares; caracterizei-as como estereótipos. Acontece que, conforme descreve Ferreira (2003), o processo de estereotipia pode ser utilizado também como uma forma resistência, através da qual o estereótipo pode servir de arma eficaz contra o que é dito, dependendo da habilidade de quem o emprega. Esse parece ser o caso da decisão do deputado Babá de levar seu filho com uma camiseta escrita “papai é radical” e um boné escrito “radical”, (cf. fig. 09).



Fig.09: Deputado Babá e seu filho “radical”

Sobre essa estratégia de reproduzir o estereótipo que o caracteriza, Ferreira afirma, ainda, que o sujeito que lança mão da mesma “*parece aceitar, sem contestação, afirmações que o desmerecem, que o desabonam, entrando no jogo de auto-execração. E isso acontece*

sem culpa, e mais: muitas vezes num tom de zombaria, de escárnio, de deboche...” (p.73). O deputado Babá está expressando uma sutil e eficiente resistência ao estereótipo de “radical”, podendo até desconstruir o sentido já alicerçado do mesmo, pois demonstra não se intimidar. Dessa forma, o estereótipo tende a ser enfraquecido.

Como último elemento cultural resgatado nesse estudo de caso, selecionei na matéria também, a citação de uma parte do discurso da senadora Heloísa Helena: “*Não estou a serviço dos palácios, da casa grande. Estou a serviço da plebe, da senzala*” (FSP, 15 de dezembro, p. A6). Nesse enunciado, Heloísa estabelece um intertexto com uma conhecida obra literária “*Casa Grande e Senzala*” de Gilberto Freyre, na qual esse autor estuda a sociedade patriarcal colonizadora do Brasil, sendo a casa-grande representada pelos senhores latifundiários, e a senzala, pelos escravos, agregados e lavradores: “*A casa-grande, completada pela senzala, representa todo um sistema econômico, social, político: de produção (a monocultura latifundiária); de trabalho (a escravidão) ... de política (o compadrismo)*” (Freyre, 2005:36).

A expressão “casa grande e senzala” resume a história social do brasileiro com todas as suas contradições raciais e culturais, trazendo como eixo a oposição das classes sociais. Assim como os termos “direita” e “esquerda”, estes dois termos, “casa grande e senzala”, têm um significado descritivo e um valorativo. Uma vez que se caracterizam pela antítese, o sentido positivo de um determina automaticamente o sentido negativo do outro. Sendo assim, o significado valorativo das palavras “casa-grande” e “senzala” na política e em outras linguagens dependerá de quem as utiliza.

Ao afirmar que não está a serviço dos palácios, da casa grande, e sim da plebe, da senzala, Heloísa Helena valoriza a senzala e desvaloriza a casa-grande, além de buscar se posicionar ao lado do povo e contrária à elite, representada pela cúpula do governo. Ao mesmo tempo, a senadora deixa claro, nessa fala, que não se arrepende de seu posicionamento e subentende-se que ela não retrocederá de suas decisões, como esperava o governo. Afirma também que o palácio do governo é a casa-grande, na qual fica a classe dominante de quem o povo são os vassalos. A expressão também se apropria do fato da reunião sobre a votação estar sendo realizada em um hotel cinco estrelas (mais uma “casa-grande”).

Fazendo as considerações finais a respeito do discurso e dos elementos culturais resgatados na opinião dos manifestantes contra a expulsão e dos parlamentares expulsos, percebemos que os argumentos pró-parlamentares foram baseados em dois pontos principais: a ditadura e a incoerência do governo Lula. E um outro ponto auxiliar: a questão de luta de classes. Esse último ponto, a luta de classes, mostra-se implícita nos argumentos dos pró-parlamentares e parlamentares, posto que o estopim da decisão de expulsão desses últimos do

PT foram as votações no plenário contra a reforma da Previdência, elaborada pelo governo (somada às outras divergências políticas como alianças com partidos de “direita”, acordo com FMI, entre outros). A Previdência social está relacionada diretamente ao trabalhador, que pode ser prejudicado conforme as mudanças sugeridas, sendo assim, nos argumentos apresentados pelos parlamentares, estar contra a reforma da Previdência é estar ao lado da classe trabalhadora.

Ao colocar, como eixo central dos argumentos contra a expulsão, a referência à ditadura e tudo o que a envolve como as restrições à liberdade (censura), autoritarismo e perseguição aos opositores (aludindo também ao tribunal da inquisição), os parlamentares estão confirmando o que Ianni (1983) disse a respeito deste tema: *“a figura do ditador é uma das imagens mais freqüentes no pensamento latino-americano. (...) A ditadura é o mais denso pesadelo do povo na América Latina”* (p. 87). Assim como a mídia, de acordo com Kucinski (1998), capta, reprocessa e realimenta os temores das classes médias e altas, guardadas as devidas proporções, pois não têm a abrangência da imprensa nacional, os parlamentares também utilizaram-se dessa estratégia ao buscar ampliar ao máximo o medo e aversão do povo sobre a figura de um ditador e sobre o que um regime ditatorial representa para este povo.

Nas manifestações, falas, símbolos, enfim, em muitos dos elementos analisados sobre o discurso dos parlamentares a respeito da expulsão, percebe-se uma reação à tirania, afirmando-a, além de buscar seu combate. A figura do ditador, através da alusão ao general Médici, Josef Stalin e à inquisição, estiveram presentes nas manifestações como produto e símbolo da opressão, como uma forma de luta. Sobre esta forma de luta, Ianni (1983) afirma que *“toda ditadura começa a ser destruída no momento em que o povo, operário, camponês, mineiro, empregado, funcionário faz uma piada sobre o ditador”* (p.100). De acordo com esse autor, os *cartuns*, a literatura, as piadas, peças de teatro, poesias, dentre outras, são formas culturais utilizadas pelo povo para lutarem tanto na prática como também simbolicamente.

Finaliza-se aqui a terceira parte da análise das matérias veiculadas pela FSP nos dias 13, 14 e 15 de dezembro de 2003. No próximo capítulo serão analisadas as matérias veiculadas sobre o fato na RV, conforme descrito na introdução e nos objetivos desse estudo.

CAPÍTULO III

POSIÇÃO ENUNCIATIVA DA REVISTA VEJA

Assim como nas análises das matérias publicadas na FSP é preciso considerar aqui que o discurso não é neutro e que, através de valores, opiniões e intenções, temos a manifestação da ideologia, da visão de mundo de quem enuncia. Através de signos verbais e não-verbais com os quais são construídos os textos, a RV posiciona seu discurso sobre os “radicais” do partido dos trabalhadores, mais especificamente os parlamentares que passaram pelo processo de expulsão em 2003.

Uma das edições escolhidas para análise foi publicada um ano antes da expulsão dos parlamentares, mas já trazia em sua capa a “antecipação” desse processo. As outras duas edições foram publicadas no mês da expulsão (uma semana antes e uma semana depois). Sendo assim, essas edições permitirão demonstrar o percurso discursivo da revista ao longo do tempo e se elementos culturais foram utilizados para marcar a posição política da RV.

3.1 A carta ao leitor – como locus premunitório da história

A primeira edição a ser analisada será a de nº 1774, publicada em 23 de outubro de 2002. É comum em todas as edições da RV trazer em sua sessão “Carta ao leitor”, que é correspondente ao editorial de um jornal impresso, um resumo daquilo que se considera mais importante na edição. A referência à matéria de capa, portanto, sempre é efetuada. Nessa edição, o título da “Carta ao leitor” é “*À espera do novo presidente*”. Nessa sessão, preliminarmente, a revista dá um aperitivo de como é sua matéria de capa e ainda revela que a próxima edição trará o rosto do novo presidente, e “*trará reportagens mostrando os desafios imediatos do presidente eleito, quais são suas chances de enfrentá-los com sucesso e, em especial, o que precisará ser feito para devolver a economia ao trilho da normalidade que a levará de novo à rota do crescimento*” (p.09). Se há uma “rota” para o crescimento, a revista se coloca como o mapa do governo para seguir esse itinerário e já antecipa que o próximo presidente deve seguir esse mapa, sob pena de não chegar ao crescimento. Para isso, a revista utiliza modalizadores deônticos como, por exemplo: “precisará ser feito”. Estes

modalizadores referem-se ao eixo da conduta de normas. Revela uma relação de autoridade do locutor para com seu interlocutor.

Além da adjetivação negativa, através dos termos “radicais” e “petistas revolucionários”, para designar os partidários do PT que não compartilham com as mesmas idéias da revista, na sessão “Carta ao leitor”, aqueles parlamentares são denominados também como “incendiários dentro do PT”. O texto da “Carta ao leitor” argumenta ainda que o PT apresenta-se com uma roupagem moderada, embora, não seja isso bem verdadeiro, pois ainda há “radicais encastelados em seus quadros”, deixando assim, claro o posicionamento da RV no texto:

Tendo se apresentando aos eleitores com uma roupagem moderada, o PT, no entanto, manteve os radicais encastelados em seus quadros. O partido de Lula evitou a manobra clássica feita pelas esquerdas européias, por exemplo, de, ao migrar para o centro do espectro ideológico, fazer autocrítica e expurgar os extremistas. A reportagem apresenta os custos que essa opção pode vir a trazer para Lula caso ele seja eleito. E revela sua estratégia para evitar que os radicais atrapalhem seu governo (Carta ao leitor, pág. 09 ed. nº1.774).

A capa e o texto da “carta ao leitor” são apenas o início das descaracterizações ideológicas daqueles parlamentares. Ao longo da matéria de sete páginas, que será analisada a seguir, a RV torna mais evidente seu posicionamento e os motivos pelos quais opta pelo mesmo.

3.1.1 Os socialistas como guardiões do inferno

Com matéria assinada pelo jornalista Carlos Graieb, a edição 1.774 traz em sua capa (cf.fig. 10 na página seguinte) o seguinte título, escrito em cor branca, sob a página em cor azul: “*O que querem os radicais do PT*”. Já no subtítulo, em letra menor e de cor amarela, lê-se: “*Entre os petistas, 30% são de alas revolucionárias. Ficaram silenciosos durante a campanha. Se Lula ganhar, vão cobrar a fatura. O PT diz que não paga*”. Ainda como constituintes dos signos verbais, a capa da edição apresenta no detalhe, sobre uma faixa vermelha, na diagonal do campo superior esquerdo, o seguinte enunciado: “Brasil” (em cor amarela) e “o risco de um calote na dívida” (em cor branca).

Como signos não-verbais apresenta, de forma ameaçadora e perversa, um Cérbero (figura da mitologia grega) com as caricaturas de Lênin, Trotski e Marx, conhecidos revolucionários socialistas, no lugar das cabeças do monstro mítico. O Cérbero, entre os gregos, era “*um cão, com três cabeças (e três gargantas), que guardava as portas dos Infernos e o palácio de Plutão. Cérbero nasceu do gigante Títon e de Equidna. Cérbero*

agradava as almas infelizes que desciam aos infernos e devorava as que dali queriam sair” (Costa et al, 2004:79). Não sendo suficientes as figuras de Lênin, Trotsky e Marx, representando o Cérbero, a revista ainda apresenta o animal com uma seta na cauda, remetendo à cauda do demônio, além de possuir garras afiadas e metade do seu corpo estar avermelhado. O monstro é segurado por uma corda presa à coleira. Essa corda é fina, de cor vermelha e está balançando para indicar sua fragilidade e a dificuldade em conter o animal que tenta escapar. Em cada pescoço do Cérbero há uma etiqueta de identificação dos três revolucionários e as fisionomias das caricaturas são apresentadas ainda de forma ameaçadora, irada e medonha, com o detalhe de, na representação de Trotsky, este ser ilustrado babando.



Fig. 10: Os socialistas como “guardiões do inferno”

O mito, em um sentido mais amplo, para Costa (2004), refere-se *“tanto a personagens sobrenaturais como a objetos extraordinário e regiões fantásticas, que existem na mentalidade de tribos ou povos, na forma de representações coletivas”* (p.21). Sobre a origem dos mitos, o mesmo autor relata que existem diversas opiniões e colocações a respeito, mas todos concordam que *“de forma oculta ou manifesta, os mitos sempre contêm símbolos que coordenam os anseios e temores humanos com os grandes fenômenos naturais”* (p.22). A visão fragmentada que o homem tinha do mundo resultou no nascimento de mitologias

politeístas. Costa descreve, de forma sucinta, como o mito é interpretado por algumas áreas do conhecimento:

Para os historiadores, os mitos seriam meras transformações lendárias de fatos que foram narrados uma geração após a outra, enquanto para um lingüista, versado no estudo das palavras, as narrativas míticas se originariam de locuções de formas: os mesmos fatos, por isso, seriam contados de uma região para outra e, com o passar do tempo, em diferentes termos e versões. Já para o sociólogo, o mito seria a expressão de um meio primitivo, idealizado, mas não realizado, em que o líder é logo alçado à condição divina, ao mesmo tempo em que, para o psicanalista, enfim, os mitos representam marcas evidentes dos desejos recalçados no inconsciente humano. (op. Cit.p.22).

Sobre a mesma questão, Andery (2002) afirma que as tentativas de se explicar racionalmente o mundo em contraposição às explicações míticas de então, surgiram, pela primeira vez, na Grécia Antiga (do séc. VII ao séc II a.c.). O mito, para essa autora:

É uma narrativa que pretende explicar, por meio de forças ou seres considerados superiores aos humanos, a origem, seja de uma realidade completa com o cosmos, seja de partes dessa realidade; pretende também explicar efeitos provocados pela interferência desses seres ou forças. Tal narrativa não questionada, não é objeto de crítica, ela é objeto de crença, de fé. Além disso, o mito apresenta uma espécie de comunicação de um sentimento coletivo; é transmitido por meio de gerações como forma de explicar o mundo, explicação que não é objeto de discussão, ao contrário, ela une e canaliza as emoções coletivas, tranqüilizando o homem num mundo que o ameaça. É indispensável na vida social, na medida em que fixa modelos da realidade e das atividades humanas (op. cit. p.20).

Além dos deuses e das divindades, seres supostamente perfeitos, onipotentes e generosos, presentes na mitologia, há também os seres demoníacos, prodígios ao mesmo tempo de força e de malevolência. Demônios, inferno e anjos malignos, sempre existiram nas representações coletivas dos povos, principalmente na religião judaica/cristã, que, tendo esses “seres” como oposição a Deus, céu e anjos benignos, definem o demônio e o que se relaciona a ele, como a personificação do mal e da perdição da humanidade.

Por considerar importantes as considerações já citadas de Barthes (1985) sobre sua teoria das imagens é necessário fazer uma leitura interdiscursiva da imagem da capa da edição (nº1774) da RV que, como de costume nesse veículo, está muito bem alinhada aos signos verbais. O título da capa não traz uma pergunta, e sim uma afirmação, ou melhor, uma ameaça. Alerta vermelho: se Lula ganhar, o Brasil dará calote na dívida, os radicais irão cobrar sua fatura e, corre-se o risco do PT pagar esta fatura.

O Cérbero está em posição de ataque em direção à esquerda da capa e traz como identificação na coleira uma estrela vermelha, símbolo do Partido dos Trabalhadores. A cor do Cérbero é avermelhada, remetendo à cor do demônio e do inferno; portanto, remetendo também às denominações trazidas no corpo da matéria da RV que caracterizava os “radicais”

de “ala vermelha” e “PT vermelho-vivo” para designar os que não concordam com as políticas de Lula.

A edição da revista circulou uma semana antes das eleições presidenciais. A capa de Veja foi utilizada como uma estratégia persuasiva para influenciar o leitor em sua decisão. A matéria de capa sobre os “radicais do PT” está inserida na sessão “eleições 2002”, que tem onze páginas e, dessas, sete são destinadas aos “radicais” do PT, com o título “vai ser preciso segurar”. Assim, a capa sugere que, se não puder evitar a vitória de Lula, será preciso então segurar a oposição interna do PT.

Já vimos que o termo “radical” é usado como sinônimo de discordante da ordem. Todos aqueles que não se adequam são estereotipados como “radicais”, mal-humorados, rebeldes, incômodos, intratáveis, inflexíveis. Todavia, retratá-los dessa forma parece já não ser mais suficiente para a RV. Analogicamente, a revista lança mão de uma figura mitológica e apresenta os “radicais” (petistas revolucionários) como o Cérbero dos portões do inferno. Sobre a analogia, Perelman (1996) propõe chamar de *tema* o conjunto dos termos A e B, na qual repousa a conclusão e chamar de *foro* o conjunto dos termos C e D, que servem de base do raciocínio. A função do foro é esclarecer ou estabelecer valor à estrutura do tema. Sendo assim, nesse caso, o tema é formado pelo conjunto dos termos A (“radicais”) e B (Partido dos Trabalhadores) e o foro, que fundamenta o raciocínio, é formado pelo conjunto dos termos C (Cérbero) e D (o inferno).

A metáfora, conforme já desenvolvido em uma das análises da FSP, no que se refere à argumentação, é a condensação da analogia, ou seja, é o resultado da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema. Uma das formas de fusão se dá a partir da analogia: “A está para B assim como C está para D”, ou seja, os “radicais” (A) estão para o Partido dos Trabalhadores (B) assim como Cérbero (C) está para o inferno (D). A fusão entre tema e foro, para formar a metáfora, de acordo com Perelman (1996) será igual à expressão “C de B” para designar A, ou seja, os “radicais” são o Cérbero do Partido dos Trabalhadores. “*A fusão, uma vez realizada, criou uma expressão que basta a si mesma*” (op. cit.; p.455).

Sendo assim, na leitura da imagem disposta na capa da RV, se o Cérbero guardava as portas do inferno, os “radicais” guardam as portas do PT. Logo, o PT é o inferno e os socialistas (representados por Lênin, Trotsky e Marx) são seus guardiões, possuindo até coleira de identificação. O (e)leitor¹² da RV é levado a pensar nisso uma semana antes do

¹² Este estudo toma como empréstimo essa junção dos termos leitor e eleitor, elaborada por SÁ (2002), para designar o fato de que a RV não enxergava seus leitores apenas como tais, mas também como eleitores em potencial.

pleito eleitoral. Tem-se, novamente, e de forma clara, os recursos do medo e da ameaça utilizados pela mídia. Os “radicais” novamente são associados ao que, cultural e historicamente, foi-nos colocado como “mal” e ameaçador. Nesse caso, são os guardiões do inferno, raivosos, prontos para escapar do “controle” e atacar. Contudo, a ordem é manter a ordem, o estabelecido; portanto, a intenção da capa daquela edição da RV é ampliar, ao máximo, o medo e a aversão do (e)leitor com relação aos “radicais”, alertando-o para a desconfiança e insegurança de que, se Lula ganhasse, ele não conseguiria segurar aquela ala, dos “guardiões do inferno”.

A título de registro, o resgate cultural dessa figura mitológica, o Cérbero, também foi feito recentemente nos últimos capítulos da novela “América”, exibida pela rede Globo, em horário nobre durante o ano de 2005. A personagem “Tião”, peão de rodeio, interpretada pelo ator brasileiro Murilo Benício, ficou entre a vida e a morte, após cair de um touro. Enquanto estava em estado de coma, no hospital, a personagem tinha “sonhos” ou “pesadelos” sobre o bem e o mal. Em um desses “devaneios”, encontrava-se em um lugar semelhante a uma caverna, com nuances avermelhadas, cheio de sombras negras e com sons de gemidos, sugerindo ser ali o “inferno”. Ao chegar à porta, a personagem depara-se com um touro gigante de três cabeças, com olhos avermelhados e enfurecido, que o ataca. Fica evidente, assim, que há, absorvido em nossa cultura, essa informação de que o “inferno” é um lugar subterrâneo, aterrorizador e que, em sua porta, há um monstro com três cabeças enfurecido (nesse caso, o autor da novela “adequou” ao rodeio).

Ainda sobre os signos verbais e não-verbais, três questões que ficam em aberto na análise da capa para serem respondidas na matéria interna da revista (pág.38) são, em primeiro lugar, quem está segurando a corda que prende o Cérbero? Pressupõe-se que seja alguém do Partido dos Trabalhadores, pois o monstro tem uma coleira com a estrela do partido; logo, é propriedade do PT. Em segundo lugar, “o que querem os radicais do PT”? e, qual é a fatura que será cobrada pelos ditos “radicais”, em caso de vitória do Lula? Ao ler a matéria interna, a primeira questão é imediatamente respondida por meio de uma charge imensa que ocupa metade das duas páginas, direita e esquerda (cf. fig.11 na página seguinte).



Fig.11: Lula não consegue segurar os “radicais”.

Quem segura o Cérbero é uma caricatura de Lula, que se mostra assustada e em desequilíbrio ao tentar segurar, por meio de uma corda muito fina e frágil, o monstro de três cabeças com as caricaturas de Lênin, Trotsky e Marx, ainda raivosos e na mesma posição de ataque e de fuga. A ilustração mostra-se em sintonia perfeita com o título da matéria, “vai ser preciso segurar”, e com o subtítulo “marxistas, leninistas e trotskistas que compõem o coração radical do PT se preparam para cobrar sua fatura caso Lula seja eleito”. No título, a vitória de Lula é dada como certa, mas no subtítulo a revista reforça a ameaça feita na capa com o uso de um condicional (“caso Lula seja eleito”). Apesar da condicional ser atenuada pela assertiva do título, permanece ainda o alerta para o (e)leitor sobre o segundo turno da eleição. Para o veículo, está nas mãos do (e)leitor o fato da ameaça se concretizar.

Antes de dar continuidade à análise do conteúdo da matéria é importante registrarmos que, em si, a charge, através da caricatura, é um elemento cultural presente nessa matéria. Para Jolles (1976) “a caricatura designa, habitualmente, um retrato que ataca um caráter mediante uma reprodução jocosa (caricato), sublinhando e exagerando certos traços (carica) para tentar deslindar a compleição física e mental do visado” (p.216). Em seu artigo sobre charges políticas, Teixeira (1998) afirma que a charge, baseando-se em elementos gerais do riso, constrói imagens dos políticos em destaque à revelia da imagem buscada pelos próprios na mídia. Essa autora afirma ainda que as charges, muitas vezes, “têm força maior que a de um editorial devido ao seu poder de síntese ao trazer à tona críticas, em tom humorístico, a determinados acontecimentos políticos ou personagens do cenário nacional” (p.145). Sobre o papel do caricaturista na imprensa, Landowski (apud Teixeira, op. cit.) relata que não é o de simples comediante; na verdade, ele auxilia no melhor domínio do jogo das posições e das relações complexas na comunicação com os leitores. Enquanto os políticos buscam fazer da

imagem criada por eles o ícone da verdade sobre si mesmos, a ilustração diz que o real não está tão claro; para isso, Landowski afirma:

Não basta ao chargista apenas atuar no nível das características físicas visíveis, mas, também, ‘desconstruir todas as espécies de esquemas de representação de ordem cognitiva que, objetivados desta vez em vários discursos de referência efetivamente enunciados, e, portanto, socialmente localizáveis, tendem a solicitar a nossa adesão ao se apresentarem como portadores de alguma verdade relativa ao que dizem e ao que encenam’ (Landowski, apud Teixeira, 1998:149).

De acordo com Teixeira (op. cit.), quando se trata de jornalismo impresso, em nenhum outro espaço é possível dizer tanto e de forma tão livre. A charge *“é a publicização do que incomoda – e tenta ser continuamente negado e escondido – que se faz essencial para que elas tenham vitalidade e fôlego, dentro do breve espaço de sua duração”* (p.151). Dentre suas funções está seu caráter revelador e opinativo que, de acordo com Propp (Apud Teixeira, Id.) *“destrói a falsa autoridade e a falsa grandeza daqueles que são submetidos ao escárnio”* (p.149). Mas, para isso, o contexto é imprescindível. As charges exigem um conhecimento prévio por parte do leitor sobre o que está sendo mostrado para que haja uma relação satisfatória de significação, ou seja, *“apesar de seu indiscutível poder de síntese, ela está repleta de metáforas que dão o seu tom em uma época e em um momento específico”* (p.151).

No caso analisado, a RV contextualiza o leitor através dos título e subtítulo da matéria, inseridos acima da charge. Reproduz, de forma caricata, a tentativa de Lula em “segurar” os “radicais”, revelando a dificuldade para isso, contrariando os discursos oficiais que tentavam construir a imagem de que os “radicais” estavam sob “controle”. A charge, sinteticamente, busca evidenciar o que o PT, de acordo a RV, tentava esconder. O recurso pictórico do veículo revela a opinião e ainda, como característica da caricatura, expõe a forma física de Lula ao cômico, ao ridículo. As deformidades exageradas, como o nariz e barriga proeminentes e as enormes orelhas “de abano”, suscitam o riso e transformam o presidente em objeto de zombaria.

Mais que um objeto de divertimento, a referida charge, ao apresentar os socialistas como “os defensores do inferno”, prontos para atacar, faz o leitor refletir sobre o tema. A significação da imagem, conforme já dito por Barthes (1984), funciona em termos de retórica como modo de persuasão e argumentação e em termos de figuras. Uma imagem pretende sempre dizer algo diferente do que representa no primeiro grau. Essa segunda leitura se dá através da adesão à ideologia dominante. Ao longo de toda essa matéria, a revista expõe “o que querem os radicais do PT”, ou seja, assim como em algumas matérias analisadas no jornal

FSP, a RV relata em um box sobre “as tendências do PT” informando o tamanho, a origem ideológica, as lideranças (com uma foto do principal líder) e concepções de cada uma das alas chamadas de “radicais”. E, diferente do que foi visto na FSP, a RV expõe as bandeiras de luta dos “radicais”, mas não por generosidade ou imparcialidade e, sim, para apresentá-las como retrógradas e impossíveis de serem realizadas:

(...) Essas tendências, que não raro brigam entre si para provar qual é “mais revolucionária”, têm várias bandeiras em comum. Defendem a “expropriação do patrimônio da grande burguesia”, a reestatização de empresas privatizadas, o amordaçamento da imprensa (sob o eufemismo de “controle social dos meios de comunicação”), a abolição final do mercado. Em outras palavras, querem que sejam impostas ao país medidas anacrônicas e tão factíveis quanto convencer o ditador cubano Fidel Castro a cortar sua barba (ed.1774:38).

O trecho destacado demonstra que continuam por parte da RV as descaracterizações de todos os signos que representam ser da “esquerda”, como já visto anteriormente. Dessa vez, utiliza, como forma de ataque aos “radicais”, uma desqualificação de Fidel Castro, provocando o riso a partir da exploração de uma característica física negativa, expondo-o ao ridículo.

Além dessas desqualificações dos signos que indicam a esquerda, a matéria aborda as mudanças pelas quais o Partido dos Trabalhadores vem passando, tendo o processo de expulsão dos parlamentares como resultado concreto. A RV afirma que essas mudanças têm como líderes José Dirceu e Lula:

Para fazer valer suas idéias, os radicais do PT têm pouca margem de manobra no interior do partido. Desde 1995, essa ala vem sendo empurrada para uma posição marginal, graças às ações encabeçadas por José Dirceu e Lula para conquistar a hegemonia do partido. (p.42)

Continuando com a realimentação do “medo” dos “radicais”, a revista os associa a movimentos sociais como o MST (um dos movimentos de maior inserção social e também o mais atacado pela RV e demais veículos de comunicação) e a grupos estrangeiros, como as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), Exército Zapatista de Libertação Nacional, do México, e americanos (estadunidenses) do grupo Panteras Negras. A matéria traz uma imensa foto de uma manifestação do MST (com uma grande bandeira vermelha do grupo aberta sobre os participantes) e próxima a ela, uma foto (cf. fig. 12 na página seguinte) do líder João Pedro Stedile (que também é atacado pela revista em várias oportunidades). Na foto, um sisudo João Pedro Stedile, como de hábito da RV, é apresentado. Aliado à “cara de poucos amigos”, seus cabelos desalinhados ainda possibilitam a visualização de chifres, assemelhando-o, assim, à figura demoníaca:

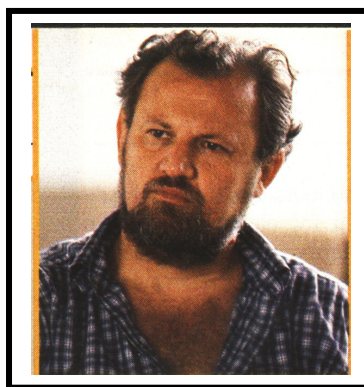


Fig. 12: João Pedro Stedile, líder do MST: figura demoníaca

Essa aproximação de Stedile a uma figura diabólica já foi utilizada pela RV em 1998. A capa da Revista naquela ocasião trouxe o líder dos Trabalhadores Sem Terra com uma incisão de luz vermelha à esquerda do close de seu rosto, também irado¹³.

Nessa matéria sobre os “radicais”, abaixo da foto de um Stedile “diabólico” foi colocado um trecho de uma música do MST chamada “burgueses não pegam na enxada”:

*“Debaixo de sol e de chuva temos que lutar.
Somos donos de nós mesmos nosso lema é ocupar.
Homem, mulher e criança querem um mundo melhor.
Se ocupamos, produzimos!
Com força, esperança e suor.
Ocupar, resistir e produzir.
Sou latino-americano
brasileiro explorado
pelo ricoço tirano”*

Como já dito em outras análises, as músicas também fazem parte de ritos de protestos e manifestações. Compostas geralmente de refrões ou versos fáceis de memorizar, apresentam poucas palavras, aproveitando-se de rimas pobres ao final de cada verso. Nessa música, criada pelo MST, tem-se a luta de classes como temática central; por isso sua letra é publicada pela Veja com a clara intenção de ampliar ainda mais a aversão do leitor da revista ao MST e, conseqüentemente, aos “radicais”, pois, de acordo com o veículo, “radicais” e integrantes do MST fazem parte do mesmo grupo. Além disso, o leitor da RV, em grande parte, enquadra-se na representação das classes médias que não pegam na enxada e do “ricoço tirano”, registrado na música do MST.

Como associação dos “radicais” à luta armada, a matéria traz publicada também uma foto de membros da Farc (cf. fig.13), caminhando em fila indiana e empunhando armas. A

¹³ Sobre os ataques da RV ao MST e aproximação de Stedile a uma figura diabólica, ver: SÁ, Roberto Boaventura da Silva. Mídia e Movimentos Populares: uma relação explícita de diferentes classes sociais. In: **Revista Contexto: ADUFMAT/Seção Sindical**, Cuiabá, nº 01, março, 2001, p. 18-23.

foto apresenta a seguinte legenda: “*Guerrilheiros colombianos das Farc: para os radicais, eles são “vítimas do imperialismo”.*”



Fig. 13: Guerrilheiros armados, amigos dos “radicais”.

Além dessas fotos publicadas, em todo o texto da matéria, a posição da revista fica clara sobre sua principal função, que é valorizar o sistema capitalista vigente em detrimento do socialismo. Assim, a RV luta no campo do ideológico contra os grupos que têm ideais político oposto e que buscam romper com o atual modelo econômico, conforme trechos abaixo:

A recente conversão de Lula às regras do capitalismo soa como heresia imperdoável a esses apóstolos do socialismo. Eles esperam, sinceramente, que tudo não tenha passado de teatrinho eleitoral. Caso contrário, preparam-se para cobrar sua fatura do companheiro presidente (1774:38).

Entre os radicais do PT, é comum a idéia de que o partido, ao buscar a massa de eleitores brasileiros, afastou-se de suas bases classistas e dos grupos nacionais e estrangeiros que propugnam a derrubada do capitalismo. Eles gostariam de reverter esse movimento. Alguns não escondem que, em casos extremos, ficarão ao lado de suas bases, e não da direção do partido. (1774:43)

Novamente temos os resgates culturais religiosos imbricados com a política. A partir dos léxicos “*conversão*”, “*apóstolos*” e “*heresia*”, o capitalismo e o socialismo podem ser vistos como duas religiões para as quais é possível se converter, ser apóstolo (propagar sua idéia) e/ou herege (ser contrário a uma doutrina estabelecida).

A fatura, de que tanto se fala na capa e na matéria, são as reivindicações, lutas e posições políticas mantidas pelo PT até antes das campanhas das eleições de 2002 e que, “*com a recente conversão de Lula às regras do capitalismo*” (ed. 1774), foram deixadas de lado ou tomaram decisões opostas ao que se havia estabelecido e aprovado no encontro nacional do Partido em dezembro de 2001, como as políticas de alianças, dívida externa, entre outras. A “recente conversão” citada por Veja já não era tão recente assim, pois as mudanças internas, conforme já foram expostas neste estudo, iniciaram-se por volta de 1995.

O medo da RV, e da classe que representa, sobre as cobranças feitas pelos “radicais”, fica claro em outro trecho da matéria em que é tratada a questão do rompimento com o FMI aprovado no encontro nacional do PT e a disposição dos militantes em cobrar o que foi aprovado naquele encontro:

Os radicais também gostam de lembrar que a resolução em favor do rompimento com o FMI foi aprovada por unanimidade no partido e, portanto, deveria ser respeitada por Lula. “Nós vamos cobrar, junto com a militância, aquilo que foi aprovado em nosso encontro nacional. Estamos legitimados a fazer isso, pois não houve nenhuma votação posterior que tenha alterado o que estava decidido”. (...) Feitas em surdina neste final de campanha, cobranças como essa devem subir vários decibéis no dia seguinte à posse de Lula e podem converter-se em gritaria às vésperas do reajuste do salário mínimo, em Maio de 2003 (1774:41).

Pagar a fatura significa, portanto, cumprir todas as reivindicações, lutas e posições políticas mantidas pelo PT, aprovadas no encontro nacional de 2001; algumas dessas bandeiras têm origem desde a fundação do Partido. Para a classe dominante, e para a RV, o conjunto dessas decisões é inaceitável.

Nessa matéria que, conforme já exposto, foi publicada um ano antes do início do processo de expulsão dos quatro parlamentares do PT, há referências a três deles: Babá, Luciana Genro e Heloísa Helena. O deputado Babá (PA) é apenas citado como um dos onze deputados que, assim como Luciana Genro (RS), “*têm laços com o movimento [MST] e compõem uma espécie de “bancada agrária”*” (p.44).

A deputada Luciana Genro é apresentada como “*deputada federal pelo Rio Grande do Sul e integrante de uma corrente ultra-radical gaúcha chamada Movimento de Esquerda Socialista*” (p.41). Interessante notar que para a RV parece já não bastar qualificar os parlamentares de “radical”, agora eles também são muito mais que isso, são extremamente radicais, ou melhor, “ultra-radicais”. Em outra página, ao se referir novamente à deputada, Luciana é classificada como “*uma estrela em ascensão na brigada xiita*”, dona de uma postura “*aguerrida*” (p.43) que, por desobediência, ao votar contra a orientação da sua bancada durante o governo de Olívio Dutra, perdeu um cargo “*e o direito de falar em nome do partido por um mês. Mas quem disse que a moça resolveu abaixar a crista? ‘Em Brasília, vou agir segundo os mesmo princípios’, diz ela*” (p.44).

Já abordamos neste estudo como os estereótipos funcionam, ou seja, como se constituem no saber de senso comum que é reforçado por meio da ideologia e que depende do conjunto de crenças e opiniões partilhadas culturalmente. Para “apresentar” Luciana Genro, o jornalista utiliza léxicos fortes como “aguerrida”, que tanto serve para elogiar com o efeito de sentido de uma pessoa “guerreira”, “valente” ou “corajosa”, quanto também serve para

desqualificar com o efeito de sentido de uma pessoa afeita à guerra. A expressão “uma estrela em ascensão na brigada xiita”, exposto logo em seguida, direciona a leitura para o segundo efeito de sentido possível. Além disso, classifica-a, assim como aos outros “radicais”, de “xiita”, termo que, depreciativamente, está ligado à pessoa dogmática e extremista. E, para reforçar esse efeito de sentido, afirma que a deputada não “abaixa a crista”. Esta expressão popular é conhecida e utilizada culturalmente de forma pejorativa para designar uma pessoa teimosa, insistente, que não se curva.

Como destaque, a matéria traz uma foto de Luciana Genro (deputada federal) e outra da senadora Heloísa Helena. O único momento de toda a matéria de sete páginas em que é dado a “fala” para os “radicais” se “defenderem”, ocorre por meio de uma entrevista da matéria que é feita com Heloísa Helena. Essa entrevista vem destacada em um box cujo título está entre aspas para indicar a fala da senadora: “*o discurso light do PT me irrita*”. Na foto publicada, a senadora, assim como em uma das matérias da FSP, aparece tendo como elemento de fundo a imagem de Che Guevara e, no canto esquerdo superior da foto, como signos verbais, novamente entre aspas para indicar a fala da senadora: “*Sou contra honrar os compromissos com a máfia do FMI*”. O recurso das aspas, caracterizado por ser um mecanismo de discurso direto, é utilizado para dar a responsabilidade da fala para quem a enunciou. Esse tipo de discurso busca criar um efeito de sentido de “verdade” irrefutável, pois o discurso do outro é repetido *ipsis litteris* e é como se a própria Heloísa Helena estivesse falando. Esse recurso, assim como os outros utilizados no texto, tem uma intenção, como relata Fiorin:

O falante lança mão de estratégias argumentativas e de outros procedimentos da sintaxe discursiva para criar efeitos de sentido de verdade ou de realidade com vistas a convencer seu interlocutor (Fiorin, 1998:18).

Ao utilizar as aspas é como se a RV dissesse ao leitor que o que é dito não é “invenção” da revista, que os “radicais” pensam tal como o reproduzido. Vale ressaltar ainda que a senadora Heloísa Helena foi “eleita” pela mídia em geral como a representante dos ditos “radicais”, dado que, em grande parte das matérias relacionadas ao assunto, a senadora está presente e tem destaque em fotos, falas ou, comumente, das duas formas. Na apresentação feita de Heloísa no início da entrevista, a senadora é classificada, assim como Luciana Genro, de “estrela” e de “aguerrida”: “*A senadora petista Heloísa Helena é uma das principais estrelas da tendência radical Democracia Socialista. (...) Graças a seu estilo aguerrido, dois anos depois tornou-se líder do bloco de oposição ao governo FHC no senado*” (p.42). Destacou-se também a palavra “radical” nessa citação para evidenciar que a RV está sempre

repetindo a qualificação pejorativa de “radical”, em todas as situações que seus jornalistas consideram “necessárias”. A repetição constante é uma das formas de reforço do estereótipo.

Como o objeto principal deste estudo é resgatar elementos culturais, não será feita uma análise mais profunda dos enunciados da entrevista com a senadora Heloísa Helena. Ressalta-se apenas que a forma como as perguntas foram feitas conduziam para uma exposição dos choques e tensões entre o campo majoritário e o grupo dos “radicais”. Perguntas como: “*Quais são as principais linhas de tensão entre a Democracia Socialista e a maioria do PT?*” ou “*A senhora (...) ficou magoada com o PT?*” ou ainda “*O que a senhora tem contra o PL?*” visaram reforçar tudo o que o corpo da matéria afirmava. A última pergunta é a mais importante, pois a forma como é elaborada direciona a resposta e conclui todo o raciocínio desenvolvido pela revista na matéria:

Veja - O governo Lula deve ser radical?

Heloísa – Sem dúvida nenhuma. O discurso light, diet, cor-de-rosa me deixa muito irritada. É impossível transformar um país de dimensões continentais como o Brasil sem romper com o modelo econômico existente (ed.1774:44).

Por meio da pergunta e da resposta obtida, a RV confirma para seu leitor que os “radicais” são realmente, como o corpo da matéria já havia dito, “os apóstolos do socialismo” que querem derrubar o sistema capitalista. Os signos visuais (fotos de manifestação do MST; foto de Stedile; fotos da esquerda armada;) associados a todos os signos verbais, direcionam para uma leitura que busca ampliar no (e)leitor o medo e aversão dos “radicais”.

A aproximação dos socialistas com algo “diabólico” através da imagem principal (Charge do então candidato Lula segurando desequilibradamente, através de uma corda fina e frágil, um Cérbero guardião do inferno representado pelos revolucionários, fora de controle e pronto para atacar) faz com que os leitores se distanciem e tenham aversão a esse grupo. Além disso, essa imagem mostra que “*por mais que a cúpula do partido sustente que essa fatia da agremiação está controlada, o equilíbrio, no fundo, é precário*”(ed.1774:39). Os “radicais” querem “*cobrar a fatura. O PT diz que não paga*”, mas a revista trata de expor todas as fragilidades desta afirmação, principalmente nos signos visuais demonstrando o risco que representa ao País e ao sistema a força dos “radicais”. Demonstra, através de imagens e de textos, que “vai ser preciso segurar”, e não será fácil.

Enfim, nessa edição, A RV, através da “Carta ao leitor”, da capa e de sua matéria interna de sete páginas, antecipa a exigência ao Partido dos Trabalhadores de, como primeiro passo, caso Lula fosse eleito, expulsar os “radicais” para chegar à “rota” então estabelecida. E se não o fizesse, como ameaça, a matéria afirmava e mostrava os “custos” que essa decisão

poderia acarretar. Custos estes ligados à política que o Partido dos Trabalhadores se propôs a defender para chegar ao poder, ou seja, a conversão de Lula às regras do capitalismo. Deixa claro ainda, que, caso não houvesse a retirada dos “radicais encastelados”, estes “atrapalhariam” o governo.

3.2 O apoio à tônica da indisciplina

Pouco mais de um ano depois de publicada a edição anteriormente analisada (1.774), a RV publica matéria de duas páginas, escrita pela jornalista Malu Gaspar, sobre os “radicais” na edição de nº 1.832 de 10 de Dezembro de 2003. Tendo como título “*É por isso que o PT não é o PMDB*” e como subtítulo “*o partido acerta ao planejar a expulsão dos radicais – não porque são radicais, mas indisciplinados*”, essa matéria foi selecionada para este trabalho por trazer novamente em pauta o tema da expulsão dos militantes “radicais”. Vistos como um Cérbero, os “radicais” são demônios, uma ameaça aos interesses da classe dominante, pois buscam romper com o estabelecido, o modelo econômico atual. Como Lula se elegeu presidente, a posição da revista passou a ser então a de servir como instrumento para a expulsão daqueles que eram contra “*a conversão de Lula às regras do capitalismo*”. Esse era o primeiro passo para o Partido dos Trabalhadores, caso chegasse ao governo, já estabelecidos na edição 1.774 de 2002.

O texto vem, intencional e estrategicamente, publicado quatro dias antes da votação polêmica que envolveu o País acerca da expulsão ou não dos quatro parlamentares do Partido dos Trabalhadores pela não aceitação das políticas até então praticadas pelo governo petista. Como já foi dito, a polêmica da expulsão arrastou-se durante todo o ano após a posse de Lula e a RV, assim como o jornal FSP, tomou o seu “partido” nessa polêmica. Nos signos verbais, o veículo semanal trabalha o texto inteiro com afirmações de que a decisão deve ser a de expulsão dos parlamentares:

Há duas semanas, a expulsão da senadora Heloísa Helena, de Alagoas, tornou-se inevitável em função de seu voto contrário à reforma da Previdência Social.

(...) é difícil que o PT volte atrás, sobretudo porque está absolutamente certo ao expulsar os parlamentares.

(...) Além de punir os desobedientes, usa a expulsão como uma forma de homenagear os obedientes. Afinal, muitos parlamentares petistas, entre deputados e senadores, fizeram sacrifícios para votar a favor da reforma da Previdência Social – negaram posições tradicionais, enfrentaram a revolta de suas bases eleitorais e lidaram com dramas de consciência (Veja, ed. nº1832, 10/12/2003, p. 48-49).

A posição apresentada pela RV é coerente com a postura que a mesma apresenta desde o seu surgimento na mídia brasileira; afinal, esse grupo de “radicais” representa idéias contrárias às da revista e à da classe que o veículo representa. Para a RV, os parlamentares deveriam agir como todos aqueles que votaram de acordo com as orientações, ou seja, “obedientes”. E, como se não bastasse, apresenta ainda a expulsão como “uma forma de homenagear os obedientes” (1.832:48), e que os “radicais” deveriam fazer sacrifícios para votar a favor das votações, negando posições tradicionais, enfrentando a revolta de suas bases eleitorais e lidando com drama de consciência. De acordo com a RV, “*o erro foi adotar a nova postura, mais moderna e mais responsável, apenas na prática política. Não houve discussão formal no partido nem autocrítica em relação aos devaneios de outrora*” (1832:49); assim, apresenta as decisões atuais das políticas do PT como moderna e mais responsável em detrimento das políticas anteriores, classificadas como “devaneios de outrora”, ou seja, aqueles que defendem outro tipo de política que não a atual praticada, são ultrapassados ou atrasados, irresponsáveis e divagadores. Coerência e respeito a princípios partidários no cenário político do país são o que menos importa.

Como já vimos, a *interdiscursividade*, de acordo com Maingueneau (2004), é a característica do discurso que adquire sentido no interior de um universo de outros discursos. Sendo assim, com o uso da expressão “devaneios de outrora” pela RV, pode-se fazer uma leitura interdiscursiva com a primeira matéria analisada no jornal FSP (p.73), na qual, através da foto publicada de Heloísa Helena, possibilitou a leitura da senadora estar fora do palco político e até “fora do campo da razão”, como publicado na opinião de José Dirceu, então ministro-chefe da Casa Civil, afirmando que a oposição interna do PT “*beira a insanidade*” (FSP, 14/12/2003, pág. A11).

Para simbolizar e reforçar a opinião de que os parlamentares a serem expulsos e os que pensam como eles são ultrapassados ou atrasados, como signo não-verbal a matéria da RV traz em uma das fotos um protesto contra a expulsão de Heloísa Helena (cf. fig. 14):

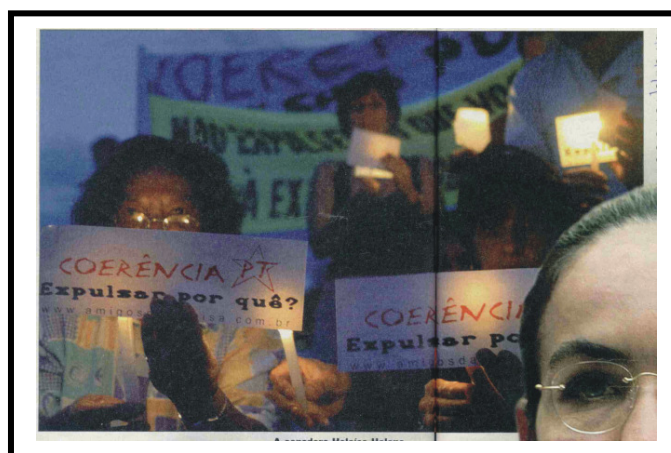


Fig. 14: Religião e protesto político: ação “espetacular”

Nesta foto aparecem sombras de pessoas, pois, além do protesto ser realizado à noite, é iluminado com velas. A foto dá destaque a uma senhora de mais ou menos 60 anos segurando um cartaz com os signos verbais: “*coerência PT Expulsar por quê?*”. Essa senhora usa óculos de lentes grandes, “antigas”. Através desse signo associa-se a imagem de Heloísa Helena, e em consequência a dos “radicais”, a pessoas “velhas” que, em nossa sociedade, são tidas como ultrapassadas e atrasadas. Reforça-se através de uma imagem o que, ideologicamente, já vem sendo repetido há muito tempo pela RV sobre as idéias “anacrônicas” dos “radicais”. Por que não mostrar as pessoas jovens no protesto que concordam com as idéias dos parlamentares?

Pela foto publicada desse protesto contra a expulsão dos parlamentares percebe-se uma semelhança com uma romaria, principalmente pelo uso da vela; ou seja, elementos culturais da religião usados por parte dos manifestantes contrários à expulsão para dar visibilidade à postura política. A “ação espetacular” é promovida pelas nuances provocadas pelas velas na escuridão, cumprindo a função de chamar a atenção, de prender o olhar e transmitir a opinião política sobre o evento da expulsão. Já a foto da senadora Heloísa Helena, publicada logo abaixo da foto do protesto, possibilita, numa leitura complementar à foto superior, associar a posição das mãos da senadora à posição instituída pela igreja católica de se rezar a oração do “Pai-nosso”. A senadora Heloísa Helena que foi qualificada pela RV como um dos “apóstolos do socialismo” estaria, junto aos seus simpatizantes, “rezando” para não ser expulsa do Partido dos Trabalhadores (cf. fig. 15):



Fig. 15: Heloísa Helena “reza” para não ser expulsa

No texto desta matéria a tônica é a indisciplina, como relata o trecho a seguir:

No plano da disciplina partidária, o PT tem toda a razão em punir a senadora e os três deputados, que, afinal, estão contrariando as orientações do partido. É por isso, por prezar a disciplina de militantes e parlamentares, que o PT cresceu como uma legenda respeitável, ficando anos-luz de distâncias de agremiações invertebradas como o PMDB (1832:48).

Como a expulsão foi justificada pelo PT pela “indisciplina” dos parlamentares, a matéria da RV ratifica e apóia essa justificativa do partido. Percebe-se no discurso da Veja o uso de um discurso denominado de apodítico que, de acordo com Citelli (2005), caracteriza-se pelo grau de fechamento da argumentação, não restando ao receptor qualquer dúvida quanto à verdade do emissor. Para apoiar seu posicionamento, a RV afirma que o PT “*cresceu como uma legenda respeitável*”. Pode-se, aqui, ler nas entrelinhas que a revista atribui esse “crescimento” à conversão do Partido às regras do capitalismo, como já foi analisado na matéria anterior. Assim, todas as desqualificações imputadas pela RV ao Partido dos Trabalhadores¹⁴ ao longo dos últimos vinte anos são transferidas “apenas” para os “radicais”. Além disso, para enaltecer o PT, a RV desqualifica o PMDB por meio de uma adjetivação negativa, afirmando que o mesmo não tem uma estrutura definida e “disciplinada”.

Na edição de nº 1.832, a revista mostra a situação dos parlamentares que estão sendo acusados de infidelidade partidária e aguardam a votação sobre a expulsão ou não do partido. Essa matéria é publicada com a nítida intenção de confirmar a posição ideológica da revista a favor da expulsão dos “radicais” e, ainda, de convencer seus leitores de que eles devem ser expulsos, “*não porque são radicais, mas indisciplinados*”; argumento diferente e contraditório ao utilizado na edição analisada anteriormente (nº 1.774), um ano antes, quando a sugestão feita por Veja de se “*expurgar os extremistas*” foi dada pela condição desses fazerem parte de “*alas revolucionárias*” do Partido dos Trabalhadores (“radicais”). Em nenhum momento o termo “indisciplina” foi referido.

O apoio à expulsão feito pela RV e, como já visto, pelo jornal FSP significa, antes de tudo, manter a hegemonia do discurso ideológico neoliberal. Por qualquer motivo pelo qual se tente justificar, essas expulsões simbolizam a idéia de que não há alternativas para os que se opõem aos princípios neoliberais. E justamente por se adequarem a isso é que Lula e a cúpula petista chegaram ao governo, como a própria matéria da RV registra:

Mesmo antes de assumir o governo federal, ainda na campanha presidencial, os petistas perceberam que só teriam chances de ganhar a eleição – e, mais que isso, de administrar o país – caso fizessem concessões em relação a suas tradicionais posições esquerdistas (1.832:49).

¹⁴ Sobre as desqualificações e descaracterizações ideológicas feitas pela RV ao PT, Lula e tudo o que se referia à esquerda, ver SÁ, Roberto Boaventura da Silva. **A revista Veja na campanha eleitoral de 1989: anúncios publicitários como extensão de textos jornalísticos**. São Paulo, 2002. Tese (doutoramento em Comunicação - ECA/USP).

Essas “concessões”, que levaram da adaptação à mutação do Partido dos Trabalhadores à ordem do Capital, já vinham sendo efetuadas através da flexibilização do PT; feito que se evidencia quando são analisadas as plataformas eleitorais de todas as quatro candidaturas de Lula até sua posse. Por isso, Dias (2004), no texto “Traição ou lógica”, afirma que, nas eleições de 2002, não houve traição alguma do Partido dos Trabalhadores, ou seja, a imagem de estelionato eleitoral oculta o significado real do transformismo político. Não houve traição e sim um processo de transformação molecular imperceptível aos menos atentos e, a própria expulsão dos que foram contra as novas políticas adotadas pelo partido, foi uma confirmação dessa mutação do PT.

Nas eleições de 2002, Lula e o PT não chegaram ao poder; chegaram ao governo. Conforme relata Saes (2000), os poderes político e econômico em democracias nas quais a esquerda chegou ao governo continuam com banqueiros, empresários; enfim, com a classe capitalista, nacional e internacional. Toda essa mutação foi, obviamente, aplaudida pelos capitalistas e seus representantes. Esse “aplausos” é expresso nas matérias analisadas da RV.

Sobre as mudanças do Partido, a Veja afirma que o erro do PT foi não discutir internamente, de maneira formal, sobre sua nova postura e “resume” no último parágrafo da matéria:

Diferentemente de muitos partidos europeus que romperam oficialmente com o passado de esquerda radical, o PT não produziu um documento partidário, fruto de um debate interno, renunciando expressamente às (sic) antigas posições. Tivesse feito isso, o partido até poderia ser acusado de revisionismo ou reformismo – mas jamais de incoerência ou contradição, como fazem os radicais. Tivesse feito isso, a senadora Heloísa Helena, sendo ideologicamente honesta consigo mesma, teria deixado o PT por sua própria iniciativa, e ninguém estaria agora falando em expulsão. (Veja, ed. nº1832, p.49)

Com esse discurso, a RV se contradiz no que se refere à “indisciplina”, pois, se não houve um debate interno e se não há um documento “formal” ditando as “novas posturas”, então, os parlamentares não são indisciplinados ao seguir o último documento “formal” emitido pelo partido (Encontro Nacional do PT em 2001). Pode se ler ainda, nas entrelinhas do último parágrafo, que, como não houve “oficialmente” o abandono do “*passado de esquerda radical*” os parlamentares também estão corretos em alegar a incoerência do PT.

3.2.1 O teatro e a cultura religiosa na política: o artigo de opinião na RV

Na mesma edição utilizada na análise anterior, veiculada uma semana antes da votação da expulsão dos quatro parlamentares, há um artigo de opinião que se refere ao tema: “A santa e a senadora”, de Roberto Pompeu de Toledo, publicado na seção denominada “Ensaio”, cuja localização é nobre na revista (última página). Essa seção caracteriza-se por trazer a opinião do referido jornalista que ainda hoje faz parte da equipe da revista. Como dito nos procedimentos metodológicos deste estudo, um dos gêneros a ser analisado é o “artigo de opinião” que se refira ao tema da expulsão e que seja produzido por um jornalista do veículo, nesse caso, a RV. Nas três edições analisadas, há apenas o artigo de opinião mencionado referente ao tema.

Uma das características dos artigos de opinião é a polêmica despertada por questões controversas. Após a leitura da matéria: “*É por isso que o PT não é o PMDB*” (p.48), analisada anteriormente, na mesma revista, o leitor encontra um artigo com a opinião de um jornalista sobre o assunto. Sendo assim, o artigo analisado, “A santa e a senadora”, funciona como apoio ao discurso ideológico do veículo como um todo. O artigo surge, de forma contundente, como o fechamento da idéia, a conclusão, dado que é a última matéria da revista e vem, intencionalmente, publicado quatro dias antes da votação pela expulsão ou não dos parlamentares.

Conforme já foi abordado nas contribuições teóricas de Bakhtin, um enunciado totalmente neutro é impossível, ou seja, existe uma relação de valor entre o locutor e o objeto do discurso que determinará a escolha dos recursos lexicais, gramaticais e composicionais do enunciado. Na medida em que as palavras são utilizadas em determinada situação e com determinada intenção discursiva, estarão presentes o juízo de valor e a expressividade. Em artigos de opinião essas características podem ser percebidas com uma certa facilidade visto que esse gênero caracteriza-se pela argumentatividade, pela busca de adesão do leitor. Faz-se necessário, então, recorrer aos conceitos de persuasão, argumentação e opinião, antes de partir para a análise do artigo em si.

Sobre a tradição retórica, como já dito no início do estudo, o surgimento da preocupação com o domínio da expressão verbal nasceu entre os gregos pela necessidade de exposição pública das idéias. Na Grécia, escolas criaram disciplinas para ensinar o domínio da palavra, fazendo que esse fosse o marco da relação dos gregos com o discurso. A disciplina que buscava a harmonia entre o falar e o modo de fazê-lo eficiente era a retórica. Começa-se, então, a estudar a linguagem como “discurso”.

Conforme relata Citelli, 2005:10, no livro “Linguagem e persuasão”, Aristóteles via a retórica como uma ciência, à qual cabia verificar os mecanismos que deveriam ser utilizados para que algo ganhasse a dimensão de verdade ou do que parecesse ser a verdade. A retórica abrange todas as formas modernas do discurso persuasivo, a começar pela publicidade, atingindo, inclusive, as produções não-verbais. De acordo com a retórica clássica, pode-se classificar os recursos (afetivos e racionais) fornecidos pelo discurso na busca da persuasão por meio de três formas: provas éticas (*ethos*) – a imagem que o orador deve criar de si para conseguir a confiança do auditório; provas patéticas (*pathos*) – paixões, interesses, emoções que o orador desperta no auditório; provas lógicas (*logos*) – referindo-se à razão, ao discurso e o que se demonstra ou pretende demonstrar.

Convencer alguém, para Perelman, 1996:16, implica certa modéstia da parte de quem argumenta. O que alguém diz não é indiscutível e também não quer dizer que obterá a convicção de imediato. É necessário, antes de tudo, persuadir, pensar nos argumentos que podem influenciar o interlocutor, preocupar-se com ele, interessar-se por seu estado de espírito. Para Perelman (op. cit;16), “*toda argumentação visa à adesão dos espíritos e, por isso mesmo, pressupõe a existência de um contato intelectual*”.

A argumentação caracteriza-se por uma interação constante entre todos os seus elementos. Essa interação é dada por processos de ligação ou dissociação, conforme relata o mesmo autor. Essas duas técnicas complementam-se, posto sempre operarem conjuntamente. Os processos de ligação tratam de esquemas que aproximam elementos diferentes que são estruturados, valorizados positiva ou negativamente um pelo outro. Esses esquemas argumentativos de ligação abrangem os argumentos quase-lógicos, os baseados na estrutura do real e os que fundamentam a estrutura do real, conforme nomenclatura criada pelo próprio Perelman.

No artigo analisado - “A santa e a senadora” - , os recursos da analogia e da metáfora novamente foram utilizados com o objetivo de argumentar e persuadir o interlocutor. O raciocínio por analogia e a metáfora faz parte das ligações que fundamentam a estrutura do real, ou seja, “os argumentos que se estribam no caso particular, os argumentos de analogia que se esforçam em reestruturar certos elementos do pensamento em conformidade com esquemas aceitos em outros campos do real” PERELMAN, 1996:216. Devido os desenvolvimentos e os prolongamentos que favorece, a analogia desempenha importante papel na invenção e na argumentação. O ato de argumentar, de acordo com Ferreira (2000), “pressupõe o desejo de modificar um preexistente estado de coisas” (p.47). A partir do título (“A santa e a senadora”) e do subtítulo do artigo (“Heloísa Helena, com seu drama e sua

paixão, é a Maria Madalena da cena brasileira”), percebe-se que o autor do artigo, Roberto Pompeu de Toledo¹⁵, constrói sua retórica a partir de um raciocínio por analogia entre Maria Madalena (a santa) e Heloisa Helena (a senadora), recuperando aquilo que se pode chamar repertório cultural associativo de uma certa coletividade.

A partir da analogia, o autor constrói uma expressão metafórica que, conforme já trabalhado em outras análises, corresponde à fusão do tema, que é o conjunto dos termos A e B e do foro, que corresponde aos termos C e D. Nesse caso, o tema corresponde à Heloísa Helena (A) e a política brasileira (B), já o foro corresponde à Maria Madalena (C) e os evangelhos (D).

A função do foro, como já dito, é esclarecer ou estabelecer valor à estrutura do tema; portanto, geralmente, o foro é mais conhecido que o tema. Em situações nas quais esse conhecimento não ocorre tão facilmente, fato que poderia prejudicar a relação estabelecida entre foro e tema, o foro necessita ser explicado, como é o caso do artigo em questão. O autor busca, ao longo de quatro dos cinco parágrafos do artigo analisado, explicar e esclarecer onde Maria Madalena está na moda, quem é Maria Madalena e “*o motivo pelo qual MM é trazida de volta à tona, a esta altura dos acontecimentos*”.

De acordo com Perelman, o valor argumentativo da analogia mostra-se com maior clareza se a mesma for vista como uma semelhança de estruturas, cuja fórmula em termos gerais seria: “*A está para B assim como C está para D*”; ou seja, Heloísa Helena está para a política brasileira assim como Maria Madalena está para os evangelhos.

A analogia é, então, um raciocínio referente às relações existentes no interior do foro e no interior do tema. Para que haja analogia, a relação entre tema e foro deve ser assimétrica, pertencendo a áreas diferentes. De acordo com Perelman (Id.), “*a assimilação ou a separação das áreas costuma ser preparada pelo discurso*” (p. 426). No artigo *A santa e a senadora*, o autor produz uma intertextualidade externa, utilizando dois campos discursivos, o político e o religioso. Na escolha dos termos utilizados dentro de cada um dos campos, Toledo encaminha o texto ao juízo de valor.

¹⁵ Jornalista desde 1966, Roberto Pompeu de Toledo trabalhou em vários órgãos da imprensa diária e semanal do País. Foi editor-executivo do Jornal do Brasil e correspondente da revista Veja em Paris, e, como editor especial da Veja, faz reportagens especiais e mantém uma coluna na revista, publicada na última página, a cada dois números. Fonte: <http://www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/autores/rptoledo.htm>, acesso em 21/05/2006.

Para aproximar o tema e o foro, ou como define Perelman (Ibdi.), superar a analogia, é estabelecida, em primeiro lugar, uma relação de participação entre eles, ou seja, são utilizadas no enunciado algumas técnicas de aproximação entre tema e foro, sendo que uma destas técnicas é a utilização de um princípio comum em que tema e foro dependam do mesmo princípio. “*Este princípio comum poderá ser concebido como uma essência, da qual tema e foro seriam manifestações*”. No artigo em pauta, o autor utiliza-se dessa técnica ao colocar a paixão como princípio comum entre Maria Madalena e Heloísa Helena.

Seria ela, a paixão, a essência a partir da qual Heloísa Helena e Maria Madalena se manifestam. Este elemento é demonstrado em diversas passagens do texto, como, por exemplo:

Heloísa Helena, com seu drama e sua paixão, é a Maria Madalena da cena brasileira.
 (...) MM aporta a essa velha história um tanto de paixão que a enriquece e eleva – e é nesse ponto que, com perdão pela passagem abrupta do sagrado para o profano, das alturas dos textos antigos para os baixios da política, e do maravilhoso para o pedestre, nos voltamos para HH.
 (...) Para uns e outros, tal qual MM, ela seria a encarnação da paixão.

A analogia, de acordo com Perelman (1996), fornece um ponto de apoio para o pensamento. É preciso superar a analogia para poder chegar à conclusão de uma semelhança, da possibilidade de aplicar os mesmos conceitos, tanto ao tema como ao foro. Assim, o objetivo será o de procurar reuni-los num único campo de investigação. Sobre a unificação do tema e do foro, Perelman argumenta:

Essa unificação das áreas leva a integrar numa mesma classe a relação que une os termos do foro e aquela que une os termos do tema, os quais se tornam, em relação a essa classe, intercambiáveis: qualquer assimetria entre tema e foro desapareceu. Perelman, 1996:450.

No artigo “A santa e a senadora”, o autor unifica os dois campos discursivos utilizados, o político e o religioso, a partir dos termos do foro e do tema como: mulheres, ambas estão na moda, mesmas consoantes dobradas das iniciais, cabelos compridos, paixão, mística feminina/feminismo, despertam opiniões e paixões antagônicas. Com esses elementos, o autor constitui sua analogia, realizando, assim, um confronto de estruturas semelhantes, embora pertencentes a áreas diferentes.

Ao afirmar que “*Heloísa Helena, com seu drama e sua paixão, é a Maria Madalena da cena brasileira*”, o autor está apresentando a analogia como um dado e não como uma sugestão, que, para Perelman (1996), é uma forma da metáfora intervir para tornar a analogia plausível; ou seja, condensando a analogia através da fusão de um elemento do foro com um elemento do tema e, como visto anteriormente, uma das formas dessa fusão se dá a partir da

analogia: “A está para B assim como C está para D”, então, nesse caso, Heloísa Helena (A) está para a política brasileira (B) assim como Maria Madalena (C) está para os evangelhos (D). A fusão entre tema e foro, para formar a metáfora, de acordo com Perelman (1996), será igual à expressão “C de B” para designar A. Então, “A = C de B”; ou seja, Heloísa Helena é a Maria Madalena da cena brasileira. “*A fusão, uma vez realizada, criou uma expressão que basta a si mesma*” Perelman, 1996: 455. A aproximação das duas áreas, através da fusão dos termos, facilita a realização de efeitos argumentativos:

Quando houver empenho, através do desenvolvimento de uma analogia, em tirar, a partir do foro, conclusões que interessem ao tema, a força do argumento será tanto maior quando, graças à fusão do tema e do foro, se houver longamente descrito de antemão o foro em termos de tema (Perelman, idem:454).

No artigo analisado, o foro (Maria Madalena) é descrito em termos de tema, uma vez que é tema na maior parte do discurso; com isso, a força do argumento torna-se maior. Antes de falar de Heloísa Helena (para quem, aliás, só é destinada o início e o último parágrafo do artigo), em termos extraídos da área do foro, o autor fala de Maria Madalena, descrevendo suas histórias e afirmando que ela está na moda; assim, responde quem é Maria Madalena e porque ela está na moda, conforme exemplo do primeiro parágrafo do artigo:

Santa Maria Madalena está na moda. A senadora Heloísa Helena também. (...) Onde MM está na moda é nos Estados Unidos, e isso graças sobretudo a um best-seller em que é protagonista, *The Da Vinci Code*, de Dan Brown, com mais de 4 milhões de exemplares vendidos em poucas semanas. MM, de quebra, figurou na capa da última revista *Newsweek*, é tema de uma peça de teatro (*Magdalene's Mind*, de Gloria Amendola) e ganhou um site (magdalene.org). Também é objeto de estudos acadêmicos, sobretudo de professoras, cujo traço comum é o esforço de reapreciar e revalorizar seu papel no Novo Testamento (...) (Toledo, Roberto. Veja, n.1832:162).

Quando se analisa a argumentação por analogia, como afirma Perelman (1996), nota-se que comumente o autor utiliza metáforas derivadas da analogia proposta, habituando assim o leitor a ver as coisas tais como ele as mostra. A força persuasiva dos argumentos reside na analogia estabelecida. No artigo analisado, a metáfora relativa ao campo lexical do teatro é utilizada oriunda da proposta estabelecida no subtítulo: “*Heloísa Helena, com seu drama e sua paixão, é a Maria Madalena da cena brasileira*”, e também do fato de Maria Madalena, por estar na moda, ser tema de uma peça de teatro. Assim, temos termos como:

(...) Enfim, em sua mais gloriosa figuração, será a primeira a quem Jesus aparecerá, depois de ressuscitado. (...) A “pecadora” rendeu a MM a fama de prostituta. (...) como primeira testemunha da ressurreição, encarna uma figura, a de “apóstolo dos apóstolos”. (...) MM, quando reposta na integralidade de seu papel (...). Corajosa a ponto de seguir Jesus até o túmulo, representou a compaixão e a coerência, no momento em que os discípulos fugiam. (...) confere drama e fúria (...) ao enredo em que está metida.

Drama; paixão; cena; papel; gloriosa figuração; encarnar uma figura; representar e fazer parte de um enredo; são com as escolhas lexicais de campos semânticos que se provam a intenção do autor em despertar paixões. Nessas escolhas lexicais, evidencia-se o resgate de elementos culturais feitos ao longo do texto. Considerando que drama e paixão são dois elementos constitutivos do teatro, e que cena, entre alguns de seus significados é a ação ou representação teatral, lugar em que o indivíduo representa seu papel na sociedade, o conjunto de metáforas no texto constitui, em si, *uma* metáfora que é construída ao longo do artigo como um todo; qual seja: a política brasileira é um espetáculo teatral, no qual Heloísa Helena não passa de uma atriz. A senadora, no caso, representa um papel com drama e paixão na cena política brasileira.

Como característica do gênero, o artigo de opinião é constituído de outros discursos sobre os fatos comentados e de antecipações das objeções do leitor, no sentido de aderir ao seu ponto de vista e para criticar os outros com os quais mantém uma relação de conflito. Através da interdiscursividade podemos perceber uma relação dessas escolhas lexicais com o termo utilizado pela senadora Ideli Salvatti, ao qualificar Heloísa Helena de “senatriz”, como já visto em análises anteriores deste trabalho (p.70). Além disso, pode ser feita também uma relação do léxico “drama” com a qualificação de “vítima” e “chorona”, também atribuídas à Heloísa Helena pelo campo majoritário do PT nas primeiras análises deste estudo.

O léxico do campo religioso também é evidente por ser o foro utilizado na metáfora; sendo assim, tem-se os termos *santa; altura; evangelhos; demônios; testemunha; ressuscitado; anunciar; boa-nova; apóstolos; pecadora; encarnação; guardiãs; ilumina; chama; santinhos; compaixão; eleva; sagrado; profano; baixios; pedestre; maravilhoso; bem e mal*; Para um leitor apressado, característica de nosso tempo e por sua vez do leitor da RV, a leitura dessas metáforas pode parecer ter um caráter denotativo e monossêmico. Mas, se levar em consideração o contexto em que o discurso foi veiculado e a frequência de como os termos metafóricos se diluem no discurso, percebe-se o valor argumentativo dessas metáforas e a verdadeira intenção do autor:

a metáfora une os pontos semelhantes dos elementos, fazendo com que eles se aproximem e até se confundam, o que permite a implicação das qualidades ou defeitos de um elemento ao outro. (...) a força da metáfora como argumentação está no fato de que, ao diluir os limites entre dois elementos, ela diminui o caráter opinativo da analogia, isto é, a metáfora apresenta as semelhanças como um dado e não como uma sugestão, conforme ocorre na analogia. (TAVARES, 2003:203)

Ressalta-se que a opinião do autor do artigo representa, também, a opinião da RV; isto porque tudo o que é publicado no veículo (RV) exprime seu ponto de vista, sua posição,

mesmo nos chamados artigos de opinião. Para mostrar essa opinião, o autor do artigo faz uma série de escolhas discursivas: de pessoas (Heloísa Helena); de tempo (atual “está na moda”); espaço (Brasil/Estados Unidos/Cena Política Brasileira); figuras (Maria Madalena). Ao escolher Heloísa Helena como tema, o autor trata de um assunto recente, importante politicamente e de interesse da RV em estar emitindo sua opinião (tanto que há outra matéria sobre Heloísa Helena no interior da revista) e a escolha de Maria Madalena como foro se justifica na medida em que é uma personagem que gera polêmicas, controvérsias e divergências a seu respeito. O autor do artigo relata que nos evangelhos há cinco referências à Maria Madalena:

1. (...) A mulher a quem Jesus tinha expulsado sete demônios, e que a partir de então passou a segui-lo.
2. (...) Como testemunha da crucifixação;
3. (...) Como acompanhante do enterro;
4. (...) Como uma das mulheres que, em visita ao túmulo, perceberam que estava vazio;
5. (...) A primeira a quem Jesus aparecerá, depois de ressuscitado.

O autor complementa, porém, que ocorre também no evangelho uma “*profusão de Marias*” e uma “*anônima ‘pecadora’*” que, “*segundo antiga e popular interpretação, essa anônima, algumas das Marias e MM não passariam da mesma pessoa. A ‘pecadora’ rendeu a MM a fama de prostituta*”. Além disso, o autor acrescenta ainda que há nos evangelhos não reconhecidos pela Igreja (os chamados “apócrifos”), outras referências à Maria Madalena dentre as quais ela aparece como a “*‘companheira’ de Jesus, aquela que amava ‘mais que todos os discípulos’, e ‘costumava beijar’*. *Tal passagem dá lastro a outra popular interpretação, a de que MM e Jesus manteriam relacionamento íntimo*”. O uso dessa analogia com Heloísa Helena como estratégia retórica põe em evidência a interação entre os termos destacando aspectos positivos e negativos, reforçando a persuasão para que o leitor aceite um outro argumento implícito, mas persuasivo e ideológico do autor: Heloísa Helena, assim como Maria Madalena, não é tão santa como alguns poderiam pensar.

A desvalorização dos termos do tema (Heloísa Helena) é acarretada, de acordo com Perelman (1996) pela natureza dos termos do foro (Maria Madalena). Durante todo o texto são feitos juízos de valor sobre Maria Madalena: *prostituta arrependida, pecadora, portadora de sete demônios, corajosa, representou a compaixão e a coerência, companheira de Jesus*. Por isso, nos antepenúltimo e último parágrafos, Heloísa Helena (tema) é caracterizada pela natureza dos termos empregados para Maria Madalena (foro). Inicialmente, ao passar do foro ao tema, ou seja, encerrar a descrição sobre Maria Madalena e iniciar, finalmente, a

argumentação sobre Heloísa Helena, o autor pede perdão e desvaloriza os termos do tema através dos termos do foro:

E é nesse ponto que, com perdão pela passagem abrupta do sagrado para o profano, das alturas dos textos antigos para os baixios da política, e do maravilhoso para o pedestre, nos voltamos para HH.

Em seguida, caracteriza Heloísa Helena através da caracterização de Maria Madalena:

Há pontos de contato, para o bem ou para o mal, entre Maria Madalena e Heloísa Helena. Alguns veriam HH como a MM de antes da expulsão dos sete demônios – rebelde, incômoda, intratável. Outros, como o “apóstolo dos apóstolos”, a luz primeva, rocha de coerência. Para uns e outros, tal qual MM, ela seria a encarnação da paixão. Isso sem falar que os cabelos de HH dariam, como os de MM, para enxugar os pés do mestre, se ela tivesse algum. HH é a MM da cena política brasileira. Assim como a outra, ela confere drama e fúria, além de uma certa violência própria da mística feminina, ao enredo em que está metida.

Fica, então, uma definida pela outra como rebelde (não acata ordem ou disciplina; insubordinado), incômoda (provoca mal-estar), intratável (com quem não se pode conviver, insociável). Reconhece-se no grupo de “alguns” – sujeitos indeterminados - que a vêem assim, a própria RV dado que na matéria do interior da revista o subtítulo define Heloísa Helena e os outros “radicais” como indisciplinados.

O autor utiliza, neste fragmento, o discurso de um outro indeterminado com a intenção de não se encarregar do enunciado e não se apresentar como responsável ao utilizar termos como “*Alguns*”, “*Outros*” e “*Segundo antiga e popular interpretação*”. Além disso, procura não ser categórico em suas afirmações, ou seja, para não fazer um ataque aberto contra Heloísa Helena, deixa-o implícito e para amenizar o discurso, utiliza constantemente verbos no tempo Futuro do Pretérito, como:

“segundo antiga e popular interpretação, essa anônima, algumas das Marias e MM não passariam da mesma pessoa”

“Alguns veriam HH como a MM de antes da expulsão dos sete demônios (...) outros, como o apóstolo dos apóstolos”.

“Para uns e outros, tal qual MM, ela seria a encarnação da paixão. Isso sem falar que os cabelos de HH dariam, como os de MM, para enxugar os pés do mestre, se ela tivesse algum”.

Outras definições feitas de uma pela outra são as denominações “apóstolo dos apóstolos” (Neste sentido, Heloísa Helena ficou caracterizada pelo contexto como a líder dos “radicais”, sendo personificada por toda a mídia como tal e ainda, de “apóstolo do socialismo” pela própria RV), luz primeva, rocha de coerência e, “*para uns e outros*”, a encarnação da paixão. O autor do artigo, porém, deixa sua marca opinativa ao se utilizar do condicional “se” no enunciado “*os cabelos de HH dariam, como os de MM, para enxugar os*

pés do mestre, se ela tivesse algum". Com essa condicional, Toledo marca sua opinião sobre a rebeldia de HH. O rebelde, em si, geralmente, não segue ninguém, não tem mestre, portanto, o autor coloca-se no mesmo campo de opiniões escolhido por Veja.

O artigo é encerrado com a afirmação incisiva da metáfora inicial "*HH é a MM da cena política brasileira*" e, ao contrário do início do texto onde, através do subtítulo, caracteriza Heloísa Helena como possuindo drama e paixão, encerra afirmando que a mesma confere drama, fúria e violência "*ao enredo em que está metida*". A escolha das palavras fúria e violência, assim como todas as outras, não foi feita ao acaso. Retomando o conceito de Bakhtin, a palavra representa as diferentes formas em que a realidade, segundo o ponto de vista daqueles que a utilizam significa.

O autor do artigo também utiliza o raciocínio dialético (conforme denominação de Citelli, 2005); ou seja, busca, com argúcia, parecer que há uma abertura em seu discurso (mostra opiniões favoráveis e desfavoráveis à Heloísa Helena), quando na verdade não há, pois o modo como formula as hipóteses acaba por indicar uma conclusão mais aceitável. O leitor é enredado a construir uma imagem negativa da senadora Heloísa Helena em resposta à comparação feita de Maria Madalena. É o chamado "convite oculto", determinado por FERREIRA (2000), no qual, através da metáfora, o criador (autor) emite um tipo de convite oculto ao apreciador (leitor). De acordo com Toledo, MM é uma figura ambígua, sem consenso sobre sua verdadeira face e tem até cabelos compridos, como os de HH. As metáforas utilizadas geram uma tensão no leitor, pois produzem um cenário repleto de intenções persuasivas; portanto, ideológicas. Com a utilização da metáfora e pelos campos semânticos escolhidos, o autor busca induzir no leitor uma opinião diante do assunto. A metáfora e a analogia são fenômenos discursivos, assim como vários outros, que podem funcionar e são utilizados como estratégia argumentativa com objetivos claros de argumentação; portanto, de persuasão. Saber lê-las é tão importante quanto saber usá-las.

3.3 A comemoração da expulsão

Essa edição, que é a terceira matéria desta análise, traz a "comemoração" explícita da RV da expulsão dos parlamentares "radicais". A matéria, também de duas páginas e escrita pela mesma jornalista da edição anterior (Malu Gaspar), traz como título: "*Esquerda não cabe mais no PT*" e subtítulo: "*Iludidos de que poderiam dobrar o partido, radicais acabam expulsos*". Se a esquerda não cabe mais no PT, logo é a direita que cabe. Portanto, a RV afirma que "*outros sairão, ou serão expulsos, por uma razão cada vez mais visível: o PT não*

tem mais lugar para a esquerda” (ed. 1.834:46). Fica registrado, aqui, o giro à direita feita pelo Partido dos Trabalhadores, tratado no início deste estudo.

Como signos visuais, a matéria apresenta uma foto grande e sugestiva do presidente Lula, junto com outras pessoas numa festa gaúcha. Lula aparece sorridente com a mão direita sobre a cabeça, segurando um chapéu (cf. fig.16):



Fig. 16: Lula sorri e Heloisa “faz as malas”

Entre o título e a foto de Lula, é possível a leitura de que, se não há mais lugar para a esquerda, a direita está na cabeça. Logo abaixo é colocada a foto de Heloisa Helena, expulsa do partido, retirando de seu gabinete um quadro com a estrela símbolo do Partido dos Trabalhadores. Essa foto é apresentada como signo da derrota dos “radicais” e da vitória daqueles que esperavam há muito tempo por isso e já haviam até “antecipado o fim da história”. Enquanto Lula, colocado nas alturas, sorri, Heloisa Helena, rebaixada, “faz as malas” para se retirar.

A matéria resgata ainda, a foto da capa da RV, analisada primeiramente neste artigo (ed. 1.774, 23/10/2002), com a seguinte legenda: “*Há mais de um ano, Veja antecipava o fim da história*”. Essa legenda faz um intertexto com a tese de Francis Fukuyama¹⁶ que defende que a queda do Muro de Berlim e a adesão da antiga URSS ao neoliberalismo representaram o fim da esquerda e o triunfo definitivo dos ideais capitalistas, chegando, assim, ao “Fim da História” com o fim do marxismo como teoria e prática possíveis. Nesse intertexto, a RV evidencia mais uma vez o seu posicionamento em defesa do sistema. Na foto da revista resgatada, o leitor pode ver nitidamente e novamente a imagem do Cérbero (guardião do inferno) com as cabeças de Lênin, Trotski e Marx presos à coleira com a estrela símbolo do

¹⁶ Fukuyama, Francis. O fim da história e o último homem. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.

PT e segurado por uma corda vermelha. Ao fazer o resgate da capa da edição publicada há um ano atrás, a RV ao mesmo tempo reforça a imagem dos “radicais” como o Cérbero, guardião do inferno e dá um caráter de antecipação ao veículo. Esta estratégia “premonitória” é uma estratégia comum da revista visando influenciar o público.

Veja comemora o que, na edição citada de um ano atrás, ela apresentava dúvidas se aconteceria: “*ao encerrar agora seu primeiro ano no Palácio do Planalto, o PT cumpriu rigorosamente o que prometia. Não pagou fatura alguma*” (ed. 1.834, pág.46). Na verdade, toda a matéria dessa edição faz um intertexto com a matéria publicada no ano anterior (nossa primeira edição analisada), as mutações do partido, os números de cada tendência, as desqualificações aos “radicais”, como mostra o parágrafo:

Na eleição presidencial, as facções radicais espernearam um pouco, mas não fizeram barulho, preferindo cultivar a ilusão de que o discurso de campanha era apenas teatro eleitoral. Agora, com o fim do primeiro ano de governo, já sabem que se enganaram (1834:47).

Além de comemorar o não pagamento da fatura - o não cumprimento das reivindicações, lutas e posições políticas defendidas pelo Partido dos Trabalhadores no Encontro Nacional de 2001- o que significaria a contrariedade das políticas econômicas neoliberais, a revista também comemora a decisão de expulsão dos parlamentares com um indisfarçável alívio, afirmando que “*a cúpula petista finalmente sacramentou a expulsão de quatro radicais: os deputados João Fontes, Luciana Genro e João Batista de Araújo, o Babá, e a senadora Heloísa Helena*” (Ibid.). O termo “finalmente” também foi utilizado pela FSP (ver p. 72), evidenciando seu posicionamento a respeito do assunto, após a expulsão.

A expulsão dos parlamentares, esperada e comemorada pela RV e demais veículos comerciais de comunicação do país, identifica o perfil do PT como partido de governo e confirma o seu giro à direita. Sai de cena o valor ideológico do partido e considera-se a hegemonia ideológica do neoliberalismo. O Partido dos Trabalhadores, que “*chegou a imaginar-se social-democrata*” Dias (2004), perdeu sua história e se integra e entrega ao capitalismo neoliberal. Este foi o preço para se chegar ao governo. Não só a mídia, destacando a RV, comemora a “*conversão às regras*”, mas também a elite político-econômica do país, afinal, o governo faz o que é preciso para manter o sistema vigente e, para aqueles que não concordam, existem mecanismos para calá-los ou descredibilizá-los.

A RV, como de resto os outros veículos, resgatando sempre que possível elementos que compõem a cultura brasileira, mostra-se com eficiência nessa função, desqualificando todos os que têm pensamentos contrários aos da classe que ela representa e que, portanto, não

se adequam. Com matérias e artigos persuasivos, o veículo constrói a opinião do público leitor buscando, assim, adeptos ao seu modo de pensamento.

CONCLUSÃO

Saber ler e interpretar um discurso, especialmente o midiático, é um passo importante e necessário para saber reconhecer o verdadeiro pensamento, a visão de mundo daquele que enuncia e qual sua verdadeira intenção com o enunciado. A partir daí, pode-se e deve-se exercer o senso crítico e formar, de fato, opinião, pois uma leitura feita sem reflexão, sem buscar as reais intenções do enunciador, contribui para que uma dada ideologia seja difundida e impregnada como um conjunto de verdades absolutas.

O principal objetivo deste estudo foi, a partir de uma análise crítica dos discursos da expulsão nas matérias jornalísticas da FSP e da RV, verificar a recorrência e a utilização de elementos culturais presentes na política brasileira. Isso se cumpriu na medida em que, por meio das análises, percebeu-se que a cultura, por ocupar todos os espaços sociais, envolver-se em todas as formas de atividade social e suas práticas, é inseparável também das questões políticas. Futebol, teatro, festa, riso, provérbios e clichês encontram-se diluídos nas dimensões econômicas, culturais, sociais e religiosas que atravessam a política.

Tanto os parlamentares quanto o campo majoritário do PT, em sua disputa política, tiveram suas posições sobre o episódio da expulsão dos quatro parlamentares, intermediadas pela imprensa. A mídia dialogou com os protagonistas e se fez ouvir nos seus pontos de vista, construiu a cena e determinou os desenlaces do episódio.

Ao final desse estudo, concluiu-se que a ala governista do Partido dos Trabalhadores forjou seu posicionamento a respeito da expulsão sobre três eixos principais: ingratidão, intolerância e indisciplina. Para convencer todos que assistiam ao processo de expulsão que os parlamentares só estavam sendo expulsos por serem ingratos, intolerantes e indisciplinados, utilizou-se de todas as armas, tendo a paremiologia como parte de seus argumentos persuasivos. Sempre se posicionando como “conciliadores” e apontando os parlamentares como intransigentes, através de provérbios e clichês, que são enunciados populares, repetidos culturalmente e aceitos, a paremiologia teve funções política e ideológica. Ao contrário do que se possa imaginar, as parêmias não são de uso “inofensivo”, mas são utilizadas com vistas a convencer alguém sobre algo. O uso do folclore lingüístico, no caso da expulsão dos parlamentares, contribuiu para a designação dos mesmos como ingratos, intolerantes, indisciplinados e rebeldes, juízos de valor presentes nos enunciados “*não cuspa no prato em que comeu*”; “*os incomodados que se mudem (ou se retirem)*” e “*casa da mãe Joana*”.

Sendo vistos dessa maneira, o governo estaria certo ao expulsá-los. Pôde-se perceber, assim, que a política tem sabido se valer muito bem de elementos tradicionais da cultura para sustentação do *status quo*.

Já os parlamentares a serem expulsos utilizaram-se, como eixo central dos seus argumentos contrários à expulsão, a incoerência do Partido dos Trabalhadores em relação às suas bandeiras de luta. Nos argumentos dos parlamentares ganharam ênfase referências à ditadura e tudo o que a envolveu, como as restrições à liberdade, autoritarismo e perseguição aos opositores. Os elementos culturais utilizados pelos parlamentares expulsos e seus apoiadores foram bem variados, e tais elementos, a depender do momento, atuaram como pano de fundo, como coadjuvantes e também como protagonistas, destacando-se o cômico popular, o chiste, a paródia, o folclore, o riso carnavalesco.

O posicionamento político dos parlamentares expulsos e seus apoiadores foi dado por meio das imagens escolhidas e dos discursos veiculados utilizando, por exemplo, as fórmulas e os símbolos do carnaval e das festas, as sátiras ao poder oficial, os trocadilhos, elementos religiosos (Igreja Católica), o resgate histórico da política nacional e internacional (cultura política), os intertextos e interdiscursos referindo-se a acontecimentos do momento (contexto) e os elementos ritualísticos característicos dos movimentos sociais como as bandeiras, as faixas, cartazes, canções e até o uso da internet para mobilização.

O humor, característica principal encontrada nas manifestações pró-parlamentares, destrói a pretensa seriedade da tirania. O riso ambivalente das manifestações analisadas é uma forma de protesto, de negação dos governantes e da forma que governam. Satiricamente, carnalizam os tiranos e a tirania, transformam o governo Lula e a cúpula governista em caricaturas. Através das imagens e das falas, os quatro parlamentares e seus apoiadores, expressaram toda a irreverência e sátira da sabedoria popular latino-americana.

Também como parte dos objetivos constava a apresentação do posicionamento dos veículos analisados (jornal FSP e RV), por meio de sua mediação do evento da expulsão, bem como uma comparação entre seus discursos. Embora já tenha sido feita essa avaliação parcial ao longo do trabalho, é preciso ampliar a análise, olhando, agora, o conjunto do estudo. Em que pese o malogro, a FSP esforça-se em aparentar uma postura de “neutralidade”, principalmente por buscar trazer em suas matérias as duas opiniões (“pró-governo” e “pró-radicais”). Assim, buscou “parecer” que havia uma abertura em seu discurso, mas, a partir das análises, conclui-se que o leitor foi enredado a construir uma imagem negativa dos parlamentares e, em consequência, a tomarem uma posição favorável à expulsão. Como característica desse veículo, o posicionamento da FSP não é “cristalino”, ou melhor, não é

colocado de forma explícita. Por isso a AD foi tão necessária para desnudar a “imparcialidade” aparente.

De acordo com a forma como relatou o evento da expulsão dos parlamentares, o posicionamento à expulsão pôde ser evidenciado. Estando diante de uma disputa, de uma luta de forças, a FSP contribuiu para a formação da opinião do seu público leitor, buscando a “vitória” de um dos lados; ou seja, construiu um ambiente editorial favorável à expulsão. Atuou como “juiz” para utilizar as metáforas evocadas pelo mesmo. Uma das formas utilizadas para isso foi o uso de argumentos retóricos para ridicularizar, atacar e criticar os parlamentares a serem expulsos do PT, com ênfase à *tese da ameaça*, conceito desenvolvido por Hirschman e presente como pano de fundo em todas as matérias analisadas. Dentre os elementos culturais tiveram destaque os intertextos e interdiscursos que veicularam esterótipos e metáfora próxima aos campos jurídico e esportivo, além da religião e dos resgates da cultura política.

Na afirmação de que o jornal FSP auxiliou a expulsão, por meio de discursos jornalísticos, construindo um cenário político que induzia ser esse o caminho adequado, não se pode concluir, necessariamente, que esse favorecimento se estendeu à adesão ao governo Lula propriamente dito. Na verdade, essa postura jornalística intencionava apoio às políticas neoliberais absorvidas pelo governo atual.

Portanto, pela lógica que move também as empresas do setor midiático, os “radicais” representariam, com suas idéias políticas, ameaça ao sistema; logo, o receio dessa elite era ver os referidos parlamentares provocando questionamentos que pudessem levar à alguma mudança do sistema vigente. Como visto, a Folha é um dos jornais da conservadora classe média brasileira. Assim, o jornal FSP fala por essa classe e defende seus interesses. Aliás, a grande mídia como um todo, de acordo com o referencial teórico abordado neste estudo, tem exercido papel ideológico, captando e realimentando os temores dessa classe média, tendo, em seus discursos, a veiculação dos conceitos e preconceitos da classe dominante, da qual são porta-vozes por excelência.

Quanto ao posicionamento da RV diante do evento da expulsão, a principal característica é a sua forma explícita de expor suas opiniões. De formas diferentes, mas com o mesmo objetivo, FSP e RV posicionaram-se a favor da expulsão. Entretanto, ao contrário da FSP, que silenciou sobre os verdadeiros motivos da expulsão, a RV evidenciou o conflito de interesses inerente ao sistema capitalista e a luta de classes.

A partir das análises das três matérias e do artigo veiculados na RV pôde-se perceber que a RV participa e se posiciona ideologicamente, como poucos, em prol do capital,

constituindo-se em instrumento imprescindível na estigmatização do discurso oposto às suas idéias. Os ditos “radicais”, assim como outros grupos e movimentos populares, configuram a não adequação às opiniões da mídia em geral e da elite político-econômica que a mesma representa. Essa posição significa, então, uma ameaça ao que esses veículos defendem, ou seja, a manutenção do sistema capitalista.

A matéria da edição de nº 1.774 foi apresentada pela RV como o início da história (o risco, se o PT ganhasse a eleição, de não conseguir segurar os “radicais” que foram comparados ao Cérbero, guardião do inferno). A matéria da edição nº 1.832, o meio dessa trajetória curta da história (votações contrárias às orientações do partido no Congresso Nacional durante o ano de 2003). A última matéria analisada (ed.1.834) é apresentada como “o fim da história”, ou seja, o último capítulo (a expulsão dos parlamentares por “infidelidade partidária”).

Da edição analisada de 2002 (uma semana antes da eleição presidencial) até a edição de 2003 fica evidente o “aplausos” à posição de Lula e do Partido dos Trabalhadores em entrar no jogo e seguir as regras do capitalismo e o ataque àqueles que não querem fazer as “concessões” às posições esquerdistas. Em últimas palavras, as expulsões simbolizaram a intransigência do capital e a hegemonia da ideologia neoliberal, apoiadas pela elite político-econômica e pela “grande imprensa”, seus porta-vozes mais eficazes.

Para esse desempenho da mídia, em termos de utilização de elementos culturais na política brasileira, destaca-se o uso de tópicos da religião católica como forma mais presente; romaria, santos, inquisição, latim, inferno, demônios, apóstolos, conversões, heresias; enfim, devido a força de sua influência nas formações social, política e cultural do Brasil, o catolicismo tornou-se base de discurso fundador na memória do país, sendo utilizado para legitimar ou desabonar discursos posteriores.

Contudo, não só a religião, mas todos os elementos culturais utilizados tiveram uma função argumentativa e mostraram que o uso da cultura como argumento não é de uso “inofensivo”, mas tem funções política e ideológica preponderantes. A partir da maneira como foram utilizados esses elementos pôde se identificar o lugar ocupado pelos enunciadores em uma dada formação social e, por consequência, sua visão de mundo. Ratifica-se, neste estudo, então, muitas dimensões que a política engendra são advindas de elementos culturais, por mais que “à primeira vista” os mesmos possam não ser identificados, tamanha sua imbricação no cotidiano das práticas sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos do estado*. Lisboa: Presença, 1980.
- ANDERSON, Perry. *Balanço do neoliberalismo*. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANDERY, Maria Amália Pie Abib et al. *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. 11ª ed., Rio de Janeiro: Espaço e Tempo; São Paulo: EDUC, 2002.
- ANSELMO, Zilda Augusta. *História em quadrinhos*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1975.
- ARCE, Alessandra. *A formação de professores sob a ótica construtivista*. In: DUARTE, Newton. *Sobre o construtivismo: contribuições a uma análise crítica*. Campinas, SP: Autores associados, 2000.
- ARISTÓTELES. *Poética; Organon; Política; Constituição de Atenas*. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção “Os pensadores”).
- AZEVEDO, J. Lúcio de. *A evolução do sebastianismo*. Lisboa: Clássica, 1947.
- AZEVEDO, Clovis Bueno de. *A estrela partida ao meio*. São Paulo: Entrelinhas, 1995.
- BAKHTIN, Mikhail Mikhailivitch. *A cultura popular na Idade Média e no Renascimento: o contexto de François Rabelais*. São Paulo: Hucitec - UNB, 1993.
- _____. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. 8ª ed. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- BARROS, Diana Luz Pessoa de. *Teoria Semiótica do Texto*. São Paulo: Ed. Ática, 1997.
- BARROS, Nina Célia de. *Estratégias de ataque à face em gêneros jornalísticos*. In: Meurer, José Luiz & Motta-Roth, Désirée (Orgs.). *Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem*. Bauru, SP: EDUSC, 2002.
- BARTHES, Roland. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1979.
- _____. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- _____. *Mitologias*. São Paulo: Difel, 1985.
- BÍBLIA. Português. *Epístolas a Timóteo*. São Paulo: Ed. Paulinas, 1977.

BLASS, Leila Maria da Silva. *A formação multicultural do trabalhador assalariado brasileiro: o invisível pertinente*. In: SILVA, Ana Amélia da Silva & CHAIA, Miguel (Orgs.). Sociedade, cultura e política. São Paulo: EDUC, 2004.

BOBBIO, Norberto. *Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política*. São Paulo: Unesp, 2001.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à Análise do Discurso*. 3 ed. Campinas-SP: EdUnicamp, 1994.

CAMARGO, Cláudio. O imperador em Nova York. *Revista Isto É*, n.1825, p. 78, Set.2004.

CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Martin Claret, 2004.
(Coleção: a obra-prima de cada autor)

CARNEIRO, Edison. *A sabedoria popular*. Rio de Janeiro: INL, 1957.

CASCUDO, Luis da Câmara. *Locuções tradicionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, 1977.

CASTÑEDA, Jorge G. *Utopia desarmada: intrigas, dilemas e promessas da esquerda latino-americana*. São Paulo: Cia das Letras, 1994.

CHAUÍ, Marilena Sousa. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 2001.

CEVASCO, Maria Elisa. *Dez lições sobre Estudos Culturais*. São Paulo: Boitempo, 2003.

CITELLI, Adilson. *Linguagem e Persuasão*. São Paulo: Ática, 2005.

CONTI, Mario Sergio. *Notícias do Planalto: a imprensa e Fernando Collor*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

COSTA, Wagner Veneziani; FERREIRA, Cláudio Roque Buono; PUGLIESI, Márcio; TORRIGO, Marcos. *Livro completo dos heróis, mitos e lendas*. São Paulo: Madras, 2004.

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. *O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião*. In: Dionísio, Ângela Paiva; Machado, Anna Rachel & Bezerra, Maria Auxiliadora (orgs.). Gêneros textuais e ensino. Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

DIAS, Edmundo Fernandes. *Gramsci em Turim: a construção do conceito de hegemonia*. São Paulo: Xamã, 2000.

_____. *Traição ou lógica?*. In: Caderno Textos do 23º Congresso do ANDES-SN. Salvador, Março/2004.

Diretoria do ANDES-SN. *Movimento docente e conjuntura*. In: Caderno de Textos do 23º Congresso do ANDES-SN. Salvador, Março/2004.

DUARTE, Newton. *O construtivismo seria pós-moderno ou o pós-modernismo seria contrutivista?* In: DUARTE, Newton. *Sobre o construtivismo: contribuições a uma análise crítica*. Campinas, SP: Autores associados, 2000.

DURAND, Jacques. *Retórica da imagem publicitária*. In: METZ, Christian *et al.* (Orgs.). *Análise das imagens*. Petrópolis: Vozes, 1974, p. 19-59.

EAGLETON, Terry. *Depois da teoria: um olhar sobre os Estudos Culturais e o pós-modernismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

FERREIRA, Luiz Antonio. *Jornalismo opinativo e leitura: mecanismos persuasivos – a metáfora como retórica argumentativa*. In: NEUSA, Barbosa Bastos (org.). *Discutindo a prática docente em Língua Portuguesa*. Anais do 8º Congresso de Língua Portuguesa. São Paulo: IP/PUC-SP, 2002.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. *A antiética da vantagem e do jeitinho na terra em que deus é brasileiro (o funcionamento discursivo do clichê no processo de constituição da Brasilidade)*. In: ORLANDI, Eni Puccineli. (org.). *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

FIGUEIREDO, Luciano. *A revolta é uma festa: relações entre protestos e festas na América Portuguesa*. In: JANCSÓ, István & KANTOR, Íris (org.). *Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa*. São Paulo: Fapesp, 2001.

FIORIN, José Luiz. *Linguagem e Ideologia*. São Paulo: Ática, 1998.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2005.

GAGE, Leighton David. *O filme publicitário*. São Paulo: Atlas, 1991.

GASPAR, Malu. É por isso que o PT não é o PMDB. *Revista Veja*, n.1.832, p.48-49, Dez.2003.

_____. Esquerda não cabe mais no PT. *Revista Veja*, n. 1.834, p. 46-47, Dez. 2003.

GRAIEB, Carlos. Vai ser preciso segurar. *Revista Veja*, n. 1.774, p.38-44, Out. 2002.

GIANNOTTI, Vito. *Muralhas da Linguagem*. Rio de Janeiro: Ed. Mauad, 2004.

GUIMARÃES, Doroti Maroldi. *A construção da opinião pública pelo discurso jornalístico*. Anais do 8º Congresso de Língua Portuguesa. São Paulo: IP/PUC-SP, 2002.

HALIMI, Serge. *Os novos cães de guarda*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

HIRSCHMAN, Albert O. *A retórica da intransigência: perversidade, futilidade, ameaça*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

IANNI, Octavio. *Revolução e cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.

ISKANDAR, Jamil Ibrahim. *Normas da ABNT: comentadas para trabalhos científicos*. Curitiba: Juruá, 2005.

JOLLES, André. *Formas simples*. São Paulo: Cultrix, 1976.

JOLY, Martine. *Introdução à análise da imagem*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas-SP: Papyrus, 1996.

KELLNER, Douglas. *A cultura da mídia – estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno*. BAURU, SP: Edusc, 2001.

KUCINSKI, Bernardo. “*Imprensa e democracia no Brasil*”. In: Revista universidade e sociedade, ANDES Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior. S/L, Ano VIII, nº 15, Fevereiro, 1998.

_____. *A síndrome da antena parabólica: ética no jornalismo brasileiro*. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 1998.

LUYTEN, Joseph M. *Sistemas de comunicação popular*. São Paulo: Ática, 1988.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de Textos de Comunicação*. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. & CHARAUDEAU, Patrick. *Dicionário de Análise do Discurso*. São Paulo: Contexto, 2004.

MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia: Jornalismo como produção social da segunda natureza*. São Paulo: Ática, 1989.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. *A ação dos verbos introdutórios de opiniões*. In: Revista brasileira de lingüística, vol. 08, nº 1. São Paulo: Plêiade, 1995.

_____. *Gêneros textuais: definição e funcionalidade*. In: Dionísio, Ângela Paiva; Machado, Anna Rachel; Bezerra, Maria Auxiliadora. (Org.). *Gêneros Textuais & Ensino*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna, 2002.

MATTELART, Armand. *Introdução aos estudos culturais*. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

MELLO, Eunice Homem de. *O discurso jornalístico: uma leitura retórica*. Anais do 8º Congresso de Língua Portuguesa: teoria e método. São Paulo: IP/PUC-SP, 2000.

MIGUEL, Luis Felipe. *Política e mídia no Brasil: episódios da história recente*. Brasília: Plano editora, 2002.

MILLS, C. Wright. *A elite do poder*. Rio de Janeiro/RJ, Ed. Zahar, 1981.

MOTA, Atiço Vilas-Boas da. *Queimação de Judas: catarismo, inquisição e judeus no folclore brasileiro*. Rio de Janeiro: MEC-SEAC-FUNARTE: Instituto Nacional do Folclore, 1981.

MOTA, Leonardo. *Adagiário Brasileiro*. Fortaleza: BNB, 1991.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci, a crise da política e a esquerda em crise*. In: Lua Nova, Revista de cultura e política. p.77-92. n° 43, 1998.

ORLANDI, Eni Puccinelli. *Vão surgindo sentidos*. In: _____. Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, São Paulo: Pontes, 2003.

PALACIOS, Marcos. *A festa e o lúdico na configuração da sociabilidade contemporânea*. In: Textos de Cultura e Comunicação. n° 37/38. Salvador: Depto. e Programa de Pós-graduação, 1997.

PERELMAN, Chaim. *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PINTO, Milton José. *Comunicação e discurso: introdução à análise de discursos*. 2ªed. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

PINTO, Virgílio Noya. *Comunicação e cultura brasileira*. São Paulo: Ática, 2003.

PROPP, Vladimir. *Comicidade e riso*. São Paulo: Ática, 1992.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. *O messianismo no Brasil e no mundo*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976.

RIBEIRO, Jorge Cláudio. *Sempre alerta: condições e contradições do trabalho jornalístico*. São Paulo: Olho d'água/Brasiliense, 1994.

ROMEIRO, Adriana. *O enterro satírico de um governador: festa e protesto político nas Minas setecentistas*. In: JANCÓS, István & KANTOR, Íris (org.). Festa: Cultura & Sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: Fapesp, 2001.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. *Mídia e política: transmissão de poder*. In: Matos, Heloísa (org). Mídia, eleições e democracia. São Paulo: Scritta, 1994.

_____. *Comunicação, política e sociabilidade contemporâneas: subsídios para uma alternativa teórica*. In: ____ (org.). Idade mídia. Salvador: EDUFBA, 1995.

_____. *Neo-zapatismo: política na Idade Mídia*. Contexto Internacional, Rio de Janeiro, v. 19, n. 1, 1997.

_____. *Comunicação e política*. São Paulo: Hacker Editores, 2000.

_____. *Espetáculo, Política e Mídia*. UFBA, disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt>. Acesso em 05/10/2004.

SÁ, Roberto Boaventura da Silva. Mídia e Movimentos Populares: uma relação explícita de diferentes classes sociais. In: *Revista Contexto: ADUFMAT/Seção Sindical*, Cuiabá, n° 01, março, 2001, p. 18-23.

_____. *A revista Veja na campanha eleitoral de 1989: anúncios publicitários como extensão de textos jornalísticos*. São Paulo, 2002, 213p. Tese (doutoramento em Comunicação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo.

SAES, Décio Azevedo Marques de. *Cidadania e capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania*. In: Coleção Documentos – Instituto de Estudos Avançados da USP, caderno n.8, Abril/2000.

SADER, Emir. et al. *A trama do neoliberalismo: mercado, crise e exclusão social*. In: _____. GENTILI, Pablo (Orgs.). *Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995a.

_____. *Anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1995b.

SEPEC – SERVIÇO À PASTORAL DA COMUNICAÇÃO. *Conceitos de publicidade e propaganda*. In: *Publicidade: a criatividade na teoria e na prática*. São Paulo: Paulinas, 2003.

TAVARES, Daniela Macedo. *O discurso político*. In: Brandão, Helena Nagamine (Coord.). *Gêneros do discurso na escola: mito, conto, cordel, discurso político, divulgação científica*. São Paulo: Cortez, 2003.

TEIXEIRA, Tattiana. *A comédia do traço: Um esboço para a compreensão das charges políticas da contemporaneidade*. In: Rubim, Antonio Albino Canelas; Bentz, Ione Maria Ghislene; Pinto, Milton José. *Petrópolis, RJ: Vozes, 1998*.

TINHORÃO, José Ramos. *Cultura popular: temas e questões*. São Paulo: Ed. 34, 2001.

THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

TÓTORA, Silvana. *A invenção radical da democracia*. In: SILVA, Ana Amélia da Silva & CHAIA, Miguel (Orgs.). *Sociedade, cultura e política*. São Paulo: EDUC, 2004.

TREIN, Sérgio Roberto. *A vitória da retórica no último spot político da Lula, no segundo turno das eleições, em 2002*. Unisinos, [2003?]. disponível em: [http:// www.bocc.ubi.pt](http://www.bocc.ubi.pt). Acesso em: 05/10/2004.

VELHO, Gilberto. *A vitória de Collor*. In: *Projeto e metamorfose – antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

WEITZEL, Antônio Henrique. *Folclore literário e lingüístico; pesquisas de literatura oral e de linguagem popular*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1995.

WILLIAMS, Raymond. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

ANEXOS

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)